

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE

TESE

“A TRAMA DO DRAMA”

A Trama das fronteiras e o Drama dos migrantes nas
configurações do desenvolvimento de Lucas do Rio Verde – MT

BETTY NOGUEIRA ROCHA

2010



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE**

“A TRAMA DO DRAMA”

A Trama das fronteiras e o Drama dos migrantes nas
configurações do desenvolvimento de Lucas do Rio Verde – MT

BETTY NOGUEIRA ROCHA

Sob orientação do Professor
Roberto José Moreira

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em Ciências** do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, na linha de pesquisa Estudos de Cultura e Mundo Rural.

**Rio de Janeiro, RJ
Dezembro de 2010**

304.808172
R672t
T

Rocha, Betty Nogueira.

A trama do drama: a trama das fronteiras e o drama dos migrantes nas configurações do desenvolvimento de Lucas do Rio Verde - MT / Betty Nogueira Rocha, 2010.

235 f.

Orientador: Roberto José Moreira

Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

Bibliografia: f. 209-226

1. Migração - Teses. 2. Relação rural-urbano - Teses. 3. Relação estabelecidos-outsiders – Teses. 4. Representações sobre desenvolvimento - Teses. 5. Mato Grosso – Teses. I. Moreira, Roberto José. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

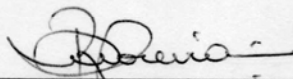
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE**

BETTY NOGUEIRA ROCHA

Tese submetida ao como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em Ciências** do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, na linha de pesquisa Estudos de Cultura e Mundo Rural.

TESE APROVADA EM ...07 / ...12 / ...2010

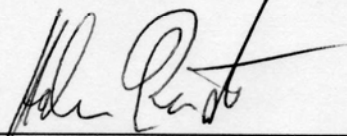
Membros da Banca Examinadora



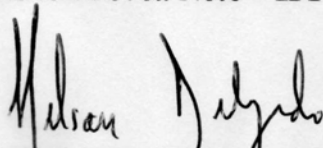
Prof. PhD. Roberto José Moreira – CPDA/UFRRJ
(Orientador)



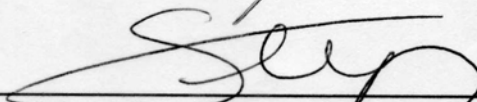
Prof. Dr. José Manuel Carvalho Marta - UFMT



Prof. Dr. Helion Póvoa Neto – IPPUR/UFRRJ



Prof. Dr. Nelson Giordano Delgado – CPDA/UFRRJ



Prof. Dr. Georges Gérard Flexor

Ao Raphael,
Te esperei por tanto tempo meu filho,
Obrigado por existir, por colorir e dar um novo significado a minha vida
Por me ensinar a doce alegria de ser mãe.

Ao Edilson,
Por ter me encontrado no interior de Mato Grosso,
E ser meu parceiro incondicional na/da vida.

À Erenita e Anápio,
Figurantes ativos em todos os momentos da minha existência,
Presentes, mesmo na distância,
Incríveis, pela força, perseverança e abnegação.
Obrigado por serem meus pais.

À Dóris,
Por ser a filha que eu gostaria de ter sido,
E por cuidar tão bem dos nossos pais.
A tua dedicação é minha fonte de inspiração.

À vó Zilda (*in memoriam*),
Migrante na vida,
Exemplo de vida,
Pela doce saudade...

AMO VOCÊS!

AGRADECIMENTOS

*“E que a minha loucura seja perdoada
Porque metade de mim é amor,
E a outra metade também”.*
Oswaldo Montenegro

“Ponto final”. Momento tão esperado, mas que reserva em si a ambiguidade típica de qualquer trabalho científico ao trazer consigo sentimentos tão contrastantes como euforia e receio, alegria e dúvida.

Este trabalho é resultado do cruzamento entre a subjetividade da minha vivência do ser migrante e de convivência num universo migrante. É, também, consequência de pelo menos quatro anos de trabalho onde parentes, amigos e colegas contribuíram para esta reflexão e fazem parte deste meu processo de (des)construção. Por isto gostaria de agradecê-las nominalmente.

Dito isto, peço desculpas se, por ventura, esquecer de alguém que sabe da minha afeição e respeito e que, por mero lapso, não se encontre nas linhas a seguir. Para não perder a poética desta tese, inspirada em Molière, divido os agradecimentos nos três sinais que antecedem o início de uma peça teatral.

Primeiro Sinal

Em primeiro lugar quero agradecer a Deus por todas as bênçãos recebidas.

Dedicar este trabalho ao Raphael é muito pouco. Raphael não é somente um lindo bebezinho que me presenteou com seu sorriso nos momentos mais tensos e difíceis. Ele é, de fato, o melhor pedaço de mim. Doeu na alma os dias e noites de afastamento, ter que “abandoná-lo” mesmo percebendo em seus olhinhos pedidos intermitentes como “me dê atenção mamãe”. Obrigado meu filho por “entender” minha ausência e continuar sorrindo com os olhinhos.

Na minha “ausência” pude contar com o apoio incondicional de duas pessoas maravilhosas: minha mãe Erenita e meu marido Edilson. Obrigado por entenderem meus momentos de desespero, angústias, dúvidas e por tornarem tudo “menos” doloroso. Vocês foram incríveis com o Rapha. Sem vocês, o “ponto final” não teria acontecido. Muito obrigado!

Agradeço também ao meu pai Anápio que além das palavras de incentivo, foi capaz de suportar um mês longe da sua esposa e seus dotes culinários. Diante disto, não posso deixar de agradecer à Dóris e Marcelo por todo apoio durante este período.

Agradeço de todo meu coração aos meus sogros, Graça e José e aos tios, Anilda e José Ramos. Obrigado por responderem à minha ausência se fazendo presentes a cada telefonema, a cada palavra de incentivo, a cada ajuda.

Ao quarteto Milena, Régis, Arthur e Antônia obrigado pelo carinho.

Obrigado a tia Eliana, tia Carmem, tio Pedro e tio Ademir, é possível que vocês nunca leiam este trabalho, mas gostaria que soubessem que a “experiência migrante” de vocês também está expressa nestas páginas.

Obrigado também à tia Helena e aos primos Cristina Justi e Ismael Felício por todo apoio.

Segundo Sinal

Ninguém é uma ilha. Poderia com esta frase sintetizar cada um dos encontros com meu orientador, professor Roberto Moreira. Ele nunca usou estas palavras, porém em todas as suas observações buscava me mostrar as relações e correlações muitas

vezes evidentes nas falas dos meus entrevistados, mas que meu olhar míope não conseguia enxergar. Obrigado pela generosidade de compartilhar seu conhecimento, pelas palavras de incentivo, pela confiança e compreensão com minhas súbitas ausências. E também pela sua amizade.

Agradeço ao professor Afrânio Garcia Júnior, meu orientador durante o estágio realizado em Paris na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*. Obrigado pela acolhida, pelas críticas e sugestões a este trabalho.

Estudar no CPDA é transpirar alegremente CPDA. Qualquer cepeano que ler esta frase irá entender o significado de tais palavras. Por isto não posso deixar de agradecer a todos os professores não apenas pelo mergulho teórico e discursivo, nem sempre tão inevitável, mas também pela amizade, esta sim, inevitavelmente uma das melhores coisas da vida. Agradeço especialmente a Eli Napoleão, Nelson Delgado, Maria José Carneiro, Leonilde Medeiros, John Wilkinson, Fátima Portilho, Regina Bruno, Renato Maluf, John Comerford, Sérgio Leite, Luiz Flávio Carvalho, Ana Célia Castro e Verónica Secreto.

Aos professores Helion Póvoa Neto e Eli Napoleão de Lima agradeço imensamente às contribuições e críticas na banca da qualificação.

Ao professor Georges Flexor por ter sido o grande incentivador de uma fase importante que está por vir com meu retorno aos “palcos” universitários. Sem o teu apoio e palavras de incentivo não teria seguido em frente. Obrigado!

À professora Áurea Echevarria pelo apoio e empenho em tornar possível o estágio de doutorado na França.

Aos meus professores da graduação em Economia da Universidade Federal do Mato Grosso, agradeço em nome dos professores José Manuel Marta e Fernando Tadeu de Miranda Borges. Aos colegas professores da Universidade do Estado de Mato Grosso, agradeço em nome do professor Arno Rieder.

Aos amigos do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (NIEM) pela breve, porém significativa convivência.

Agradeço ao Núcleo de Pesquisas em Ruralidades e a Action Aid por financiarem a minha pesquisa de campo no Mato Grosso e no Rio Grande do Sul.

Ao CNPq e FAPERJ por financiarem e tornarem possível esta pesquisa em solo brasileiro. À CAPES por financiar meu estágio doutoral em terras parisienses. Muito obrigado!

Terceiro Sinal

Uma parte importante e relaxante desta pesquisa foi feita em redor de uma mesa de bar na companhia de amigos queridos, alguns irmãos de outras vidas os quais não posso deixar de manifestar minha estima e apreço.

Agradeço a Biancca Scarpelini, Sílvia Zimmermann e Flávia Mattos pelos laços de carinho e amizade que nos une.

À amiga Sarita Mota por sua generosidade em revisar meu trabalho, escutar minhas angústias e incentivar o “ir em frente”. Obrigado!

Agradeço à Karina Kato, Socorro Lima, Simone Pilon e Júnior Wesz pela amizade incondicional e por terem tornado minha gravidez ainda mais especial organizando carinhosamente o chá de bebê do Raphael.

À Diva Faria, Henrique Santos, Teresa, Aline e Rita pela ajuda, incentivo e abraços carinhosos.

Aos amigos cepeanos sempre presentes em minha trajetória Fernando Abrantes, Marco Antônio Lima, Débora Lerrer, Valter Oliveira, Evaristo Neto, Mônica

Melo, Cátia Grisa e Paulo Nierdele, Carlos Chacho e Alcides Rigoto. Obrigado pela energia e alegria. À Andréa Rente e Sandro Leão pela amizade sem fronteiras.

Aos amigos distantes fisicamente, mas sempre presentes de alguma maneira Sandra Oliveira, Marcelo Turela, João Bosco, Luciana Monduzzi, Flávio Ferreira, André De Lucca e Silvia Zettermann. Em especial as guerreiras Alessandra Barros, Maria Júlia e tia Beth pelo exemplo de amor e perseverança.

Agradeço a Quelen Gianezini pela amizade e pelo apoio incondicional durante a pesquisa de campo.

Aos amigos que tornaram a experiência parisiense mais leve e animada: Mariana, João, Bernardo, Arianna, Ixel, Bruno, Regina, Bianca, Claudia, Cristina, Gaspar, Vitija, Hanane, Sarah e Zineb. Como diz Mari: Paris é uma maldição, ruim não conhecê-la, mas pior ainda conhecê-la e ter que lidar com a saudade. Agradeço em especial a Catherine Lema e Hernando Angel pela hospitalidade e amizade.

Aos funcionários do INCRA no Rio Grande do Sul e no Mato Grosso por gentilmente cederem o material para pesquisa. Agradecimento especial a Xisto Silva, Ivanildo Thomaz, Milton Jardim e Marja Coelho.

Por fim, mas não menos importante, agradeço aos personagens objeto desta tese por compartilharem suas histórias de vida, por me receberem em suas casas ou no seu trabalho sempre com muita cordialidade. Em nome de Airton Callai, Ildo e Nilza Romancini, Auri Bueno, Evelene Serafini, Marcela Caldas, Maria da Conceição Lima, Gilberto e Tânia Vandrúsculo estendo o agradecimento aos demais migrantes que contribuíram para a realização desta pesquisa. Muito Obrigado!

RESUMO

ROCHA, Betty Nogueira. **A TRAMA DO DRAMA: A Trama das fronteiras e o Drama dos migrantes nas configurações do desenvolvimento de Lucas do Rio Verde – MT.** 2010. 234p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2010.

O fio condutor desta análise é a política de desenvolvimento traçada pelo governo militar no âmbito das três edições do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Um dos objetivos no bojo destes Planos era possibilitar a colonização dos espaços demograficamente “vazios” do território nacional através da implantação de projetos de colonização na área que compreende a Amazônia Legal servindo de estímulo de migrações espontâneas e direcionando o fluxo migratório para a região. O objetivo deste trabalho é investigar e analisar o nexos causal entre migração e desenvolvimento sob um olhar multidisciplinar das tramas que informam os dramas dos migrantes que se fixaram naquela região fronteira. O estudo de caso foi realizado em Lucas do Rio Verde, cidade localizada no norte matogrossense, originária de um projeto de colonização da década de 1980 elaborado para resolver as tensões sociais por terra que começavam a tomar fôlego no Rio Grande do Sul. Ao dar voz aos personagens que se fixaram naquela fronteira pretende-se analisar os dramas vivenciados e compartilhados e expor as tramas resultantes daquele processo migratório. O esforço empreendido nesta pesquisa foi o de investigar como se constroem as representações de desenvolvimento numa área de fronteira.

Palavras-chaves: migração; relação rural-urbano; relação estabelecidos-outsiders; representações sobre desenvolvimento; Mato Grosso.

ABSTRACT

ROCHA, Betty Nogueira. **THE PLOT OF THE DRAMA: The Plot of borders and the Drama of migrants in the settings of the development of Lucas do Rio Verde - MT.** 2010. 234p. Thesis (Doctorate in Social Sciences about Development, Agriculture and Society) Human and Social Sciences Institute, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2010.

The guiding thread of this analysis is the political of development outlined by the military government under the three editions of the National Development Plan (PND). One of the goals in context of these plans was to enable the colonization spaces demographically "empty" the country through the implementation of projects of colonization in the area that comprises the Legal Amazon acting as a stimulus to spontaneous migration and directing the flow of migration to the region. The goal of this study is to investigate and analyze the causal link between migration and development from a multidisciplinary view of the plots that tell the tragedies of migrants who settled in the border region. The case study was conducted in Lucas do Rio Verde, located in north of Mato Grosso, originating from a colonization project of the 1980s designed to resolve social tensions on the land that began to take a breath in Rio Grande do Sul. When provide voice to figures that fixed in that border is intended to analyze the dramas experienced and shared, and exposing the plots resulting from that process migration. The effort undertaken in this study was to investigate how to construct the representations of development in a frontier area.

Keywords: migration, rural-urban relationship, the relationship established-outsiders; representations of development, Mato Grosso.

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

APP - Área de Preservação Permanente

BR – Rodovia Brasileira

BASAGRO – Companhia Brasileira de Participação Agro-industrial

BEC – Batalhão de Engenharia e Construção

FBC – Fundação Brasil Central

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

CAMPO – Companhia de Promoção Agrícola

COBAL – Companhia Brasileira de Alimentos

COOPERLUCAS – Cooperativa Agropecuária Mista de Lucas do Rio Verde

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CTG - Centro de Tradições Gaúcha

CBTG – Confederação Brasileira de Tradicionalismo Gaúcho

DTC – Departamento de Terras e Colonização

EMA - Empresa Matogrossense de Alimentos Ltda

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Mato Grosso

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FEMECAP - Federação Meridional de Cooperativas Agropecuária LTDA

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INTERMAT – Instituto de Terras de Mato Grosso

INIC - Instituto Nacional de Imigração e Colonização

IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

JADECO - Japan-Brazil Agricultural Development Corporation

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTG – Movimento Tradicionalista Gaúcho

MSN - Messenger

NDIHR – Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional

PA – Pará

PAC – Projeto de Assentamento Conjunto

PAD – Projeto de Assentamento Dirigido

PADAP - Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba POLOAMAZÔNIA -

PAR – Projeto de Assentamento Rápido

PEA – Projeto Especial de Assentamento

PCI - Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados.

PEC - Projeto Especial de Colonização

PIC - Projeto Integrado de Colonização

PIN – Programa de Integração Nacional

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PR – Paraná

PRODECER – Programa Nipo-brasileiro de Cooperação para o Desenvolvimento do Cerrado

PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste

PSF – Posto de Saúde da Família

Cerrado

PS – Posto de Serviço

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PAEG - Plano de Ação Econômica do Governo

PED - Plano Estratégico de Desenvolvimento

PIN - Plano de Integração Nacional

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POLOAMAZÔNIA - Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

POLOCENTRO - Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

PRODEPAN - Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal

PRODOESTE - Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste

RS – Rio Grande do Sul

SAEE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto

SC – Santa Catarina

SEMA - Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso

SPI – Serviço de Proteção ao Índio

SUDENE - Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste

TNC – ‘ The Nature Conservancy do Brasil

UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso

SUMÁRIO

Prólogo.....	1
INTRODUÇÃO	
1. Antecedentes.....	4
2. Cortinas que se abrem...a escolha do universo de pesquisa.....	6
3. Justificativa.....	8
4. Problematizando o objeto.....	16
5. O trajeto trilhado e o caminho metodológico.....	20

CAPÍTULO I

E A MARCHA CONTINUA O projeto desenvolvimentista do Estado militar

1.1. Marchando rumo ao Oeste.....	30
1.2. O cenário da trama: economia brasileira pós-Segunda Guerra Mundial.....	37
1.3. <i>Dejá-vu</i> : A reedição e ressignificação dos sentidos da Marcha pela ditadura militar.....	39
1.4. As políticas de colonização e a ideologia desenvolvimentista no contexto do “Brasil Potência”.....	40
1.5. A política desenvolvimentista militar e seus programas na Amazônia Legal.....	49
1.5.1. Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste - PRODOESTE.....	49
1.5.2. Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados – PCI.....	51
1.5.3. Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba – PADAP.....	52
1.5.4. Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – POLOAMAZÔNIA.....	52
1.5.5. Programa de Desenvolvimento dos Cerrados - POLOCENTRO.....	53
1.5.6. Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal - PRODEPAN.....	55
1.5.7. Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - PRODECER.....	56
1.5.8. Outros Programas Setoriais.....	62
1.6. Migrantes em marcha: aspectos gerais da migração em direção ao Oeste brasileiro.....	62

CAPÍTULO II

O CERRADO EM VERSO E PROSA A ocupação planejada no cerrado matogrossense

2.1. Quando o público e o privado se encontram na fronteira.....	68
2.2. Descortinando a história: a trama que revela o drama de Lucas do Rio Verde.....	76

2.3.	Migração, diferenciação social e a construção da fronteira matogrossense.....	99
2.3.1.	De posseiro a empreendedor: no proscênio a trajetória dos Monduzzi.....	100
2.3.2.	Com a cara e a coragem: os parceiros no tabuleiro do cerrado.....	104
2.3.3.	Reforma agrária elitizada: os assentados da cooperativa e o perfil empresarial na fronteira.....	117
2.3.4.	Um novo migrante na cidade: “maranhenses” e “nordestinos” na nova configuração do cerrado.....	121

CAPÍTULO III

AS REPRESENTAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO NA FRONTEIRA

3.1.	A plasticidade e anatomia da cidade.....	130
3.2.	A configuração e estigmatização dos “outros”	137
3.3.	O processo de territorialização da fábrica.....	143
3.4.	Cinzas que te quero verde: a relação global-local na cidade do agronegócio.....	159
3.5.	Os “outros”, a vila e a fábrica.....	172
3.6.	“Estabelecidos” e “Outsiders” nas tramas de Lucas do Rio Verde.....	187
3.7.	As representações sobre desenvolvimento.....	192

ENSAIANDO UMA CONCLUSÃO.....	203
-------------------------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros e artigos.....	209
Jornais, revistas e mídia eletrônica.....	224

FONTES PRIMÁRIAS

Legislação.....	225
Relatórios, Planos e Projetos.....	225

ANEXOS	228
---------------	------------

A TRAMA DO DRAMA

A Trama das fronteiras e o Drama dos migrantes nas configurações do desenvolvimento de Lucas do Rio Verde – MT

PRÓLOGO

Toca o terceiro sinal. As luzes se apagam; abrem-se as cortinas e aos poucos os espectadores são envolvidos pela “trama” expressa no “drama” dos personagens que ganham vida no teatro. O enredo (a trama) e os personagens (e seus dramas) são quase sempre fictícios, porém, a história a ser contada e as mensagens lançadas para o público, disposto a embarcar numa viagem mágica e lúdica, são capazes de fazer refletir sobre diversos aspectos que envolvem o cotidiano.

As cenas a seguir não são fictícias, pelo contrário, envolvem fatos e personagens reais da nossa história, ocorrem em duas regiões distintas e, embora não ocorram simultaneamente, fazem parte de um mesmo tempo histórico.

Cena 1: No cerrado matogrossense...

Meados de 1974.

O Estado do Mato Grosso ainda era um território único, englobando a área que atualmente conhecemos como os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Durante a elaboração dos estudos do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) é retomado o debate, iniciado em 1932¹, em torno da uma nova divisão territorial do Brasil, dando a entender que o caso do Mato Grosso teria prioridade. Em setembro de 1974, o então ministro do Interior Maurício Rangel Reis declarou que “as diferenças entre as duas regiões do Estado são tão visíveis, que considerava o Mato Grosso dividido” (Revista Interior, apud Silva, 1996). As rivalidades existentes entre as duas porções do Estado (o norte e o sul) ficavam evidentes nos confrontos e embates políticos nas diversas esferas do governo estadual. O desenvolvimento e supremacia econômica da porção sul foi beneficiado durante os governos estaduais de representantes que canalizaram importantes recursos públicos que fundamentou as bases para a autonomia do sul (Silva, 1996). Assim, a idéia de divisão do Estado agradava aos sul-matogrossenses por significar a liberdade política-econômica, e desagradava aos centro-matogrossense em virtude da perda de arrecadação. O fato é que a dinâmica econômica do Estado estava centralizada na sua porção sul responsável pela maior parte da arrecadação tributária. Em 1977, a lei complementar nº 31 de 22 de outubro criou o Estado de Mato Grosso Sul, cuja capital é Campo Grande; e Mato Grosso, mantendo Cuiabá como capital. Em janeiro de 1979, tomaram posse os deputados eleitos em 15 de novembro de 1978 para a Assembléia Legislativa e Constituinte do Mato Grosso do Sul, consolidando, desta forma, a divisão do Estado. Por sua vez, o II PND ao definir como

¹ O sul do Estado do Mato Grosso foi um grande aliado do grupo político paulista responsável pela Revolução Constitucionalista de 1932 que tinha por objetivo derrubar o governo provisório de Getúlio Vargas e promulgar uma nova constituição. Durante o período deste conflito armado de cunho econômico, ocorrido entre os meses de julho e outubro de 1932, a porção sul do Estado fora dividida se emancipando como Estado de Maracaju. A derrota do movimento pelo liderado por Vargas acabou com as intenções separatistas dos sul-matogrossenses. De acordo com Silva (1996), “a idéia da divisão do Estado de Mato Grosso agradava aos sul- matogrossenses e desagradava aos centro-matogrossenses. Para os primeiros, a divisão do Estado significava, acima de tudo, a libertação política que há muito tempo os oprimia pela ação do centro, barrando-lhes as pretensões econômicas. Para os centristas, a separação do sul significava, entre outras justificativas, a perda da maior parte da arrecadação tributária do Estado como um todo, só comparável com uma ajuda federal significativa” (Silva, 1996:167). Para um aprofundamento das questões que envolvem a divisão do Mato Grosso ver Silva (1996).

prioridade a construção da rodovia BR 163 e destinar 100 Km de cada lado da rodovia para projetos de colonização estimulou o fluxo migratório para a região norte do Mato Grosso², na época com baixa densidade demográfica, muito embora fosse na sua maior parte habitada por comunidades indígenas. A mensagem ideológica veiculada na mídia impressa e falada em todo o país era que o Mato Grosso configurava-se como uma nova fronteira agrícola disseminando a idéia de “terra prometida” ou “Eldorado” a fim de incentivar a migração interna e consolidar a ocupação dos ditos “espaços vazios³” do território nacional. Um grande número de projetos de colonização foi executado na região atraindo grande fluxo de migrantes, sobretudo, da região sul do país, onde os conflitos por terra haviam se intensificado. Especialmente, nas áreas onde estava sendo aberta a rodovia BR 163, como é o caso de Lucas do Rio Verde.

Cena 2: Nos Pampas gaúcho...

Meados de 1976.

A escassez de terras no Rio Grande do Sul (fechamento das fronteiras agrícolas) aliada às dificuldades de reprodução social⁴ camponesa, em virtude de numerosos núcleos familiares, fez com que um grande número de famílias de pequenos produtores vendesse um pedaço de terra no sul e comprasse grandes extensões no Mato Grosso, sobretudo, na região onde se iniciava a abertura da rodovia BR 163, no bojo das políticas desenvolvimentistas do governo militar. Paralelamente, em 1978, cerca de 1.100 famílias de posseiros foram expulsas da reserva indígena de Nonoai, localizada no Rio Grande do Sul. Unidas por um mesmo objetivo, a luta pela terra, estas famílias montaram um acampamento à beira da estrada. O ambiente era tenso, o governo militar tentava desarticular e desmobilizar toda e qualquer organização em torno da reforma agrária. Os camponeses contavam com a força moral e política de setores progressistas da Comissão Pastoral da Terra incentivando-os a permanecerem no acampamento o que aos poucos favoreceu um sentimento de grupo, unido em torno da idéia de valorização da terra de trabalho, ou seja, terra possuída por quem nela trabalha (Gehlen, 1985; Lechat, 1993). Em setembro de 1979 uma parte dos acampados ocupou duas áreas vizinhas, a Fazenda Sarandi e a Fazenda Brilhante, ambas localizadas no município de Sarandi (RS), com 1.600 hectares e 1.500 hectares respectivamente. Em março de 1981, aproximadamente 300 famílias remanescentes da reserva de Nonoai, os denominados “colonos de Nonoai” (Gehlen, 1985), montaram um novo e emblemático acampamento, o de Encruzilhada Natalino. Em maio do mesmo ano já eram 600 as famílias acampadas e, em virtude da capacidade de mobilização e resistência dos acampados em relação às

² Refiro-me ao Estado do Mato Grosso pós-divisão.

³ O discurso utilizado desde o governo Vargas até meados da década de 1970 concebia o território da Amazônia Legal como um “espaço vazio” a espera de projetos de colonização dirigida. Esta noção de “vazio” demográfico orientou as políticas públicas daquela região tida como uma fronteira que deveria ser ocupada mediante a intervenção direta do Estado e da iniciativa privada. Utilizo a expressão entre aspas a fim de reconhecer que diversas pesquisas relativizam a utilização deste termo. Sobre o assunto ver Tavares dos Santos (1993) e Becker, Miranda & Machado (1990).

⁴ O sistema de estratégias de reprodução social é definido por Bourdieu (1994) como o conjunto de estratégias através das quais a família busca reproduzir-se biológica e, sobretudo, socialmente, isto é, estratégias as quais lhes permitam conservar sua posição social, sua situação no universo social considerado. Nas palavras do autor “les stratégies de reproduction ont pour principe non une intention consciente et rationnelle, mais les dispositions de l'habitus qui tend spontanément à reproduire les conditions de sa propre production. Du fait qu'elles dépendent des conditions sociales dont l'habitus est le produit, c'est-à-dire, dans les sociétés différenciées, du volume et de la structure du capital possédé par la famille (et de leur évolution dans le temps), elles tendent à perpétuer son identité, qui est différence, en maintenant des écarts, des distances, des relations d'ordre et en concourant ainsi en pratique à la reproduction de tout le système des différences constitutives de l'ordre social” (Bourdieu, 1994 : 4-5).

pressões muitas vezes violentas do governo militar, Encruzilhada Natalino é considerado por muitos autores (Navarro, 1996; Gehler, 1985; Medeiros, 1983) o lugar histórico e simbólico do surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). No dia 30 de julho de 1981 é montado um cerco militar ao acampamento com a instalação de barreiras e presença de mais de 200 soldados e agentes da Polícia Federal. Ao mesmo tempo intensificavam-se as propagandas na mídia impressa e falada divulgando a imagem do cerrado matogrossense como um novo Eldorado. A idéia da “terra prometida” era propagada a fim de convencer as famílias acampadas a inserirem-se nos projetos de colonização no norte de Mato Grosso. A mensagem ideológica em torno da colonização tinha a intenção de criar um ambiente favorável à migração e adesão aos projetos de colonização. Além disto, existia uma rede social familiar que divulgava e fazia circular opiniões favoráveis de colonos que haviam migrado para a região (Tavares dos Santos, 1993). Passado alguns meses de luta, as alternativas viáveis e possíveis eram (1) proletarizar-se como trabalhadores urbanos ou em empresas rurais; (2) permanecer como camponês em situações precárias ou em uma de suas formas no Rio Grande do Sul ou (3) migrar para as áreas de frente de expansão na Amazônia em um dos projetos de colonização organizados/coordenados pelo governo (Gehlen, 1985, p.159). No final de agosto de 1981, o coronel Sebastião Rodrigues de Moura, mais conhecido como Coronel Curió, consegue convencer aproximadamente 130 famílias a migrarem para o Mato Grosso. No início de novembro dois representantes dos colonos sem-terra foram visitar as terras do projeto Lucas do Rio Verde (MT) e no final deste mesmo mês as primeiras famílias migraram para o Mato Grosso.

A descrição destas cenas tem a finalidade de contextualizar, historicamente, o cenário e os principais fatos que precedem e dão, em alguma medida, sentido a este trabalho. Ao lançar mão da linguagem teatral o objetivo é justificar a adoção de duas categorias centrais, a “trama” e o “drama” já enunciadas no título da tese. Trama é definida pelo dicionário como o “conjunto dos fios passados no sentido transversal do tear, entre os fios da urdidura” e pode também ser utilizado em seu sentido figurado como “enredo”, ou seja, um conjunto emaranhado de acontecimentos. A trama (ou enredo) é o arcabouço de uma narrativa, aquilo que dá sustentação à história e ao desenrolar dos acontecimentos ligados entre si. No sentido aqui utilizado, a trama é um relato de fatos vividos por personagens da vida real (e não fictícios como no teatro) e ordenados em uma seqüência lógica e temporal. Por sua vez, a palavra drama está associada à representação teatral da poética de Aristóteles e, grosso modo, significa ação. O modo dramático é utilizado na sua relação com a literatura tendo como elementos básicos as personagens, diálogos e ação. Diferentemente da narrativa teatral, a intenção aqui é dar voz aos personagens desta história e referir suas ações aos conflitos ou forças externas e/ou internas que as justificam e dão sentido. O drama é então aqui acionado para fazer referência à narrativa dos personagens da história a ser contada num tempo-espaço específico buscando respeitar o rigor metodológico e científico que requer uma tese. A idéia é que o *drama* ao invés de ser representado no palco e apreciado por espectadores será contado a partir das *tramas* às quais os personagens estão envolvidos e será analisado/apreciado por você leitor.

I. INTRODUÇÃO

“Que a força do medo que tenho
Não me impeça de ver o que anseio”.
Oswaldo Montenegro

1. Antecedentes

Como todo e qualquer trabalho acadêmico que vem de uma continuidade de reflexões, muitas vezes farei referência a fatos e dados já levantados e expostos na dissertação de mestrado. E de início um destes fatos está relacionado com a minha origem migrante.

Costumo dizer que sou migrante desde que me conheço por gente. Filha de pais gaúchos, nascidos no Estado do Rio Grande do Sul (RS), nasci em Londrina no Paraná (PR) em março de 1972. Ainda criança, por volta de 1976, no auge da ditadura militar, meus pais resolveram retornar ao Rio Grande do Sul. Fomos então morar em São Leopoldo, município localizado na região metropolitana de Porto Alegre (capital do Estado) cuja história está intimamente relacionada com o processo de colonização via imigração nos idos de 1824. Embora tenha sido colonizada inicialmente por açorianos, a fundação de São Leopoldo está associada à constituição de uma colônia com 39 famílias de origem alemã que chegaram ao seu destino em julho de 1824. Um fato marcante da minha infância foi a relação de trabalho e amizade que meu pai tinha com uma destas famílias de imigrantes e que lembro-me de tratarmos o chefe daquela família por “Alemãozinho”. Este tipo de denominação étnica é muito comum em áreas de colonização. O curioso é que nunca soube seu nome e até hoje quando estamos em reuniões familiares e fazemos referência àqueles tempos nos lembramos do “Alemãozinho”.

Estes dados são significativos porque desde cedo convivi no meio de imigrantes, onde o discurso da diferença se fazia presente cotidianamente. O jeito de falar, o sotaque e as comidas eram os elementos que naquela época me chamavam atenção. Lembro-me que minha melhor amiga de escola, ainda na primeira série, era uma descendente de alemães e foi frequentando a sua casa que tive os primeiros contatos com a sua cultura, onde via sua mãe preparar uma cuca, pão doce de origem alemã, ou um pote de *schmier*, mais conhecida localmente como chimia, uma espécie de geléia de fabricação artesanal feita com frutas e geralmente de consistência mais grossa que a geléia industrializada.

Alguns anos mais tarde, lá pelos idos de 1980, meus pais resolveram morar em Porto Alegre. Em 1990, logo depois que terminei o segundo grau⁵ meus pais resolveram migrar para o Mato Grosso, onde já morava parte da família de origem materna. Devido à crise econômica pela qual passava o país, meus pais enfrentavam sérios problemas de ordem financeira e, diante da “falta de expectativa de dias melhores” decidiram mudar-se de “mala e cuia” para Cuiabá, um lugar distante e desconhecido, na esperança de reconstruir a vida e proporcionar aos filhos melhores condições de existência. Mudar: mudar de cidade, de escola, de amigos, de lugar, foi algo que marcou muito a minha trajetória de vida e talvez, por isto, a temática migração me instigue tanto.

Ao chegar em Cuiabá, na época com 17 anos, fui procurar emprego e um dado curioso que na época chamou muito atenção era a nítida percepção que o fato de ser “gaúcha” abria as portas na hora da entrevista. Isto porque no dia-a-dia era muito comum encontrar e conhecer pessoas que haviam migrado da região sul para Cuiabá, e isto fazia com que me sentisse “em casa”. Vale aqui destacar que mesmo tendo nascido no Paraná, durante toda a minha adolescência escondia esta informação, pois me

⁵ Equivalente, atualmente, ao ensino médio.

considerava uma legítima “gaúcha”. Na época de escola freqüentava o Departamento de Tradição Gaúcha onde fui segunda prenda⁶, fazia parte da internada artística⁷ e cultivava os hábitos culturais como tomar chimarrão⁸. Ou seja, a minha referência identitária estava associada ao universo sócio-cultural gaúcho, mesmo porque depois que saímos de Londrina ainda era uma criança com aproximadamente cinco anos e nunca mais retornei e, portanto, não criei vínculos com aquele lugar.

Em 2000, dois anos após ter graduado em Economia na Universidade Federal do Mato Grosso, fui lecionar em uma universidade no interior do Mato Grosso, no município de Barra do Bugres. Foi então que tive contato com um fenômeno que chama atenção de qualquer visitante que tem oportunidade de viajar pelo interior do Mato Grosso. A realização de festas típicas gaúchas relacionadas com datas comemorativas do Rio Grande do Sul; a existência de Centro de Tradição Gaúcha em um número significativo de cidades do interior matogrossense; o hábito de tomar chimarrão em frente das casas, em estabelecimentos comerciais e em espaços de sociabilidade levando inclusive aqueles que não tem origem sulista a adquirir este hábito; a rivalidade das torcidas dos dois principais times de futebol do Rio Grande do Sul (Internacional e Grêmio); enfim, inúmeros dados que me fez perceber a constituição de algo semelhante à um “interior de gaúchos”. Estas questões me fizeram refletir sobre a imagem que o “gaúcho” (re)constrói de si mesmo e como impõe, em certa medida, essa identidade a partir da incorporação da sua cultura e dos seus costumes na vida cotidiana e imprimindo suas marcas no território em que vive, mesmo que distante de sua origem. E, assim, na minha dissertação de mestrado estudei e analisei o processo de (re)construção da identidade “gaúcha” no Mato Grosso colocando em relevo os aspectos culturais e o processo de (re)territorialização do migrante que se fixou no município de Lucas do Rio Verde.

Todavia, em virtude do tempo a que se limita uma pesquisa e diante da riqueza dos dados coletados em pesquisa de campo, inúmeras inquietações e indagações motivaram a continuação desta pesquisa no doutorado, agora com outro enfoque e problematização.

⁶ Prenda é o termo usado pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) no Rio Grande do Sul para denominar "mulher gaúcha". Um dos rituais promovidos no âmbito dos Centros de Tradição Gaúcha é o Concurso de Prenda, que no Movimento Tradicionalista “passou a ter um papel de grande destaque e atrair muitas meninas, jovens ou crianças, que desejam conquistar a faixa de Primeira Prenda do seu CTG, alimentando o sonho de tornar-se Primeira Prenda do seu CTG, da sua região ou ainda do Estado. Esse concurso tem diversas finalidades, internamente aglutina as mulheres em torno desse ideal, reúne filiados(as) nos diversos bailes onde acontecem os concursos, divulga o Tradicionalismo e, principalmente, educa as mulheres para “ser” Prenda” (Dutra, 2002: 92-94). Sobre este assunto ver Dutra (2002).

⁷ O termo “Internada” é comumente usado para designar o grupo de danças de um Centro de Tradições Gaúchas (CTG). Este nome é derivado de “Internada Artística”, que é o departamento do CTG responsável por esta área. De acordo com a idade dos integrantes, as Internadas são divididas em Mirim (até 11 anos), Juvenil (até 17 anos), Adulta (até 25 anos), Xiru (até 55 anos) e Monarca (acima de 60 anos). Fonte: <http://www.ctgsaudadesdaquerencia.com.br/invernada.html>.

⁸ Chimarrão é uma bebida servida quente de uma infusão preparada com erva-mate numa cuia de porongo e tem sua origem num hábito das culturas quíchua, aymará e guarani. A erva mate é encontrada principalmente no sul do Brasil e norte da Argentina e seu nome científico é *Ilex paraguariensis*. Atribui-se a esta bebida propriedades digestivas e estimulantes além de representar um “gesto de cordialidade do anfitrião ao receber um visitante”. O uso do chimarrão “nasceu sob o signo da hospitalidade” (Lessa e Cortês, 1985) e a roda de chimarrão é tida como um ritual de convivência fraterna onde a cuia vai passando de mão em mão num gesto de cordialidade, hospitalidade e amizade entre aqueles que compartilham da mesma bomba e tomam o mate até fazer roncar a cuia. Além de ser um hábito no Paraguai, Uruguai e Argentina, no Brasil é fortemente arraigado na região sul, principalmente no Rio Grande do Sul onde é considerado um elemento emblemático da cultura gaúcha.

2. Cortinas que se abrem...A escolha do Universo de Pesquisa

Quando as cortinas se abrem e o público se delicia com a magia do teatro, com o mundo de sonhos e fantasias incorporados num texto cujos os atores são meros instrumentos, geralmente esquecemos que por trás de toda encenação existe um trabalho de pesquisa. Escolher o texto a ser encenado, traçar o perfil das personagens, montar a estrutura do espetáculo, tudo isto faz parte da árdua tarefa que não aparece (pelo menos concretamente) sob as luzes do palco e dos aplausos do respeitável público. A cada terceiro sinal quando as cortinas se abrem e o enredo é traduzido em palavras, atos e emoções, as pessoas envolvidas no processo sentem aquele “friozinho na barriga” e as dúvidas permeiam os pensamentos: será um bom espetáculo? Será que conseguirei traduzir em gestos e palavras a poética do texto? Será que a linguagem do corpo que fala expressará a intencionalidade do autor da obra? Será que estou no caminho certo? Será?

Iniciar uma pesquisa científica é semelhante à montagem de um espetáculo: é um caminho repleto de dúvidas e angústias por parte do pesquisador. As incertezas e o caos, já sublinhados por Prigogine (1996), revelam a complexa relação entre o pesquisador e o objeto de pesquisa. Para o autor, a natureza deixou de ser compreendida como um fenômeno simples e facilmente controlável, alterou-se a noção de controle e previsibilidade, para a de incerteza e probabilidade. Essa alteração mudou radicalmente a forma como o homem passou a produzir o conhecimento científico e a estabelecer relações com o mundo. Por seu turno, Moreira (2006) postula que o sentido da incerteza é devido a impossibilidade humana em apreender pelo pensamento todas as fenômenos captados durante a observação. O autor se alia a Prigogine ao entender a ciência como um diálogo com a natureza e todo conhecimento da realidade contém um mistério (ou incerteza), algo não acessível ao ser humano, ou seja, o ser humano natural objetivo é relativo ao que não é ser humano, portanto, é reconhecido a partir da compreensão sistêmica de diferenças (ou diversidade). A natureza não é em si uma coisa separada, ela é sempre relacional, multi-dimensional e existe sempre na relação.

Quando escolhi (ou defini) meu objeto de pesquisa não tinha está clareza de que o natural e o social estavam imbricados qualquer que fosse a porta de entrada da pesquisa. Minhas incertezas estavam no âmbito da inserção em campo e a vigilância a que me submetia inconscientemente estava vinculada àquilo que havia aprendido na disciplina de metodologia. A dialética aproximação-distanciamento de Zaluar (1986), a ruptura com o senso comum de Champagne (1998) e o reconhecimento de pré-noções de Bourdieu (2001) me tensionavam a todo momento. A preocupação inicial era, justamente, com o envolvimento afetivo que tinha com o universo pesquisado. Até que ponto reconheceria as pré-noções? Até que ponto conseguiria exercer o movimento dialético de aproximação-distanciamento? Enfim, dúvidas, anseios, incertezas que me acompanharam durante todo o processo.

O ser “gaúcha” faz parte do meu *ethos* e, portanto, tensionou a todo momento a minha narrativa. É por meio da fenomenologia de Maldonato (2001) que hoje compreendo o caminho por mim percorrido. A minha experiência vivida como “gaúcha”, que inicialmente encarei como algo negativo, passou a ser fundamental para a elaboração de questionamentos e na busca de um “olhar fenomenológico”. Neste sentido, “a experiência vivida, portanto, só pode ser concebida mediante a experiência vivida, ou seja, apenas à medida que poderei reviver dentro de mim alguma coisa que tem a ver com o que o outro está me comunicando” (Maldonato, 2001:99). O que ocorre é que cada fenômeno é analisado a partir de uma “constelação de olhares” capaz de produzir diferentes visões.

Moreira (2006) chama atenção para existência de uma matriz hegemônica do conhecimento científico que ainda postula um saber neutro indiferente às assimetrias de poder. Segundo o autor, o olhar disciplinar do cientista (observador) revela apenas registros de uma dada existência ou de suas *experiências vividas* e “nunca a própria existência. Diferentes observadores, sob circunstâncias também diferentes, concluirão verdades igualmente diferentes” (Moreira, 2006:20). Seguindo os passos do autor, a realidade que observei em Lucas do Rio Verde, as percepções acerca daquele microcosmo foi um registro único ou, como diria Whitehead (1994), um evento único. Um outro pesquisador deslocaria seu olhar para tal realidade social de maneira distinta da minha e nem por isto uma análise deslegítima a outra. O que temos são apenas olhares distintos sobre eventos também distintos, já que a apreensão do universo pesquisado se dá a partir de dimensões espaço-temporais distintas. Para Whitehead tempo e espaço são abstrações e “sob diferentes circunstâncias, existem diferentes sistemas de verdades acerca do universo, naturalmente, apresentadas a nós como postulados acerca do espaço. Neste caso, o que um ser submetido a um determinado conjunto de circunstâncias entende por espaço será diferente daquilo que entende um ser submetido a outro conjunto de circunstâncias” (Whitehead,1994:198). Em outras palavras, as percepções em relação ao objeto de pesquisa se dão pela mediação do fluxo contínuo de eventos com uma determinada estrutura espaço-tempo, e pela mediação dos nossos conhecimentos e sentidos.

Ora, dito isto, é preciso realçar que a escolha do universo de pesquisa, como já dito, está relacionado com a continuação das reflexões iniciadas no mestrado. A existência de inúmeras questões a serem problematizadas, o amadurecimento teórico proporcionado com o término do mestrado e início simultâneo do doutorado foram os fatores que me motivaram a permanecer com a mesma temática. Por outro lado, não posso deixar de destacar a minha afinidade e motivação pessoal em dar seqüência ao estudo ligado à temática das migrações. Obviamente que a continuidade de uma pesquisa mantendo o mesmo universo a ser pesquisado apresenta fatores desfavoráveis e outros favoráveis.

No primeiro caso, a dificuldade em manter um dado estranhamento em relação à temática torna-se um desafio para o pesquisador que já tem alguma vivência com seu campo de trabalho. O afastamento necessário para as reflexões e condução da visão crítica do processo de observação, o que Tavares dos Santos (1991) define como vigilância epistemológica, torna-se um desafio para a pesquisa em todas as fases de sua realização. “Conhecer” o local e ter “afinidade” com o objeto a ser estudado pode tornar-se uma armadilha ao pesquisador que precisa estar sempre atento a fim de não perder o foco da pesquisa. Daí a importância e complexidade do estranhamento na construção do objeto científico onde a dialética aproximação-distanciamento se configura numa tensão constante entre o sujeito-pesquisador e objeto a ser pesquisado (Bourdieu, 2003; Cardoso, 1986; Zaluar, 1986).

Outro fator desfavorável foi o custo financeiro de se realizar uma pesquisa que exige uma viagem de longa distância, especialmente no caso do interior do Mato Grosso onde existe uma dificuldade de acesso o que torna tudo mais oneroso. Tanto que para realizar a pesquisa de campo além de recursos próprios contei com apoio financeiro do Núcleo de Pesquisa em Ruralidades, da Action Aid e do CPDA/UFRRJ.

À primeira vista, o conhecimento do campo e as relações pessoais estabelecidas anteriormente podem parecer um fator positivo, no entanto, o fato de continuar investigando o mesmo universo resultou, em alguns momentos, um dado negativo. Explico. Existe ainda muita história a respeito de Lucas do Rio Verde que não foi contada. Refiro-me a mortes, ameaças, pressão psicológica, violência, corrupção e

agressões às quais alguns dos personagens desta tese enfrentaram ao longo dos anos, fatos também realçados por Tavares dos Santos (1993) e Ribeiro (1987) em suas pesquisas. Querer levantar dados e informações sobre a experiência da colonização é, muitas vezes, como tocar num ponto nevrálgico da memória destes migrantes que, na maioria das vezes, não estão dispostos e tampouco abertos a esta experiência e o máximo que conseguimos diante de algumas perguntas é o silêncio como resposta. Naturalmente que mesmo este silêncio é um dado da realidade, conforme destaquei em Rocha (2006). Todavia caracteriza-se também como um fator limitante da pesquisa na medida em que não conseguimos acionar uma lógica de fatos e dados que ajude a constituir a colcha de retalhos de uma parcela da história de um lugar.

No que tange aos fatores favoráveis destaco três aspectos. O primeiro relaciona-se com um relativo amadurecimento teórico pós-mestrado possibilitado por três fatores: (1) a apresentação de artigos oriundos da dissertação em diversos espaços de debate (em congressos, seminários, encontros, etc.) foi de suma importância no desenvolvimento (ainda incipiente) de uma capacidade crítica em relação ao objeto de estudo; (2) a participação nas atividades desenvolvidas no interior do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (NIEM) com possibilidade de debater sobre as nuances do tema com estudiosos da temática abriram caminho para que pudesse focar meu olhar no universo pesquisado de maneira a construir novas indagações e (3) a leitura e debate de autores das mais diversas áreas do conhecimento nas disciplinas cursadas no CPDA. Todos estes fatores se revelam de suma importância ao considerar a formação multidisciplinar do CPDA a qual “mergulhei de cabeça”. Isto ficará evidente ao leitor na seleção dos autores das mais diversas formações acadêmicas com os quais estarei dialogando nesta tese.

O segundo aspecto está relacionado com a efervescência dos fenômenos sociais, culturais e econômicos vivenciados pela população de Lucas do Rio Verde. Isto fez com que as pessoas estivessem mais “abertas” a falar sobre suas vivências talvez porque ao falar sobre o assunto pudessem também refletir sobre o mesmo. O fato é que a coleta de dados e de informações durante esta pesquisa de campo não foi somente facilitada pela maior experiência da pesquisadora mas, também, pela disponibilidade dos personagens desta história em dividir suas vivências, sempre com as ressalvas evidenciadas no já ditos silêncios.

O terceiro aspecto favorável está relacionado com a opção de se realizar um estudo que considera o tempo presente⁹. Obviamente que para um historiador este dado talvez não tenha tanto significado, no entanto, é preciso reconhecer que para uma economista que se arrisca a dialogar com diversas áreas do conhecimento, um estudo que opta pelo recorte temporal que considera o tempo presente facilita desde a pesquisa empírica até a seleção de bibliografias e diálogo com os autores.

Finalmente, é preciso considerar que a minha trajetória migrante circunstanciou a escolha desta temática e, em virtude do meu envolvimento com o tema, muitas das análises aqui desenvolvidas contêm, apesar do meu esforço, minha percepção subjetiva sobre o universo pesquisado.

3. Justificativa

Ainda que inúmeros estudos relacionem variáveis demográficas associadas a fluxos migratórios, com o processo de transformação sócio-econômica de determinadas regiões o nexos¹⁰ entre migração interna e desenvolvimento é muito recente nas pesquisas das ciências sociais. A migração pode gerar impactos benéficos nas

⁹ Para esta discussão da história do tempo presente consultar Chauveau e Tétard (1999).

¹⁰ Tomo emprestada a expressão utilizada por Figueiredo (2005) para se referir a relação entre migração e desenvolvimento.

economias seja pela possibilidade de solucionar problemas estruturais de pressão demográfica ou de desemprego, seja pelo papel das diásporas na condução de políticas de desenvolvimento (Figueiredo, 2005). No campo de debate das migrações internacionais existe uma vasta literatura sobre esta relação. Estes estudos geralmente se debruçam sobre os dados referentes às transferências monetárias que os imigrantes fazem para seu país de origem, levando alguns autores a definir como co-desenvolvimento o resultado deste processo (ou nexos)¹¹.

O espaço fronteiriço da região amazônica alterou-se com a atuação de empresas colonizadoras, ancoradas em programas governamentais, cujos projetos e intenções foram medidos por padrões do mercado mundial, redefinindo e apropriando territórios, vendendo sonhos, projetando e planejando cidades, selecionando grupos de migrantes e direcionando as opções de crescimento e desenvolvimento da região.

No caso de Mato Grosso o que se observa é que uma significativa parcela das cidades emergentes no norte matogrossense são frutos de projetos de colonização viabilizados pelo Estado através da apropriação de terras devolutas (ou não) por segmentos que detêm capital e, principalmente, capacidade de organização em torno de cooperativas que viabilizaram a rápida ocupação territorial¹².

A “ocupação”¹³ deste espaço ocorreu de forma mais efetiva na área cortada pelo eixo rodoviário BR 163 - Cuiabá-Santarém, valendo-se de uma conjuntura favorável que aliou a presença de grandes extensões de terras passíveis de serem apropriadas (aparentemente livres de disputas) à situação de pressão e conflitos em áreas que se minifundizaram ou que passaram por intensa capitalização¹⁴ do processo produtivo.

As diversas pesquisas acadêmicas¹⁵ que analisaram este fenômeno migratório tiveram seu vigor e seu auge ao mesmo tempo em que o norte matogrossense assumiu uma dimensão de grande relevância no cenário econômico nacional com a decorrente expansão do agronegócio aliado à tecnologia de ponta, investimentos em pesquisa, parcerias público-privada, etc. Nota-se, atualmente, a necessidade estudos que analisem este processo e as transformações ocorridas naquele espaço fronteiriço que figura como um pólo de desenvolvimento no Estado.

Na segunda metade dos anos 1970 os projetos de colonização dirigida assumiram formatos próprios devido a ação direta do Estado e ao padrão de ocupação proposto. A expansão das fronteiras agrícolas deu-se mediante a criação de cidades, planejamento do fluxo migratório e estímulos a empreendimentos agropecuários que representassem investimentos de longo prazo em tecnologia e produção. O *boom* da expansão e produção de soja no Mato Grosso está diretamente relacionado a este processo (Lima, 2008 e Bernardes, 2007). De acordo com Bernardes (2007) entre 1985-1995 a produção da *commodity* teve incremento de 264% representando o total de 5.498.104 toneladas produzidas. A autora destaca que os municípios de Campo Novo do Parecis, Sorriso, Nova Mutum, Diamantino e Lucas do Rio Verde, todos localizados no

¹¹ Dentro deste escopo teórico sugiro as obras de Guilmoto e Sandron (2003), Bernard (2002), Green (2002) e Wenden (1999).

¹² Em 1980 Mato Grosso tinha 38 municípios, passou para 117 em 1991, 126 em 1996 e em 2004 registrou 139 municípios. A maioria dos recém criados municípios está localizada na parte norte do território.

¹³ Utilizo aspas para colocar ênfase à idéia expressa nos programas governamentais de que se tratava de uma política direcionada aos “espaços vazios” do oeste brasileiro. A noção de espaço vazio está relacionada com a baixa densidade demográfica e a falta de infra-estrutura.

¹⁴ Refiro-me aqui à mecanização e incorporação de novas tecnologias no campo visando maior competitividade e por isso, necessitando de maior investimento de capital no meio rural.

¹⁵ Merece destaque as pesquisas de Tavares dos Santos (1993); Oliveira (1983); Castro et al (1994) e Guimarães (1988).

norte matogrossense, responderam por 44% da produção do Estado neste período. Este dado ilustra a importância econômica que a região assume no contexto regional e coloca em relevo o fato destes pólos produtivos se localizarem em algumas cidades planejadas por projetos de colonização particular (ou privada) organizados, geralmente, por cooperativas do sul do país.

A porção norte matogrossense é uma área onde há concentração deste tipo de colonização, sobretudo, no eixo da rodovia BR 163 para onde o governo brasileiro direcionou programas como POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (1975) e o PRODECER – Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados (1974)¹⁶. Estes programas faziam parte do Plano Nacional de Desenvolvimento (I e II PND) e incentivaram a “modernização da agricultura” aliando a expansão da fronteira agrícola e ocupação dos ditos “espaços vazios” com o direcionamento e intensificação dos fluxos migratórios para a região.

Investigar e analisar o nexos causal entre migração e desenvolvimento a partir de um estudo de caso no município Lucas do Rio Verde, localizado na porção meridional da Amazônia Legal¹⁷, é o objetivo deste trabalho. Esta escolha está associada à experiência acumulada de pesquisa na região que permitirá um aprofundamento das reflexões iniciadas anteriormente. A opção por este recorte espacial se justifica pelas seguintes características do município: (1) cidade planejada e projetada através de um projeto de colonização; (2) foi objeto de investimentos do PRODECER II; (3) colonizado por intenso fluxo migratório de sulistas, (4) têm como principal atividade econômica o agronegócio e (5) em 22 anos de emancipação político-administrativa figura como a 11ª economia do Estado de Mato Grosso registrando expressivos indicadores sócio-econômicos.

A análise de alguns indicadores sócio-econômicos denota, por sua vez, a relevância desta pesquisa. Nas tabelas 1 é possível constatar o intenso crescimento populacional do estado que reforça o argumento do intenso fluxo migratório especialmente entre 1960-1980 período se observa índices superiores aos registrado no mesmo período no Centro-Oeste e Brasil. A partir da década de 1990 ocorre um decréscimo expressivo dos índices, muito embora, continuem a registrar taxas superiores às do país.

Tabela 1
Taxa média geométrica de crescimento anual Mato Grosso, Centro-Oeste e Brasil

Período	Taxa média geométrica de crescimento anual (%) - TGC		
	Mato Grosso	Centro-Oeste	Brasil
1940 / 1950	0,96	3,3	2,34
1950 / 1960	4,19	5,45	3,04
1960 / 1970	6,51	5,6	2,89
1970 / 1980	6,62	2,98	2,48
1980 / 1991	5,38	3,01	1,93
1991 / 1996	1,9	2,18	1,36
1996 / 2000	2,81	2,6	1,97
1991 / 2000	2,31	2,37	1,65
2000 / 2003	1,92	1,91	1,37

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 - contagem populacional de 1996.

Elaboração: SEPLAN-MT / Superintendência de Informações - 2004.

¹⁶ Para um melhor entendimento dos objetivos destes programas ver capítulo 1.

¹⁷ A atual área de abrangência da Amazônia Legal corresponde à totalidade dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e a porção oeste do Maranhão totalizando uma superfície de aproximada de 5.217.423 km² que correspondente a 61% do território brasileiro.

Tabela 2
Evolução da População Residente – Lucas do Rio Verde - MT

Município									
	1991			2000			2007*	2009*	2010
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Total	Total
Lucas do Rio Verde	6.693	4.332	2.361	19.316	16.145	3.171	30.741	33.556	45.134

Fonte: IBGE. Dados produzidos pela Associação Matogrossense dos Municípios - AMM.

* População estimada

Os dados referentes à população residente em Lucas do Rio Verde (tabela 2) estão disponíveis apenas a partir de 1991 e associados a eles três componentes merecem destaque. O primeiro está relacionado com o constante e agudo crescimento populacional no período 1991-2000 quando a população residente no município praticamente triplica. O segundo relaciona-se a intensificação do fluxo migratório para o município no período entre 2000-2010. De acordo com os dados preliminares do Censo 2010 divulgados pelo IBGE a população de Lucas aumentou aproximadamente 135,75% no período. Cabe aqui esclarecer que durante a pesquisa de campo em 2008 procurei junto aos órgãos municipais informações sobre a evolução populacional e o que ouvia era a dificuldade do município em estabelecer uma contagem estimada em virtude do fluxo contínuo e diário de chegada de migrantes. Em uma destas ocasiões um dos interlocutores comentou que no dia da eleição tinha constatado mais pessoas na fila para justificar do que para votar. Este dado me instigou a procurar o Cartório Eleitoral no município onde obtive as informações sintetizadas na tabela 3.

Tabela 3
Síntese dos Pleitos Eleitorais 2004, 2006 e 2008

Ano	VOTOS				JUSTIFICATIVAS (b)	FALTOSOS (c)	TOTAL GERAL (a+b+c)
	Nominais	Nulos	Branco	Sub-total (a)			
2004	12.889	372	131	13.392	3.199	1.337	17.928
2006							
Presidente	14.377	492	316	15.185	3.342	3.323	21.850
Governador	13.495	972	718				
2008	16.165	1.025	855	18.045	6.803	4.070	28.918

Fonte: Justiça Eleitoral 21ª Zona/MT - Lucas do Rio Verde. Dados organizados pela autora.

Os dados de 2004 e 2008 referem-se às eleições municipais.

A comparação dos números do pleito de 2008 em relação ao de 2006 demonstra um significativo aumento de votos nominais, brancos e nulos, porém é notável a ampliação do número de justificativas de 3.342 em 2006 para 6.803 em 2008, resultando num aumento da ordem de 103,56%. Nota-se que este percentual acompanha a lógica ascendente constatada no aumento populacional subscrevendo a constatação de um intenso fluxo migratório e está relacionado com a implantação de uma agroindústria do setor de alimentos no município. Alguns aspectos referente a instalação desta empresa serão analisados no terceiro capítulo.

O terceiro componente que destaco na tabela 2 é a predominância da população urbana em relação à rural, embora a agricultura e a pecuária sejam responsáveis pela dinamização econômica do município. O alto índice de urbanização do município coloca em pauta a complexidade da relação campo-cidade ou rural-urbano. O

*continuum*¹⁸ da relação campo-cidade na contemporaneidade se sustenta numa ambiência onde os discursos sobre desenvolvimento são impulsionados pelos processos de ressignificação do mundo rural promovidas pela abertura dos mercados, novas formas de relações de trabalho, e redimensionamento do papel do Estado (Moreira, 2006).

Tabela 4
Lavouras Temporárias - Área Plantada - Lucas do Rio Verde - MT
(em hectares)

Produto	1991	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Abacaxi	***	6	6	6	6	6	6	6	--
Algodão Arbóreo	800	9.880	10.661	6.000	5.000	14.955	9.765	7.102	15.015
Arroz	8.778	8.000	3.000	2.300	1.400	1.760	1.720	815	160
Cana de Açúcar	***	60	60	***	***	***	***	***	***
Feijão	364	300	310	310	310	327	507	130	1.000
Mamona	***	1.000	***	***	***	***	***	***	***
Mandioca	***	40	40	40	40	40	40	40	***
Melancia	25	160	80	40	60	***	27	6	***
Milho	4.245	71.000	77.466	122.500	140.000	100.290	146.248	147.057	175.073
Soja	36.760	160.000	175.000	180.000	200.500	216.237	221.906	224.420	215.535
Sorgo granífero	11.200	8.000	7.000	3.000	10.000	7.000	2.500	3.750	5.000
Tomate	***	12	12	8	8	8	8	8	***

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Dados produzidos pela Associação Matogrossense dos Municípios - AMM.

Tabela 5
Lavouras Temporárias – Quantidade Produzida - Lucas do Rio Verde - MT
(em toneladas)

Produto	1991	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Abacaxi	***	180	180	180	192	180	180	180	--
Algodão Arbóreo	960	39.075	28.785	20.025	18.271	49.722	33.760	27.186	57.372
Arroz	14.193	19.200	9.399	7.110	4.872	4.846	5.892	1.712	480
Cana de Açúcar	***	3.000	1.500	***	***	***	***	***	***
Feijão	434	720	651	651	837	773	933	185	2.580
Mamona	***	1.500	***	***	***	***	***	***	***
Mandioca	***	800	800	1.000	800	600	600	600	***
Melancia	42	1.200	3.640	1.000	2.376	***	675	150	***
Milho	11.461	215.414	188.110	368.400	588.000	332.030	529.326	596.030	709.221
Soja	82.271	528.000	557.025	572.400	697.800	528.142	744.436	684.032	623.758
Sorgo granífero	14.050	14.400	16.800	8.400	30.000	10.500	5.500	7.875	12.000
Tomate	***	720	480	400	388	320	320	160	***

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Dados produzidos pela Associação Matogrossense dos Municípios - AMM.

Nas tabelas 4 e 5 observa-se a evolução da área plantada e quantidade produzida em uma série histórica 2000-2007 em comparação aos dados de 1991. o cultivo da soja e do milho merecem destaque no município. Em 2001 verifica-se uma vigorosa redução da área plantada de arroz que se repete com menor intensidade nos anos subsequentes até chegar ao patamar de 160 hectares plantados em 2007. De acordo com Marta e Figueiredo (2006) o cultivo do arroz era tratado pelas instâncias governamentais como “cultura de abertura da fronteira e amansadora de terra” (Marta e Figueiredo, 2006:9). Isto demonstra que esta cultura utilizada inicialmente para correção da acidez do solo em áreas de cerrado foi sendo gradativamente substituída pela soja. Outro dado relevante é a redução da área plantada e produção de algodão em 2002. Isto se deve, provavelmente, ao alto custo de produção do algodão no cerrado o que leva os

¹⁸ A idéia de *continuum* e a relação campo-cidade é objeto de análise do capítulo 3.

agricultores a optarem por aumentar a área destinada à soja e milho. Os dados denotam a importância econômica do cultivo da soja e do milho em Lucas do Rio Verde. O plantio direto é caracterizado pelo cultivo de soja no verão sucedido na rotação de cultura pelo milho, sistema que no Mato Grosso é chamado de cultivo de milho safrinha. O clima do cerrado matogrossense apresenta duas estações bem definidas: o período de chuvas que compreende os meses de outubro a abril e o período das secas de maio a setembro. Esta peculiaridade climática permite aos produtores plantarem soja no fim de setembro até meados de outubro para logo após realizar a colheita em janeiro/fevereiro e na sequência cultivar o milho safrinha com significativo potencial de produtividade. Ao comparar os dados de 2004 em relação a 2005 temos a seguinte produtividade: o cultivo do milho em 2004 registrou 3,310 toneladas/hectares e em 2005 foram colhidos 3,619 toneladas/hectares; no cultivo de soja os números são ainda mais expressivos pois a produtividade de 2,442 toneladas/hectares de 2004 ficou aquém das 3,354 toneladas/hectares produzidas em 2005. Além disso, a evolução da área plantada além de denotar a importância destas duas commodities para a economia do município indica a produção em larga escala.

Os indicadores agropecuários do IBGE (2003) destacam Lucas do Rio Verde como o maior produtor nacional de milho com 588.00 toneladas que representa 1,2% do total nacional. Já o estudo produzido por pesquisadores do Instituto de Economia Agrícola da Agência Paulista de Tecnologia do Agronegócio (APTA) destaca Lucas como o 2º município com maior produção de grãos em 2003 com 1.339.780 toneladas produzidas, correspondente a 1,07% da produção nacional.

Tabela 6
Estrutura Fundiária - Lucas do Rio Verde - MT

Área	Nº de Imóveis	Área Total	%
Até 10 ha	8	66,0	0,02
De 11 a 50 ha	23	611,4	0,17
De 51 a 100 ha	21	1.990,0	0,55
De 101 a 200 ha	146	28.318,0	7,76
De 201 a 500 ha	139	53.375,0	14,62
De 501 a 1000 ha	98	72.519,0	19,87
De 1001 a 5000 ha	60	97.743,0	26,78
Acima de 5000 ha	6	110.364,6	30,24
Total	501	364.987,00	100,00

Fonte: Prefeitura Municipal, 2005.

A gleba Lucas do Rio Verde foi planejada¹⁹ pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) prevendo uma estrutura fundiária com lotes de 200 hectares. Esta estrutura original passou por diversas modificações decorrentes do modelo produtivo empresarial, tendo como carro chefe o agronegócio da soja. A análise da tabela 6 permite observar que as propriedades até 500 hectares representam apenas 23,11% e, em contrapartida, as propriedades com área entre de 500 e 5.000 hectares representam 46,65 e propriedades acima de 5.000 hectares somam 30,24% do total. Os dados denotam a concentração fundiária do município decorrente, principalmente, da produção de soja em larga escala. Este argumento é ratificado pela condição de uso e

¹⁹ A história de criação do município será abordada no capítulo 2.

ocupação do solo apresentada na tabela 6 onde 57,66% das terras são utilizadas nas lavouras.

Tabela 7
Utilização das Terras – Lucas do Rio Verde - MT

Utilização das Terras	Área (ha)	%
1. Lavouras	211.032	57,66
2. Pastagens	20.071	5,48
3. Reserva	133.651	36,52
4. Núcleo Urbano	1.226	0,33
Total*	365.980	100,00

Fonte: Prefeitura Municipal, 2005.

* A diferença entre a área total apresentada nas tabelas 4 e 5 é resultante dos dados compilados pela Prefeitura Municipal no Plano Diretor/2005.

Embora se registre um aumento gradativo em todos efetivos de rebanho ao longo do tempo (tabela 8), o que se observa é a significativa expansão da avicultura e suinocultura no município na passagem dos anos 1990 para os anos 2000. Esta estratégia dos produtores locais resultou no recente investimento em 2006 de aproximadamente 800 milhões de reais da empresa Sadia S/A, agroindústria de produção e distribuição de gêneros alimentícios congelados e resfriados. A implantação de um verdadeiro complexo agroindustrial em Lucas, de acordo com os gestores públicos locais, está relacionada com o que denominam de 2º ciclo econômico do município objetivando a diversificação da atividade produtiva²⁰.

Tabela 8
Pecuária - Efetivo de rebanhos (cabeças) - Lucas do Rio Verde – MT

Tipo de Rebanho	1991	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Asinino	10	20	20	20	20	5	5	5	7
Bovino	20.768	27.537	25.044	24.762	20.501	17.044	15.456	15.543	27.789
Bubalino	***	***	***	***	***	5	5	91	91
Caprino	40	227	232	235	255	255	268	281	290
Equino	15	725	725	728	743	743	721	757	625
Galinha	1.057	52.261	53.829	55.445	55.443	55.443	58.215	64.036	23.230
Galo	6.104	18.602	19.160	19.735	19.734	39.734	20.721	22.793	182.000
Muar	10	62	63	64	68	68	66	69	84
Ovino	14	1.346	1.386	1.398	1.663	1.663	1.779	1.804	2.231
Suino	2.865	30.861	32.028	54.632	32.988	82.050	86.362	94.990	107.000

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Dados produzidos pela Associação Matogrossense dos Municípios - AMM.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um indicador que a partir da conjugação das variáveis educação, longevidade e renda calcula a capacidade de desenvolvimento de uma sociedade. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD este indicador permite enfatizar os problemas de desenvolvimento numa perspectiva mais humana, social e sustentável já que suas três

²⁰ O processo que deu origem a instalação desta fábrica no município será analisado no capítulo 3.

dimensões têm a mesma importância no cálculo do índice, que pode variar de zero a um: quanto mais próximo de um, melhor o nível de desenvolvimento do município.

O Índice Municipal de Desenvolvimento Humano - IDH-M é, assim como o IDH, um índice que mede o desenvolvimento humano de uma unidade geográfica. Como o IDH foi concebido para ser aplicado no nível de países e grandes regiões, sua aplicação no nível municipal tornou necessárias algumas adaptações metodológicas e conceituais para garantir a homogeneidade do cálculo dos índices. O fato dos municípios serem unidades geográficas menores faz com que o PIB per capita não seja um bom indicador da renda efetivamente apropriada pela população residente, e a taxa combinada de matrícula não seja um bom indicador do nível educacional efetivamente vigente no município. Esses indicadores foram substituídos, respectivamente pela renda familiar per capita média do município e pelo número médio de anos de estudo da população adulta (25 anos ou mais). Além de representar melhor as condições de renda e de educação efetivamente vigentes no nível municipal, eles podem ser obtidos diretamente dos Censos Demográficos.

Tabela 9
Ranking dos dez maiores municípios do Estado de Mato Grosso em IDH-M – 2000

Municípios	2000				
	IDH-M			IDH-M	Ranking
	Longevidade	Educação	Renda		
Sorriso	0.805	0.869	0.797	0.824	1º
Cuiabá	0.734	0.938	0.790	0.821	2º
Lucas do Rio Verde	0.805	0.882	0.766	0.818	3º
Cláudia	0.802	0.848	0.789	0.813	4º
Campos de Júlio	0.804	0.849	0.778	0.810	5º
Campo Novo do	0.745	0.866	0.815	0.809	6º
Sinop	0.802	0.874	0.746	0.807	7º
Primavera do Leste	0.775	0.879	0.762	0.805	8º
Alto Taquari	0.791	0.845	0.777	0.804	9º
Sapezal	0.807	0.838	0.763	0.803	10º

Fonte: PNUD / IPEA / FJP / IBGE.

Elaboração: SEPLAN-MT / Superintendência de Informações – 2004.

Classificação segundo IDH: Elevado (0,800 e superior), Médio (0,500 - 0,7999) e Baixo (abaixo de 0,500)

Lucas do Rio Verde registra o 3º melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) do estado de Mato Grosso (tabela 9). De acordo com dados do PNUD em 1991 o IDH do município era de 0,762 e no ano 2000 passou para 0,818. O indicador educação é o que assume o maior peso relativo em relação aos demais indicadores, longevidade e renda. A análise dos dados segmentados aponta para um dado expressivo: em 1991 o índice de analfabetos entre 7 e 17 anos era de 4,62% e em 2000 este índice caiu para 2,63%. Os programas municipais na área de educação são destaques também no discurso sobre a cidade, principalmente por terem servido de referência para o Ministério da Educação no quesito merenda escolar.

Esta breve apresentação de alguns indicadores denota a pujança socioeconômica de Lucas do Rio Verde e, embora sejam significativos, o uso recorrente de imagens e discursos positivados sobre o município tem resultado numa visão de mundo idealizada do lugar. Neste caso, por tratar-se de uma cidade originária de um intenso fluxo migratório a representação deste grupo social identificado como migrante se dá no processo de des-re-territorialização, ou seja, no trinômio saída-mobilidade-chegada. Assim, a representação do território de origem e território de adoção é socializada,

moldada e modificada a partir de fatores subjetivos que definem as práticas sociais do ator que desenvolve a ação (Goffman, 1985). Entender o significado simbólico que estas ações e discursos engendram no imaginário social, cultural e político é um dos objetivos desta tese.

4. PROBLEMATIZANDO O OBJETO

Na primeira vez que me aventurei pelas estradas no interior do Mato Grosso, mais especificamente na região norte do Estado, sobretudo, nos municípios localizados às margens ou próximos da BR 163, como é o caso de Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde, Nova Mutuam, etc., percebi que qualquer reflexão sociológica, econômica, cultural ou social sobre os fenômenos que ali se processavam deveria considerar dois universos teóricos: o das migrações e o campo de debate sobre desenvolvimento. Estes dois escopos teóricos faziam parte das minhas intenções de pesquisa no mestrado, entretanto, por uma questão de tempo, de maturidade investigativa e por orientação da banca de qualificação abandonei a idéia de estudar os aspectos relacionados ao desenvolvimento e centrar meu olhar sobre os aspectos socioculturais na reconstrução da identidade social dos migrantes que se instalaram naquele espaço fronteiriço.

Durante a minha primeira inserção em campo (ainda no mestrado) uma categoria recorrente no discurso dos entrevistados era a de pioneiro. Historicamente, é usual a utilização desta categoria de auto-reconhecimento em áreas de intenso fluxo migratório na fronteira (Martins, 1997; Tavares dos Santos, 1993; Moog, 1981). A novidade é que o migrante que saiu do sul do país e se fixou nas franjas fronteiriças do cerrado matogrossense associa pioneirismo com empreendedorismo, idéia que desenvolvi até certo ponto em trabalho anterior (Rocha, 2006). Embora, não fosse meu objetivo central naquele momento de pesquisa, em praticamente todas as entrevistas o interlocutor fazia referências aos indicadores de desenvolvimento do município levando-me a questioná-lo: “a que fatores o senhor (a) atribui o desenvolvimento do município”. Prontamente, as respostas na sua maioria vinham carregadas de referência ao “espírito empreendedor”, ao “pioneirismo” e à capacidade de trabalhar segundo os preceitos do “cooperativismo” dos migrantes que ali se instalaram.

Vale aqui destacar que Lucas do Rio Verde, município localizado na região norte de Mato Grosso há 350 km da capital, Cuiabá, está situado às margens da BR 163 e tem sua origem relacionada à estratégia de integração nacional e expansão econômica da ditadura militar cuja construção da rodovia representou um dos principais empreendimentos e para onde um grande fluxo de migrantes sulistas foi atraído²¹. Estes migrantes são reconhecidos regionalmente como “gaúchos”.

Tal como na pesquisa realizada por Haesbaert (1995) em Barreiras, na Bahia²², o grupo de migrantes analisados empiricamente generalizam os indivíduos naturais dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná como “gaúchos”. Diante disto, utilizo a categoria entre aspas como opção metodológica para relativizar o conteúdo simbólico imanente ao seu uso já que incorpora, na realidade social analisada, nos termos de Berger & Luckmann (2004), uma determinada visão de mundo que envolve a construção de uma realidade social. Não é meu objetivo neste trabalho fazer uma discussão sobre os aspectos históricos, sociais, culturais, políticos e econômicos que envolvem a categoria “gaúcho”. Este termo é apreendido aqui como uma categoria

²¹ As políticas públicas que incentivaram este fluxo migrante serão estudadas no capítulo 1.

²² Partindo de uma análise densa sobre o conceito de território nas diversas vertentes teóricas, Haesbaert (1995) propõe o conceito de multiterritorialidade para compreensão das complexas relações espaciais no mundo contemporâneo. O conceito de multiterritorialidade servirá de aporte teórico neste trabalho. Para uma visão mais ampla e detalhada deste processo ver Haesbaert (1995 e 2004).

analítica utilizada no universo social pesquisado e, para tanto, elenco os principais aspectos e conteúdos importantes para esta análise²³.

A figura mítica do “gaúcho”, construída ao longo do processo de ocupação e formação do território rio-grandense, não tem uma origem única e incorporou várias significações até alcançar a denominação gentílica dada aos nascidos no Rio Grande do Sul. Historicamente, chamado de “guasco” e depois de “gaudério” o termo assumiu uma conotação pejorativa referindo-se a “ladrões de gado” e “vagabundos errantes” (Oliven, 1999). A utilização marginal e pejorativa desta categoria foi sendo gradativamente transformada evocando um componente heróico decorrente do seu envolvimento nas disputas de fronteira conferindo ao “gaúcho” uma aura de mito que envolve o passado de lutas e conflitos armados. Este verniz mítico consolidou sua imagem como um tipo social *sui generis*, oriundo da região dos pampas, em torno da figura do estancieiro (que em épocas de guerra assumia a função de general) e do peão (que assumia a função de soldado).

A representação mitificada do “gaúcho” associada com a lida do campo e valores como o heroísmo, valentia, coragem e honestidade serviu de elo entre estancieiros e peões e projetou, ideologicamente, o que Oliven (1991) denominou como a matriz da “fabricação do gaúcho”. A construção social da identidade gaúcha é atualizada, corroborada e referenciada a partir do tripé analítico: fronteira, conflitos e colonização. O caráter fronteiriço do Estado, primeiro elemento deste tripé, foi responsável pelo isolamento da região e sua tardia inclusão ao território nacional. Isto possibilitou a construção de um poderoso sistema de práticas e representações que adquirem força na imagem de um tipo humano positivo, capaz de grandes feitos como o “homem da fronteira” (Kaiser, 1999:39) ou o “sentinela da fronteira” (Haesbaert, 1995:115). O segundo elemento está relacionado com os diversos conflitos armados nos quais o Rio Grande do Sul esteve envolvido e que fazem parte do imaginário social do gaúcho levando Oliveira Vianna a afirmar que o “gaúcho é socialmente um produto do pampa, como politicamente é um produto da guerra” (citado por Oliven, 1999:54). E, o terceiro elemento refere-se ao tipo de povoamento do estado que é tido como singular em relação ao restante do país devido ao intenso fluxo imigratório europeu que resultou na colonização de diversas regiões do Estado. Importante reter este último elemento pois os “gaúchos” que migraram para o Mato Grosso são em grande parte descendentes de imigrantes alemães e italianos que julgam estar continuando a saga migrante dos seus antepassados.

O dado interessante e instigante deste tipo social é que para onde migram levam consigo uma tradição originária da região dos Pampas que associa o gaúcho como um tipo social campeiro e equestre. A maneira como é construída a identidade gaúcha está baseada num ícone que é a figura do “gaúcho equestre” que está montado no cavalo, uma pessoa forte, que enfrenta inimigos, que está associado ao estabelecimento das fronteiras brasileiras e lutou bravamente durante guerras. Este universo campeiro é recriado nos espaços de socialização que conhecemos como Centro de Tradições Gaúcha (CTG). É lá que o tempo heróico e histórico dos antepassados são rememorados e atualizados. A representação construída deste tipo social é corporificada nas atividades dos CTG’s e expressas na maneira de vestir, nas músicas, danças, festas, etc. Esta representação se tornou comum no Rio Grande do Sul, inclusive nas áreas de forte colonização alemã e italiana.

²³ Em Rocha (2006) analisei o processo de des-re-territorialização do migrante “gaúcho” no Mato Grosso tomando como estudo de caso o processo migratório ocorrido em Lucas do Rio Verde e colocando em relevo os aspectos culturais realçados na reconstrução desta identidade social. Para um aprofundamento sobre a construção identitária do gaúcho ver Fialho (2005) e Rocha (2006).

O migrante que saí do Rio Grande do Sul onde tinha 25 hectares para uma área de 1.000 hectares (às vezes maior) se torna, do seu ponto de vista, pioneiro. Pioneirismo é um símbolo e uma marca distintiva deste tipo social que ao migrar leva consigo todo um cabedal de representações que são acionais no território de destino estando referenciada por valores culturais e sociais do território de adoção²⁴. O gauchismo, este arsenal simbólico acionado pelo migrante, é fortemente baseado na idéia de que as pessoas estão enraizadas na terra. Praticamente em todos os estados da federação existem gaúchos trabalhando na agricultura. A terra é uma categoria forte e essencial para estes migrantes. Ao saírem da origem, eles tiveram que desenraizar para então fixar raízes em outro lugar, porém sempre mantendo um vínculo com aquilo que eles julgam lhes constituir a essência. Neste sentido, manter vínculo afetivo, emocional e cultural é importante para a (re)construção da identidade gaúcha.

É na relação de alteridade que o “gaúcho” constrói, firma e percebe seus atributos. Estas diferenças estão relacionadas ao sistema de valores deste grupo ligado às práticas familiares, religiosas e comunitárias que fazem parte de uma tradição cultural exaltadas como valores fundamentais (Mocellin, 1993) e podem ser sintetizados, neste caso, nas categorias “coragem”, “solidariedade”, “pioneiro” e “desbravador”. Grosso modo, a coragem por terem saído da origem e se aventurado num lugar desconhecido; a solidariedade em virtude da existência de uma rede social na migração que informa, conforma, orienta e estabelece vínculos de ajuda mútua entre as famílias migrantes e também entre o território de origem e o território de adoção; “pioneiro” e “desbravador” por julgarem terem sido os primeiros habitantes daquele espaço, ignorando a existência outros habitantes²⁵ e, portanto, são pioneiros e desbravadores por serem audaciosos, não terem medo de desafios e, com espírito empreendedor terem construído cidades, aberto novas frentes produtivas, investido em tecnologias de ponta e ser constantemente um agente de mudanças na fronteira.

Estas categorias são acionadas sempre que os migrantes fazem referência às dificuldades enfrentadas ao chegarem em Lucas, seja por enfrentarem a natureza intocada do cerrado, seja pela falta de infra-estrutura tanto no campo (devido a mata selvagem) quanto na cidade (pela inexistência de uma estrutura mínima, como escolas, igreja, etc.). A fala de um dos entrevistados sintetiza este sentimento: “porque quando a gente chegou aqui em junho de 82 só se via poeira. Se olhava para um lado e para o outro e não tinha nada”. A categoria “nada” refere-se à falta de infra-estrutura que garantisse condições mínimas de existência, fato que ocorreu em diversas outras áreas destinadas a projetos de colonização na fronteira. A inóspita civilização contrastante com a realidade social de origem (o sul), fez com que este grupo migrante se tornasse um protagonista da história da fronteira agrícola matogrossense. O migrante dotado com as mesmas características de bravura e coragem dos seus antepassados (imigrantes europeus), o pioneiro capaz de domar a exuberante natureza do cerrado matogrossense com a ação civilizadora de desbravar e transformar o ambiente selvagem em terra produtiva trazendo o desenvolvimento para a região. Se no caso analisado por Mocellin a figura do pioneiro como herói civilizador está associado àquele protagonista do progresso, no caso de Lucas do Rio Verde o pioneiro se percebe e é percebido pelos

²⁴ Martins utiliza as categorias “sociedade de adoção” e “sociedade de origem”. Para fins de aplicação teórica neste trabalho re-elaborei esta categoria utilizando-me do conceito de território. Adoto a concepção utilizada por Haesbaert onde o território “enquanto espaço-tempo vivido” é “sempre múltiplo” e “imerso em relações de dominação e/ou de apropriação” quer sob a ótica mais “concreta” e “material”, quer sob a ótica “imaterial” ou “cultural-simbólica” (Haesbaert, 2004:340).

²⁵ Vale ressaltar que não consegui identificar nenhuma fonte que comprovasse a existência de habitantes na região. Apenas, em uma das entrevistas, fizeram menção a existência de uma tribo nômade que habitava a região.

seus pares como o herói do desenvolvimento, aquele que por meio do “trabalho”, da “cooperação”, da “solidariedade” e do “empreendedorismo” (categorias acionadas pelos entrevistados) superou as adversidades impostas pela natureza a fim de garantir qualidade vida para a comunidade (Rocha, 2006:93). E são estes valores que diferenciam, do ponto de vista deste grupo social, “gaúchos” e “matogrossenses”. De acordo com uma das entrevistadas a “história de Lucas é a história de conquista do povo de Lucas”. Assim, por analogia, a história de Lucas é a história de conquista do povo “gaúcho” no Mato Grosso.

Lucas do Rio Verde tem sua origem relacionada com a agricultura. As famílias que ali se instalaram eram na sua maioria pequenos e médios agricultores que em virtude do esgotamento das fronteiras agrícolas no sul e conseqüente dificuldade de reprodução social familiar resolveram migrar em busca de melhores condições de existência. Ou ainda, eram trabalhadores rurais sem terras que foram assentados no projeto de colonização que deu origem à cidade. Lucas tem apenas 22 (vinte e dois) anos de emancipação político-administrativa e figura há mais de uma década como um dos principais pólos do agronegócio do Estado de Mato Grosso, com números expressivos de produção e produtividade de soja e milho e, atualmente, depois da instalação de uma agroindústria fábrica produção e distribuição de gêneros alimentícios, ocorreu um aumento expressivo no rebanho de suínos, bovinos e aves. A dinamização econômica do município em virtude da instalação desta fábrica foi responsável por um novo fluxo migratório, ainda em processo na região, de migrantes oriundos, sobretudo, da região Nordeste. Ademais, é possível verificar uma alteração nas estratégias locais de desenvolvimento²⁶ com a verticalização da economia local no intuito de transformar o município de produtor de bens primários (soja e milho) para exportador de bens industrializados. No entanto, para se credenciar ao mercado internacional os produtores locais tiveram que iniciar um processo de regularização fundiária e socioambiental das propriedades rurais a fim de compatibilizar desenvolvimento e conservação ambiental, exigência do mercado global. Esta transformação da sociedade local e até mesmo do padrão produtivo local coloca em relevo a relação global-local típica das sociedades contemporâneas. Estas “cidades do agronegócio” acabam por passar por um processo de recriação identitária, com mudança até mesmo do discurso colonizador. Neste caso, ao depois de desmatar o cerrado, os produtores se vêem na situação de reflorestar áreas degradadas da sua propriedade para atender aos preceitos do comércio internacional.

Neste sentido, algumas questões parecem pertinentes: qual a percepção de “desenvolvimento” acionada por este grupo social? Considerando as diferentes origens sociais dos grupos migrantes que ali se fixaram²⁷, como se expressa e se concretiza na cidade esta relação de alteridade? Em que medida a origem social dos “dramas” destes migrantes justifica e dá sentido às “tramas” do desenvolvimento? Quais os elementos que caracterizam e dão significado a esta “cidade do agronegócio”? Como se processam estas estratégias locais para atender demandas globais? Que papel desempenham os novos personagens desta história (migrantes de origem nordestina)? Haveria mudança no discurso colonizador dos migrantes instalados há mais tempo no local em relação aos recém-chegados? É possível identificar um discurso hegemônico na fronteira? Em que medida a configuração de uma diáspora ajuda a entender o ambiente e as relações de poder hegemônico e subalternos na fronteira? Como a trajetória de atores sociais com

²⁶ O novo fluxo migratório o qual faço referência será tratado no segundo capítulo, enquanto o novo padrão de desenvolvimento será temática abordada no terceiro capítulo.

²⁷ No segundo capítulo tratarei sobre os principais aspectos dos quatro fluxos migrantes identificados na pesquisa. As características de cada grupo serão abordadas a partir da trajetória familiar de quatro famílias.

origens distintas viabilizou e consolidou a construção de uma cidade de fronteira que em poucos anos tornou-se referência de desenvolvimento em todo Estado, quíça do país? Como explicar as articulações entre estratégias locais que visam atender demandas globais? Como entender este processo?

Estas questões orientaram meu olhar e colocam em evidência o escopo teórico e analítico a ser utilizado neste trabalho. Convém ressaltar que irei me referir ao desenvolvimento uma categoria nativa recorrente nos discursos destes migrantes, muito embora suas trajetórias e estratégias familiares sejam diferentes. Nas abordagens normativas sobre desenvolvimento usualmente o autor apropria-se de um conceito de desenvolvimento para analisar uma dada realidade social ou ainda estabelece um debate teórico sobre o conceito a fim de identificar aquele que melhor explica ou exemplifica um dado fenômeno social. A intenção aqui não é produzir teoria sobre o assunto, tampouco encaixar um conceito que explique o fenômeno em curso em Lucas do Verde. Ao dar “voz” aos personagens desta história pretende-se elencar alguns aspectos da visão de mundo do grupo social pesquisado a fim de desvelar as representações sobre desenvolvimento acionadas pelos migrantes.

Desse entendimento se desdobrou três hipóteses. A primeira hipótese é que o processo de territorialização do migrante de origem sulista em terras matogrossenses e a conseqüente forma de apropriação, controle e domínio (simbólico e material) do território são determinantes para a compreensão das representações de desenvolvimento acionadas naquele contexto social. A segunda hipótese é que as distintas estratégias de territorialização dos grupos migrantes, expressas em suas trajetórias, compõem assimetrias de poder que dão significado e interferem na configuração social e espacial do território e isto, por sua vez, passa a orientar as representações de desenvolvimento. Ou seja, no momento que os migrantes constroem objetivações e subjetivações no território em que vivem dão origem ao fenômeno da autopoiesis. Autopoiesis naquilo que o sujeito efetivo é capaz de criar e dar significado, não uma autopoiesis absoluta, mas sim relativa. Dado os elementos positivados acionados para se referir ao território, o “sucesso” desta realidade social é disseminado no interior de uma rede social multiterritorial - que (re) liga territórios de origem e de adoção - e pela mídia servindo de referência para outros projetos (sejam eles individuais ou grupais, de escala local, regional ou global). E por fim, mas não menos importante, a terceira hipótese é que a cidade foi planejada e projetada como uma estratégia de ocupação e controle da fronteira constituindo uma nova dinâmica territorial onde os espaços são apropriados e transformados em decorrência de uma articulação de interesses local-global.

O recorte temporal será 1964-2008. O período conhecido como “anos de chumbo da economia brasileira” ou simplesmente período ditatorial brasileiro é o pano de fundo da análise aqui estabelecida e justifica 1964 como opção metodológica de recorte temporal. Não é objetivo desta tese estudar e analisar os fatores que condicionaram o golpe que levou os militares ao poder. A década de 1970 é significativa pelos inúmeros programas setoriais de desenvolvimento criados pelo governo militar cujo objetivo era ocupar economicamente as áreas de fronteira e, portanto, foram políticas que estimularam a migração interna. O ano de 2008 se justifica por ter realizado no mês de novembro minha última inserção em campo, período no qual os dados etnográficos foram coletados e servirão para dialogar com a bibliografia especializada.

5. O TRAJETO TRILHADO E O CAMINHO METODOLÓGICO

Em setembro de 2005, quando ainda estava analisando os dados e entrevistas da minha primeira inserção em campo, percebi tinha em mãos um rico material de pesquisa

com entrevistas semi-estruturadas transcritas, reportagens de jornais locais, fotos, imagens, documentos e meu caderno de campo com anotações das observações e percepções registradas diariamente. Por conta do recorte analítico (objeto de pesquisa) e do tempo disponível para redigir a dissertação, não cheguei a utilizar todas as fontes e material coletado e resolvi utilizá-lo como fonte de pesquisa para elaborar meu projeto de doutorado. Foi então que, ainda cursando o mestrado, me submeti a seleção de doutorado no CPDA com um projeto ambicioso que tinha por objetivo analisar a existência (ou não) de um padrão de desenvolvimento na região norte matogrossense partindo de um estudo de caso em três cidades projetadas e planejadas por projetos de colonização. As três cidades elencadas foram Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop, todas localizadas ao longo da BR 163.

Após ter sido aprovada na seleção e ter iniciado o doutorado na sequência do mestrado, notei que precisava rever minhas perspectivas analíticas e de recorte temporal e espacial. Durante a participação no Seminário de Doutorado, a partir das críticas dos colegas e do professor da disciplina, Roberto Moreira, também meu orientador, pude perceber que estava com um projeto mais ambicioso do que aquilo que poderia realizar, tanto do ponto de vista de investimento financeiro, quanto do ponto de vista do tempo exigido para redação de uma tese. As críticas e considerações pertinentes da professora Verônica Secreto ao participar da avaliação do projeto apresentado no âmbito do seminário, assim como as considerações do meu orientador fizeram com que redimensionasse meu objeto de pesquisa estabelecendo como foco inicial a análise das *trajetórias e redes sociais dos migrantes “pioneiros” de Lucas do Rio Verde* com o objetivo de entender o *nexo entre migração e desenvolvimento*. Ou seja, abandonei momentaneamente a idéia de fazer um estudo comparativo para centrar meu olhar da configuração das redes sociais acionadas pelos migrantes que são percebidos e se percebem como pioneiros naquela realidade social.

Foi com este objetivo em mente que parti para minha segunda inserção em campo em maio de 2008 em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul (RS). A meta era ter acesso aos documentos oficiais do projeto de colonização Lucas do Rio Verde organizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/RS). O acesso às dependências do INCRA/RS ocorreu de maneira tranqüila, não houve resistência por parte dos funcionários em me dar acesso aos arquivos. O fato é que não existem arquivos, ou pelo menos na parte que me disponibilizaram não encontrei os documentos oficiais os quais necessitava ter acesso. O que encontrei foi uma série de correspondências trocadas via telex entre a sede do INCRA e a superintendência do Rio Grande do Sul sobre o assentamento em Lucas do Rio Verde. Boa parte destes textos eram editados e publicados no jornal oficial da entidade, os quais também tive acesso, muito embora não exista nenhuma preocupação por parte dos atuais funcionários em manter um acervo histórico deste material. As condições de armazenamento destes documentos eram lamentáveis, todos empoeirados, guardados em caixas e pastas sem o mínimo rigor de organização e limpeza. A desorganização era tamanha que após três dias de pesquisa os funcionários comentaram comigo que quase tinham jogado todas aquelas caixas no lixo, pois não sabiam “para que” serviria aquele “monte de jornal e correspondências velhas”. Mal sabiam que aqueles documentos fazem parte do acervo de um importante período da nossa história.

Além disto, com exceção de um funcionário mais antigo, os demais funcionários eram novos na instituição e não sabiam dar informações sobre o processo de assentamento dos colonos que saíram da Encruzilhada Natalino em direção a Lucas do Rio Verde. Eu já sabia por informação colhida em 2005, que o INCRA/RS havia organizado uma lista com o nome das famílias assentadas que receberiam uma ajuda de

custo e um rancho por mês. Minha idéia inicial era ter acesso a esta lista a fim de localizar as famílias migrantes que retornaram para o sul e as que ainda estavam no Mato Grosso no intuito de entrevistá-los. O fato é que em termos de acesso a documentos não obtive grandes avanços, apesar de reconhecer que algumas das correspondências foram de suma importância para que pudesse levantar informações sobre diversos aspectos do processo.

Por outro lado, em pesquisa realizada no Museu Histórico do Rio Grande do Sul e no Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa, ambos localizados em Porto Alegre, tive acesso a reportagens dos jornais da época que serviram como base documental e iconográfica. Estas fontes foram importantes para a redação do material de qualificação.

Em novembro de 2008, após a qualificação realizada em maio do mesmo ano, realizei a pesquisa de campo no Mato Grosso (MT) em dois momentos: uma parte do campo foi realizado em Cuiabá e a outra em Lucas do Rio Verde. Na capital, Cuiabá, o intuito era pesquisar no acervo INCRA/MT os documentos que pudessem elucidar todo o processo de construção e consolidação do projeto de colonização de Lucas. No primeiro dia, ao chegar na sede do INCRA/MT, percebi uma certa insegurança do funcionário responsável em viabilizar o acesso ao acervo de documentos. Somente no terceiro dia, após a realização de uma entrevista semi-estruturada com o referido funcionário e explicação da minha parte sobre os objetivos da pesquisa, pude acessar os documentos disponíveis. Ficou evidente que o acesso aos documentos só foi possível depois de estabelecida uma relação de confiança entre a pesquisadora e o funcionário da instituição, o qual chamarei aqui de José. Enfim, tive então acesso a fontes inéditas de pesquisa, tais como o estudo realizado para implantação do projeto de colonização de Lucas; relatório de ocupações irregulares, dentre outros. No entanto, um dos principais documentos para fins desta pesquisa infelizmente não obtive acesso: os processos judiciais INCRA/BR n^os 8934/81 e 1774/82 que tratam da desapropriação e arrecadação das terras da gleba Lucas do Rio Verde²⁸. Posteriormente, em conversa com superintendente do INCRA/RJ soube que existe uma grande possibilidade destes documentos estarem de posse do governo federal já que a área foi destinada como “prioritária para fins de reforma agrária” por decreto presidencial²⁹. Estes processos não se encontram nem nos arquivos do INCRA/MT, tampouco na sede do RS e, como se tratam de documentos do período militar, é possível que façam parte dos documentos sigilosos desta fase da história brasileira.

Um dado inusitado ocorreu durante os dias em que estive na sede do INCRA/MT em Cuiabá, localizada no Centro Político-Administrativo (CPA) cujo acesso através de transporte público é demorado. Num dia típico cuiabano com um sol de 40 graus na sombra, ao sairmos para o almoço José ofereceu-me carona para “descer” até a avenida principal onde poderia encontrar um restaurante. Foi então que ele e uma colega de trabalho me contaram que na época da colonização “ofereceram” lotes no assentamento de Lucas do Rio Verde, mas que ninguém “dava nada por aquele lugar” e que “ninguém da família topou ir para lá” onde estariam “bem se tivessem aceito”. Segundo José, “naquela época não tínhamos noção do que seria Lucas do Rio Verde”. Acionando suas lembranças sobre o processo, destacou que “muitos assentados não tinham tradição em lidar com a terra”, alguns fizeram empréstimos e não conseguiram quitar, outros venderam os lotes e foram para outros assentamentos e uma

²⁸ Apesar de não ter tido acesso aos processos em si, no capítulo 2 desta tese apresento uma análise dos documentos que foram consultados, bem como, as matrículas das terras, registradas no cartório de Diamantino, que foram objeto dos referidos processos.

²⁹ No capítulo 2 apresento detalhes do referido decreto-lei e seus desdobramentos.

outra parte retornou para o sul. José acompanhou todo o processo de regularização dos posseiros e a condução do assentamento das famílias oriundas do RS. Ele e sua amiga destacaram que o executor do INCRA oferecia lotes no núcleo urbano de Lucas mas que poucos funcionários na instituição na época aceitaram pois “ninguém queria ir pro meio do nada” porém “quem aceitou e foi, hoje está muito bem obrigado”. Estas informações reafirmam o processo já identificado anteriormente (Rocha, 2006; Zart, 1998) de que o próprio representante do INCRA forneceu terras indiscriminadamente não só no núcleo urbano, como se referiu José, mas também na área rural³⁰.

No Instituto de Terras do Mato Grosso (INTERMAT) o técnico que me atendeu explicou que toda a documentação referente Lucas do Rio Verde estava no acervo do INCRA/MT. Embora tenha insistido que nem toda documentação estava de posse do INCRA e que possivelmente dados sobre a desapropriação das terras pudessem estar no arquivo do INTERMAT, o fato é que não obtive acesso aos arquivos desta instituição para que pudesse confirmar (ou não) a ausência de documentos. Além disto, realizei pesquisa na biblioteca central da UFMT e adquire algumas bibliografias que haviam sido lançadas na época pela editora da universidade, cujo teor empírico e analítico estavam em consonância com meu estudo.

Após uma semana de pesquisa em Cuiabá, na madrugada do dia 17 de novembro viajei para Lucas do Rio Verde onde cheguei por volta das 6:00 da manhã. Logo na entrada da cidade percebi que muita coisa tinha mudado. Ao longo da rodovia muitas empresas haviam se instalado, em termos de paisagem quase não reconheci a entrada da cidade e, logo nos primeiros dias percebi que tinha alguma coisa diferente acontecendo ali. Eu não conseguia identificar mais Lucas do Rio Verde como aquela cidade que eu havia pesquisado três anos antes. Certamente que no período de três anos muita coisa deveria (e poderia) ter mudado, todavia, me refiro aqui a um ritmo, a uma intensidade definitivamente significativa.

Ao longo dos dias, esta percepção foi se confirmando. Na verdade preciso deixar evidente que minha surpresa com as transformações que ali se processavam era tamanha que nos primeiros dias de campo me perguntei várias vezes “onde estou?”; “o que está acontecendo por aqui?”. Isto fez com que a cada conversa, a cada observação, a cada inserção pelos cantos daquela cidade, novas questões surgissem, novas perspectivas analíticas sobre aquela realidade social se colocavam diante dos meus olhos. A fábrica surgiu um novo personagem naquele espaço fronteiro, um novo grupo migrante ali se instalava e isto alterava inclusive o padrão de ocupação e de configuração da cidade. Nas relações cotidianas ficava evidente que novos conflitos surgiam e havia um descompasso entre o discurso oficial das autoridades locais que destacavam os aspectos positivos do processo em curso e a percepção negativa de uma parcela dos habitantes. Tomando por base teórica a obra de Elias (2000) era evidente a configuração de um campo de disputa e conflitos entre os migrantes ali “estabelecidos”, os “gaúchos”, e aqueles “outsiders”, localmente reconhecidos como “maranhenses”, que estavam chegando.

Enfim, todas estes dados eram muito novos e instigantes e não conseguia (e não consegui) fechar os olhos para estas novas informações. Por isto, os trinta dias em que realizei a pesquisa de campo foram intensos do ponto de vista de coleta de dados, porém insuficientes para levantar todas as informações que eu precisava. É preciso registrar algumas facilidades de acesso aos entrevistados até por conta da experiência anterior, mas também a permanência de entraves como o fato de ser mulher, num universo machista como é o da administração pública, muitas vezes dificultando meu acesso aos

³⁰ As conseqüências deste processo serão objeto de análise do segundo capítulo desta tese.

dados e documentos. Outra dificuldade foi a locomoção em campo. Por exemplo, para eu ir de uma fazenda para outra era necessário contar com o apoio do agricultor em me levar de volta para a cidade, pois o acesso a táxi é restrito e oneroso.

Por outro lado, um dos fatores positivos que resultou numa motivação maior de pesquisa foi o fato de ter tido acesso às famílias de parceiros³¹. Até então eu sabia da existência de dez famílias de parceiros que ainda moravam ali, porém não sabia exatamente quem eram estas famílias e não tinha tido acesso às suas histórias (ou dramas). A história que conhecia era aquela contada por terceiros. Felizmente através de um informante já conhecido, consegui ter acesso a uma dessas famílias parceleiras e a partir deste primeiro contato consegui entrevistar outras famílias que vieram de Encruzilhada Natalino no projeto de assentamento conduzido pelo INCRA.

Do ponto de vista empírico, os dados coletados são de uma riqueza inestimável com novas informações possibilitando novos olhares sobre o processo afetando, sobremaneira, a definição clara e precisa do meu objeto de pesquisa. Após a pesquisa de campo fiquei completamente “perdida” por não saber mais identificar qual seria o meu objeto de pesquisa. Como estudar os migrantes pioneiros sendo que eu estava vivenciando e observando um processo tão intenso de transformação naquela região fronteiriça?

Logo depois que retornei da pesquisa de campo viajei para Paris, na França, onde fiz um estágio sanduíche financiado pela CAPES no *Centre de Recherche sur le Brésil Contemporain (CRBC)*, na *École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS)* sob orientação do Prof. Dr. Afrânio Garcia. A idéia então, naquele momento, era analisar a relação entre migração e desenvolvimento a partir do discurso dos personagens envolvidos naquele processo, porque assim eu poderia estudar e contemplar também as representações destes novos atores que estavam se inserindo naquela realidade social. Esperava com a experiência de ter acesso a novas bibliografias e outros olhares, aliado a uma nova inserção em campo no retorno ao Brasil, produzir algo de novo em termos teóricos.

A experiência na França foi muito rica do ponto de vista acadêmico, pelos contatos estabelecidos, pelas palestras assistidas, pelos seminários os quais participei, sobretudo, pelas reflexões em grupo onde pude contar com contribuições de colegas que foram importantes para o meu trabalho. No retorno ao Brasil, ainda com a cabeça efervescente de idéias e possibilidades, existia da minha parte a intenção de fazer uma grande reflexão teórica sobre a questão da migração, haja visto ter participado de vários debates e ter tido acesso à bibliografias específica sobre migração internacional que é um tema “quente” na Europa. O debate sobre a questões relacionadas aos imigrantes *sans papiers*³² aparecia a todo momento nos jornais, revistas, estudos, palestras e teses sendo defendidas sobre esta temática. Obviamente, que o olhar sobre uma migração interna é diferente daquele sobre imigração, mas do ponto de vista teórico existe um diálogo muito intenso entre um tipo de migração e outro. Então a idéia era investir num esforço teórico de verificar até que ponto a bibliografia produzida no âmbito das migrações internacionais poderiam ajudar a refletir sobre as migrações internas no Brasil e até mesmo dar um sentido e significado aos processos daí decorrentes.

Ao retornar ao Brasil em agosto de 2009, a intenção era fazer uma nova inserção à campo para que pudesse terminar de coletar dados e realizar as entrevistas que faltavam. Entrevistas estas que foram inclusive agendadas, mas em função de

³¹ De acordo com o artigo 4º, inciso da lei 4.504 de 30 de novembro de 1964 que dispõe sobre o Estatuto da Terra a categoria “parceleiro” é utilizada para se referir “aquele que venha a adquirir lotes ou parcelas em área destinada à Reforma Agrária ou à colonização pública ou privada”.

³² Imigrante que não possuem documentos que legalizem a sua permanência naquele lugar.

contratempos de ordens diversas não foram possíveis de serem realizadas naquele período³³, portanto, havia uma necessidade de retornar a campo. Todavia, aconteceu um impedimento de ordem pessoal, pois engravidei neste meio-tempo e tive que cancelar esta ida a campo.

Isto afetou sobremaneira a construção e definição do meu objeto de pesquisa. Com o material que tenho em mãos seria impossível do ponto de vista empírico responder a todas as questões as quais havia me colocado, no que se refere às trajetórias sociais e do discurso daqueles personagens da fronteira sobre desenvolvimento. Ficaria faltando alguma coisa, não tinha segurança de que o material empírico disponível me fornecesse subsídios suficientes para uma sustentação argumentativa. Então houve necessidade de redefinir o objetivo da tese. E este foi o grande *nó* no qual me vi envolta durante um longo tempo: como explorar este material que venho acumulando desde 2005? Como explorar os dados empíricos levantado em 2008, já que tenho documentos e entrevistas valiosas sobre aquele processo? Depois de idas e vindas, percebi que a todo momento as minhas referências e a todo instante o meu olhar estavam voltados para a cidade. As minhas observações eram sobre a vivência das pessoas na cidade, o quanto o campo e a cidade naquele espaço fronteiro estão relacionados. E, embora não tivesse clareza disto, existia uma hipótese investigativa que direcionava e conduzia o meu olhar de pesquisadora: o quanto a história daqueles personagens definiam e davam significado àquela fronteira e às estratégias de desenvolvimento adotadas naquele contexto.

Assim, a construção desta narrativa e sua lógica argumentativa tem o propósito de fazer emergir do discurso os elementos que acionam o imaginário em torno de uma percepção de desenvolvimento. O que é ser desenvolvido? O que é desenvolvimento a partir do olhar destes personagens da fronteira que vivenciam aquela cidade, vivenciam aquela realidade social.

Por tratar-se de um conceito polissêmico, o termo fronteira é utilizado no âmbito das políticas analisadas no primeiro capítulo ora com conotação política, ora com conotação econômica e, em alguns casos, até mesmo do ponto de vista cultural. Reconheço a existência de um amplo campo teórico no qual o conceito se inscreve no qual a leitura das distintas abordagens informam, em alguma medida, o emprego adotado nos capítulos a seguir. Contudo, ao invés de me aventurar numa discussão teórica³⁴ a qual julgo que outros pesquisadores já o fizeram de maneira densa e apropriada adoto a abordagem conceitual proposta por Aubertin e Léna (1988).

Para os autores existe uma manipulação do termo “fronteira” em discursos oficiais e pelos meios de comunicação que o generalizam como um fenômeno de “ocupação de zonas marginais”. Em suas opiniões, nem a colonização de uma área por um grupo em franca expansão, tampouco as políticas de Estado na promoção da colonização de determinados territórios supostamente não ocupados é suficiente para se falar de fronteira. “A manipulação pelo Estado do simbolismo da fronteira” para interferir no deslocamento de populações seja por razões geopolíticas, econômicas ou demográficas ignoram completamente outras “formas de ocupação do espaço próprias das populações autóctones”. Nesta apropriação do termo o “massacre dos índios aparece como indissociável da fronteira, pois sua expansão se efetua sempre em um espaço ideologicamente considerado como vazio” (vazio demográfico, vazio econômico, vazio cultural e até mesmo jurídico). É por isto, segundo Aubertin e Léna, que a “ideologia da

³³ Refiro-me aqui a pesquisa de campo realizada em novembro de 2008.

³⁴ São inúmeros os trabalhos que apresentam uma discussão teórica sobre fronteira. Indico para um aprofundamento teórico Becker (1988); Martins (1997); Osório (2001); Secreto (2001).

fronteira é nitidamente menos acentuada nos países sul-africanos que têm uma forte proporção de população ameríndia” (Aubertin e Léna, 1988:10-13).

Dito isto, os autores defendem uma abordagem de fronteira “como um componente do patrimônio tanto material quanto ideológico que determina as relações das sociedades com seu espaço”. Ao colocar ênfase nas subjetividades dos atores, sem perder de vista o aspecto material (e objetivo), a fronteira é neste sentido um espaço em construção e experimentação. Considerando estes aspectos os autores então definem fronteira “ao mesmo tempo como construção ideológica, traço cultural e conjunto de fenômenos concretos extremamente diversos (entre os quais o único elo é muitas vezes o fato de pertencer a um mesmo campo de representações) onde se encontra a presença do Estado em todos os níveis” (Aubertin e Léna, 1988:12).

Alerto para o fato de que, em alguns momentos, o termo ser empregado no seu sentido *stricto* em virtude do diálogo ou citação relacionada a um determinado tempo histórico, como ver-se-á no primeiro capítulo. Entretanto, a utilização do termo fronteira nos demais capítulos (2 e 3) tem por pressuposto teórico o conceito proposto por Aubertin e Léna.

De antemão, reconheço que uma das lacunas desta tese será um debate teórico mais intenso e pontual, pois a riqueza das fontes levantadas em campo (documentos, entrevistas, informações e observações) colocou-me diante do desafio de conciliar a exploração do material empírico, reflexões teóricas, escrita da tese aliada às limitações físicas impostas pela gravidez e, posteriormente, com a chegada do meu primogênito. Ou seja, este trabalho não tem por objetivo produzir grandes reflexões teóricas. A teoria aqui passa a ser investida nos fatos. Este método foi utilizado por José Sérgio Leite Lopes (1976)³⁵ em *O vapor do diabo*, um estudo de caso sobre a indústria de açúcar onde faz uma análise original entre o enfoque econômico de inspiração marxista sobre o processo de trabalho e a perspectiva antropológica. Ao escrever sobre o universo social dos trabalhadores da cana-de-açúcar no Nordeste o autor utilizou como método de trabalho “investir teoria nos fatos”, ou seja, é pegar um fato, um dado etnográfico e tentar entender a luz das teorias existentes, isto sem o objetivo de construir uma nova teoria, mas sim, fazendo com que os dados empíricos deixem falar e trazer consigo as teorias que possam ser acionadas para compreender determinado fenômeno social.

Longe de comparar este trabalho com a notável etnografia de Leite Lopes (1976), o intuito aqui é evidenciar a utilização da sua obra como fonte de inspiração metodológica. Neste sentido, investi na observação participante como método de trabalho de campo admitindo uma aproximação com a pesquisa etnográfica, mas reconhecendo que não é meu objetivo produzir uma etnografia. Tal opção exigiu um

³⁵ Desde o início de sua pesquisa, José Sérgio se afasta do modelo tradicional de pesquisas antropológicas por não apresentar uma rigorosa revisão e contextualização histórica, pois o autor deixa claro que não é seu objetivo estabelecer grandes reflexões teóricas. Tomando emprestada a expressão de Moacir Palmeira, o autor busca “investir teoria nos fatos” denotando o caráter metodologicamente singular do estudo. Por outro lado, a articulação entre os dados coletados e a teoria é apresentada ao leitor quase que como uma simbiose, onde a teoria deixa de ser intocada e é incorporada através da análise dos discursos dos operários da usina. Em sua tese o autor apresenta a visão dos operários do açúcar sobre o processo produtivo da usina e sobre a cooperação, com base, fundamentalmente, em três aspectos: (1) a própria auto-diferenciação interna dos operários, o que revela como a organização do trabalho industrial na usina incentiva a hierarquização das funções (LOPES, 1976:20); (2) a jornada de trabalho da usina e suas condições ambientais de trabalho, condição necessária para o desenvolvimento de ações que tragam sentido e substância a uma consciência crítica da ordem social vigente; e (3) a concepção que tem os operários do salário, que se manifesta no discurso dos “profissionais” e “artistas”. Com isso Lopes consegue estabelecer uma descrição abrangente, e totalizante, das várias dimensões relacionadas ao processo de produção da usina com base nas categorias de pensamentos e modelo de comportamento dos operários.

esforço (que não tenho clareza se cumpri a contento) no sentido de compreender e reconhecer uma multiplicidade de signos e significados a partir dos discursos dos migrantes.

Não fazia parte das minhas intenções iniciais realizar uma pesquisa de campo utilizando como técnica a observação participante. No entanto, as circunstâncias me condicionaram a isto. A cada contato, a cada entrevista meu interlocutor me inseria em seu universo social. Este tipo de inserção em diversos espaços de sociabilidade (na família, na escola, nas festas, no trabalho, etc.) possibilitou o acesso a valiosas informações e observações sobre o universo pesquisado. Por outro lado, este tipo de inserção inviabilizou em alguns momentos a gravação de entrevistas, já que as mesmas ocorriam em ambientes descontraídos geralmente com a participação de vários integrantes da família ou amigos, daí a utilização intensa e meticulosa que fiz do caderno de campo.

Assim, não é possível dimensionar ao certo quantas entrevistas foram realizadas, pois em algumas oportunidades um encontro resultava em duas ou mais entrevistas, porém sem a utilização do gravador. Baseada nas minhas anotações de campo foram realizadas aproximadamente 37 (trinta e sete) entrevistas, sendo que 18 (dezoito) foram gravadas. Das entrevistas gravadas 6 (seis) contaram com participação de mais de um informante. Por exemplo, a entrevista realizada com quatro migrantes nordestinos que trabalhavam na Sadia. Além disto, como já dito, no espaço do hotel onde interagi em diversos momentos com os hóspedes, nossas conversas se configuraram em importantes e imprescindíveis fontes de pesquisa.

Nas entrevistas transcritas optei colocar literalmente as falas sem correção gramatical ou de outra ordem. Além disto, registrei no caderno de campo o cenário e o contexto no qual se desenrolava as entrevistas como fontes. O itinerário que percorri para chegar até os entrevistados foram os mais diversos. Desde as entrevistas formais como a realizada com a secretária municipal de agricultura em seu gabinete agendada previamente e seguindo todo o rigor necessário para sua realização; até entrevistas realizadas no interior de estabelecimentos comerciais onde pessoas transitavam e, em algumas vezes, interferiam para “colaborar” com algum tipo de informação. Desta relação surgia uma informação e indicação de outras entrevistas. No caso dos migrantes recém-chegados, o acesso se deu de maneira diferenciada. Alguns foram entrevistados na lanchonete onde constatei ser um ponto de encontro no final da tarde, e outros foram entrevistados durante minha inserção no bairro (vila) onde moravam.

Para manter o sigilo das fontes orais, compromisso assumido com cada entrevistado, mantenho o método adotado anteriormente ao utilizar pseudônimos que não foram escolhidos por acaso. Os nomes são de personagens de duas obras literárias: “O tempo e o Vento”, de Érico Veríssimo considerada uma importante obra sobre a história do Rio Grande do Sul no período de 1680 até 1945 através da saga das famílias Terra e Cambará; e “A casa das sete mulheres”, de Leticia Wierchowski cuja história tem como cenário a Revolução Farroupilha ocorrida no Rio Grande do Sul no período de 1835-1945. Quanto aos sobrenomes, apesar de fictícios, mantém a lógica de descendência dos migrantes. Mas também não foram escolhidos ao acaso. Trata-se de sobrenomes de amigos ou parentes os quais busco homenagear porque, de alguma maneira, estão presentes nestas páginas.

As entrevistas não-diretivas partiram de um roteiro semi-estruturado, admitindo que ao longo da pesquisa de campo fui adaptando-o a partir das percepções e observações do cotidiano. O roteiro serviu apenas como guia, pois o objetivo era estabelecer entrevistas com questões abertas, deixando o interlocutor livre para acionar

sua memória e história de vida a fim de mapear as lógicas segundo as quais estes migrantes conferiam significado ao processo migratório.

Fiz uso das técnicas da história nova baseada na multiplicidade de fontes: documentos escritos, leis, projetos, ofícios, fontes orais, fontes iconográficas, fotografias, filmes, etc. E, agregam-se ao conjunto destas fontes, as fontes bibliográficas (dissertações, teses, artigos e livros); fontes documentais escritas (jornais, documentos oficiais, revistas, panfletos e outros) e fontes iconográficas (fotos, imagens e vídeos) selecionadas ao longo de três anos e durante as duas inserções em campo.

A tese está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo “E a marcha continua: o projeto desenvolvimentista do Estado militar” apresento uma breve contextualização histórica dos planos de desenvolvimento econômico a partir do programa da “Marcha para o Oeste” até a década de 1970 compreendidos como a base estrutural sobre a qual se realizaram os projetos de colonização planejada.

O segundo capítulo intitulado “O cerrado em verso e prosa: a ocupação planejada do cerrado matogrossense” tem por objetivo (re)construir a história de Lucas do Rio Verde utilizando fontes inéditas coletadas no INCRA. Recorro aqui a documentos, leis, decretos, projetos e fontes diversas para dar voz a um passado que, embora se faça presente na memória dos atores envolvidos, guarda especificidades que puderam ser melhores apreendidas a partir da análise destas fontes. Neste capítulo lanço mão da trajetória de quatro famílias no intuito de fazer emergir de suas histórias e memórias os “dramas” que ajudaram a desvelar a complexidade envolvida na construção deste espaço social fronteiriço.

No terceiro e último capítulo “Os sentidos do desenvolvimento na fronteira” enquanto alguns autores analisam o desenvolvimento da teoria para a prática (a trama), prefiro começar por dar voz aos protagonistas desta história (o drama) para então desvendar a relação entre migração e desenvolvimento. O viés etnográfico será uma das ferramentas metodológicas para apreender os significados e significantes deste universo social. O método utilizado foi dar voz à cidade, analisando sua plasticidade, configurações e processos de territorialização ali materializados com objetivo de levantar questões sobre a complexa relação entre migração e desenvolvimento.

O ineditismo e inovação desta tese esta no fato de dar voz aos personagens que se fixaram naquela fronteira e através dos dramas vivenciados por eles expor as tramas (histórias e memórias) daquele processo migratório. O leitor irá perceber que se trata de uma tese escrita no campo do saber multidisciplinar, pois ao realizar um estudo de caso na fronteira matogrossense lanço mão de um escopo teórico de historiadores, sociológico, antropólogos, economistas, geógrafos, etc. Diante do exposto, preciso reconhecer que esta tese deixará uma lacuna no que tange a revisão teórica sobre as grandes temáticas que permeiam esta análise, porém sua grande contribuição será trazer elementos para pensarmos uma nova fronteira. Que fronteira é esta que está se consolidando no norte matogrossense originando verdadeiras “cidades do agronegócio”? Que configuração de fronteira é esta que articula global-local de modo interferir no modo de viver e agir de um determinado grupo social?

Reconheço também que, apesar do esforço em direcionar meu olhar de pesquisadora à luz das teorias aqui expostas, é possível que em algum momento não tenha conseguido estabelecer esta relação.

CAPÍTULO I

E a marcha continua: migração e o projeto desenvolvimentista do Estado militar

*“Que as palavras que eu falo
Não sejam ouvidas como prece e nem repetidas com fervor
Apenas respeitadas
Como a única coisa que resta a um homem inundado de sentimentos
Porque metade de mim é o que ouço
Mas a outra metade é o que calo”.*
Oswaldo Montenegro

O objetivo deste capítulo é apresentar uma breve contextualização histórica dos planos de desenvolvimento econômico a partir do programa da “Marcha para o Oeste” até a década de 1970 compreendidos como a base estrutural sobre a qual se realizaram os projetos de colonização planejada.

A idéia de “fronteira em expansão” para ocupação dos “espaços vazios” e da “Marcha para Oeste” como mito de origem do autoritarismo brasileiro (Velho, 1976) será o pano de fundo desta análise que pretende centrar seus esforços analíticos tendo como recorte temporal a década de 1970. Parte-se do pressuposto que as propostas de políticas públicas e o discurso ideológico do governo Vargas na segunda metade dos anos 1930 colocaram em relevo a atuação do Estado como ator principal na arena das políticas ditas desenvolvimentistas.

A partir dessas considerações, o argumento central é que, *mutatis mutandis*, se o governo Vargas estimulou a marcha rumo ao oeste a fim de incrementar a produção agrícola para atender a demanda doméstica e, por sua vez, o governo militar (1970) criou leis, instituições e programas (canalizando recursos, financiamentos e juros subsidiados com prazos generosos) para promover o crescimento e a integração da economia nacional dentro dos moldes do capitalismo mundial. Neste sentido, o governo brasileiro não só foi favorável ao avanço do capitalismo como criou as condições necessárias para que isto acontecesse.

A intervenção governamental não foi apenas para garantir crescimento econômico, mas, sobretudo, para promover transformações estruturais na economia com a ocupação econômica das fronteiras agrícolas pautada pelo estímulo à iniciativa privada com a expansão de grandes empreendimentos agropecuários viabilizados pela participação das empresas estatais, do capital privado nacional e do capital internacional. Como se verá mais adiante, o projeto desenvolvimentista autoritário-militarista da década de 1970 (PNDs) representou um engenhoso planejamento de ajuste não convencional da economia brasileira frente à conjuntura do capitalismo internacional.

A fim de melhor compreender esse projeto desenvolvimentista, torna-se obrigatório examinar alguns aspectos do processo histórico e nele identificar o sentido da colonização dirigida do Centro-Oeste desde a década de 1940. A partir deste contexto, torna-se possível desvendar questões relativas à apropriação do território, à posse e propriedade da terra e as relações de trabalho forjadas pelos interesses do sistema dominante, com destaque para a migração, a expansão da fronteira agrícola, entre outros tópicos.

1.1. Marchando rumo ao Oeste

A política de incentivo a colonização ganhou fôlego no Estado Novo, quando o discurso de “ocupação dos espaços vazios” veio acompanhado da convocação da “Marcha para Oeste”. A partir deste lema, inúmeras ações foram realizadas, como a implantação das colônias agrícolas, a abertura de estradas e a ligação das regiões por meio de vias de comunicação, obras de saneamento rural, entre outras. O objetivo do programa era integrar, economicamente, o oeste brasileiro ao Norte e Sul do país, através da realização de obras de infra-estrutura para permitir a ocupação e o povoamento por não índios. Nas palavras de Lenharo (1985) “a conquista do oeste significava para o regime a integração territorial como substrato simbólico da união de todos os brasileiros” (Lenharo, 1985:18).

A preocupação com a ocupação dos “vazios demográficos” também pode ser identificada nos debates e propostas para uma nova divisão territorial do Brasil. Áreas de ocupação estratégica foram convertidas em territórios³⁶ e, em diversos casos, foram criadas, nestes territórios, as colônias agrícolas. Essa política de colonização foi oficializada através de três decretos: o Decreto nº 3.069, de 14/12/1941, sobre criação das colônias agrícolas nacionais, de responsabilidade do ministério da Agricultura; o Decreto nº 4.0504, de 22/07/1942, sobre a criação de núcleos coloniais agroindustriais e o Decreto nº 6.117, de 10/11/1943, que regularizou a fundação de colônias agrícolas.

Vargas justificava, assim, a necessidade de povoar parte do vasto território brasileiro:

“Povoar não é somente acumular elementos humanos em determinada região. Sem prévia verificação das condições do meio físico, sob o tríplice aspecto da terra fértil, salubre e de fácil acessibilidade aos escoauros normais da produção; sem assistência social e auxílios técnicos; não é possível fixar, com segurança de êxito, populações que apenas dispõe, para progredir, do esforço próprio e do trabalho rudimentar”³⁷.

A política agrária desenvolvida nesses anos teve que enfrentar a alta concentração da propriedade das terras e os debates sobre a inclusão dos trabalhadores rurais no projeto varguista. Isso porque o campo deveria estar subordinado à cidade a fim de garantir a modernidade industrial pretendida pela nova regulação econômica. Tratava-se, pois, de promover uma ação colonizadora e expandir as fronteiras agrícolas do país; incorporar os sertões à dinâmica da nova economia e do novo Estado. Essas colônias tinham o objetivo de tirar o campo do seu atraso secular; incorporar os trabalhadores pobres seja do campo ou da cidade, ao processo econômico industrializante e urbanizador do país, concebido como única nação, sem regionalismo. A expansão da fronteira agrícola a partir de políticas de colonização e de assentamentos de migrantes resultava em “uma combinação concreta de forças produtivas e de relações de produção que se introduz numa área de fronteira” (Muller, 1990:49).

Nesta perspectiva, em 1938, dentro de um contexto da busca pela nacionalização, de direcionamento de políticas de colonização e com o slogan Marcha para o Oeste o governo Getúlio Vargas incentivou a migração interna para o oeste

³⁶ O Decreto-lei nº 4.102, de 09/02/1943 criou o território federal de Fernando de Noronha; o Decreto-lei nº 5.812, de 13/09/1943 criou os territórios federais de Guaporé, Rio Branco, Amapá, Iguaçú e Ponta Porã. Estes dois últimos foram extintos em 1946.

³⁷ VARGAS, Getúlio. A instrução profissional e a educação. In: *A nova política do Brasil*. vol. II. Rio de Janeiro: José Olympio. 1941, p. 116.

brasileiro. Com a promoção da venda ou de doação de terrenos dos núcleos coloniais nacionais, tal política teve a intenção de povoar, colonizando os “vazios demográficos”. Este programa governamental, que tem como homônimo a obra de Cassiano Ricardo, estimulou camponeses, trabalhadores rurais e imigrantes a desbravarem as terras da fronteira oeste brasileira, com intuito de promover a colonização interna do país e estimular a produção para consumo doméstico, ou seja, o mercado interno, urbano-industrial. (Linhares & Silva, 1999).

Um discurso de Vargas de 1º de maio de 1941 sintetiza o projeto destacando as estratégias que deveriam estender ao campo, numa relação de complementariedade, as conquistas urbanas com o ideal da “valorização integral do homem brasileiro”. O ponto principal dizia respeito a fixar o homem a terra:

“Não é possível mantermos a anomalia tão perigosa como a de existirem camponeses sem gleba própria, num país onde os vales férteis como a Amazônia, permanecem incultos e despovoados de rebanhos, extensas pastagens, como as de Goiás e Mato Grosso. É necessário à riqueza pública que o nível de prosperidade da população rural aumente para absorver a crescente produção industrial; é imprescindível elevar a capacidade aquisitiva de todos os brasileiros — o que só pode ser feito aumentando-se o rendimento do trabalho agrícola” (Vargas, 1941:261).

O estímulo às migrações internas e da idéia do “Brasil que se move, que caminha para dentro de si” (Cassiano Ricardo, 1970) está intimamente relacionado com a ideologia da fronteira. Desta maneira, migração e fronteiras são conceitos que se entrecruzam e podem ser analisados como fenômenos indissociáveis em determinados contextos.

A ideologia da fronteira³⁸ e a retomada dos ideais bandeirantistas colocaram em cena um discurso simbólico e imaginário em torno das migrações. Por ideologia da fronteira entende-se aqui a mobilização e o interesse nacional (social e intelectual) pelos fenômenos ligados à expansão da fronteira e suas consequências (Velho, 1976; Becker, 1982). Nestes termos, a conquista do oeste significava a integração territorial como substrato simbólico de todos os brasileiros (Lenharo, 1985:18); a busca por uma terra prometida, “ilimitada”, ou seja, uma representação ideológica da fronteira como espaço sem limites. Ou ainda a reinvenção do Brasil através dos sertões, do povoamento dos espaços incivilizados, distante do litoral e das cidades³⁹.

Trata-se de um fenômeno social, sendo importante apresentar uma rápida discussão sobre o avanço conceitual de fronteira. A raiz etimológica da palavra fronteira refere-se aquilo que está na frente e remete ao latim *in front*, ou seja, às margens. A idéia de fronteira, do ponto de vista historiográfico, foi elaborada por Frederick Jackson Turner (1940) ao se referir às terras livres e desabitadas do oeste americano como um espaço de oportunidades. Para o autor, a história do desenvolvimento norte-americano está intimamente relacionada com a idéia de fronteira e do movimento rumo ao oeste possibilitado pela *Marcha para Oeste* americana. Para Turner a fronteira era

³⁸ Cabe aqui um esclarecimento sobre os sentidos da colonização em Vargas de modo a contextualizar o ideário bandeirante do período colonial. A colonização em Vargas tentou fixar o povo em seu lugar, elevando a produção para o mercado interno e elevando a capacidade aquisitiva da população, distinto, assim, das “imigrações internas” do bandeirantismo de Cassiano Ricardo e da colonização com seleção do migrante sulista dos anos 1970, do qual tratará esta tese. De fato, o bandeirante seria a figura social que encarna esse espírito aventureiro. No período colonial, a idéia-força não era fixar gente para produzir e sim apropriar-se dos nativos, das riquezas e de seus territórios.

³⁹ Agradeço a Sarita Mota pela leitura crítica dos dois primeiros capítulos deste trabalho.

caracterizada pelo encontro entre a barbárie e a civilização. No caso da expansão para o oeste brasileiro, Lenharo (1985) ressalta que:

“A transformação do oeste conquistado era também apreciada como suporte de sustentação para o “novo” implantado nas cidades, e sua extensão para o campo era tida como um movimento natural e inerente de acabamento da nova ordem estabelecida” (Lenharo, 1985:18).

A partir da tese de Turner, Becker (1990) define fronteira como um “espaço de manobras das forças sociais” e também um espaço onde se expressa e projeta expectativas de futuro, de potencialidades de vias de desenvolvimento em consonância com os ideais capitalistas. Desta forma, a autora destaca que a “fronteira não é um fenômeno isolado”, pois cabe ao Estado capitalista assegurar as condições para “apropriação privada das terras devolutas por segmentos da sociedade que detêm o capital e a capacidade de organização” da colonização (Becker, 1990:16-17). O que interessa destacar é que a fronteira aparece como um elemento de apropriação e de controle do Estado e, nesta perspectiva, o controle estatal e seu poder de canalizar (ou não) recursos se expressa na dominação dos espaços fronteiriços.

Numa outra abordagem, Martins (1997) destaca que a fronteira não se define levando em consideração apenas aspectos geográficos. Assim sendo, fronteira seria uma expressão de vários e distintos fenômenos: fronteira de etnias, de cultura, da história, da política, do econômico, etc. Com efeito, o que define mesmo a fronteira, na opinião de Martins, é o “lugar da fronteira do humano”, ou seja, é um ponto limite de territórios que se redefinem continuamente pela luta e disputa entre os diferentes grupos sociais que ali se encontram. A fronteira é definida pela constante disputa de territórios onde é possível observar a maneira como as sociedades se formam, se desorganizam ou se reproduzem (Martins, 1997:12). Ou em outras palavras, “fronteira nasce da diferença” (Raffestin, 2005:11). Portanto, nas palavras de Martins, a situação de fronteira é “um ponto de referência privilegiado para a pesquisa sociológica porque encerra maior riqueza de possibilidades históricas do que outras situações sociais. Em grande parte porque mais do que o confronto entre grupos sociais com interesses conflitivos, agrega a esse conflito também o conflito entre historicidades desencontradas” (Martins, 1997:182).

Uma das hipóteses elaboradas por Becker (1990) é entender a fronteira como um espaço em incorporação ao espaço global e não mais como “sinônimo de terras devolutas, cuja apropriação econômica é franqueada a pioneiros”, tampouco se restringe a processos de colonização. Inspirada em Lefèbvre (1978), a autora compreende a expansão das fronteiras no Brasil no século XX a partir da inserção do país no “sistema capitalista global articulado aos interesses do capital industrial e financeiro, com a mediação no Estado” (Becker, 1990:15-16).

No caso do Amazônia brasileira, foi o Estado responsável por coordenar e criar condições específicas para a estruturação e o rápido avanço das fronteiras reproduzindo naquele espaço a estrutura fundiária com forte concentração de terras sem que isto, efetivamente, se caracterizasse o fechamento das fronteiras. Esta formulação de fronteira apesar de conter elementos do modo de produção dominante, destaca que a virtualidade histórica do conceito depende do tipo da apropriação do espaço, das relações sociais que engendra e do tipo de dinâmicas e interesses econômicos, políticos, culturais, sociais, locais e globais que ali se cristaliza. Portanto, ter-se-á projetos distintos na medida em que as ações dos grupos sociais respondem à orientações políticas, valorativas, culturais, até mesmo psicológicas e não somente à constrangimentos econômicos.

Para Becker, isto resultou na imposição de uma “ordem espacial, vinculada a uma prática e concepção de espaço logística, global, de interesses gerais, estratégicos, contraditória à prática e concepção de espaço local, dos interesses privados e objetivos particulares” (Becker, 1990:16).

Em relação à expansão da fronteira amazônica durante o regime militar, Martins (1994) lembra que tal movimento ocorreu em contexto diverso do modelo norte-americano: “ao invés de se constituir numa abertura do território com base nos valores da democracia e da liberdade, constituiu-se numa expansão apoiada num quadro fechado de ditadura militar, repressão e falta de liberdade política” (Martins, 1994:4). Assim, pode-se entender a reedição do projeto da *Marcha para o Oeste* no contexto da ditadura militar.

É vasta a literatura que analisa as questões teórico-metodológica refere a fronteira, cujos conceitos e dados empíricos se configuram como importantes subsídios para a comparação com o caso aqui analisado. Em que pese a existência de importantes vertentes teóricas⁴⁰ sobre o tema, adoto a proposição de Martins sobre frente de expansão e frente pioneira.

A formulação contrastante entre frente de expansão e frente pioneira para Martins (1975) é produto da expansão do capitalismo no campo. Para o autor, frentes de expansão são aquelas caracterizadas pelo uso privado de terras devolutas sem que estas assumam seu caráter de mercadoria. Desta forma, este tipo de movimento está associado aos camponeses ou posseiros. As frentes pioneiras resultam de apropriação de novas regiões e se configuram na instalação de um empreendimento econômico. Nas frentes de expansão as terras são ocupadas e nas frentes pioneiras as terras são compradas (ou “griladas”), assim a diferenciação se dá pela propriedade privada da terra.

Defende-se aqui a hipótese de que é como frente de expansão que se insere o processo de colonização dirigida no Mato Grosso a partir do governo varguista com a *Marcha para o Oeste*; e é como frente pioneira que se expande a fronteira amazônica no período militar.

A Expedição Roncador/Xingu, oficializada por Vargas mediante o decreto-lei nº 5.801, de 8 de setembro de 1943, resgatou o caráter das Bandeiras, no sentido de possibilitar o rastreamento e identificação de riquezas minerais, porém denotou um caráter político-econômico ao se constituir na matriz ideológica do projeto *Marcha*

⁴⁰ Destaco aqui o debate teórico proposto por Monbeig (1984) e Waibel (1955). Monbeig (1984) ao introduzir o debate teórico em torno das zonas pioneiras, destacou os traços distintos do movimento pioneiro das migrações que resultaram na expansão agrícola do sudeste e sul do país destacando o caráter de modernidade da concepção de colonização. O dinamismo econômico das zonas pioneiras é resultado de um novo tipo de organização do espaço social e produtivo resultante de uma economia capitalista moderna, de tal maneira que colonizar não era o objetivo principal, mas intensificar o povoamento e criar padrões mais elevados de vida. O que estava em pauta em meados do século XX era migração no sentido campo-cidade estimulada pelo ideário do espaço social urbanizado capaz de mobilizar, extrair e concentrar quantidades expressivas de produto excedente sob a égide do capitalismo internacional, colocando em relevo a importância das cidades — e, por sua vez, a urbanização — para a divisão internacional do trabalho, acumulação e integração ideológica, cultural, econômica e social do espaço para viabilizar a hegemonia capitalista. Um dos aspectos fundamentais da zona pioneira analisados por Monbeig no movimento de expansão agrícola no sul e sudeste do país é a noção de propriedade já que são os grandes proprietários e empresas colonizadoras que controlam o mercado de terras. A análise de Waibel (1955) destaca como fundamento econômico da zona pioneira o cultivo da terra. O camponês europeu, aquele que tradicionalmente transmite o conhecimento de geração em geração e que tem na terra os fundamentos da sua reprodução social é seu ponto de partida para elaborar o conceito de zona pioneira. Diante disto, o conceito de pioneiro é central na sua reflexão. O pioneiro, nas palavras de Waibel, “procura não só expandir o povoamento espacialmente, mas também intensificá-lo e criar novos e mais elevados padrões de vida” e, neste sentido, a zona pioneira é aquela em que se realiza um estilo singular de vida (Waibel, 1955 281).

para o Oeste. A Expedição, vinda de São Paulo, partiu de Uberlândia (MG) com destino a Aragarças (GO). Os expedicionários atravessaram o rio Araguaia e fixaram sua primeira base de operação na cidade de Barra do Garças (MT), expandindo-as para Aragarças, Nova Xavantina, Aruanã, São Félix do Araguaia (cidades localizadas na região do Médio-Araguaia matogrossense) com o objetivo precípuo de alcançar Santarém, no estado do Pará (Lima Filho, 1998; Castro et al, 1994; Ribeiro, 1987; Lenharo, 1982).

A colonização se desenvolveu na forma de pequenas chácaras de 10 hectares situadas em torno do município de Xavantina, localizado na região do Araguaia, se resumindo à transferência dos funcionários da Fundação Brasil Central. Apesar do Serviço de Proteção ao Índio – SPI ter trabalhado no sentido de “aproximar e pacificar” os índios xavantes que habitavam a região, vários registros apontam para conflitos nesta área. Esta expedição fracassou devido a diversos fatores dos quais destacam: (1) pelo território não representar o que convencionou chamar de “espaço vazio”, pois havia na região cerca 30.000 garimpeiros; (2) devido aos conflitos com as comunidades indígenas e (3) porque o colono assentado não tinha exatamente o perfil esperado pelo governo já que não era o “proprietário familiar que produziria para o mercado interno, com mentalidade empresarial” (Castro et al, 1994:72).

A *Marcha para o Oeste* como política e marco do nacionalismo brasileiro está associada ideologicamente à figura de Vargas e na busca por um “sentido de brasilidade” mediante a conjugação das fronteiras econômicas e fronteiras políticas do território nacional (Lenharo, 1982). O desafio consistia na unificação das “ilhas de prosperidade” e, para tanto, fazia-se necessário a ocupação dos “espaços vazios”⁴¹ do oeste brasileiro. Neste cenário o acontecimento da fronteira revela duas categorias que se equivalem em um dado momento histórico, bandeirante e pioneiro. Nas palavras de Moog (1978), as “imagens romantizadas do pioneiro e do bandeirante ainda continuam a vigorar por toda a parte, nas respectivas áreas de influência” (Moog, 1978:137).

Os recursos discursivos utilizados pela *Marcha* trás consigo a rememoração (no sentido de atualização do passado) do discurso em torno da “Marcha para Oeste” norte-americana, ocorrido na segunda metade do século XIX com objetivo de ampliar as fronteiras internas dos Estados Unidos. A propaganda e divulgação oficial da *Marcha para o Oeste* brasileira trás em si uma memória discursiva que atualiza os discursos já observados na Marcha norte-americana produzindo novos sentidos e significados.

Retomando um argumento anterior, Turner em sua peculiar teoria da fronteira, destacou que “o desenvolvimento social norte-americano continuamente começa na fronteira. Esse perene renascimento, essa fluidez da vida norte-americana, essa expansão para o oeste com novas oportunidades, esse contínuo encontro com a simplicidade da sociedade primitiva fornecem as forças que dominam o caráter norte-americano” (Turner, 1940). Se a formação da nacionalidade norte-americana começa na fronteira, analogamente, um dos caminhos interpretativos para o entendimento da construção do sentido de brasilidade se dá a partir da *Marcha para o Oeste* responsável, de acordo com Cassiano Ricardo, pelo “verdadeiro sentido de brasilidade”. Na opinião de Secreto (2007), a plasticidade com que a análise de Ricardo permite ser adaptada ao longo do tempo histórico consiste na originalidade de sua obra (Secreto, 2007:16).

⁴¹ O discurso utilizado desde o governo Vargas até meados da década de 1970 concebia o território da Amazônia Legal como um “espaço vazio” a espera de projetos de colonização dirigida. Esta noção de “vazio” demográfico orientou as políticas públicas daquela região tida como uma fronteira que deveria ser ocupada mediante a intervenção direta do Estado e da iniciativa privada. Ver Tavares dos Santos (1993) e Becker, Miranda & Machado (1990).

Do ponto de vista da histórica econômica, a tese de Turner teve grande impacto na historiografia norte-americana ao sugerir que a história da formação dos Estados Unidos fosse recontada a partir da ocupação da fronteira. Ao ressaltar a marcha para o Oeste, a conquista se torna aspecto distintivo que caracterizará a identidade norte-americana. No caso brasileiro, a propaganda e divulgação oficial da Marcha para o Oeste traz em si uma memória discursiva que atualiza os sentidos e significados para a categoria desbravador - do bandeirante, predador de índios e riquezas - fazendo emergir outra categoria, a de pioneiro - este imaginado como o agricultor familiar.

Cabe aqui algumas indagações: qual o sentido e significado da apropriação do termo pioneiro como substrato explicativo do tipo social que se fixa na fronteira? Será possível entender a ideologia do desenvolvimento brasileiro a partir da expansão das fronteiras? Fronteira aqui entendida para além das fronteiras agrícolas, e sim como um espaço social em vias de incorporação ao espaço global no âmbito de um processo de expansão e consolidação da hegemonia capitalista, bem como uma subjetividade cultural-política-hegemônica.

Numa perspectiva teórico-metodológica, é possível entender a migração como um fator de (trans)formação da fronteira (Mondardo e Goetter, 2007). Se até a década de 1930 estimulava-se a imigração europeia para fins de colonização, o governo Vargas, com a edição da Marcha para o Oeste, passou a privilegiar as migrações (Tavares dos Santos, 1993). Motivado pelo princípio de nacionalidade e de afirmação de uma identidade nacional o governo tomou “medidas coercitivas visando atingir as organizações comunitárias étnicas produzidas pela imigração, em nome da tradição de assimilação e mestiçagem demarcadoras da nacionalidade”⁴² (Seyferth, 1999:199). Já em 1934, destaca Seyferth, existia uma restrição à imigração e o início de uma campanha de nacionalização que tomou fôlego pós-1937 com o intuito de promover a “heterogeneidade étnica, para evitar aglomerações de estrangeiros nos locais de colonização”⁴³.

Tanto Tavares dos Santos quanto Seyferth destacam que, somente após a instalação do governo autoritário, o Estado Novo (1937-1945), todo um aparato legal foi organizado no sentido de impor, por um lado, uma ação político-cultural mediante uma legislação impositiva da assimilação e caldeamento que fosse capaz de incorporar imigrantes e seus descendentes à sociedade nacional e, por outro lado, uma ação político-econômica com intuito de consolidar o processo de institucionalização da colonização que viabilizasse a expansão das fronteiras do país. O eixo central da política de colonização passou a ser as colônias agrícolas nacionais que tinham a finalidade de orientar as migrações internas em duas direções: (1) do Nordeste para as regiões produtivas de São Paulo onde existia carência de mão-de-obra e (2) para a região amazônica considerada como um imenso “espaço vazio”. Estas colônias tinham o propósito de “receber e fixar, como proprietários rurais, cidadãos brasileiros reconhecidamente pobres” que revelassem aptidão para os trabalhos agrícolas e, excepcionalmente, agricultores qualificados estrangeiros (Tavares dos Santos, 1993:27).

O Estado brasileiro assumiu a orientação das correntes migratórias cabendo à empresas oficiais ou privadas a organização dos núcleos coloniais, muito embora, essa

⁴² Seyferth destaca que “a partir da década de 30, diversos recursos de retórica são utilizados para diluir o discurso racial, mas as práticas voltadas para a imigração e os imigrantes mostram a persistência do mito e a preocupação com a homogeneidade nacional – cultural e racial” (1999:212) resultando em medidas concretas pela nacionalização que foram postas em prática durante o Estado Novo. Para um aprofundamento sobre estas medidas ver Seyferth, 1999.

⁴³ Cf. Vargas, Getúlio. Mensagem de 1935. Câmara dos Deputados. Citado por Tavares dos Santos, 1993:26.

regulamentação não impedisse o movimento migratório espontâneo. Marchar em direção ao oeste brasileiro ia além da intenção precípua de colonizar os “vazios demográficos”, e se configurou numa importante estratégia do governo Vargas para enfrentar os problemas agrários e as tensões sociais no campo.

Embora existam controvérsias, pode-se analisar a *Marcha para o Oeste* como mito de origem atualizado que dá e confere significado ao presente e projeta o futuro (Moreira, 2004). O mito neste sentido se expressa na idéia de democratização da fronteira no contexto da marcha varguista, com o progresso dos “pobres” do Nordeste (sertanejos); enquanto a realidade é dada pela configuração de zonas de fronteiras latifundiárias exportadoras.

A hipótese analítica é pensar a Marcha como temática mítica que possibilitou a “invenção de tradições”⁴⁴ (Hobsbawn e Ranger, 1984) e maneja como bem simbólico e de valor os signos produzidos no interior deste programa de avanço das fronteiras. A ocupação dos “espaços vazios” foi um dos momentos centrais do processo de integração de grandes áreas de terras férteis à economia nacional, mas também foi importante na medida em que reatualizava os mitos do passado que emanaram da ocupação territorial. O mito ressurgiu na década de 1940 como elemento que reforça a racionalidade da modernidade e do desenvolvimento capitalista.

Vargas em discurso proferido no dia 7 de agosto de 1941 em Cuiabá colocou em evidência a renovação do lema bandeirante da Marcha:

“O problema da ocupação econômica do nosso território é um postulado da própria criação do Estado Nacional. Estamos fazendo a estruturação dos núcleos básicos do nosso crescimento, não apenas ao longo da faixa marítima, mas abrangendo a totalidade do País. E essa obra, que há de ser o maior título de glória da geração atual, porque significa unir e entrelaçar as forças vivas da Nação, retomou o sentido dos paralelos e renovou o lema bandeirante da marcha para o oeste” (Vargas, 1942:138-139).

A plasticidade com que estas categorias são acionadas nos discursos nos permite a análise do sentido e significado de apropriação do termo pioneiro como substrato explicativo do tipo social que se fixou na fronteira mato-grossense na dinâmica dos anos 1960-1970. O tipo “nordestino-pobre” como migrante ideal⁴⁵ de Vargas é substituído pelo “sulista-gaúcho”, com saberes e recursos articulados em redes cooperativas que se revela sobre o discurso da “family farmer”; da “reforma agrária elitizada”, do espírito empreendedor, do pioneirismo e da ideologia do trabalho. Todavia, só podemos entender esta construção social a partir do encontro das objetividades e subjetividades deste grupo social, como se verá, oportunamente, nos próximos capítulos da tese⁴⁶.

⁴⁴ Expressão cunhada por Hobsbawn e Ranger (1984) que baseia-se num “conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras, tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam a inculcar certos valores e normas através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado” (1984:9).

⁴⁵ Weber eleger o conceito de “tipo ideal” como um instrumental metodológico ao romper com a idéia de totalidade já que, do seu ponto de vista, a realidade é infinita e daí a construção de um “tipo ideal”. “Ideal” no sentido de ser racionalmente construído. Numa perspectiva weberiana a construção de um “tipo ideal” está relacionado a um processo de abstrair de fenômenos concretos o que existe de particular e, nesta direção, é possível argumentar a favor de uma valorização dos padrões individuais concretos pois, em suas palavras, “todo artefato, uma máquina, por exemplo, somente pode ser interpretado e compreendido a partir do sentido que a ação humana (...) proporcionou à sua produção e utilização; sem o recurso a esse sentido permanecerá inteiramente incompreensível. O compreensível nele é, portanto, sua referência à ação humana, como ‘meio’ seja como ‘fim’ concebido pelo agente ou pelos agentes e que orienta suas ações” (Weber, 1994:5).

⁴⁶ No segundo capítulo ao apresentar as trajetórias de quatro famílias migrantes ficará evidente esta construção simbólica em torno deste migrante tipo ideal.

A idéia geral era de promover o “progresso da civilização” e a “construção de uma nação” mediante o uso de propagandas e imagens que projetava a idéia de “terra prometida” nas quais os trabalhadores (nordestinos, pobres) eram vistos como “novos bandeirantes” a colocarem o país em marcha rumo ao progresso e civilização. Dado o contexto da II Guerra Mundial e a conseqüente definição de novas fronteiras geopolíticas, o imperativo da segurança fez com que a ocupação dos ditos “espaços vazios” e criação de vias de comunicação com estas regiões do território nacional fosse considerado prioritário.

1.2. O cenário da trama: economia brasileira pós-segunda Guerra Mundial

O choque da crise de 1929 sobre a economia brasileira, com efeito, sobre a cafeicultura, representou a possibilidade de ruptura do modelo de inserção do Brasil no capitalismo mundial (Draibe, 1985:32). O deslocamento do centro econômico da Inglaterra para os Estados Unidos e o término do padrão-ouro desencadeou uma instabilidade no Sistema Monetário Internacional impondo limitações à economia agrário-exportadora. Estes fatores associados uma conjuntura de crise abriram distintas alternativas de desenvolvimento capitalista.

A Revolução de 1930 (e conseqüente ascensão de Getúlio Vargas ao poder) significou, segundo Tavares dos Santos (1993), o rompimento da sociedade agrária e a passagem para a sociedade urbano-industrial com a mudança do eixo político regional do nordeste para o sudeste, mediante um pacto político que concedeu relativa autonomia para o Estado tomar decisões estratégicas para viabilizar o desenvolvimento. É no período entre 1930 a 1937 que se constatou também a transição de uma política de imigração para uma orientação de migrações internas. Draibe (1985) ressalta que foi a partir dos anos 1930 que os fluxos migratórios originários de áreas rurais consideradas atrasadas (sobretudo no Nordeste) abasteceram o mercado de trabalho urbano garantindo mão de obra para a indústria. E, nesta direção, a expansão das fronteiras foi condição *sine qua non* para o avanço do capitalismo industrial.

A configuração do aparelho estatal que emergiu pós-1930 iniciou as bases para a expansão capitalista com a criação de uma ossatura de instituições públicas caracterizando-se por um Estado intervencionista. De acordo com Abreu (1992) entre 1930 e 1945 se desencadeou a primeira fase de industrialização brasileira, caracterizada como industrialização restringida por não abarcar bens de capital e intermediários, privilegiando bens de consumo não duráveis e bens de consumo duráveis.

Embora concorde com o argumento de Abreu quanto à fase de industrialização restringida, Draibe (1985) diverge quanto aos investimentos em bens de capitais. Para a autora, amadurecia *pari passu* um projeto de industrialização pesada com os primeiros planejamentos de plantas industriais voltadas à siderurgia, transporte e energia, porém, insiste no argumento de que até o Estado Novo nenhum destes projetos ganhou consistência (Draibe, 1985:100-104). Draibe chama atenção para os múltiplos e simultâneos aspectos de formação do Estado brasileiro entre 1930 e 1950 com a estruturação do aparelho social através da legislação do trabalho contemplando de maneira restrita os setores educacionais, de saúde e de previdência (Draibe, 1985:67). Contudo, isto revela uma peculiaridade do caráter conformador do Estado nacional que abriu portas para a consolidação de estruturas sociais que, em certas medidas, são vigentes até os dias atuais.

Em meados de 1950 a tônica do debate político girava em torno da modernização da agricultura, no mesmo momento em que nascia a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). O arcabouço analítico cepalino se sustenta na idéia de desenvolvimento desigual das economias mundiais traduzida na

lógica estrutural das relações Centro-Periferia: o Centro compreendia as economias industrializadas e a Periferia se referia aos países exportadores de matéria-prima (Mello, 1990). As economias periféricas não dispunham de comando sobre o seu próprio crescimento já que dependiam da demanda efetiva do Centro. Assim, de acordo com esta vertente analítica, a dinâmica da economia mundial era resultante de um desenvolvimento desigual porque o Centro era capaz de conservar seus incrementos de produtividade e ainda se apropriar de parte do progresso técnico da Periferia ocasionando, desta maneira, uma deterioração dos termos de troca.

É neste contexto que ganhou força a tese de desenvolvimento para dentro, ou seja, a tendência das economias periféricas em buscar soluções industriais após a Grande Depressão que resultassem em geração de emprego e renda. A industrialização tornou-se condição *sine qua non* para constituição de uma nação e, portanto, de uma etapa de desenvolvimento voltada para dentro, se dava pela substituição da variável exógena da demanda externa pela variável endógena de investimento como motor da economia.

A idéia de atraso da Periferia em relação ao Centro consolidou também no imaginário uma relação dicotômica entre o atraso do campo em relação à modernidade das cidades. Houve, assim, uma redefinição da política de ocupação e colonização do oeste brasileiro objetivando a incorporação da fronteira amazônica à economia nacional a fim de absorver excedentes populacionais de outras regiões e privilegiar a colonização dirigida. Uma das ações concretas, nesta direção, foi a criação e regulamentação em 1953 da Amazônia Legal⁴⁷, área que compreende os estados do Amazonas, Acre, Pará, Rondônia, Roraima, e ainda a porção oeste do Maranhão e a porção norte do Mato Grosso totalizando uma área de 4.978.274 Km² que representa mais da metade do território nacional.

Por sua vez, o país crescia, urbanizava-se e fortalecia seu mercado interno com a consolidação de uma classe média consumidora com comportamentos similares aos observados nas economias desenvolvidas. A modernidade brasileira estava associada com a reprodução da desigualdade assim como o “porvir desenvolvido é (e esteve) sempre por vir” (Delgado e Theodoro, 2005:413).

O Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE) criado em 1952 tinha por objetivo conduzir e financiar projetos de desenvolvimento, mas na prática financiou as empresas privadas enquanto o setor estatal era financiado pelo capital internacional, ou seja, a dívida pública foi engrossada para favorecer o financiamento do setor privado. Bielschowsky (1997) menciona o caráter fortemente nacionalista e estatizante da ideologia desenvolvimentista deste período. O autor reconhece dois grupos distintos: os “desenvolvimentistas” e os “desenvolvimentistas nacionalistas” que tinham em comum o fato de defenderem a “implantação de um capitalismo industrial moderno” aliado à planificação da economia (Bielschowsky, 1997:84). O principal traço distintivo dos nacionalistas era a “forte inclinação pela intervenção do Estado na economia, mediante políticas de apoio à industrialização” e, além disto, defendiam a “subordinação da política monetária à política de desenvolvimento” e eram favoráveis a intervenções econômicas de conteúdo social, sobretudo no que se refere à redução da pobreza e do desemprego (Bielschowsky, 1997:85).

Falar em desenvolvimentismo no Brasil requer o reconhecimento do esquema analítico elaborado por Furtado a partir das discussões do estruturalismo cepalino. Furtado (1976) defendia a intervenção do Estado em setores estratégicos da economia para a promoção do desenvolvimento. O autor destacava a importância do planejamento

⁴⁷ Criada em 6 de janeiro de 1953 e regulamentada pelo decreto-lei nº 1.806. A partir daqui sempre que me referir à Amazônia estarei me reportando a configuração espacial da Amazônia Legal.

para o estabelecimento de um projeto de desenvolvimento voltado para a região considerada “mais atrasada” do país, o Nordeste, propondo inclusive a criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

A implantação da indústria automobilística, seguida pela indústria de eletrodomésticos e eletroeletrônica na segunda metade da década de 1950, intensificou o fluxo das migrações internas devido às mudanças geradas pelo crescimento e expansão da produção industrial. Em 1954 foi criado o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) com a função principal de orientar, organizar e promover a fixação de migrantes em núcleos coloniais (Silva et al, 1972:33). Nesta época eclodiram diversas lutas camponesas em várias regiões do país que culminou em 1955 com a formação da Liga Camponesa, transferindo para o Nordeste o eixo dos acontecimentos político-agrírios. A proposição de uma política de “reforma agrária” aliada a projetos de colonização para resolução dos conflitos no campo materializou-se com a criação de oito núcleos coloniais, todos localizados no Nordeste. Embora o Estado tenha fixado como um de seus objetivos a contenção dos movimentos sociais no campo através da intervenção direta do INIC no controle social e político dos núcleos coloniais, o que se viu foi uma enérgica resistência por parte dos trabalhadores. A multiplicação das lutas agrárias no sul e no nordeste com bases sociais distintas e formas de organização variadas marcou o final dos anos 1950 (Tavares dos Santos, 1993: 34-38).

1.3. *Dejá-vu*: A reedição e a ressignificação dos sentidos da Marcha pela ditadura militar

O início dos anos 1960 é marcado pela primeira crise industrial endógena e pela crise política decorrente da renúncia de Jânio Quadros nos seus primeiros meses de governo. No contexto macroeconômico constatou-se a desaceleração da atividade econômica com queda significativa do PIB, deterioração do balanço de pagamentos e intenso processo inflacionário atingindo uma taxa anual em torno de 92% em 1964 quando ocorre uma ruptura democrática⁴⁸ e instauração do regime militar. O tom do discurso pós-golpe de 1964 é a segurança nacional e extermínio da subversão comunista. Desaparece a oratória e a prática política de cunho populista inaugurada com o governo Vargas, mas mantêm-se o projeto desenvolvimentista mediante a “unificação da burguesia agrário-mercantil com a industrial” (Bresser Pereira, 1997).

Uma primeira questão a observar são as rupturas e continuidades dos referidos processos. Entretanto, gostaria de chamar atenção para o fato de que, independente do recorte temporal ou da configuração do processo, historicamente a política de colonização sempre esteve relacionada aos interesses de uma classe dominante legitimada pela ação do Estado e de todo o seu aparato jurídico.

A instauração do regime militar em 1964 colocou no proscênio a tese da modernização da agricultura. Uma das primeiras medidas do governo militar foi a edição do Estatuto da Terra (lei nº 4504 de 30 de novembro de 1964) que, nas palavras de Martins (1984), foi elaborado de maneira a estimular a expansão capitalista com base em empresas nacionais e internacionais para a promoção da industrialização do campo. O autor faz um alerta para o fato das lutas pela terra na região amazônica serem informadas pelos desdobramentos da reprodução ampliada do capital. Se a Lei de Terras de 1850 abriu caminho para a colonização privada, na evolução da legislação agrária, o Estatuto da Terra (1964) regularizou as empresas particulares de colonização destinando

⁴⁸ Destacamos também os anos de 1930 e 1937 como dois marcos de rupturas democráticas. O primeiro refere-se ao movimento que levou Getúlio Vargas ao poder e o segundo diz respeito ao golpe que resultou no fechamento do Congresso Nacional e a instauração do regime Estado Novo que foi de 1937 até 1945.

como áreas preteridas àquelas localizadas em regiões fronteiriças. A Amazônia Legal passou a integrar a via de desenvolvimento calcada na ação planejada do Estado. Até meados dos anos 1960, não havia uma ação efetiva de planejamento sobre este espaço fronteiriço, somente experiências descontínuas que haviam fracassado no sentido de incorporar política e economicamente esta região ao território nacional.

A escolha da Amazônia, nas palavras de Picoli (2006), baseou-se na ação político-militar alicerçada pelo discurso nacionalista que proclamava a integração como uma estratégia para a inserção deste espaço ao mercado mundial dentro da lógica capitalista de reprodução para acumulação (Picoli, 2006:51).

1.4. As políticas de colonização e a ideologia desenvolvimentista no contexto do “Brasil Potência”

Refletir sobre a posse e a propriedade da terra na região amazônica significa recorrer à análise dos diversos instrumentos de leis, planos e programas elaborados no bojo do planejamento econômico do governo militar que resultaram na criação de inúmeros projetos de colonização responsáveis pelo padrão de ocupação da terra na região e pelos conflitos daí decorrentes.

Não obstante a sua manifestação um tanto quanto difusa de nacionalismo, a ideologia político-econômica tecida durante os governos autoritários se materializou no projeto Brasil Potência⁴⁹ enaltecendo em seu discurso a idéia de um modelo “agrícola-exportador industrializado, modernizado” sugerindo que o motor da economia brasileira provinha da agricultura. Daí a centralidade que o uso da terra assume neste período já que um incremento na exportação de produtos primários requer uma expansão da área cultivada bem como a intensificação de uso de bens e insumos nas áreas agrícolas exportadoras já consolidadas e, portanto, o planejamento da colonização tornou-se condição *sine qua non* para a promoção do desenvolvimento.

Em linhas gerais, o Plano de Ação Econômica do Governo - PAEG (1964-1968) promoveu substanciais reformas institucionais de maneira gradualista através de um conjunto de medidas intervencionistas tributárias e monetárias (ortodoxas e heterodoxas). Um dos objetivos era romper com a ideia de estagnação (Furtado, 1966) através da utilização de instrumento ortodoxo de política econômica, como a restrição de crédito via retirada de moeda do mercado (Lara Resende, 1992), que possibilitou a expansão do período posterior chamado de “milagre brasileiro”. Seus pilares foram a política salarial, mediante intervenção autoritária na determinação dos salários desencadeando uma sistemática redução do salário mínimo; e as reformas institucionais, dentre as quais, destacamos a reforma do sistema financeiro com a criação do Banco Central responsável por conduzir a alteração do comportamento dos meios de pagamento com significativo aumento dos haveres não-monetários na economia. A relação restritiva entre política monetária e fiscal foi observada no rígido controle da emissão de moeda, elevação dos impostos, corte dos gastos públicos, financiamento de déficits através da venda de títulos públicos, empréstimos externos e fixação da taxa de câmbio.

Do ponto de vista da ação social sobre o campo o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), decretado durante o governo do general Costa e Silva (1967-1969), estava em consonância com as proposições do Estatuto da Terra, segundo o qual,

⁴⁹ Termo utilizado para se referir ao modelo de desenvolvimento proposto no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) em consonância com o título da primeira parte do documento: “Desenvolvimento e grandeza: o Brasil como potência emergente”.

o território brasileiro não precisava de reforma agrária, mas sim de instrumentos que viabilizassem o planejamento da ocupação e os projetos de colonização (Martins, 1973), bem como a capitalização das áreas já consolidadas, visando a industrialização da agricultura. Este plano consolidou e legitimou a atuação de grupos hegemônicos de base agrário-patrimonialista, industrial-estatal e internacionalista no interior das políticas e planos propostos ao longo do período ditatorial, pós-1964.

O objetivo precípua do plano era promover alterações na política econômica de maneira a estimular o crescimento econômico sem se descuidar da espiral inflacionária. Isto significou romper com o padrão anterior de políticas de estabilização para um programa de políticas expansionistas. Segundo Delgado (1988), a conjuntura internacional favorável estabeleceu as bases para implantação do projeto de modernização da agricultura com a consolidação da hegemonia dos grupos dominantes ligados ao aparelho do Estado. O autor destaca que para a burguesia rural brasileira a reforma agrária não seria capaz de viabilizar a produção em escala com incremento de produtividade. Neste sentido, a reivindicação da elite agrária era o investimento no setor através do apoio do Estado à capitalização e modernização do campo (Delgado, 1988: 56).

Estudos realizados no início da década de 1960 pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) já defendiam o argumento de que o “território brasileiro não necessitava de reforma agrária, mas de um planejamento de ocupação”. Percebe-se aqui que a colonização planejada como um sub-produto da industrialização da agricultura já consolidada pelos interesses das elites agrárias do Sul-Sudeste vai se tornando o fundamento básico das políticas voltadas à agricultura expressos nas linhas de atuação política e econômica do plano ao definir como prioridade a incorporação econômica da região dos cerrados, incentivo à agroindustrialização e predomínio de projetos de colonização como instrumento de organização da estrutura fundiária (Delgado, 1988:62).

Em uma das raras inferências sobre a propriedade da terra, o PED destaca como uma de suas linhas de atuação a “facilidade na aquisição e legalização da propriedade rural” sem deixar evidente como se daria este processo (apud Delgado, 1988:64). Apesar do aspecto conservador e autoritário da proposta governamental de reforma agrária expressa no Estatuto da Terra, o fato é que ao abrir precedente para o acesso à propriedade rural mediante a “desapropriação por interesse social” (artigo 17 do Estatuto de Terra, 1964) a legislação contrariou os interesses dos grandes proprietários que se viram ameaçados diante da possibilidade de enfraquecimento de suas bases políticas regionais ou locais.

A ocupação dos “vazios demográficos” como estratégia prioritária para o meio rural brasileiro foi um dos eixos traçados no Plano de Metas e Bases para Ação do Governo, documento divulgado em outubro de 1970 durante governo do General Emílio Médici (1969-1974). A diferença em relação ao PED estava na ênfase da ocupação de regiões tidas como atrasadas, como o Nordeste, e as regiões de fronteiras, como o Centro-Oeste e o Norte, que passaram a integrar o planejamento estratégico no intuito de abrir mercados e ampliar o espaço para o capital nacional e, sobretudo, para o capital internacional. Para tanto, foi proposto um conjunto de planos setoriais e regionais, dos quais destacamos o Plano de Integração Nacional (PIN), o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) e o III Plano Nacional de Desenvolvimento (III PND).

O decreto-lei nº 1.106 de 16 de junho de 1970 instituiu o Programa de Integração Nacional (PIN). Em seu artigo 2º a lei estabelecia como prioridade a construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém destinando uma faixa de

terra de 10 Km de cada lado destas rodovias como áreas reservadas para colonização e reforma agrária a fim de promover a expansão da fronteira agrícola. O PIN expressava, na realidade, uma nova concepção de política pública através do planejamento com a finalidade de fazer com que a tomada de decisões e ações estivesse impregnada de racionalidade. Inicialmente, o Estado toma para si a tarefa de organizar e promover a colonização em áreas de fronteira tanto que, neste mesmo ano, é criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária⁵⁰ (INCRA) com a missão de promover, coordenar, controlar e executar a colonização e a reforma agrária.

Parece significativo destacar um trecho do discurso de Delfim Neto, na época ministro da Fazenda, sobre o PIN: O plano representa a conquista de um novo país, dentro da nação brasileira. Por isso estamos convocando os empresários. Para que eles se unam com o governo neste lance definitivo da conquista da Amazônia. Nós vamos empurrar a fronteira para a conquista de um novo país (Moraes et al, 1970:56). Parece evidente que o empresário capitalista foi conclamado a assumir um papel de protagonista na “conquista” e expansão da fronteira.

E foi através do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA), promulgado pelo decreto-lei nº 1.179 de 6 de julho de 1971, que o Estado criou as condições favoráveis à expansão de projetos de colonização particular ao fornecer crédito para financiamento de compra de terras na área que compreende a Amazônia Legal e Nordeste. Os recursos destinados ao programa seriam gastos na aquisição de terras ou desapropriação para fins de interesse social. A previsão era vender estas terras para pequenos e médios produtores da região e ainda financiar parte da transação mediante a concessão de empréstimos fundiários.

Entretanto, este programa não representou uma distribuição de terras em favor do pequeno proprietário, pelo contrário, possibilitou aos grandes empreendimentos agropecuários o acesso à grandes extensões de terra com juros subsidiados e todos os benefícios previstos na lei. Deste modo, o governo desenvolveu uma ação política que teve papel determinante na destruição das oportunidades de reprodução da pequena agricultura familiar, conferindo à luta pela terra, um papel histórico de resistência camponesa contra o desenvolvimento capitalista (Martins, 1984).

Certamente, do ponto de vista da análise da questão fundiária na Amazônia Legal, o PIN e o PROTERRA configuraram-se nos programas que mereceram maior atenção por parte do Estado e aos quais foram designados uma soma significativa de recursos, além de se constituírem estratégias regionais relevantes. Outro fator que merece destaque foi a conseqüente multiplicação dos conflitos pela terra na Amazônia. Inúmeros estudos na região (Oliveira, 1983; Martins, 1984; Moreno, 2007; dentre outros) destacam a estreita relação entre representantes do poder público com a iniciativa privada que resultaram em privilégios e subversão da lei. É comum os relatos sobre o envolvimento de agentes da lei em casos associados com grileiros, pistoleiros, jagunços e grandes proprietários na execução de desapropriação, despejos ilegais e violentos de lavradores ou antigos posseiros. Esta situação contraditória foi alvo da crítica de Martins, pois o mesmo governo que “suprimiu os empecilhos legais à realização da reforma agrária, que ampliou o aparato de leis supostamente destinadas a favorecer os trabalhadores do campo, preconiza, desloca e estimula o deslocamento desses trabalhadores para regiões onde as leis geralmente não são cumpridas” (Martins, 1984:39).

⁵⁰ Da união do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) surgiu o INCRA.

Talvez o mais imprescindível de se pensar aqui seja como a ampliação da malha rodoviária foi considerada como mola mestra do projeto de integração nacional. O I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) elaborado para o período de 1972 a 1974 e aprovado pela lei nº 5.727 de 04 de novembro de 1971 incorporou o PIN e o PROTERRA e, no que se refere à estratégia traçada para “ocupação”⁵¹ da Amazônia destacou: (1) a abertura das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, (2) a desapropriação de terras devolutas para implementação de projetos de colonização e (3) subsídios para a indução de fluxos migratórios (tais como os recursos destinados ao PROTERRA).

O I PND tinha por objetivo a criação de um modelo brasileiro de capitalismo industrial com a função de institucionalizar o “Programa de Grandes Empreendimentos Nacionais” (BR. Pres., 1971:11) que, pelo menos em parte, impulsionou o chamado complexo agroindustrial e a modernização tecnológica da agricultura. Não é por outro motivo que em uma síntese das “realizações nacionais” planejadas para o período enfatiza-se o lugar destinado ao Nordeste e Amazônia:

VIII – Realização de Estratégia Regional para efetivar a Integração Nacional. Ao mesmo tempo em que se consolida o núcleo desenvolvido do Centro-Sul, até com a criação de regiões metropolitanas, controle da poluição e construção da estrutura integrada de Indústria e Tecnologia, implantar-se-ão novos pólos regionais, notadamente o agro-industrial do Sul, o industrial-agrícola do Nordeste e o agropecuário do Planalto Central e da Amazônia” (Br. Pres., 1971:XI).

A ocupação da área que compreende a Amazônia ganhou destaque a partir de um amplo programa de colonização que tinha por objetivo a criação de um modelo brasileiro de capitalismo industrial baseado no “Programa de Grandes Empreendimentos Nacionais” (BR. Pres., 1971:11) impulsionando, pelo menos em parte, o chamado complexo agroindustrial e a modernização tecnológica da agricultura. O I PND não cita especificamente a região Centro-Oeste que é considerada, neste contexto, como pertencente ao eixo de ligação entre o norte e o sul. Entretanto, percebe-se a preocupação prioritária com os troncos rodoviários para viabilizar a integração nacional. Tratava-se, pois, de uma política de planificação horizontal do território cujo projeto principal era a construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém (Cardoso e Muller, 1977), conforme figura 1. As transferências e incentivos do Estado para tais fins se deram mediante a consolidação do Programa de Integração Nacional, mais conhecido como PIN⁵².

⁵¹ Não temos o intuito de entrar no debate sobre a questão da ocupação anterior das terras pelos grupos indígenas. Todavia reconhecemos a existência de conflitos na região decorrente do processo de expulsão dos índios em diversas áreas na região amazônica.

⁵² O PIN foi promulgado em 1970, entretanto, em 1971 passou a integrar o I PND documento sintético que define os rumos, instrumentos e estratégias das políticas de desenvolvimento no campo social e econômico para o exercício de 1972-1974.

Figura 1
Rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém (BR 163)



Fonte: Plano Nacional de Desenvolvimento, 1971.

No capítulo 3 do I PND denominado “A estratégia de desenvolvimento” foi destinada uma sessão para a proposição das áreas de atuação do PROTERRA:

“1- Apoio ao pequeno produtor, principalmente ao desprovido de terra e ao proprietário de minifúndio.

Esse apoio assumirá, de um lado, a forma de redistribuição de terra, para fornecer ao pequeno produtor gleba com dimensão econômica aceitável, nas áreas em que se faça mister racionalizar a estrutura da propriedade. Sem prejuízo de outras medidas, já existentes, o governo desapropriará terras, inclusive mediante justa e prévia indenização em dinheiro, e venderá as terras desapropriadas, principalmente, a pequenos produtores, por meio de crédito fundiário a longo prazo. De outro lado, prestará assistência creditícia, técnica e social.

2- Implantação de projetos agrícolas com sentido empresarial, para expandir a empresa agrícola no Nordeste e Norte. Além de financiamentos a longo prazo e juros baixos, que assegurem a rentabilidade dos projetos e permitam elevar a produtividade básica da região, será facilitada a comercialização,

para abrir também frente de exportações em grande escala. Realizar-se-á, igualmente, em particular no Nordeste amplo programa de industrialização de produtos agrícolas.

Além das instituições relacionadas com a racionalização da estrutura agrária, serão instrumentos principais de execução do PROTERRA os bancos oficiais – BNB⁵³, BASA⁵⁴, BNDE⁵⁵, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal -, uma vez que o programa operará, principalmente, mediante crédito” (I PND, 1971, p. 21).

Entre o que foi proposto e os resultados práticos, enorme foi a distância, pois, o desempenho do PROTERRA não representou uma distribuição de terras em favor do pequeno proprietário (Rocha e Leão, 2007). Tomando como base um módulo de 100 ha, considerado comum para o padrão fundiário da região amazônica, Martins (1984) analisou as novas áreas incorporadas durante os períodos intercensitários e chegou à conclusão que, no que se refere à distribuição de terras no período de 1970 a 1975: os maiores estabelecimentos, com mais de mil hectares, receberam 71% das terras. Além disso, o programa desapropriou áreas escolhidas pelos próprios donos/especuladores e pagava à vista liberando créditos altamente subsidiados aos fazendeiros. Deste modo, o governo desenvolveu uma ação política que teve papel determinante na destruição das oportunidades de reprodução da pequena agricultura familiar, conferindo à luta pela terra, um papel histórico de resistência camponesa contra o desenvolvimento capitalista. (Martins, 1984).

Dois lemas faziam parte do discurso governamental da época: “integrar para desenvolver” e “integrar para não entregar”. O primeiro está relacionado com a linha mestra do programa de promover a integração da Amazônia e impulsão da produção agrícola na região para fins industriais e de exportação com a implantação dos corredores de transporte. O segundo está vinculado ao discurso “nacionalista” dos militares. O tom ufanista destes discursos mobilizou o deslocamento de centenas de trabalhadores para a construção das rodovias, ao mesmo tempo em que o INCRA começava a execução de projetos de colonização dirigida com intuito de absorver excedentes populacionais de outras regiões onde os conflitos por terras já se tornavam evidentes.

As metas traçadas pelo PIN informam, em alguma medida, o padrão de uso e propriedade da terra. A implantação de programas de colonização ao longo da Transamazônica estimulou o deslocamento de grande contingente populacional nordestino, cuja força de trabalho foi utilizada na construção da rodovia. A integração daquele espaço se pautava no “perigo” eminente de invasões por tratar-se de uma região de fronteira e na sua vulnerabilidade sócio-econômica. No eixo da rodovia BR 163 ocorreu uma concentração de projetos de colonização particular com parceria entre o Estado (através do INCRA) e empresas privadas, especialmente cooperativas do sul do país, responsáveis pelo intenso fluxo migrante de sulistas. Ao Estado cabia criar as condições de infra-estrutura para instalação de núcleos urbanos, tais como escola, posto de saúde, igreja, etc. (Fonte: I PND, 1971). O que se observa nos dois casos é a seleção do tipo migrante que serviria aos interesses nacionais: nordestinos para a Transamazônica e sulistas para a Cuiabá-Santarém.

⁵³ Banco do Nordeste do Brasil.

⁵⁴ Banco da Amazônia.

⁵⁵ Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

Interessante observar que a política de colonização traçada nos anos 1970 difere em alguns aspectos daquela do século XIX no que se refere ao papel do Estado. Nunes (2009, p.142) ao analisar a instalação de núcleos agrícolas no Pará nos anos 1870 destaca que ao Estado era atribuído o papel de fiscalizador e de provedor das condições mínimas de permanência na terra assumindo, inclusive, a responsabilidade de preparação dos terrenos, construção de casas, facilitação de acesso às áreas de comercialização, etc. Já nos anos 1970 os projetos de colonização, na sua maioria, contam com a interferência de empresas privadas, as chamadas colonizadoras, que em parceria com o Estado assumem a responsabilidade da organização do espaço fronteiriço. Uma das conseqüências disto é a configuração de conflitos que envolvem não apenas interesses da classe trabalhadora e do Estado, mas, sobretudo, da iniciativa privada. Adiante, recorro a um estudo de caso que explicita como a atuação destes distintos atores é determinante para a compreensão do padrão de uso da terra na região amazônica.

Pode-se dizer que a construção das rodovias simboliza a consolidação dos interesses de ordem geopolítica e econômica descritos no PIN. *Grosso modo*, os interesses geopolíticos se traduziram na preocupação do governo militar com a vulnerabilidade às “invasões estrangeiras”⁵⁶ devido à baixa densidade demográfica numa região de fronteira. Já os interesses econômicos estavam relacionados com a exploração dos recursos naturais disponíveis e com o potencial de incorporação produtiva especialmente de nordestinos e sulistas como opção política para aliviar as tensões e conflitos pela terra. Embora a mídia na época destacasse como origem dos conflitos os fatores de origem climática (como secas, geadas e enchentes), estas tensões eram resultado de uma estrutura fundiária viciosa e excludente que privilegiava a concentração de terras (Magalhães, 1990 e Furniel, 1993).

Nota-se a marcante relação entre segurança e desenvolvimento como princípio das políticas traçadas pelo PIN. Silva (2007) chama atenção para centralização das ações do Estado na condução das políticas de incorporação dos ditos “espaços vazios”. Para a autora esta configuração é contrastante com a “hipótese turneriana de que a expansão da fronteira agrícola fora responsável pela descentralização política e um dos pilares da consolidação da democracia nos Estados Unidos” (Silva, 2007:93). A analogia da expansão da fronteira brasileira com a experiência americana se situa, desta maneira, no plano simbólico, haja vista as assimetrias no tempo e no espaço entre uma experiência histórica e outra.

Embora em experiências anteriores, como a *Marcha para o Oeste* editada pelo governo Vargas na segunda metade dos anos 1930, o Estado tenha sido o ator principal na arena das políticas ditas desenvolvimentistas, o que se observa de diferencial na política conduzida nos anos de chumbo é a criação de um arsenal burocrático — leis, instituições, programas, etc. — com a finalidade de viabilizar e financiar a modernização mediante a ocupação dos “espaços vazios” a fim de atender os ditames do capitalismo mundial.

“A par do esforço na área interna, cumpre à sociedade brasileira valer-se, para acelerar o crescimento, das oportunidades oferecidas pelo *intercâmbio internacional*, assim como pela oferta da *poupança externa*, com o fim do suplementar, por certo período, a poupança interna. Impõe-se acelerar com tais recursos o *processo de modernização do país*, com *aproveitamento da experiência de outras nações*. Reafirma o Brasil, na sua *estratégia*

⁵⁶ Ver Magalhães (1990) sobre as várias investidas estrangeiras na Amazônia. O autor destaca o conflito no processo de criação do Estado do Acre. Sobre este assunto ver também Lígia Osório Silva (2007).

econômica externa, a sua solidariedade com as nações em desenvolvimento, mantendo-se fiel ao conjunto de instituições do sistema interamericano, no empenho de *acelerar o progresso da América Latina*. Tudo será feito, por conseguinte, para consolidar os órgãos econômico-financeiros criados para aquele fim, tais como o CECLA, o BID, o ALALC e o CECON. O Brasil continuará a crescer, tirando melhor proveito de sua dimensão continental, em consonância com a sua tradição de *expandir-se dentro das próprias fronteiras*” (Br. Pres., 1971:23-14. Grifos meus).

O trecho acima demonstra que a concepção de integração traçada no bojo do I PND estava eminentemente vinculada com o avanço do capitalismo a nível mundial e a idéia de desenvolvimento significava chegar próximo do modelo dos Estados Unidos dentro de uma estratégia de *catch up* ou, em outras palavras, de um emparelhamento com as economias mais avançadas. Braudel (1985) chama atenção para o fato de que ambos, Estado e capitalismo, evoluem *pari passu*. O Estado brasileiro não apenas foi favorável ao avanço do capitalismo mundial como também criou as condições necessárias para que isto acontecesse. Na verdade o que estava em jogo era a submissão da economia brasileira, sobretudo no que se refere às políticas destinadas ao setor agropecuário, aos ditames e exigências do mercado internacional sem manifestar ou considerar as questões sociais e culturais imanentes ao processo.

Com nível maior de detalhamento, uma segunda edição do plano foi elaborada pela o período de 1975-1979, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) aprovado pelo congresso nacional pela lei nº 6.151 de 04 de dezembro de 1974. Após as transformações no cenário mundial originadas pelo primeiro choque do petróleo, o segundo plano muda o tom do discurso em relação à Amazônia. Ao invés de destacar a idéia de ocupação dos “espaços vazios” passa a reforçar a incorporação e expansão da fronteira econômica:

“A ocupação de novas áreas deverá continuar, como processo importante de expansão da agropecuária, dada a existência de terras relativamente férteis para deslocamento da fronteira agrícola, e tendo em vista que o gigantesco sistema viário já construído colocou à disposição do setor imensas áreas do Centro-Oeste e na Amazônia”(Br. Pres., 1974:42).

O Centro-Oeste assume uma participação mais efetiva nas políticas setoriais traçadas no II PND e a SUDECO, Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste criada por meio de lei ° 5.365 de 1° de dezembro de 1967, passou efetivamente a ter um papel ativo na promoção do desenvolvimento econômico da região. A integração e ocupação produtiva da região para atender demandas do comércio internacional ganharam atenção especial com o fortalecimento da política de colonização ao longo do eixo da rodovia Cuiabá-Santarém, mais conhecida como BR 163. A estratégia tinha por objetivo precípuo:

“A promoção dos núcleos urbanos de ocupação, estrategicamente selecionados ao longo das grande rodovias de integração nacional (Transamazônica, Cuiabá-Santarém, Belém-Brasília, etc.), bem como em função das potencialidades sub-regionais para o desenvolvimento agropecuário, agromineral e agroindustrial” Br. Pres., 1974:90).

Tratava-se, pois, de uma ocupação politicamente orientada e planejada das terras e, assim sendo, a expansão das fronteiras agrícolas não ocorreu de maneira espontânea, mas foi fruto de políticas públicas que promoveram uma transformação no espaço

amazônico com a parceria do capital privado. Machado (1992) ressalta que, a princípio, a fronteira agrícola seria um lugar onde o “novo” é possível, ou seja, novas formas de apropriação e organização do espaço com novas formas de vida tecno-mercantil, e se referia exclusivamente a área de cultivo, excluindo a criação de gado. No Brasil a fronteira agrícola pode significar a conjunção das atividades agrícolas com a pastoril, e não se limita às áreas de floresta (Machado, 1992:32-34).

A base logística de ordenação territorial na fronteira foi o núcleo urbano na medida em que abriu possibilidades de trabalho e de apropriação de lotes urbanos. Funcionaram, na verdade, como vetores de transformação regional e de mudança na estrutura ocupacional dos migrantes por oferecerem novas frentes de acumulação (via organização social e econômica do território) e de organização da produção agrícola. As rodovias, como eixos de circulação, interferiram na paisagem dotando as cidades de função estratégica para a expansão e consolidação das atividades produtivas (Becker, 1990:22).

Ao analisar as metas traçadas para a agricultura tanto no I quanto no II PND, o que se observa é um aparelhamento à conjuntura externa, principalmente, no que se refere a criar condições propícias para a expansão da produção agrícola para atender o comércio internacional. De acordo com Delgado “a ênfase recai na modernização do capitalismo brasileiro como condição para sua inserção mais ampla, competitiva e economicamente vantajosa no sistema mundial e para integração harmônica de seus componentes potencialmente (e mesmo estruturalmente) conflitivos” (Delgado, 1988:72). É o que o autor chama de duplo processo: aumento da competitividade nacional a níveis internacionais e integração dos diversos setores da economia.

O objetivo do Brasil Potência⁵⁷ enunciado no II PND era viabilizar o desenvolvimento econômico mediante a mobilização e parceria entre o setor público e a iniciativa privada com a expansão do capital dirigido pelas grandes empresas e latifúndios. A preocupação em manter o desempenho econômico do período do “milagre brasileiro” (1967-1973) se manifesta, na visão de Castro (1985), na “estratégia de 1974” anunciadas no II PND face às novas circunstâncias e conjuntura econômica como condicionantes de uma economia em desenvolvimento como o Brasil. O autor destaca que a opção do governo brasileiro frente a crise internacional do petróleo foi atacar os problemas estruturais com a reconversão do aparelho energético e a reestruturação da planta produtiva mediante políticas com gastos em formação de capital. Para Castro o “avanço da ação reguladora do Estado, mediante políticas de insumos e orientação das decisões privadas, bem como a ocupação de novos espaços pelas empresas públicas, era algo inerente à decisão de levar adiante o desenvolvimento em meio à crise e responder ao estrangulamento externo através da reestruturação do aparelho produtivo” (Castro, 1985:42). Diante da deterioração dos termos de troca decorrente do ambiente de instabilidade internacional a “opção de 1974”, na opinião de Castro, continha alta dose de racionalidade econômica ao anunciar a modificação da estrutura produtiva determinante para o processo de industrialização brasileira. Conclui que o ganho de divisas proporcionado pelos programas setoriais do II PND pode ter sido decisivo para evitar o colapso e crise da economia nos primeiros anos da década de 1980 mas, por outro lado, a perversão do plano reside nos métodos pelos quais foi implantado (ditadura), sem a participação da sociedade comprometendo a “estratégia social” do plano (Castro, 1985:47).

⁵⁷ Termo utilizado para se referir ao modelo de desenvolvimento proposto pelo II PND em consonância com o título da primeira parte do documento: “Desenvolvimento e grandeza: o Brasil como potência emergente”.

Em particular, é importante o trecho inicial da sessão destinada à “Estratégia Agropecuária” do II PND ao considerar “necessário que a Agricultura e a Pecuária passem a desempenhar novo papel na estratégia nacional de desenvolvimento” (BR. Pres., 1974:41). Para isso a estratégia de integração nacional revista apontava para uma “ocupação produtiva” da Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste (conforme figura 7), além de sublinhar a importância de se expandir tanto os aspectos relacionados à infraestrutura (energia, transporte e comunicação) quanto à execução de projetos setoriais que pudessem significar incremento nas exportações e conseqüente integração com a economia internacional.

Embora no I PND constasse a concessão de terras para implantação de projetos agrícolas empresariais, no II PND com a ampliação para 100 Km de cada lado das rodovias destinados à projetos de colonização ocorreu uma mudança significativa no perfil dos migrantes selecionados e tipo de uso da terra: por um lado, passou-se a privilegiar os grandes fazendeiros e seus empreendimentos agropecuários em detrimento dos pequenos produtores e, de outro lado, estimulou-se a agricultura de base capitalista com utilização de tecnologia no campo em detrimento da agricultura familiar.

O III PND planejado durante o governo do general José Figueiredo para o período de 1980-1985 foi concebido, de acordo com Delgado (1988), como um documento qualitativo e meramente “formal, impotente e incapaz de formular uma estratégia de adaptação da economia brasileira à crise interna do modelo econômico e às pressões oriundas do exterior” (Delgado, 1988:98). No que concerne às políticas para o setor da agricultura Delgado destaca o nível de generalidade e repetição de lugares-comuns ao elencar objetivos sem descrever ou indicar como alcançá-los (Delgado, 1988:101).

Pelo exposto, convém destacar que para fins deste trabalho optei por não tomar como fonte primária o III PND, muito embora reconheça que este conjunto de generalidades e as ausências da qual nos fala Delgado possui um importante indício da conformação política-econômica que se delineava no período culminando no processo de redemocratização do país que, por sua vez, se constitui num frutífero campo analítico para outros trabalhos.

1.5. A política desenvolvimentista militar e seus programas na Amazônia Legal

A análise dos Planos de Desenvolvimento trás consigo a construção de um mosaico de programas que foram criados ao longo dos anos de chumbo para tornar viável o projeto desenvolvimentista. Além do PIN e do PROTERRA, já citados anteriormente, outros programas merecem destaque seja pelo aporte de recurso recebido, seja pela sua importância estratégica na condução da política.

Para Oliveira (1991), o “Estado autoritário, a par de sua política interna de repressão política no início da década de 70, foi paulatinamente sedimentando a estratégia espacial de desenvolvimento, expressa na política das *fronteiras ideológicas*”⁵⁸. Os planos de desenvolvimento e os programas que apresentaremos a

⁵⁸A doutrina “fronteiras ideológicas” em oposição/complemento a “fronteiras geográficas” começou a ser gestada, nas palavras do autor, logo após a Primeira Guerra Mundial, particularmente pós-Revolução Russa. O que se colocava em pauta era o alinhamento ideológico com os interesses norte-americanos em contraposição a “ameaça” socialista. Este ideário ganhou contornos mais específicos no pós-Segunda Guerra Mundial. No caso do Brasil a construção deste ideário que culminou na “hegemonia norte-americana no controle dos recursos minerais no Brasil e em praticamente toda América Latina”. No entanto, é a partir da ascensão militar ao poder em 1964 que esta doutrina passa a se constituir com um instrumento político-ideológico-econômico ao incitar, através dos diversos planos elaborados sob os preceitos do lema “segurança e desenvolvimento”, a internacionalização de vários setores da economia brasileira (Oliveira, 1991: 17-26).

seguir são responsáveis de acordo com o autor, pela territorialização do capital em áreas fronteiriças (Oliveira, 1991:89).

Apresentamos a seguir uma breve contextualização dos principais programas direcionados para área da Amazônia Legal cujos desdobramentos estão eminentemente relacionados com a política desenvolvimentista traçada nos Planos Nacional de Desenvolvimento.

1.5.1. Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste - PRODOESTE

O Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste, promulgado pelo decreto-lei nº 1.192 de 8 de novembro de 1971 pelo General Emilio Médici, visava incrementar o desenvolvimento do Centro-Oeste através da sua interligação aos grandes eixos rodoviários no intuito de proporcionar o escoamento da produção até os principais pólos de comercialização, consumo, industrialização e exportação. Grosso modo, o programa canalizou recursos e investimentos em infra-estrutura de transporte com a construção de malha rodoviária:

“Art. 2º O PRODOESTE objetivará a construção imediata de uma rede rodoviária básica, prioritária, conjugada a um sistema de estradas vicinais e a uma rede de silos, armazéns, usinas de beneficiamento e frigoríficos, bem como a realização de obras de saneamento geral, retificação de cursos de água e recuperação de terras.

§ 1º São consideradas prioritárias, na primeira fase do Programa de que trata este Decreto-lei, as seguintes ligações: BR 060 - Trecho Goiânia - Rio Verde - Jataí; BR 452 - Trecho Itumbiara - Rio Verde; BR 050 - Trecho Cristalina - Catalão; BR 364 - Trecho Cuiabá - Rondonópolis-Jataí; BR 163 - Trecho Rondonópolis - Campo Grande - Dourados; BR 262 - Trecho Campo Grande - Aquidauana - Corumbá; BR 070/416 - Trecho Brasília - Cuiabá - Cáceres - Mato Grosso; e BR 376 - Trecho Dourados - Paranavaí” (Fonte: decreto-lei nº 1.192, de 8 de novembro de 1971).

Vale lembrar que, no caso do Mato Grosso, os benefícios do programa tais como obras em infra-estrutura rural, instalação de frigoríficos, expansão de rede de armazenamento, saneamento básico e redes de eletrificação foram sentidos na região sul do Estado antes da sua divisão, ou seja, na área hoje correspondente ao Estado do Mato Grosso do Sul.

O programa estava em consonância com os objetivos traçados no PIN e no I PND ao dotar a região de infra-estrutura básica no que se refere à malha rodoviária na intenção de direcionar fluxos migratórios provindos de regiões onde iniciava-se os conflitos por terra ou de áreas densamente povoadas e, com isto, promover a incorporação econômica e social destes “espaços vazios” algo indispensável para os objetivos da segurança nacional.

Pichinini e Souza (2008) destacam que os volumosos investimentos na região e a perspectiva de progressos na agricultura do cerrado serviram como ponto de atração para agricultores sulistas. Para os autores, é neste período que inicia-se um acelerado processo de urbanização da fronteira agrícola voltada à produção de soja em larga escala para atender o mercado internacional levando os agricultores provenientes da região sul a desenvolverem uma agricultura moderna e competitiva. Tudo isto em consonância com o escopo desenvolvimentista da “marcha modernizadora do oeste” responsável pela formação de grandes complexos agroindustriais na região (Cunha, 2006).

1.5.2. Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados – PCI

Um dos primeiros programas criados para a promoção da política de desenvolvimento nos cerrados foi o Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados (PCI), proposto para o período de 1972 a 1975. Elaborado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) em 1972, o programa tinha por objetivo estimular a expansão da agricultura no cerrado, promovendo e incentivando o plantio de soja e o café. O programa se constituía numa das principais estratégias da política agrícola traçada no I PND.

O programa contou com recursos externos provenientes do Banco Mundial na ordem de US\$ 32,9 milhões, representando 38,8% dos recursos previstos na sua implantação. Isto sem contar os generosos recursos provenientes do Banco Central através do Plano Estadual para Aplicação de Crédito Rural – PESAC (Salim, 1986:311).

Vinculado ao programa federal “Corredores de Exportação”, o PCI foi concebido para atender a demanda de grandes e médios proprietários rurais no desenvolvimento de uma agricultura mecanizada, baseada em princípios da administração empresarial e da racionalidade técnica na exploração do campo voltada aos preceitos do mercado. O intuito do programa era viabilizar os produtores rurais com espírito empresarial a fim de assegurar maiores níveis de produtividade e lucratividade.

Programado originalmente para atender os municípios da mesorregião do Triângulo Mineiro, acabou sendo estendido às zonas do Alto Paranaíba, Paracatu, Alto São Francisco, Alto Médio São Francisco e Metalúrgica. Na tabela 10 é possível visualizar as áreas passíveis de investimentos do PCI. Já a tabela 11 apresenta os dados dos principais resultados do programa na região.

Tabela 10
Expansão da Região Atingida pelo PCI (1972-1975)

Regiões	Área Total (km ²)	Área Programada			
		1972	1973	1974	1975
Triângulo Mineiro	52.760	21.804	52.760	52.760	52.760
Alto Paranaíba	34.899	-	34.899	34.899	34.899
Paracatu	51.271	-	14.104	51.271	51.271
Alto Médio S. Francisco	63.504	-	10.287	10.287	10.287
Alto S. Francisco	53.946	-	-	-	41.245
Metalúrgica	36.418	-	-	-	2.906
Total	292.798	21.804	112.050	149.217	193.368

Fonte: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (apud Salim, 1986:310).

Tabela 11
PCI – Projetos Financiados, área e valor dos financiamentos
(Cr\$ 1.000,00/1980*)

Ano	Nº de projetos financiados (A)	Valor Total (B)	Área Total contratada (ha) (C)	Valor Médio (B/A)	Área Média (C/A)
1972	26	276.205	11.401	10.623	439
1973	74	966.952	31.368	13.067	424
1974	130	2.407.811	68.256	18.522	525

* Inflacionado segundo o Índice Geral de Preços (IGP), col, 2 (FGV), base 1970.

Fonte: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (apud Salim, 1986:310).

Carvalho (2008) destaca que o PCI pretendia atingir, de 1972 a 1974, uma área de 292.798 hectares no cerrado mineiro, entretanto, segundo dados de Salim (1986), constata-se que só atingiu uma área de 111.025 hectares.

Em linhas gerais, os resultados do PCI podem ser apreendidos em duas frentes: (1) possibilitou a expansão da agricultura mecanizada no cerrado mineiro, de acordo com os preceitos da modernização em curso na época, e favoreceu o incremento do consumo de insumos e máquinas agrícolas (Cleps Junior, 1998); e (2) serviu de base para outros projetos no cerrado como o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba – PADAP e expandindo a área de atuação para o Centro-Oeste com o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – POLOCENTRO (Salim, 1986).

1.5.3. Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba – PADAP

O Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba – PADAP, desenvolvido em 1973, assume importância no bojo da política desenvolvimentista do governo militar na medida em que marca o início do papel cooperativista na modernização da agricultura no cerrado brasileiro (Souza, 2009). Resultado da parceria entre a Secretaria de Agricultura de Minas Gerais e a Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC) articulada com o governo japonês, o programa tinha por objetivo assentar agricultores descendentes de imigrantes japoneses em uma área de 61.000 hectares em terras desapropriadas abrangendo os municípios mineiros de São Gotardo, Ibiá, Rio Paranaíba e Campos Altos (Cleps Junior, 1998; Silva, 2000).

Considerado o primeiro projeto de colonização dirigida no cerrado mineiro, contou com recursos públicos do governo de Minas Gerais que gastou cerca de US\$ 200 milhões com infra-estrutura (construção de estradas, centros rurais, armazéns, habitações, etc.) e incentivos para aquisição de máquinas e insumos agrícolas. À CAC coube a tarefa de organizar, implantar e selecionar 80% dos agricultores assentados, beneficiando 90 famílias com áreas médias de 250 hectares. No primeiro ano do programa “foram introduzidos os cultivos de café, soja e arroz, passando-se ao segundo ano com o cultivo de trigo e, no terceiro ano, foram definidas as culturas básicas do projeto: soja, trigo e café” (Cleps Junior, 1998:128). De acordo com Souza (2009), o PADAP foi responsável pela “expansão das áreas ocupadas com café” na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba que “hoje constitui uma das principais regiões produtoras de café do país”. O autor ressalta a exclusão dos produtores locais, em sua maioria de origem familiar, em todo este processo, evidenciando o caráter excludente do programa ao marginalizar a população local. Nesta direção, o “PADAP caracterizou o desenvolvimento agropecuário no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, levando em consideração a expansão da agricultura e acumulação capitalista no campo, tendo como ponto de partida o movimento cooperativista” (Souza, 2009:18).

O PADAP, além de preparar o campo de ação para implantação do POLOCENTRO, assume ainda mais importância na medida em que promove outra parceria entre os governos brasileiro e japonês com o PRODECER, Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Silva, 2000; Cleps Júnior, 1998), programa que será exposto ainda neste tópico.

1.5.4. Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – POLOAMAZÔNIA

Criado pelo decreto nº 74.607 de 25 de setembro de 1974, o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – POLOAMAZÔNIA tinha por finalidade promover a ocupação dos ditos “espaços vazios” na área que compreende a Amazônia

Legal a fim de “promover o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais, em áreas prioritárias na Amazônia estabelecendo quinze áreas prioritárias:

- 1 – Xingu-Araguaia
- 2 – Carajás
- 3 – Araguaia-Tocantins
- 4 – Trombetas
- 5 – Altramira
- 6 – Pré-Amazônia Maranhense
- 7 – Rondônia
- 8 – Acre
- 9 – Juruá-Solimões
- 10 – Roraima
- 11- Tapajós
- 12 – Amapá
- 13 – Juruena
- 14 – Aripuanã
- 15 – Marajó

Destas áreas três estavam localizadas no Mato Grosso : Xingu-Araguaia, Juruena e Aripuanã. Estes pólos receberam obras de infra-estrutura econômica e social tornando possível a implantação de vários projetos de colonização na região.

O Poloamazônia colocou em prática a estratégia do governo militar em “territorializar” os grandes monopólios na região amazônica (Oliveira, 1991: 91) por meio da apropriação da renda capitalista da terra e da intensificação do processo de concentração fundiária.

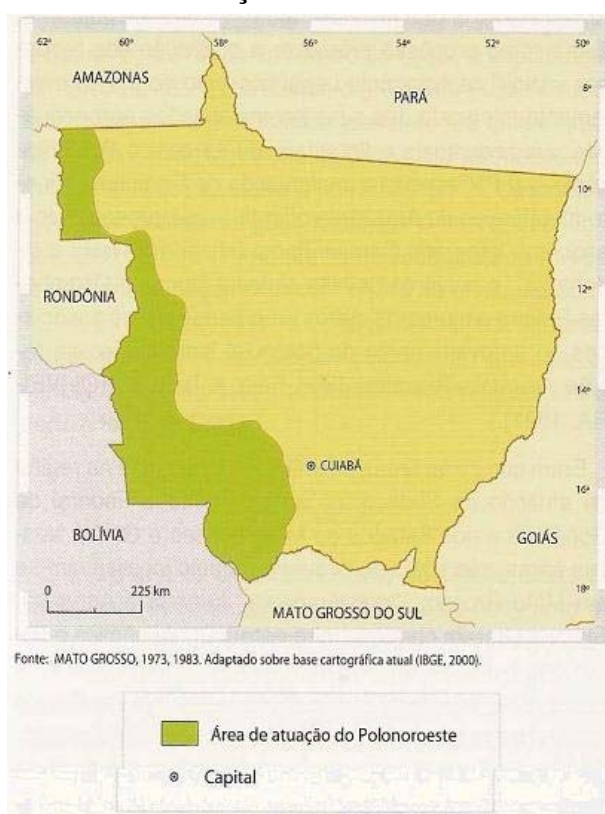
O programa estava atrelado ao II PND e previa o aproveitamento integrado das potencialidades das áreas localizadas na região através da implantação do Complexo Metalúrgico da Amazônia Oriental para extração de minério de ferro e siderurgia (Carajás-Itaqui); conjunto bauxita-alumínio (Trombetas-Belém) e vários outros empreendimentos relacionados ao potencial hídrico da região do Araguaia-Tocantins (São Félix-Tucuruí).

1.5.5. Programa de Desenvolvimento dos Cerrados - POLOCENTRO

Considerado o principal programa de ação setorial do II PND, o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – POLOCENTRO foi criado pelo decreto nº 75.320 de 29 de janeiro de 1975 para o período de 1975-1982 e pretendia acrescentar três milhões de hectares de cerrado à agropecuária brasileira, sendo que até 1979 havia atingido 248.410 hectares (Souza, 2009:18).

Tendo por abrangência os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e as regiões do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, Alto e Médio São Francisco e Vão do Paracatu, em Minas Gerais, Pessoa (1988) mostrou que os recursos destinados ao programa abrangeram vários setores, tais como: armazenamento; energia; assistência; pesquisa e agropecuária; transporte e crédito rural, além de outras infra-estruturas como: a eletrificação rural, mecanização e a utilização intensiva de corretivos do solo.

Figura 2
Mato Grosso – Área de Atuação do POLONOROESTE 1980/1981



O principal objetivo do POLOCENTRO era estimular a ocupação produtiva e ordenada do cerrado brasileiro baseando-se na identificação e seleção de pólos de desenvolvimento em áreas estratégicas e fronteiriças de modo a estimular a produção em larga escala e adoção de inovações tecnológicas no campo. A idéia inicial visava incorporação produtiva de 3,7 milhões de hectares do cerrado sendo 1,8 milhões com lavouras, 1,2 milhão com pecuária e 700 mil hectares com reflorestamento. Este programa foi responsável por um grande aporte de capital nas regiões onde projetos foram implantados produzindo uma nova configuração do espaço agrário ao introduzir novas culturas (como a soja no cerrado matogrossense) e estimular a produção agrícola com perfil empresarial (Pessôa, 1988).

Como no PCI e PADAP, o foco do POLOCENTRO era o desenvolvimento de uma agricultura voltada para o mercado externo baseada na busca constante de produtividade, por isto, os beneficiários do programa geralmente possuíam áreas com mais de 1.000 hectares. Foram criadas linhas de crédito específicas para investimento e custeio com taxas de juros reduzidas e sem correção monetária. Segundo Salim:

“(…)eram condições extremamente atrativas: os investimento em capital fixo, por exemplo, contavam com prazos de até doze anos, com o limite de seis anos de carência incluídos e juros de 14% a.a. capitalizáveis na carência. Além de outras condições especiais, como a assistência técnica obrigatória, contava também com a possibilidade de financiamento de até 100% do orçamento, desde que se situasse na faixa de 100 a 2.000 vezes o maior valor de referência (MVR). Isso, sem considerar que, na mesma época, os juros subsidiados de crédito rural para investimentos fora do POLOCENTRO variavam de 13% para projetos até 50 MRV a 21% a.a. para projetos acima de 5.000 MVR” (Salim, 1986:319).

Todavia, o crédito somente era concedido mediante garantias não estando, desta maneira, disponível para o pequeno produtor. A necessidade de garantias para acesso ao crédito fomentou a organização de agricultores em cooperativas e, de acordo com Souza (2009), o programa foi responsável pela formação de várias cooperativas na região do Triângulo Mineiro. Entretanto, os beneficiários dos créditos disponibilizados eram geralmente grandes produtores, latifundiários ou ainda fundadores das cooperativas.

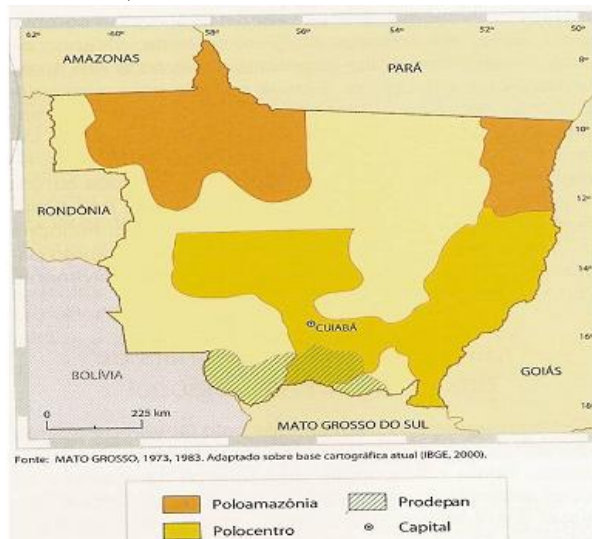
Os créditos fornecidos no interior do programa favoreceram a transformação produtiva da região sem que se possibilitasse uma alteração na estrutura fundiária, resultando no favorecimento dos grandes complexos agropecuários, a concentração de renda e conseqüente valorização das terras do cerrado. Sem dúvida, os créditos abundantes e subsidiados se caracterizaram no principal instrumento do programa e suas condições extraordinárias foram capazes de estimular não somente os produtores da região, mas atraíram investidores de outras regiões. Outro fator que merece destaque é o preço da terra, relativamente mais baixo em relação àquelas localizadas no eixo sul-sudeste. Este conjunto de fatores foi capaz de dinamizar os efeitos do programa no Centro-Oeste favorecendo o POLOCENTRO como uma eficaz estratégia de desenvolvimento e incorporação dos cerrados à economia nacional nos moldes do avanço do capitalismo na região e do perfil da agricultura traçada pela ditadura militar.

Oliveira (1991) destaca ainda que o POLOCENTRO funcionava “como uma espécie de alternativa geopolítica da necessidade de abrandamento das tensões na estrutura fundiária do sul do Brasil, colocando para os colonos a alternativa da migração, que passou a dar-se em direção a Mato Grosso, Goiás, Triangulo Mineiro e oeste baiano” (Oliveira, 1991:93-94).

1.5.6. Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal - PRODEPAN

O PRODEPAN foi criado em 1974 e inserido no II PND como complemento às políticas desenvolvimentistas direcionadas ao Centro-Oeste para fortalecer os pólos econômicos em áreas consideradas prioritárias. O programa foi na realidade um aditivo ao conjunto dos programas já citados principalmente no que se refere à implantação de infra-estrutura terrestre e fluvial. O programa presumia a regularização dos cursos d'água para aproveitamento da rede hidrográfica na região.

Figura 3
Mato Grosso – Distribuição Espacial dos “Programas Integrados”:
POLOAMAZÔNIA, POLOCENTRO e PRODEPAN – 1975/1979



1.5.7. Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - PRODECER

O Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - PRODECER (1976) foi responsável, em certa medida, pela consolidação da inserção do cerrado brasileiro ao padrão tecnológico que ampliou sucessivamente a relação de dependência entre agricultura e indústria. Obviamente, este programa não foi o único responsável pelas mudanças ocorridas na agricultura do cerrado, haja vista o amplo conjunto de programas conduzidos e direcionados para a região conforme vimos até aqui. Como nos alerta Pires (1996), o PRODECER “representou uma outra forma de intervenção estatal no direcionamento da fronteira agrícola. Além de ser financiado em parte pelo capital japonês, o que o diferencia dos programas anteriores, contou com a participação de uma empresa binacional criada especificamente para administrá-lo (Pires, 1996:67).

A origem do programa está ligada a três acontecimentos. O primeiro relacionado com a visita ao Brasil, no início da década de 1970, de um grupo de japoneses ligados à Federação Nacional das Cooperativas de Compras do Japão – ZENCOREN a convite da Organização das Cooperativas de São Paulo. O objetivo da visita foi estudar a possibilidade de estabelecer investimento na agricultura brasileira. A necessidade de instalar investimentos em terras tão longínquas foi em decorrência de uma medida restritiva adotada em 1973 pelo então presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, que decretou o embargo provisório das exportações de grãos e farelos prejudicando o Japão que dependia exclusivamente das exportações norte-americanas. O segundo foi a visita ao Brasil do primeiro-ministro Kakuei Tanaka, em 1974, ocasião em que “promete ao Presidente Ernesto Geisel cooperação do Japão em várias categorias, incluindo desenvolvimento de energia hidrelétrica para projetos de produção de alumínio no Amazonas, projetos de (fabricação de) papel e celulose, projetos agrícolas e de pesca (Hollerman, 1988:51). No bojo destas promessas estava o comprometimento em assinar um protocolo de cooperação técnica para o desenvolvimento do cerrado. O terceiro acontecimento refere-se a viagem do presidente General Geisel, em 1976, ao Japão. Naquela oportunidade os governos brasileiro e japonês firmaram as bases de um acordo de cooperação técnica e econômica para desenvolver a área correspondente ao cerrado brasileiro que resultou no seguinte registro de intenções:

- “1 – que o Programa de Cooperação Brasil-Japão para o Desenvolvimento Agrícola da região do cerrado é um empreendimento significativo do ponto de vista de aumentar a produção de alimentos e promover o desenvolvimento regional no Brasil; e
- 2 – que o Programa de Cooperação contribuirá efetivamente para o aumento do suprimento mundial de alimentos que é de interesse comum dos dois países; e
- 3 – que o Programa de Cooperação terá um significado importante no fortalecimento do relacionamento da tradicional amizade e cooperação econômica duradoura entre os dois países”⁵⁹ (JICA, 1979:03 apud Pires, 1996:68).

A evolução do fluxo de ajuda externa japonesa ao Brasil desde o início da década de 1960 demonstra. A tabela 12 ilustra a distribuição da ajuda oficial japonesa

⁵⁹ O referido registro faz parte do documento Japan International Cooperation Agency (JICA). Ver Pires (1996).

conhecida como *Official Development Assistance* (ODA) com notável destaque para os montantes destinados à cooperação técnica.

Tabela 12
ODA Japonesa para o Brasil (milhões de dólares)

Ano	Doação	Coop. Técnica	Total	Empréstimos	Total Geral
1960-1980	2,00	48,40	50,40	89,30	139,70
1981	0,00	16,10	16,10	15,30	31,40
1982	0,00	14,60	14,60	38,80	53,40
1983	0,00	14,60	14,60	12,50	27,10
1984	0,00	15,80	15,80	19,90	35,70
1985	0,00	15,70	15,70	24,91	40,61
1986	0,00	23,86	23,86	8,43	32,29
1987	0,00	27,12	27,12	54,98	82,10
1988	0,19	34,62	34,81	31,55	66,36
1989	0,00	37,22	37,22	86,95	124,17
1990	0,00	37,96	37,96	26,70	64,66
1991	0,00	45,20	45,20	-5,85	39,35
1992	0,00	46,59	46,59	16,76	63,35
1993	0,00	52,97	52,97	26,40	79,37
1994	0,21	61,48	61,69	27,69	89,38
1995	0,00	66,96	66,96	33,53	100,49
1996	0,45	51,99	52,44	13,04	65,48

Fontes: Ministry of Foreign Affairs, Japan's ODA: Annual Report, 1997. Tokyo: APIC, (vários exemplares). Apud Uehara, 1999.

De acordo com Hollerman (1988), apesar do montante negociado à título cooperação técnica com o Brasil não figure entre os maiores fornecidos pelo Japão, a transferência de tecnologia japonesa neste processo foi de suma importância para o Brasil constituir um ambiente propício à implantação de um projeto de desenvolvimento calcado na industrialização. Um dado significativo, segundo o autor, é o fato do Brasil estar entre os sete países que mais receberam investimentos japoneses (tabela 13), atrás apenas de países asiáticos. Do nosso ponto de vista, este tipo de cooperação econômica pode ter relação com a significativa comunidade de imigrantes japoneses residentes no país e, mesmo, com os constantes fluxos migratórios existentes entre os dois países⁶⁰.

Tabela 13
Principais Países Receptores de Cooperação Técnica Japonesa
(em milhões de dólares)

País	Total
China	2.042,73
Indonésia	1.762,09
Tailândia	1.478,08
Filipinas	1.030,38
Malásia	832,31
Coréia do Sul	755,51
Brasil	609,52

Fontes: Ministry of Foreign Affairs, Japan's ODA: Annual Report, 1997. Tokyo: APIC, 1998. Apud Uehara, 1999.

⁶⁰ Sobre análises sobre os fluxos migratórios entre Brasil-Japão sugiro ver Sasaki (2009), Uehara (1999) e Kawamura (1997).

De acordo com dados levantados por Pires (1996), o Instituto de Desenvolvimento Industrial (INDI) do governo do Estado de Minas Gerais iniciou a sistematização deste protocolo de intenções tendo como resultado um relatório responsável por delinear os parâmetros de criação de uma empresa binacional que seria responsável pela coordenação, planejamento e execução dos termos expressos no acordo cujo capital deveria ser constituído por duas holdings, uma brasileira e outra japonesa (Pires, 1996:68-69). Em abril de 1978 foi criada a holding japonesa, a JAPAN-BRAZIL AGRICULTURAL DEVELOPEMENT CORPORATION (JADECO) composta por 49 acionistas liderados pela JAPAN INTERNATIONAL COOPERATION AGENCY (JICA) e com a participação de empresas como a Mitsui, Mitsubishi, Banco de Tóquio, Central de Cooperativas de Tóquio, dentre outros. Em setembro do mesmo ano foi criada a COMPANHIA BRASILEIRA DE PARTICIPAÇÃO AGROINDUSTRIAL BRASAGRO composta por 44 acionistas dentre os quais se destacam o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A. (BNCC), Investimentos Brasileiros S.A. (IBRASA), Banco do Brasil, Florestal Acesita S.A., Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM) e diversas empresas produtoras de insumos e maquinários agrícolas (Salim, 1986:327; Pires, 1996:70).

A Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO) foi fundada em 09 de novembro de 1978 resultante de uma joint venture entre as duas holdings: do lado brasileiro a BASAGRO com 51% das ações ordinárias na época com sede em Belo Horizonte (MG), posteriormente, transferida para Brasília (DF) e, do lado japonês, a JADECO, responsável por 49% das ações ordinárias, com sede em Tóquio, no Japão. A CAMPO⁶¹ fora criada com a função de coordenar, administrar e implantar o PRODECER.

O público beneficiário do programa era constituído por médios agricultores associados a cooperativas, com capacidade de adoção tecnológica, tanto gerencial quanto de produção, e espírito empreendedor. Foram executados três projetos: o PRODECER I realizado no período de 1979-1982 em três áreas de Minas Gerais com 135 famílias assentadas; o PRODECER II realizado no período de 1985-1990 em duas áreas do cerrado no Mato Grosso e na Bahia com 165 famílias assentadas tendo sido realizada uma expansão do projeto até 1993 onde foram abertas 11 áreas nos estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul resultando no assentamento de 380 famílias e o PRODECER III no período de 1995-2001 implantado em duas áreas no Tocantins e no Maranhão com 80 famílias assentadas⁶².

Os resultados do PADAP e do POLOCENTRO influenciaram na implantação do projeto piloto, o PRODECER I, em municípios mineiros. De acordo com Pires (1996) o PADAP foi importante na fundamentação da colonização dirigida na região instituída por intermédio de cooperativas e apoio estatal através de infra-estrutura e fornecimento de linhas de crédito. Já o POLOCENTRO foi responsável para instalação de considerável infra-estrutura na região possibilitando a execução do projeto. Esta fase piloto contou com dois tipos de ocupação previstos no documento organizado pela

⁶¹ A formação do Grupo CAMPO é resultante do Acordo de Acionistas, fundamentada no Acordo Básico de Associação de Capitais (Basic Joint Venture Agreement), de acordo com a Lei 6.404/76 de 15 de dezembro de 1976. (Lei das S.A.). Sua criação não dependeu de outras decisões ou regulamentações, apenas do Acordo de Acionistas firmado em 09/11/78, entre as duas Holdings Nipo-Brasileiras, a BASAGRO e a JADECO. De acordo com seu Estatuto Social e do Acordo de Acionistas que a condução da companhia seria sob a forma de Co-responsabilidade e Co-gestão entre as duas holdings. Daqui para frente toda vez que falar da CAMPO estarei me referindo a esta configuração da joint venture.

⁶² Para um melhor entendimento dos condicionantes que envolveram a escolha destas áreas para implantação dos projetos sugiro ver Pires (1996) e Salim (1986).

JICA: “a exploração via assentamento dirigido com os produtores organizados em cooperativas agrícolas, e a exploração via grandes empresas agrícolas” (Pires, 1996:73). Daí pode-se observar que coube à holding japonesa a orientação do modelo de ocupação no cerrado mineiro privilegiando o assentamento de (1) agricultores, de certa maneira, capitalizados e organizados em torno de uma cooperativa ou (2) concedendo uma área significativa de terra para grandes empreendimentos agroindustriais.

Figura 4
Áreas de implantação do PRODECER



As linhas de créditos disponibilizadas pelo PRODECER cobriam investimentos e custeio agrícola. Embora as condições de empréstimos sejam semelhantes às do POLOCENTRO, no caso do PRODECER existia uma linha de crédito fundiário com prazo de até 20 anos, incluindo 6 anos de carência com juros de 12% a.a. destinado a aquisição de terras.

A primeira fase do programa assentou 135 colonos numa área total de 48.325 hectares (tabela 14). Um dado relevante apontado na pesquisa realizada por Pires é a predominância de colonos de origem sulista que foram assentados nos projetos realizados em Minas Gerais. No PC-IM a própria cooperativa COSUEL é proveniente do Rio Grande do Sul e foi responsável pela escolha de 20 colonos do seu quadro de filiados e 6 colonos foram escolhidos pela CAMPO, sendo cinco de Minas Gerais e um de São Paulo.

Tabela 14
Projetos de Colonização PRODECER I

Projeto de Colonização	Sigla	Localização	Cooperativa	Colonos	Área Média dos lotes (ha)	Qtde de lotes	Área Total (ha)
Iraí de Minas	PC-IM	Iraí de Minas	COSUEL - Cooperariva de Suinocultores de Encantado Ltda	26	343	26	8.910
Novo Mundo	PC-MUN	Paracatu	COTIA - Cooperativa Agrícola de Cotia Ltda	50	462	50	23.100
Coromandel	PC-COR	Coromandel	Associação dos Produtores Rurais de Coromandel	18	333	18	6.000
Entre Ribeiros I	PC-RIB	Paracatu	COOPERVAP - Cooperativa Agropecuária Vale do Paracatu	41	185/345 ¹	41	10.315
Total				135	-	135	48.325

Fonte: Tabela elaborada a partir de dados de Salim, 1986 e Pires, 1996.

(1) Dezesete lotes com área média de 345 ha e vinte e quatro com área média de 185 ha.

No caso do PC-MUN a CAMPO escolheu 16 colonos da própria localidade de implantação do projeto, Paracatu, e a COTIA selecionou os demais 34 que, em grande parte, eram provenientes do Paraná. Salim já havia chamado atenção para esta seleção social do colono a ser assentado cuja origem é de regiões mais avançadas como Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo (Salim, 1986:331). Além disto, tanto Pires quanto Salim destacam a faixa etária e o nível de escolaridade dos selecionados. No primeiro caso (PC-IM) a faixa etária estava entre 20 e 25 anos com grau de escolaridade predominantemente secundário. No segundo caso (PC-MUN) a idade média era em torno de 31 anos sendo a maioria com escolaridade secundária ou superior. Estes dados demonstram que “inegavelmente, a seleção de colonos se pautou basicamente visando a escolha de agricultores com bom potencial empresarial e capacidade técnica de gestão nos parâmetros tecnológicos estabelecidos pela CAMPO” (Salim, 1986:331). Estes critérios também colocam em evidência o estímulo à migração de um tipo social considerado “ideal” que tivesse experiência no trabalho cooperativado e conhecimento mínimo do emprego de tecnologia no campo. A preferência por jovens agricultores, por sua vez, deixava nítida a importância de vigor físico capaz de enfrentar as adversidades inerentes a abertura de novas terras e implantação de novos paradigmas produtivos.

Além dos projetos de colonização, o programa previa ainda a instalação de grandes unidades agrícolas com administração de cunho empresarial nas mesmas áreas onde estivessem implantados os projetos de colonização de maneira a fomentar um sistema de operação cooperativista. Os grandes empreendimentos agropecuários do Prodecer I foram executados numa área de 20.744 hectares (tabela 15). Vale observar que a CAMPO possui participação societária nos empreendimentos localizados em Paracatu e Unaí. A Fazenda Coromandel, de propriedade da CAMPO numa área de 5.784 hectares foi utilizada para desenvolvimento de pesquisa e produção em escala de sementes melhoradas (Salim, 1986:328).

Tabela 15
Empresas Agrícolas – PRODECER I

Sigla	Localização	Empresa	Área Total (ha)
CDAC	Paracatu	Companhia de Desenvolvimento Agroindustrial do Cerrado	10.120
Curral do Fogo	Unaí	Curral do Fogo Agroindustrial S.A.	4.840
Fazenda Coromandel	Coromandel	CAMPO - Companhia de Promoção Agrícola	5.784
Total			20.744

Fonte: Tabela elaborada a partir de dados de Salim, 1986 e Pires, 1996.

De acordo com os autores aqui citados que analisaram mais detalhadamente os resultados deste programa (Salim, 1986; Pires, 1996 e Souza, 2009) o PRODECER se consolidou a partir de interesses convergentes entre as duas holdings: “do lado brasileiro, tem as aspirações em ocupar novas fronteiras agrícolas, redirecionar o fluxo migratório e criar excedentes exportáveis. Do lado japonês, observa-se a busca da ampliação da oferta de grãos e o fomento à produção e comercialização de insumos agrícolas, em que as indústrias japoneses vinculadas ao processo agroalimentar mundial têm interesses” (Pires, 1996:107). É nítida aqui a intenção de aliar interesses nacionais e globais que irá afetar, sobremaneira, as estratégias locais de produção e de inserção no mercado como será abordado no terceiro capítulo.

O êxito e as intenções expansionistas do programa ficam evidentes na medida em que foram negociados novos empréstimos e condições junto ao governo japonês para implantação do PRODECER II, a partir de 1985.

A segunda etapa do projeto aproveitou-se da experiência anterior. De acordo com o autor, em virtude da primeira etapa ter sido realizada em áreas onde os agricultores tinham pouca ou nenhuma experiência com o padrão tecnológico da agricultura moderna a seleção dos agricultores a serem beneficiados no PRODECER II foi mais rigorosa. Os recursos provenientes do lado japonês vieram do Fundo de Cooperação Financeira para o Exterior (OECE), vinculado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão, e de um grupo de bancos privados liderados pelo The Long Term Credit Bank of Japan (Pires, 1996:84).

Considerado o mais amplo dos projetos executados no interior desta política por estender sua ocupação aos Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais e Bahia (Queiroz, 2004). Fazem parte da etapa piloto do PRODECER II:

Tabela 16
PRODECER II - Projetos Pilotos

Denominação	Localidade	Estado	Cooperativa	Assentados	Área (ha)
PC Ouro Verde	Formosa do Rio Preto	BA	COTIA	48	16.404
PC Brasil Central	Formosa do Rio Preto	BA	COACERAL	38	15.058
PC Piúva	Lucas do Rio Verde	MT	COOPERLUCAS	39	16.717
PC Ana Terra	Tapurah	MT	COOPERCANA	40	18.600

Fonte: CAMPO/PRODECER (apud Pires, 1996:85).

Nestes projetos foram assentadas 165 famílias numa área total de 66.749 hectares com investimentos da ordem de US\$ 117.000,00. A etapa de expansão do

PRODECER II foi realizada em áreas nos Estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul totalizando o assentamento de 380 famílias numa área total de 138.982 hectares. Os dados consolidados na tabela 17 permitem uma visão mais ampla dos investimentos em cada fase dos projetos.

Tabela 17
PRODECER - Projetos, Área e Investimento

Estado	Projetos	Área Total (ha)	Investimento (US\$)	Observação
Minas Gerais	11 projetos 3 empresas	151.250	239.000.000	PRODECER I e II
Mato Grosso do Sul	1 projeto	22.000	26.000.000	PRODECER II
Mato Grosso	2 projetos	35.320	50.000.000	PRODECER II
Goiás	3 projetos	30.000	50.000.000	PRODECER II
Bahia	2 projetos	31.430	67.000.000	PRODECER II
Tocantins	1 projeto	40.000	69.000.000	PRODECER III
Maranhão	1 projeto	400.000	69.000.000	PRODECER III
Total	21 projetos	350.000	570.000.000	

Fonte: Ministério de Agricultura, Abastecimento e Pecuária

Nas três fases do PRODECER foram executados 21 projetos, numa área total de 350.000 hectares distribuídos em sete Estados brasileiros para onde foram destinados algo em torno de US\$ 570.000.000. Embora instigante, não é objetivo aqui analisar os resultados desta política. Para fins desta análise, interessa-me um dos projetos de colonização implantados no norte matogrossense, o PC-Piúva em Lucas do Rio Verde. Alguns relevantes das condições da implantação deste projeto serão tratados no segundo capítulo.

1.5.8. Outros Programas Setoriais

Outros programas foram criados pelo Governo Federal com intenção de viabilizar o desenvolvimento de regiões tidas como atrasadas, como o Centro-Oeste, numa nítida opção pela abertura ao capital estrangeiro. Além dos já citados, podemos ainda destacar: os Corredores de Exportação Articulados (COREXPORT), o Programa de Desenvolvimento Integrado do Araguaia e Tocantins (PRODIAT), o Programa de Desenvolvimento Integrado Eixo Norte (PRODIEN), o Programa Especial de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (PROMAT), o Programa de Desenvolvimento Agroambiental do Estado de Mato Grosso (PRODEAGRO), Programa de Incentivo à Produção de Borracha Natural (PROBOR), Programa de Desenvolvimento Industrial (PRODEI), etc.

1.6. Migrantes em marcha: aspectos gerais da migração em direção ao oeste brasileiro

Um dos resultados das políticas traçadas nestes planos e programas do período militar foi a intensificação dos fluxos migratórios internos em direção ao oeste brasileiro. Do ponto de vista dos estudos das migrações, no Brasil, o que se observa são fluxos multidirecionados, com intensidades distintas relacionados às pressões de ordem social e econômica cujo perfil e análise sugerem uma complexidade. Durante o período em questão estes fluxos se deram, grosso modo, sob três maneiras: (1) espontânea, quando o migrante por vontade própria com base na sua estratégia de reprodução familiar resolve migrar em busca de melhores condições de existência; (2) forçada, isto ocorre quando o migrante sai da sua origem por motivos alheios a sua vontade, um exemplo disto ocorreu em áreas destinadas a construção de barragens resultando na

migração forçada das famílias que ali moravam; e (3) planejada, é o movimento migratório organizado geralmente no bojo de uma política pública, ora por instâncias governamentais (projetos de colonização oficial), ora por empresas colonizadoras ou cooperativas.

Embora no discurso, a colonização⁶³ da Amazônia Legal tenha sido planejada para fins de reforma agrária, o que se viu até aqui foi a construção de um repertório variado de planos e programas associados a interesses diversos, desde àqueles vinculados ao ideário de “segurança e desenvolvimento” do projeto “Brasil Potência”, até os interesses globais de promover a agricultura tecnificada e modernizada capaz de atender às demandas externas, como é o caso do PRODECER.

É neste contexto que se intensificou a colonização dirigida e planejada cabendo ao INCRA a orientação dos projetos oficiais e particulares para áreas consideradas prioritárias nos planos e programas privilegiando os grandes empreendimentos empresariais sem compromisso com a promoção de transformações sociais no campo.

Os meios de comunicação tiveram um papel fundamental neste processo por servirem de aparelho ideológico de influência e divulgação da mensagem da colonização direcionando os fluxos migratórios pós-1970. Tavares dos Santos (1993) descreveu com propriedade a construção de um sistema simbólico acionado pelas mensagens oficiais de colonização que valorizavam: (a) a situação social de origem dos sulistas; (b) a sua experiência migrante por se tratarem de descendentes de imigrantes italianos, alemães e portugueses; (c) a idéia de “novos tempos” vinculada ao propósito de evitar o êxodo rural mediante a ocupação da “fronteira despovoada” onde havia “abundância de terras” e a implantação de um sistema produtivo baseado na “modernização agrícola” protagonizada pelos “pioneiros”. Tratava-se, pois, da construção de um sistema simbólico que acionava a idéia de “terra prometida” onde a “colonização é divulgada sob o signo da modernidade para lembrar em seguida que, em bem pouco tempo, se dará a valorização da terra nua” (Tavares dos Santos, 1993: 85-87).

Estabeleceu-se também um modelo idealizado de colonização com a seleção social do migrante com perfil ideal que pudesse viabilizar o planejamento de ocupação da fronteira e sua incorporação aos moldes do capitalismo produtivista. Para Neto (2007), o incentivo à migração oriunda da região sul e a definição do sulista como migrante ideal pela política de colonização tiveram três objetivos básicos: “facilitar o processo de acumulação de terras no sul; segundo, superar as deficiências de mão-de-obra especializada na região de destino; terceiro, introduzir nessa região uma economia mercantil” (Neto, 2007:78).

A adoção e fortalecimento desta política tiveram consequências sobre a forma e os meios de utilização da terra. A primeira consequência está relacionada a três fatores: ao perfil fundiário do Estado baseado no latifúndio; à determinação do tipo de cultivo (em especial a soja em larga escala) e à seleção de um tipo de trabalhador “ideal” preferencialmente do sul do país. A segunda consequência teve como desdobramento a

⁶³ Desde o início da colonização dirigida no Brasil, em 1750, quando chegaram as primeiras famílias de imigrantes açorianos e fixaram-se na região de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, Seyferth (1990) chama atenção para uma associação quase naturalizada entre colonização e (i)migração. Neste período o objetivo da política de imigração era fixar povoamento e território. Martins (1973) destaca que a imigração, desde o período colonial, limitava-se aos núcleos de povoamento e consolidava uma política de colonização com a finalidade de povoar o extremo sul do país e garantir território. Por outro lado, Tavares dos Santos (1993) enfatiza que o vínculo entre colonização e migração constitui um processo social que deve ser estudado e analisado sociologicamente. Grosso modo, a colonização é encarada como um processo civilizatório, enquanto que a imigração é vista como um instrumento do progresso. Sobre este assunto ver Seyferth (1990), Martins (1973) e Tavares dos Santos (1993).

criação de todo um mecanismo legal que regulamentou a ocupação do espaço rural inclusive selecionando aqueles produtores que teriam acesso aos créditos e subsídios e a criação de instituições que auxiliassem na implantação do modelo de colonização (geralmente mediante o incentivo ao cooperativismo).

Na colonização privada ou particular, a seleção social do “migrante ideal” não é feita ao acaso. O migrante de origem sulista era preferido por já ter passado pela experiência da colonização, por evocar um “espírito pioneiro” e por tratar-se daqueles que viveram a tradição de seus avós, imigrantes italianos e alemães, com todas as dificuldades que eles experimentaram tendo na migração um “modo de viver” (Santos, 1993:109).

A migração enquanto fenômeno é, concomitantemente, por um lado, um processo concreto de mudança, calculado, planejado e intencionado pelo indivíduo; por outro lado, carrega consigo toda uma carga de imaterialidade, de imprevisibilidade. O migrante muda a si e aos outros pela sua experiência afetiva de vivenciar o deslocamento. Entendo que a anatomia do migrante ou, para ser mais específica, de um grupo social identificado como migrante, é revelada pelo trinômio saída-mobilidade-chegada. A própria experiência da mobilidade, seja no seu planejamento ou no ato concreto da transição de um território para outro é determinante para a configuração social destes indivíduos. Neste processo o migrante vivencia vários territórios e acessa inúmeras territorialidades, muito embora, leve sempre na bagagem uma referência identitária associada aos valores sociais e culturais do território de origem.

Por tratar-se de um conceito polissêmico, o qual vários pesquisadores já empreenderam o esforço de explorar as diferentes perspectivas, apreendo o conceito de território partindo da concepção teórica de Haesbaert (1995 e 2004).

Tradicionalmente, a concepção de território, de acordo com Haesbaert (2002), esteve associada às idéias de controle e dominação material sobre o espaço, quer sob a ótica predominantemente econômica ou política, quer seja sob a apropriação simbólica do espaço (Haesbaert, 2004:119). Esta concepção é criticada pelo autor que enfatiza a indissociabilidade entre a dimensão político-econômica e a dimensão simbólica do território. É importante que se enfatize o “aspecto temporal, dinâmico e em rede que o território também assume” cuja “integração de suas múltiplas dimensões é vista através das relações conjuntas de dominação e apropriação, ou seja, de relações de poder em sentido amplo (Haesbaert, 2004:340).

E, nesta direção, o autor defende o argumento de priorizarmos a dinâmica múltipla dos territórios ou o que chama de “multiterritorialidade”. Grosso modo, essa dinâmica vai da condição mais concreta a mais simbólica “sem que esteja dicotomicamente separada um do outra” e no “caso de um grupo mais coeso, podemos dizer que eles constroem seus (multi)territórios integrando, de alguma forma, num mesmo conjunto, sua experiência cultural, econômica e política em relação ao espaço” (Haesbaert, 2004:341).

Multiterritorialidade é a capacidade do indivíduo ou grupo “acessar ou conectar diversos territórios” podendo jogar com uma “diversidade ou um conjunto de opções muito maior de territórios/territorialidades” mediante não só à mobilidade concreta (no sentido de deslocamento), mas, sobretudo, no sentido de acionar diferentes territorialidades mesmo sem o deslocamento físico, permitindo ao indivíduo ou grupo social uma forma singular de “experimentação/reconstrução” do território (Haesbaert, 2004:343-345). Este conceito ajuda a compreender o fenômeno da “diáspora gaúcha” no Mato Grosso que, seguindo a lógica argumentativa de Haesbaert, “representa historicamente uma das formas pioneiras de multiterritorialidade na medida em que o deslocamento e a dispersão espacial de pessoas pertencentes a um grupo com forte

identidade cultural através do mundo promovem múltiplos encontros entre diferentes” (Haesbaert, 2004:354).

Neste sentido, o migrante não apenas entrecruza sua identidade no confronto com outras culturas ou, em outras palavras, num jogo de alteridade, mas leva consigo, em sua bagagem, a sua territorialidade, buscando reproduzi-la no território de adoção. Assim como no caso dos “gaúchos” que migraram para o Nordeste, analisado por Haesbaert (1995), isto é o que ocorre no Mato Grosso nas cidades planejadas onde foram executados projetos de colonização com seleção deste tipo social migrante. É na diáspora que o “gaúcho” constrói e afirma seu discurso civilizador.

Para se ter noção em termos quantitativos desta diáspora, alguns dados da pesquisa realizada em 2007 pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Lucas com os proprietários rurais são ilustrativos: 93,02% são oriundos da região sul (duzentos e quarenta proprietários); 4,65% da região sudeste (doze proprietários), 1,55% do Centro-Oeste (quatro proprietários) e 0,39% das regiões Nordeste e Norte (um proprietário de cada região). No que se refere ao grau de escolaridade do universo de 258 proprietários 65,61% possui apenas o ensino fundamental; 20,16% o ensino médio e 14,23% ensino superior.

Utilizo o termo diáspora inspirada por Bordes-Benayoun e Schnapper (2006). Os autores reconhecem que este termo evoca um passado ligado a experiência fragmentada e singular do povo judeu, conferindo ao termo uma conotação religiosa de resistência coletiva. Entretanto, “depuis 1968 le terme a connu une véritable inflation dans la vie publique et intellectuelle. Les peuples dispersés sont de plus en plus nombreux à s’en réclamer et à se construire comme tels. Être une diaspora est même devenu un combat, une force, un slogan politique, etc.”. Os autores falam sobre a utilização deste termo para descrever um movimento positivo, dinâmico, “même dramatique”, mas nunca para descrever “les mouvements de refugiés politiques et les exodes du XXème siècle” (Bordes-Benayoun e Schnapper, 2006:7-11).

Na era da globalização a utilização do termo diáspora tornou-se uma referência política que atravessa fronteiras e é utilizado por movimentos em diferentes escalas. Neste sentido, Bordes-Benayoun e Schnapper ressaltam que “les racines antiques du mot ne doivent pas oblitérer le sens de la diaspora dans le monde moderne. Pour le comprendre, nous avons distingués deux grandes mouvements : celui du développement des nationalismes et des nations lié à l’avènement de la modernité politique, celui de l’ère qu’on peut appeler posnationale qui paraît dominer depuis les années 1970, à la suite du tournant symbolisé par les mouvements de révolte de 1968 (Bordes-Benayoun e Schnapper, 2006 :15).

O estudo de caso realizado em Lucas do Rio Verde colocou-me diante de evidências empíricas que condicionaram a adoção do viés teórico proposto por Haesbaert (1995 e 2004), pois as estratégias de (re)construção identitária deste grupo acabam por criar uma espécie de rede regional gaúcha (nos termos de Haesbaert, 1998) constantemente acionada como forma de manter a multiterritorialidade deste migrante e agir no imaginário do outro que reconhece o município como um “pedaço do Rio Grande do Sul no Mato Grosso” (Rocha, 2006). A constatação deste fenômeno pode ser observada na complexa rede de parentesco na migração e nos vínculos econômicos, culturais, sociais e até políticos mantidos entre os “gaúchos” do Mato Grosso e os “gaúchos” do Rio Grande do Sul. Exemplos deste fenômeno é a comemoração da Revolução Farroupilha em território matogrossense (no sentido estrito); a rede de comunicação acionada pela família e vizinhança que garante o abastecimento de produtos – geralmente alimentícios – vindos do sul; a existência de uma organização social e cultural em torno do CTG que agrega “gaúchos” e simpatizantes; dentre outros.

Isto me levou a outra constatação. De que a rede regional gaúcha, tal como se apresenta em Lucas do Rio Verde é, ao mesmo tempo, um território no sentido tradicional expresso na sua horizontalidade, extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade numa lógica areolar (Santos, 2004:284); e uma rede reticular percebida nas ligações e conexões materiais e imateriais dos fluxos de intercâmbio, circulação, cooperação e de controle que unem espaços fragmentados como é o caso dos múltiplos elos entre “gaúchos” de Lucas com a sua região de origem, o sul do país. O que parece peculiar nesta rede é que justamente no/do fluxo se constatar a coesão social do grupo que recria uma comunidade⁶⁴ local baseada num sistema de representações identitárias ancoradas em valores da origem que, por sua vez, passam por re-significações servindo como uma estratégia de territorialização deste grupo migrante.

Reter estas noções e análises é de suma importância para a compreensão das tramas e dramas que serão abordados nos próximos capítulos.

⁶⁴ Oliven (1991 e 1999) e Kaiser (1999) advogam sobre a idéia de uma “comunidade imaginada”, nos termos de Anderson (2002), onde a identidade gaúcha “inventada” ou “fabricada” é assimilada por todos aqueles que, de alguma maneira, lidam com a idéia de pertencimento a esta comunidade mesmo que não tenham nascido no Rio Grande do Sul ou tampouco sejam descendentes de “gaúchos”. Para Anderson um grupo social é sempre um “nós” imaginado que expressa uma coletividade imaginada ou, comunidade imaginada, com diferentes graus de coesão social e de eficácia simbólica que dependerá, sobretudo, da bagagem cultural, social, política e ideológica que estes atores irão articular em torno deste “nós”. Ver Anderson (2002).

CAPÍTULO II

O CERRADO EM VERSO E PROSA

A ocupação planejada no cerrado matogrossense

*“Que a morte de tudo em que acredito
Não me tape os ouvidos e a boca
Porque metade de mim é o que eu grito
Mas a outra metade é silêncio.
Que a música que ouço ao longe
Seja linda ainda que tristeza (...)
Porque metade de mim é partida
Mas a outra metade é saudade”..*
Oswaldo Montenegro

(Re)Construir a história de um lugar é como dar forma a uma colcha de retalhos, onde cada acontecimento, cada fato, cada dado é significativo para a compreensão do contexto em questão.

O objetivo deste capítulo é (re)construir uma parte da história de uma cidade localizada no norte matogrossense cuja a origem e criação está vinculada ao projeto de expansão da fronteira no oeste brasileiro mediante a ação planejada do Estado, tal como abordado no primeiro capítulo. Utilizo aqui a uma multiplicidade de fontes para resgatar um passado que, embora se faça presente na memória dos atores envolvidos, guarda especificidades que somente a partir do cruzamento de fontes documentais (documentos oficiais, jornais, projetos, relatórios e leis) com fontes orais (entrevistas) pude acessar um conjunto relevante de informações para compreensão deste universo social.

A peculiaridade deste processo está relacionada com movimentos migratórios distintos que, apesar de alguns terem ocorrido de maneira concomitante, resultaram na diferenciação social dos atores envolvidos. Recorro a trajetória de quatro famílias no intuito de fazer emergir de suas histórias e memórias⁶⁵ os elementos que ajudará a desvelar a complexidade envolvida na construção deste espaço social fronteiriço.

Em pesquisa anterior (Rocha, 2006), identifiquei três movimentos migratórios que deram origem à cidade: o primeiro relacionado com a migração espontânea dos “posseiros” que vieram no rastro da abertura de uma rodovia; o segundo associado ao assentamento de 203 famílias de sem-terra provenientes de Ronda Alta (Rio Grande do Sul), os chamados “parceiros” e o terceiro viabilizado pelo Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) e operacionalizado por uma cooperativa os quais identifiquei como “assentados da cooperativa”⁶⁶. Um quarto movimento migratório, ainda em curso, está relacionado com a estratégia de desenvolvimento adotada pelo município a partir de 2005 atraindo um grande fluxo migrante de “nordestinos” que, localmente, são mais conhecidos como “maranhenses”.

⁶⁵ Dois processos, segundo Halbwachs (1990), envolvem a anatomia da memória: a constituição da memória individual e a constituição da memória coletiva. A primeira é resultante das lembranças pessoais e a segunda é organizada a partir das experiências vividas pelo grupo social à qual o indivíduo possui ligação. Apesar de constituírem-se de formas diferenciadas, isso não significa que sejam isoladas, pelo contrário, existe uma espécie de negociação que entra em jogo para conciliar memórias individuais e memórias coletivas, sendo que esta última pode reforçar a coesão social pela adesão afetiva do grupo. Sobre o assunto ver Halbwachs (1990).

⁶⁶ Estas categorias “posseiro”, “parceiros” e “assentados da cooperativa” foram identificadas durante a pesquisa de campo realizada no interior da minha dissertação de mestrado defendida em março de 2006 no CPDA/UFRRJ intitulada “*Em qualquer chão: sempre gaúcho!*” – A multiterritorialidade do migrante gaúcho no Mato Grosso (Rocha, 2006).

A presente pesquisa, embora tenha um recorte analítico distinto, se configura como continuação das reflexões realizadas durante o mestrado e, portanto, lança mão dos dados produzidos em pesquisa de campo realizada em dois momentos, 2005 e 2008, para descrever, ao longo deste capítulo, os aspectos centrais destes quatro movimentos migratórios que compõem a trama sócio-histórica de Lucas do Rio Verde corporificada no drama de quatro personagens daquele espaço fronteiriço: posseiros, parceiros, assentados da cooperativa e maranhenses (ou nordestinos).

2.1. Quando o público e o privado se encontram na fronteira

Adicionalmente às políticas públicas voltadas para a integração territorial da Amazônia, dois outros fatores merecem destaque para fins desta reflexão. O primeiro foi a criação do estado de Mato Grosso do Sul, desmembrado do território matogrossense em 1977. E o segundo foi o intenso fluxo migrante para o Mato Grosso ao longo da BR 163.

A divisão do Mato Grosso está intimamente relacionado com a ação política e econômica da Companhia Erva Mate Laranjeiras⁶⁷. Nos idos de 1890 Tomás Laranjeiras venceu a concorrência para arrendamento dos ervais sul-matogrossenses com apoio econômico do Banco Rio e Mato Grosso, instituição que pertencia à família de Joaquim Murtinho. Segundo Silva (1996), desta associação entre Laranjeiras e Murtinho nasceu a Companhia Erva Mate Laranjeiras organização que mais tarde iniciou seu “empreendimento comercial e expansão territorial, além de trazer para o seu seio figuras proeminentes da política estadual”. Como demonstrou o autor, a Mate Laranjeiras se configurou ao longo dos anos num truste comercial com ramificações internacionais (na América do Sul) contando com o apoio político na resolução de impasses administrativos. A Companhia direcionou fluxos migratórios, fundou cidades e expandiu sua capilaridade conferindo uma relativa importância política-econômica para o desenvolvimento do centro-urbano da cidade de Campo Grande. Na outra ponta deste processo, a capital Cuiabá, preocupada com o empreendimento começou a defender a tese da colonização para diminuir a área de atuação e influência da Mate Laranjeiras.

As idéias separatistas ganharam consistência na medida em que a distância de Cuiabá proporcionou a Campo Grande um isolamento positivo para pólos de desenvolvimento no sul uma vez que a cidade estabelecia contatos comerciais com São Paulo e Paraná via terrestre e fluvial, ao passo que Cuiabá se comunicava com Goiás e com sul somente através do Rio Paraguai. Assim, os antagonismos entre interesses políticos e econômicos se avolumaram. Ao que tudo indica, de acordo com os registros levantados por Silva (1996), até as décadas de 1950 e 1960 a Mate Laranjeira teve uma participação reservada nos movimentos separatistas embora não se possa negar sua influência no âmbito das redes comerciais e políticas acionadas na região⁶⁸. De acordo com Abreu (2001) a atuação desta empresa “é que melhor expressa os primeiros passos do grande capital no espaço matogrossense” tendo um papel secundário na economia

⁶⁷ A Mate Laranjeira surgiu, de acordo com Foweraker (1981), alguns anos depois da Guerra do Paraguai e dominou politicamente o Estado de Mato Grosso (antes da separação). Entre arrendamentos e terras próprias a empresa dominava pelo menos 600.000 hectares (o autor diz que este número poderia chegar a 1 milhão de hectares) abrangendo o sul do então Mato Grosso, onde a erva-mate era nativa e, com isto, a companhia iniciou atividade exploratória voltada à exportação. Para uma melhor compreensão da história desta empresa e da sua interferência nas questões políticas e econômicas no Mato Grosso ver Silva (1996). Para a compreensão da sua influência na colonização do Oeste brasileiro nos anos 1930-1940 ver Lenharo (1985).

⁶⁸ Para uma visão histórica do processo de divisão do Estado de Mato Grosso ver Silva (1996).

regional e nacional devido a sua produção estar voltada para o mercado externo (Abreu, 2001:48).

Importante ressaltar que até aqui me referi ao Mato Grosso como unidade federativa antes da sua divisão. A lei complementar nº 31 de 11 de outubro de 1977 desmembrou o estado em duas partes: a porção norte menos populosa e mais pobre com economia alicerçada na agropecuária extensiva e com graves problemas fundiários, o Mato Grosso; e a porção sul mais desenvolvida e populosa, o Mato Grosso do Sul. Esta legislação passou a vigorar em 1º de janeiro de 1979. Deste ponto, toda vez que me referir ao estado de Mato Grosso o faço a partir da sua configuração pós-divisão territorial.

Os dados da tabela 18 permite observar o crescimento demográfico durante a segunda metade do século XX, com especial atenção para as décadas de 1970 e 1980, período de implementação das políticas analisadas.

Tabela 18
Evolução da População na Amazônia Legal 1960-1991

Amazônia Legal	1960	1970	1980	1991
Rondônia	70.783	111.064	491.025	1.132.692
Acre	160.208	215.299	301.276	417.718
Amazonas	721.215	955.203	1.430.528	2.103.243
Roraima	29.489	40.885	79.121	217.583
Pará	1.550.935	2.166.998	3.403.498	4.950.060
Amapá	68.889	114.230	175.258	289.397
Tocantins (1)	328.486	2.938.029	3.860.274	919.863
Maranhão (2)	2.492.139	2.992.678	3.996.444	4.930.253
Mato Grosso (3)	330.610	1.597.009	1.138.918	2.027.231
Amazônia Legal (a)	5.752.754	11.131.395	14.876.342	16.988.040
Brasil (b)	70.992.343	93.134.846	119.011.052	146.825.475
% (a/b)	8,10	11,95	12,50	11,57

Fonte: IBGE - Censo Demográfico.

(1) Os dados referente a década de 1960 são referentes à região do Tocantins; os das décadas de 1970-1980 referem-se ao estado de Goiás e os de 1991 representam os dados do Estado do Tocantins pós-divisão territorial.

(2) Dados referente ao estado do Maranhão. Somente a porção leste faz parte da Amazônia Legal.

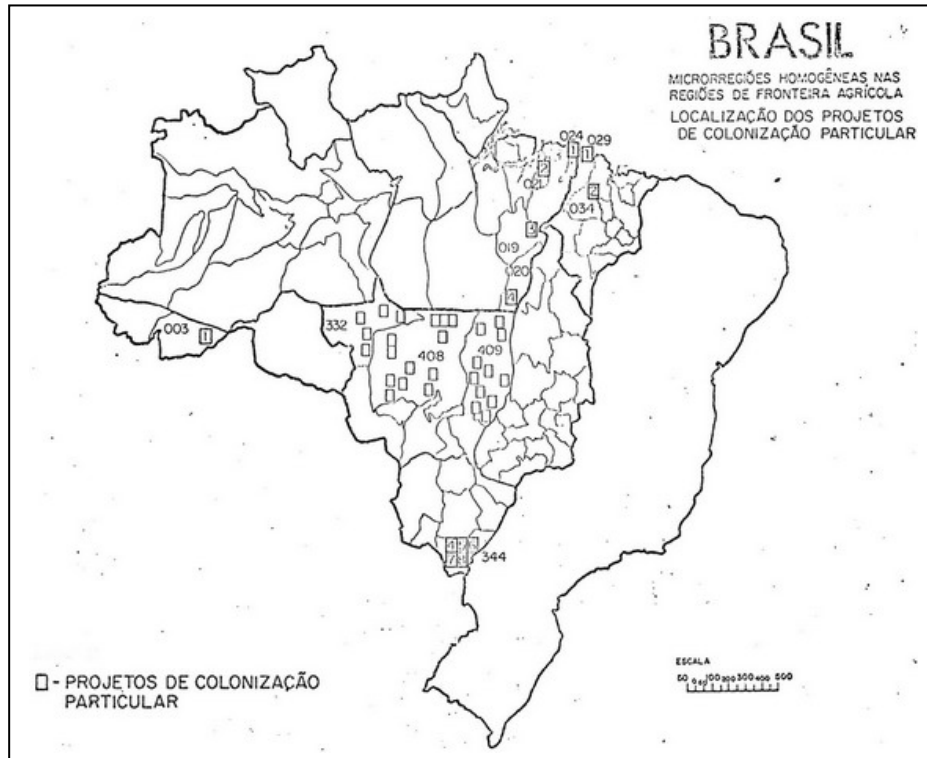
(3) Dados referente ao estado do Mato Grosso. Somente a porção leste faz parte da Amazônia Legal. A redução significativa da população no período 1970-1980 foi decorrente da divisão territorial ocorrida em 1979.

O aumento populacional do Mato Grosso registrado entre 1960 e 1970 (pré-divisão) é da ordem de 383% e é justificado, em grande parte, pelo fluxo migratório direcionado para o Estado no contexto das políticas apresentadas no primeiro capítulo. É notável como os dados referentes a um intervalo de 10 anos revelam a “marcha” que deslocou milhares de pessoas para a região. Além do fluxo espontâneo de origens diversas, alguns fatores contribuíram para a intensificação da migração: (a) o deslocamento de grande contingente de trabalhadores para construção das rodovias Transamazônica e BR 163 (Cuiabá-Santarém); (b) a repressão aos movimentos sociais no campo e conseqüentes tensões por terra no sul do país levando famílias a se deslocarem em busca de melhores condições de reprodução social e (c) aos movimentos organizados pelo próprio Estado através da política de colonização.

Os dados entre 1970 a 1980 revelam uma aparente redução populacional, contudo é preciso reforçar que a divisão do estado de Mato Grosso ocorreu neste intervalo de tempo. Este argumento é corroborado com a análise do incremento

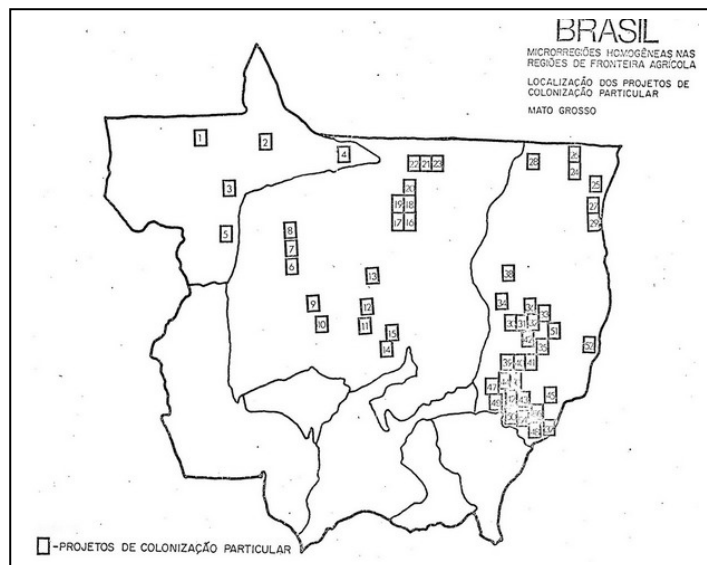
populacional da ordem de 78% no período de 1980 a 1991. Embora tenhamos que considerar o crescimento vegetativo da população, é expressivo o número de projetos de colonização particular direcionados para o Mato Grosso, como demonstrado nas figuras 5 e 6.

Figura 5
Localização dos Projetos de Colonização Particular - Brasil



Fonte: Almeida e David, 1981

Figura 6
Localização dos Projetos de Colonização Particular- Mato Grosso



Fonte: Almeida e David, 1981

Com efeito, os mapas mostram a concentração dos projetos de colonização particular no Mato Grosso, notadamente, no norte do Estado. A adoção e fortalecimento desta política geraram conseqüências sobre a forma e os meios de utilização da terra. A primeira conseqüência está relacionada a três fatores: ao perfil fundiário do Estado baseado no latifúndio; à determinação do tipo de cultivo (monocultura de grãos, em especial a soja em larga escala) e à seleção de um tipo de trabalhador “ideal” preferencialmente oriundo do sul do país. A segunda conseqüência teve como desdobramento a criação de todo um aparato legal que regulamentou a “ocupação” do espaço rural inclusive selecionando aqueles produtores que teriam acesso aos créditos e subsídios com a criação de instituições que auxiliassem na implantação do modelo de colonização (geralmente mediante o incentivo ao cooperativismo). Os dados de Moreno apontam para implantação de 59 projetos de colonização e de assentamento no Mato Grosso no período de 1980 e 1992 (Moreno, 2007:164).

Na terceira parte do Estatuto da Terra (lei nº 4.504/64) que trata da “Política de Desenvolvimento Rural” o capítulo II apresenta os dispositivos legais que regulamentam a colonização e está dividido em sessões: na sessão I trata dos aspectos relacionados à colonização oficial; na sessão II da colonização particular e na sessão III apresenta os princípios para organização da colonização. De acordo com a lei, o governo federal poderia tomar a “iniciativa de recrutar e selecionar pessoas ou famílias, dentro ou fora do território nacional, reunindo-as em núcleos agrícolas ou agro-industriais” (art.55) para fins de colonização em “terras já incorporadas ao Patrimônio Público ou que venham a sê-lo” (art. 56).

Em áreas consideradas prioritárias caberia ao INCRA as atividades colonizadoras (art.58). A definição das “áreas prioritárias” era feita através de zoneamento sócio-econômico e deveriam observar as seguintes características: “(a) a posição geográfica das áreas, em relação aos centros econômicos de várias ordens, existentes no país; (b) o grau de intensidade de ocorrência de áreas em imóveis rurais acima de mil hectares e abaixo de cinquenta hectares; (c) o número médio de hectares por pessoa ocupada; (d) as populações rurais, seu incremento anual e a densidade específica da população agrícola; (e) a relação entre o número de proprietários e o número de rendeiros, parceiros e assalariados em cada área” (art.43, inciso IV, § 1º). Entretanto, um dado relevante neste processo era a interferência direta da Presidência da República. Mesmo que o INCRA identificasse áreas que se enquadrassem nos preceitos descritos na lei, a declaração de áreas prioritárias somente era feita por decreto presidencial (art.43, inciso IV, § 2º).

Além disto, era “dever do Estado” estimular as iniciativas particulares de colonização ficando sob responsabilidade do INCRA a avaliação, aprovação e fiscalização dos projetos que deveriam respeitar as diretrizes da política de desenvolvimento rural definida no Estatuto no sentido de “prestar assistência social, técnica e fomentista e de estimular a produção agropecuária, de forma a que ela atenda não só ao consumo nacional, mas também à possibilidade de obtenção de excedentes exportáveis” (art. 60 e 73). Assim, a iniciativa privada era conclamada a participar da colonização em áreas previamente determinadas pelo governo militar segundo os interesses descritos nos diversos planos e programas analisados no primeiro capítulo. As empresas⁶⁹ beneficiadas com recursos provenientes destes programas governamentais

⁶⁹ O artigo 4º das disposições preliminares definia como “Empresa Rural” o “empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente imóvel rural, dentro de condição de rendimento econômico da região em que se situe e que explore área mínima agricultável do imóvel segundo padrões fixados, pública e previamente, pelo Poder Executivo. Para esse fim, equiparam-

eram geralmente cooperativas do sul do país ou organizações ligadas a grandes empreendimentos agropecuários.

Considerando todos estes aspectos descritos na forma de lei, o INCRA como órgão oficial na condução do programa de colonização implementou, no início da década de 1970, um complexo modelo denominado Projeto Integrado de Colonização onde descreve distintas modalidades de organização espacial e burocrática dos assentamentos os quais estão sintetizados na tabela 19 a seguir:

Tabela 19
Modalidades de Colonização Oficial

MODALIDADES DE COLONIZAÇÃO OFICIAL			
Descrição	Sigla	Principais Características	Execução
Projeto Integrado de Colonização	PIC	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Projetos criados pela União para colonização de áreas consideradas “vazios demográficos” e de expansão de fronteira nacional; ▪ Áreas geralmente localizadas na Amazônia Legal; ▪ Titulação de terras pela União; ▪ Obtenção de terras e aporte de recursos sob responsabilidade da União; ▪ Infra-estrutura básica como estradas de acesso, água e energia elétrica era de responsabilidade da União e, em alguns casos, com a parceria com governos estaduais e municipais. ▪ INCRA era responsável pelo assentamento das famílias. ▪ As dificuldades na implantação deste tipo de projeto levou o INCRA a buscar modelos alternativos. Surgem as demais modalidades. 	INCRA
Projeto de Colonização Oficial	PC	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Obedece a mesma metodologia do PIC. 	INCRA
Projeto de Assentamento	PA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Obedece a mesma metodologia do PIC. 	INCRA
Projeto de Assentamento Dirigido	PAD	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criados para atender o assentamento de pequenos e médios agricultores em regime de propriedade familiar; ▪ Os assentados deveriam ter um conhecimento agrícola dirigido para uma exploração específica e dispor de recursos financeiros e experiência na obtenção de crédito bancário; ▪ Direcionado para áreas onde houvesse uma infraestrutura mínima; ▪ Responsabilidade pela implantação do projeto dividido entre as três esferas do governo: federal, estadual e municipal; ▪ Ao Incra cabia a regularização fundiária e titulação das terras em lotes que possuíam em média 50 hectares. 	INCRA

se às áreas cultivadas, as pastagens, as matas naturais e artificiais e as áreas ocupadas com benfeitorias” (Fonte: Estatuto da Terra, lei 4.504/64).

Continuação da tabela 19:

MODALIDADES DE COLONIZAÇÃO OFICIAL			
Descrição	Sigla	Principais Características	Execução
Projeto de Assentamento Rápido	PAR	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criado para regularização de glebas rurais sob o domínio da União; ▪ Aporte de recursos se resumia à demarcação topográfica, não sendo ofertado ao assentado nenhum tipo infra-estrutura ou acesso à recursos públicos. ▪ Projeto implantado em áreas que tivesse o mínimo de infra-estrutura; ▪ Ao Incra cabia a demarcação e posterior titulação das propriedades implantados em áreas com módulo rural médio de 50 hectares. ▪ Em alguns casos, este tipo de modalidade foi utilizada para solucionar algum foco de tensão social. 	INCRA
Projeto Especial de Colonização	PEC	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pelo formato, organização e responsabilidades é semelhante ao Projeto Integrado de Colonização - PIC; ▪ Pela urgência no processo de implantação se distingue do PIC; ▪ Geralmente destinados a atender populações removidas de áreas de conflito por determinação e interesse do governo federal. Como eram os casos das populações expulsas de suas terras devido a construção de barragens. ▪ Alguns projetos foram implantados em parceria com cooperativas (colonizadoras). 	INCRA
Projeto Especial de Assentamento	PEA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Idem ao Projeto Especial de Colonização – PEC; ▪ Observa-se a utilização dos termos “colonização” e “assentamento” como sinônimos devido a semelhança entre PEC e PEA. ▪ INCRA assumia total responsabilidade desde a demarcação de terras, transferências das famílias, disponibilização de infra-estrutura básica até o fornecimento de assistência técnica-financeira aos assentados. 	INCRA
Projeto de Assentamento Conjunto	PAC	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Projeto implantado através da ação conjunta do INCRA com empresas rurais de grande porte ou cooperativas; ▪ Eram previamente acordados, sendo a execução do estudo de viabilidade por responsabilidade da empresa; ▪ O INCRA era responsável pela implantação da infra-estrutura física e titulação dos parceleiros; ▪ A empresa rural se responsabilizava para administração e manutenção do projeto, bem como, assistência técnica aos parceleiros. 	INCRA E EMPRESA RURAL

Continuação da tabela 19:

MODALIDADES DE COLONIZAÇÃO OFICIAL			
Descrição	Sigla	Principais Características	Execução
Projeto Fundiário	PF	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Refere-se ao perímetro de área rural estabelecido para o desenvolvimento de ações discriminatórias de terras visando sua regularização fundiária; ▪ Sem aporte de recursos de crédito ou de infraestrutura; ▪ Titulação de responsabilidade da União. 	INCRA
Projeto de Assentamento Particular Ou Projeto de Colonização Particular	PAP	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Projetos eram previamente analisados e avaliados pelo INCRA para posterior aprovação do Ministério da Agricultura; ▪ O proprietário de terras deveria se cadastrar perante os órgãos oficiais para posterior envio de proposta de implantação de projeto de colonização em suas áreas; ▪ Nenhuma parcela poderia ser vendida sem a prévia anuência destes órgãos competentes; ▪ O Cartório de Registro de Imóveis ficava responsável de fornecer todos os documentos e negativas referentes à área; ▪ A Empresa rural assumia a responsabilidade de cumprir as seguintes exigências: a) abertura de estradas de acesso e de penetração à área a ser colonizada; b) divisão dos lotes; c) manutenção de uma reserva florestal; d) prestação de assistência médica e técnica aos comprados dos lotes e suas respectivas famílias; e) fomento da produção de uma determinada cultura agrícola (geralmente orientada pelos técnicos do INCRA e do Ministério da Agricultura). 	EMPRESA RURAL (Grandes Empresas, Colonizadoras ou cooperativas)

Fonte: Elaborado pela autora com base na lei nº 4.504/64 que dispõe sobre o Estatuto da Terra e nos dados obtidos em Castro et al (1994), Souza (2001), Teixeira (2006), Moreno (2007), Virgulino e Siena (2008) e Instituto SocioAmbiental (ISA).

A amplitude dos formatos e a semelhança entre algumas destas modalidades existentes gerou, do meu ponto de vista, uma confusão no enquadramento dos projetos implantados que nem mesmo o INCRA é capaz de explicar. É muito comum nos documentos da própria instituição a referência de um determinado projeto de colonização segundo parâmetros distintos. Esta “confusão” ocorre com frequência nos projetos onde prevê a parceria do INCRA com uma empresa rural (colonizadoras ou cooperativas).

Moreno (2007), num brutal esforço metodológico, apresenta dados detalhados sobre alguns projetos desenvolvidos no Mato Grosso utilizando fontes do próprio INCRA e identificando-os, em sua maioria, como projetos de colonização particular. Ao analisar mais atentamente as tabelas apresentadas pela autora é possível verificar algumas contradições. Cito como exemplo o caso do projeto de colonização de Terra Nova do Norte o qual a autora enquadrou como PA – Projeto de Assentamento por ter sido “desenvolvido em áreas de conflito já ocupadas por posseiros. Cabia ao INCRA consolidar estas ocupações, integrando-as na região de sua localização para emancipação do projeto em curto prazo, com a implementação da infra-estrutura já

existente e com a regularização das parcelas, redimensionando-as para o recebimento de trabalhadores rurais sem-terra” (Moreno, 2007:167)

No entanto, o clássico estudo de Tavares dos Santos (1993) sobre a mesma área destaca que o projeto estava “sob responsabilidade da COOPERCANA de acordo com um regime fundiário particular. No começo, o INCRA procedeu a identificação das terras devolutas e fez a concessão à cooperativa (...)” (Tavares dos Santos, 1993:121). O que demonstra desde origem uma parceria entre a instituição do governo e uma cooperativa o que desqualifica o enquadramento nos moldes de PA – Projeto de Assentamento. Além disto, Castro et al (1994) identificam o referido projeto de Terra Nova do Norte (1978) como um Projeto de Assentamento Conjunto (PAC) reconhecendo, também, a existência de uma parceria público-privada na sua execução. A preferência por este tipo de modalidade no norte matogrossense é devido “o alto custo financeiro dos projetos de colonização implantados pelo INCRA e a avaliação positiva que se fez dos projetos de colonização particular, levaram o INCRA a implantar em Mato Grosso os Projetos de Assentamento Conjunto – PAC’s” (Castro et al, 1994:77).

Assim, acredito que os projetos com parceria público-privada expressa no formato do PAC configurou-se na principal ferramenta de colonização no Mato Grosso em virtude de reduzir os gastos do poder público mediante a divisão de tarefas e custos com a iniciativa privada. Esta modalidade previa uma parceria entre o INCRA, enquanto órgão federal, e uma colonizadora, geralmente cooperativas do sul do país. As colonizadoras além de dividirem os custos e oferecerem apoio logístico e de infraestrutura para implantação do projeto, funcionavam como um agente legitimado pelas instâncias públicas com a tarefa de selecionar grupo de migrantes oriundos das regiões em que se intensificavam os conflitos decorrentes da luta pela terra.

Um exemplo emblemático é o caso do projeto de colonização de Lucas do Rio Verde. Alguns documentos oficiais o discriminam como Projeto Especial de Assentamento (PEA) e outros como o Projeto de Assentamento Conjunto (PAC). Originalmente, o projeto foi apresentado para se configurar numa parceria entre o INCRA e a Cooperativa HOLAMBRA (São Paulo). Na mesma época em que a cooperativa apresentou seu estudo de viabilidade sócio-econômica para implantação de um projeto na área onde é atualmente Lucas do Rio Verde intensificaram os movimentos na luta pela terra no Rio Grande do Sul com a implantação de um acampamento que ficou conhecido como Encruzilhada Natalino. No intuito de desmobilizar o movimento a área foi considerada prioritária para fins de reforma agrária por decreto presidencial fazendo com que a possível parceria ficasse “engavetada” por algum tempo. Procedeu-se assim o assentamento de 203 famílias oriundas do Rio Grande do Sul entre novembro de 1981 e maio de 1982 (quando chegou o último grupo). No entanto, em agosto de 1982 quando representantes do governo militar em solenidade oficial entregou os títulos de propriedade às famílias assentadas (os parceiros) foi firmado um compromisso em ata oficial que aquele espaço fronteiro seria organizado pela ação de uma cooperativa que seria “criada” para este fim, a Cooperativa Agropecuária Lucas do Rio Verde Ltda, a COOPERLUCAS.

Deste processo complexo que se revela a dificuldade no enquadramento destes projetos segundo as modalidades propostas pelo INCRA. O exemplo de Lucas do Rio Verde torna-se emblemático se pensarmos que o projeto nasce como Projeto de Assentamento Conjunto -PAC, devido pressões externas transmuta-se para o formato de Projeto Especial de Assentamento - PEA, para logo em seguida retornar ao formato inicialmente proposto, o PAC. Ver-se-á adiante as tramas que informam este processo.

2.2. Descortinando a história: a trama que revela o drama de Lucas do Rio Verde

Os primeiros levantamentos topográficos da região cortada pelo eixo rodoviário da BR 163 foram iniciados pelo exército brasileiro nos primeiros meses de 1970 por determinação do então presidente General Emilio Médici. Divididas em dois pólos, as obras foram coordenadas pelo 8º Batalhão de Engenharia e Construção sediado em Santarém, responsável pela abertura do trecho entre Santarém até a localidade do Cachimbo; e pelo 9º Batalhão de Engenharia e Construção (9º BEC), repartição do exército transferida do Rio Grande do Sul para o Mato Grosso, que iniciou suas atividades no dia 31 de janeiro de 1971 e foi responsável pela abertura do trecho de Cuiabá ao Cachimbo.

A construção da BR 163 tornou-se emblemática atraindo um grande contingente de migrantes. Nos primeiros tempos os fluxos migratórios para a região cortada pela rodovia se caracterizam por: (1) migrantes que se deslocaram para a região por motivações diversas e estimulados pela intensa propaganda governamental; (2) migrantes em busca de oportunidades de acesso a grandes extensões de terras ou (3) migrantes inseridos nos projetos de colonização executados ao longo da rodovia.

A história de Lucas do Rio Verde está intimamente relacionada com a abertura desta rodovia e a política de colonização ditada nos anos 1970. Em 1974, mais especificamente às margens esquerda do rio Verde, o 9º BEC levantou seu barracão de lona dando início a abertura BR 163 na localidade da então Gleba Rio Verde, pertencente ao Projeto Fundiário Diamantino⁷⁰, e servindo de apoio aos primeiros migrantes que chegavam no rastro da abertura da rodovia. De acordo com Zart (1998) e Rocha (2006) as primeiras famílias, na sua maioria de origem sulista, chegaram na região em 1976, “compraram” posse de determinada área de terra e iniciaram a abertura do cerrado para dar início ao plantio de arroz. O negócio era firmado através de um contrato de compra e venda que, segundo a legislação brasileira, não tinha valor jurídico nenhum. Iniciava-se então o primeiro capítulo da história de Lucas do Rio Verde e caracterização do primeiro personagem, os *posseiros* vinculados ao que denomino de *1º Movimento Migratório*.

Importante ressaltar que o tratamento outorgado à categoria posseiro não é uniforme e, desta maneira, estes atores sociais não possuem uniformidade entre si. Apesar do INCRA denominá-los de posseiros, estes agricultores não se percebiam desta maneira, pois, se consideravam donos legítimos por terem adquirido o direito de posse ao comprar as terras. Guardando semelhanças com o estudo de Tavares dos Santos (1993), os posseiros de Lucas eram pequenos agricultores no sul que sofreram as conseqüências da política agrícola de modernização dificultando a sua reprodução social.

Embora cada família migrante guarde especificidades quanto a sua trajetória, o ponto em comum era a falta de terras que ameaçava a reprodução familiar e, portanto, a venda de parte da propriedade no sul para adquirir áreas no Mato Grosso e a conseqüente migração tornou-se inevitável para este grupo social (Rocha, 2006:32). Outra semelhança era o fato de terem “comprado a posse” das terras:

“(…) lá (em Cascavel/PR) nós tinha 156 alqueires. Nós compremo aqui naquele tempo as posses, nós compremo de uns caras que estavam aqui acampados na beira do Rio Verde aqui, que eles se diziam donos, mas das posses entende, não eram nada do governo, nós comprava a posse. (...) Então acertemo o negócio por telefone, tratemo de mudar, colocemo em cima de

⁷⁰ Diamantino é um município localizado no norte matogrossense e distante 200 Km da capital Cuiabá.

um caminhão dois trator. Descemo aqui perto, arrumemo um acampamento e começamo a trabalhar”.

Onofre Justi, Agricultor empresarial,
natural de Dom Pedrinho/SC

“Daí compraram (seus irmãos) a área, que foi no valor mais ou menos, naquela época seria que nem um arrendamento lá no Rio Grande, oito sacas (de soja) por hectare. Só que era uma área sem documentos, que tinha que ir atrás do INCRA pra ver a papelada né , a documentação. E deu certo, foi pago tranquilamente para os antigos posseiros que passaram essa área (através de um contrato de compra e venda). Nós passamos a morar desde 80 e já começamos a trabalhar”.

Bento Monduzzi, agricultor empresarial,
natural de Dona Francisca/RS

No primeiro caso, trata-se de pequeno agricultor capitalizado que dispõe de um relativo patrimônio que além de possibilitar a compra das terras, viabilizou a sua exploração e garantiu meios de subsistência nos primeiros anos, algo importante numa região de cerrado considerando o tempo e recursos necessários para abertura e preparação da terra até torná-la produtiva. Onofre reconhece em seu discurso saber que se tratava de terras sem titulação levando-o automaticamente a acionar a categoria “posse” para justificar o tipo de transação a que se submeteu. Já no caso de Bento, embora sua família não fosse proprietária de terras no sul, é possível notar que o trabalho familiar em terras arrendadas possibilitou um pequeno acúmulo de capital suficiente para adquirir as terras no Mato Grosso.

Outro elemento significativo no discurso de Onofre é o fato de ter realizado a compra por telefone demonstrando, dentre outras coisas, a facilidade com que se adquiria terras na região naquele período e a informalidade que permeava todo o processo de negociação. Na verdade, o caráter informal da transação guarda em si um significado que, por conta dos limites desta pesquisa, não poderei aprofundar. Um dos aspectos tem a ver com a relação de compra-venda acertada com pistoleiros que eram contratados do “dono das terras” para fazer a segurança e intermediar a negociação. Isto por si só colocava os compradores em situações de risco. Alguns encaravam com medo procedendo a negociação à distância e outros buscavam desmistificar a figura do homem mal corporificada na categoria “pistoleiro”. No entanto, os prováveis conflitos que ocorreram na região por conta da presença destes pistoleiros são esvaziados no discurso dos posseiros que ao serem questionados tratam imediatamente de fugir do assunto minimizando a sua atuação ou então ficavam em silêncio por alguns minutos para em seguida negar a existência de conflitos.

Um registro instigante da presença de pistoleiros na região é contado num pequeno livro de memórias de Jessi Lawisch⁷¹, esposa de um dos posseiros que se fixaram na região. A migrante conta que resolveu escrever a sua “história” e imprimir em formato de um pequeno livro intitulado “Memórias da Vovó” para que os netos possam conhecer as origens da família. Numa das passagens de suas memórias conta:

“Em 1979 o vô (seu marido) e mais uma caravana de aventureiros de Restinga Seca (município localizado no Rio Grande do Sul) liderados pelo

⁷¹ Por tratar-se de dados retirados de uma obra de publicada, opto aqui por adotar o nome verdadeiro da migrante em questão.

Carlinhos conheceram Lucas. (...) Caminharam muito. Era tudo cerrado fechado. Cansados de caminhar e voltando no meio da tarde, sem almoço, procuraram por comida e não acharam nada. Os companheiros (pistoleiros) para judiar do voe seu companheiro comeram ou esconderam os gêneros alimentícios que tinham. Havia na época pistoleiros que cuidava essas terras. O vô quando viu que não tinha comida não se mostrou insatisfeito. Levou na brincadeira e convidou o pistoleiro para dançar. Queria ele, com isto, dizer que não estava tão cansado. Estava em condições físicas para o que desse e viesse.

Jessi Lawisch, “Memórias da Vovó”,
natural de Rincão dos Donatos, Giruá/RS.

Apesar da baixa qualidade, na imagem abaixo (figura 7) observa-se o registro do momento narrado e ao lado a primeira sede da fazenda adquirida dos pistoleiros pelos Zettermann. Desvendar a complexidade deste processo é uma das possibilidades que se abre para outras pesquisas.



Figura 7: Migrante posseiro dançando com um dos pistoleiros. (Acervo pessoal de Jessi Lawisch).



Figura 8 : Sede da fazenda em 1980. (Acervo pessoal de Jessi Lawisch)

Retomando o argumento anterior. A estratégia destes grupos familiares numerosos era semelhante: uma parte da família permaneceu no sul trabalhando nas terras para garantir a subsistência daqueles que migraram para o Mato Grosso. A

configuração de uma rede social na migração serviu para o estabelecimento de fortes vínculos de ajuda, informação e abastecimento entre aqueles que migraram para o Mato Grosso e os que ficaram no Rio Grande do Sul⁷².

No final de 1979, mesmo ano que as famílias Justi, Zettermann e Monduzzi chegaram em Lucas do Rio Verde, o INCRA começou a demarcação das terras da gleba com a chegada do executor Sr. José Ferreira e uma equipe de sete funcionários da autarquia federal. Tão logo INCRA se estabeleceu na região estes e outros posseiros protocolaram a documentação exigida, seguindo as orientações do executor, para regularização da posse. De acordo com informações de diversos posseiros, a relação inicial estabelecida com o então executor do INCRA era amistosa, pois aos poucos eles conseguiam atender a sua principal orientação: abrir a maior extensão de terra possível para torná-la produtiva⁷³. Importante reter esta informação para entender as tramas que serão abordadas no terceiro capítulo.

A demarcação das terras iniciadas pelo INCRA estava em consonância com os objetivos traçados no PIN e ampliados no II PND em promover projetos de colonização ao longo do eixo da rodovia Cuiabá-Santarém. Esta ação (a demarcação) visava a elaboração do zoneamento sócio-econômico e territorial da área para, posteriormente, instalar ali um projeto de colonização. Conforme abordado no tópico anterior de acordo com o Estatuto da Terra cabia ao INCRA esta ação.

Paralelamente, o INCRA conclamou uma conhecida cooperativa de São Paulo para estabelecer uma ação conjunta na implantação de um projeto de colonização em “área selecionada no Mato Grosso”. Pela tradição de mais de 30 anos na execução de projetos de colonização e por estarem em sintonia com “o governo federal em sua política de aumento de oferta de produtos agrícola e ocupação racional de novas áreas”, as cooperativas Holambras, Agropecuária Holambra I e de Imigração e Colonização Holambra II localizadas respectivamente nos municípios de Jaguariúna e Paranapanema, foram escolhidas. A parceria resultou no documento datado de abril de 1980, intitulado “Pré-estudo para implantação de um projeto de colonização”⁷⁴ realizado pela Hecta Consultoria e Administração Ltda no qual são definidas as bases para criação de um projeto de colonização no norte matogrossense. A “população básica” seria constituída de quatro grupos sociais distintos: “200 cooperados das atuais Holambras, 220 famílias de funcionários da cooperativa de nível profissionalizante, 1.100 famílias de trabalhadores rurais que prestarão serviços aos cooperados e 300 famílias de pequenos agricultores originários de áreas de tensão social”. A origem dos recursos para implantação do projeto foram descritos em um cronograma tendo como órgãos financiadores o INCRA, SUDECO, Cooperativa de Holambras, BNCC⁷⁵, POLOCENTRO, COBAL⁷⁶ e governo do Estado do Mato Grosso (Fonte: Hecta, 1980:11).

A área para implantação do referido projeto de colonização é identificada como “as terras localizadas no município de Diamantino (...), na margem direita do Rio Verde, na Gleba “Lucas do Rio Verde” do Projeto Fundiário Diamantino” (Fonte: Hecta, 1980:4). Do ponto de vista fundiário o documento destaca estudos desenvolvidos pelo INCRA, através do Projeto Fundiário Diamantino, na arrecadação de uma área de

⁷² Para uma visão mais detalhada da conformação desta rede social na migração sugiro ver Haesbaert (1998), Rocha (2008) e Desconsi (2010).

⁷³ Analisar-se-á adiante o processo de regulamentação das terras destes personagens de Lucas.

⁷⁴ Documento depositado nos arquivos do Incra/Mato Grosso sem numeração ou código de referência. O documento foi elaborado segundo as normas da Instrução Especial nº 18 de 24.08.1979 e instruções nº 18 e 19, de 07 de outubro de 1976 e 05 de maio de 1978, respectivamente.

⁷⁵ Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A. extinto em 1991.

⁷⁶ Companhia Brasileira de Alimentos.

aproximadamente 150.000 hectares cuja sentença havia sido promulgada em 31 de março de 1981 e encontrava-se em ação discriminatória⁷⁷. A área seria transferida para a Cooperativa de Holambra para execução da colonização de acordo com os preceitos e objetivos traçados no pré-estudo culminando na formação de uma cooperativa no interior do projeto, a Holambra III. Assim como as Holambra I e II, a Holambra III iniciaria suas atividades vinculadas à outra cooperativa de segundo grau, a FEMECAP – Federação Meridional das Cooperativas de Campinhas, que dispunha de um parque industrial (fábrica de fertilizantes, máquinas, equipamentos, de processamento de sementes, etc.) para o atendimento das cooperativas associadas. Dada a distância de Lucas dos grandes centros de consumo e as precárias condições existentes no início da colonização, fica evidente neste projeto a articulação de alguns procedimentos que favorecesse o escoamento da produção, diminuição de intermediários no processo de comercialização e a adoção de um padrão tecnológico a ser implantado no interior do projeto de colonização.

Ainda de acordo com o pré-estudo a nova cooperativa seria constituída de “produtores rurais oriundos das cooperativas de Holambra I e II e seus descendentes, bem como de outros produtores rurais com familiaridade com o sistema cooperativista” (Fonte: Hecta, 1980:8). Dentre as modalidades operadas pelo INCRA, a “sistemática de transferência de terras” prevista se enquadrava no Projeto de Assentamento Conjunto (PAC) por dividir a responsabilidade do projeto entre o governo (INCRA) e a iniciativa privada (cooperativa). Caberia ao INCRA a transferência direta das terras aos cooperados mediante financiamento com prazo de até 20 anos, carência de até 5 anos e juros de 6% a.a. sem correção monetária. Após receber sua parcela o cooperado deveria imediatamente repassar à Holambra III parte da área de reserva florestal que serviria como cota-parte no capital social da cooperativa. Com este capital como garantia a cooperativa poderia acessar financiamentos para implantação da infra-estrutura necessária para a colonização.

Estes parâmetros básicos do projeto permitem algumas reflexões. Em primeiro lugar a colonização daquele espaço matogrossense foi pensado desde a sua origem a partir de uma ação público-privada onde o INCRA enquanto autarquia federal se responsabilizava, inicialmente, por toda a logística de demarcação e zoneamento da área a fim de fornecer subsídios para a empresa rural elaborar um projeto de colonização nos moldes exigidos pela lei⁷⁸. Convém lembrar que nada impedia que qualquer empresa rural que se enquadrasse dentro dos termos da lei apresentasse um projeto de colonização junto à autarquia federal, no entanto, o que se observa na maior parte dos casos (sobretudo, aqueles executados no norte matogrossense) era uma seleção feita previamente pelo INCRA. Isto fica evidente ao considerar que o projeto apresentado pela Holambra já identificava a disponibilidade da área de Lucas do Rio Verde para execução do projeto, inclusive apresentando uma riqueza de detalhes que somente uma

⁷⁷ Entende-se por ação discriminatória “a ação de exclusiva competência do Poder Público Federal ou Estadual de promover a identificação e a separação das terras devolutas, das terras de propriedade particular, já tituladas e estremadas do domínio público (Lei nº 6.383/1976). É de caráter administrativo quando sobre a área discriminada não incidem documentos de propriedade de terceiros. A ação discriminatória sempre se inicia por via administrativa. É de caráter judicial quando sobre a área discriminada incidem documentos de propriedade de terceiros, de origem duvidosa. O objetivo primordial da discriminatória é a separação, no universo discriminado, do que é devoluto daquilo que legitimamente haja se incorporado ao domínio do particular” (Ribeiro et al, 2010).

⁷⁸ Refiro-me aqui aos artigos 60 e 61 do Estatuto da Terra que define as regras às quais as “empresas rurais” deveriam cumprir para credenciar um projeto de colonização junto ao INCRA, bem como, aos objetivos traçados no II PND no que se refere à colonização ao longo das rodovias federais. Os aspectos centrais desta legislação foram tratados nos tópicos 1.4. e 2.1. deste trabalho.

relação direta entre a cooperativa e o INCRA justificaria o acesso a tais informações. Na realidade este procedimento colocava em prática o disposto no Estatuto da Terra: ao “Estado” cabia incentivar projetos particulares de colonização (artigo 61) observando as diretrizes da política de desenvolvimento rural que visava, dentre outros, o estímulo à produção agropecuária para atender demanda externa, sendo o cooperativismo considerado um dos meios pelo qual esta ação seria possível (artigo 73).

Isto leva a outra reflexão: a adoção dos preceitos do cooperativismo como uma variável importante na condução da colonização. Um dado relevante é que desde a sua concepção já se previa a criação de uma cooperativa que deveria se responsabilizar pela execução do projeto de colonização. A familiaridade com um dado modo de produção cooperativista, o qual o documento nomina de “sistema cooperativista”, era uma das características essenciais do agricultor a ser incorporado no projeto. Dito de outra maneira, o perfil de migrante ideal para colonizar aquela área continha como requisito básico uma socialização-individação cooperada, ou seja, uma civilidade cooperada expressa nas suas ações e origens ligadas ao cooperativismo.

As relações entre Estado⁷⁹ e cooperativismo foram analisadas por Benetti (1988)⁸⁰. A autora parte da premissa de que “a atuação do Estado no cooperativismo deve ser entendida como uma forma privilegiada de intervenção na própria agricultura”. Considerando uma agricultura atrasada em relação a economia industrial com a existência de setores produtivos onde ainda prevaleciam pequenos produtores, Benetti alerta que é “preciso entender” que o cooperativismo se configurou como um “instrumento institucional utilizado pelo Estado para romper certas condições de atraso do desenvolvimento agrícola. As cooperativas transformam-se, assim, em órgãos de repasse das políticas de fomento às atividades agropecuárias, ao mesmo tempo em que desenvolvem certas atividades que teoricamente fariam parte das funções de acumulação do Estado capitalista” (Benetti, 1998:6). Seguindo o percurso da sua análise, ao transferir algumas de suas funções de acumulação para a cooperativa, o Estado transfere também algumas de suas funções legitimando as ações da cooperativa. No caso dos projetos de colonização esta transferência de funções se processa não só no aspecto econômico, mas, também, na organização do território, na intervenção ou mediação de conflitos sociais vigentes ou latentes na região. Isto ocorre em muitos casos, segundo a autora, para que o Estado mantenha a sua função política precípua de mantenedor da “ordem” e, por isto, ao invés de assumir estas tarefas o Estado delega-as às cooperativas (Benetti, 1988:7).⁸¹

Estes foram os parâmetros básicos descritos e negociados entre o INCRA e as Cooperativas de Holambra que dariam origem ao projeto de colonização da então gleba Lucas do Rio Verde. No entanto, acontecimentos no sul do país alteraram o curso da história deste projeto⁸².

⁷⁹ Utilizo aqui a mesma categoria da autora. Para escapar do debate em torno da concepção de Estado, prefiro utilizar ao longo deste trabalho a categoria governo, partindo do pressuposto que o “Estado” é um ente político composto de estruturas complexas, mas que não tem a função interventora. Já os governos são intervencionistas na sua origem, sejam intervenções de ordem econômicas, sociais, territoriais ou políticas.

⁸⁰ Além do artigo citado e utilizado como fonte bibliográfica, a autora possui outras publicações sobre a temática publicadas pela revista da Fundação de Economia e Estatística (FEE) e disponibilizadas no sítio <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios>.

⁸¹ Ver-se-á adiante alguns aspectos da atuação de uma cooperativa no interior do projeto de colonização de Lucas do Rio Verde.

⁸² Alerto que o projeto ora analisado não foi implantado em Lucas do Rio Verde. Trazer a tona os elementos que o compõem e analisar alguns aspectos centrais são de suma importância para a compreensão de outros fatores que serão abordados na seqüência.

A concentração de terras, o fechamento de fronteiras e a modernização da agricultura no Rio Grande do Sul desencadearam a expulsão dos trabalhadores do campo que, aos poucos, se articularam e montaram um acampamento. Este acampamento está relacionado com a expulsão, em 1978, de mais de mil famílias de posseiros que viviam na área de reserva dos índios Kaingang arrendando terras por intermédio da Fundação Nacional do Índio – Funai. Em setembro de 1979 uma parte destas famílias ocupou as glebas Macali e Brilhante, ambas localizadas no município em Ronda Alta (RS), sendo logo depois expulsas. Em decorrência disto, as famílias, organizadas pela igreja por intermédio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), acamparam em Encruzilhada Natalino, localidade de Ronda Alta, onde iniciaram a construção de um espaço político em torno da luta pela terra que mais tarde resultou na formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)⁸³.

Diante do cenário de conflito e com a intenção de desmobilizar o movimento que tomava forma e irradiava seus ideais para outras localidades, em 1981, através do decreto-lei nº 86.307 de 24 de agosto, o presidente general João Batista Figueiredo declarou a área de Lucas do Rio Verde como prioritária para fins de reforma agrária. O artigo 1º da lei nº 86.308 autorizou o Incra a promover a desapropriação dos imóveis rurais localizados na referida área. E em seu artigo 2º a União se reservou o direito de questionar o domínio das terras tituladas irregularmente conforme disposto na lei 4.947 de 6 de abril de 1966 que estabelecia as normas de direito agrário e de ordenamento, fiscalização e controle administrativo relativo aos projetos de reforma agrária estabelecidos no Estatuto da Terra (Fonte: Decretos-lei nº 86.306 e 86.308 de 24 de agosto de 1981).

Desta maneira, a parceria com a Holambra (nos termos já expostos) foi engavetada e, através da Resolução 181 do Conselho de Diretores do Incra em 19 de agosto de 1981, foi criado o Projeto Especial de Assentamento (PEA) Lucas do Rio Verde visando atender as famílias de sem terra provenientes de Ronda Alta, Rio Grande do Sul. Há então uma mudança no perfil da colonização destinada à região. Ao invés do Projeto de Assentamento Conjunto (PAC) proposto inicialmente para firmar a parceria entre governo e iniciativa privada (via cooperativas de Holambra), a área foi destinada para realização de um Projeto de Assentamento Especial (PEA) que, dentre as categorias criadas no bojo do Programa de Colonização, foi um dos formatos (vide tabela 16) menos utilizados em virtude dos custos do projeto ser de responsabilidade exclusiva do poder público, no caso o INCRA.

Em regime de urgência, o Departamento de Projetos e Operações (DP) do INCRA elaborou, em agosto de 1981, o “Projeto Especial de Assentamento Lucas do Rio Verde”, a ser implantado em regime de parcelas tendo cada uma 200 hectares sendo 50% destinado a reserva e 50% a exploração. De acordo com as atividades previstas:

“Os parceiros terão como atividade principal a exploração agrícola, de acordo com as condições previstas no contrato de colonização. Do principio, fica definido que tal exploração se estenderá ao cultivo de arroz, milho e soja, conforme o sistema de produção adotado na região, que estabelece a mecanização e utilização de insumos, como condições essenciais à consecução de resultados economicamente desejáveis” (Fonte: Projeto de Assentamento Especial Lucas do Rio Verde, Incra, 1981:4).

⁸³ Inúmeras pesquisas analisam a construção de um espaço político e identitário no acampamento de Encruzilhada Natalino. Dentre as bibliografias que tive acesso indico ver Méliga e Janson (1982); Schimitt (1992); Navarro, Moraes e Menezes (1999); Tedesco Schimitt (1992); Navarro, Moraes e Menezes (1999); Tedesco e Carini (2008); Rosa (2009). Alguns aspectos importantes serão revelados no tópico 2.3.2. no discurso e na trajetória de uma família migrante.

Parece evidente a incoerência em assentar um grupo de famílias sem-terras, expropriadas e desprovidas de capital em uma área de cerrado onde já se sabia previamente que para se tornar viável economicamente a produção seria preciso investimento em máquinas e insumos agrícolas cujas “operações de derrubada de área vegetal, enleiramento e gradagem, pesada serão efetuadas mecanicamente sendo de CR\$ 9.100,00 o custo por hectare” (Fonte: Projeto de Assentamento Especial Lucas do Rio Verde, Incra, 1981:7). Além disto, o custeio agrícola variava de acordo com a cultura sendo que para o ano agrícola de 1981/1982 “os orçamentos para arroz, milho e soja respectivamente foi da ordem de: CR\$ 28.700,00, CR\$ 21.800,00 e CR\$ 27.000,00 por hectare” (Fonte: Projeto de Assentamento Especial Lucas do Rio Verde, Incra, 1981:8) e, de antemão, o projeto previa o financiamento das despesas com plantio já no primeiro ano. A linha de crédito rural era oriunda do Programa de Expansão de Áreas Agrícolas (PROEXPAN) com as seguintes condições descritas na tabela 20.

Tabela 20

a. Beneficiários:	Produtores rurais e suas cooperativas	
b. Área selecionada:	Minas Gerais (cerrado); Goiás (cerrado); Bahia (cerrado); Mato Grosso do Sul; Amazônia Legal e Região Geo-Econômica de Brasília.	
c. Itens financiáveis:	Desmatamento, destoca, limpeza, gradação, enleiramento, correção intensiva e adubação intensiva, aquisição de sementes e defensivos. Vedada a aquisição de máquinas e equipamentos.	
d. Encargos financeiros:		
SUDAM/SUDENE	12%
Demais regiões	45%
e. Limites de adiantamento:		
Mini produtor	100%
Pequeno produtor	100%
Médio produtor	80%
Grande produtor	60%
f. Prazo:	Até 8 (oito) anos, com até 4 (quatro) anos de carência	
g. Assistência Técnica:	É obrigatória a apresentação de plano simples, projeto ou projeto integrado, bem como a prestação de orientação técnica a nível do imóvel.	
h. Uso da área:	Os beneficiários obrigam-se-ão a destinar a totalidade da área incorporado a formação de lavouras para a produção de alimentos básicos (arroz, milho, feijão, soja, trigo e outros expressamente autorizados pelo Banco Central) durante pelo menos 2 (dois) anos, reduzindo-se essa exigência a 50% (cinquenta por cento) ao restante do prazo de financiamento.	

Fonte: Projeto Especial de Assentamento Lucas do Rio Verde (ante-projeto – 1ª etapa), INCRA, Brasília, DF, agosto, 1981

Além disto, estava prevista uma linha de crédito agrícola para financiamento de custeio de lavouras com juros de 35% a.a. por um período de 9 (nove) meses. Segundo o projeto, “o período de nove meses para a cobrança dos juros, refere-se à média do tempo necessário para o agricultor produzir e comercializar a produção” ficando o resultado financeiro restante distribuído de acordo com tabela de amortização no prazo de 10 anos.

Ora, o projeto técnico elaborado em caráter emergencial ignora a origem social das famílias assentadas e as dificuldades inerentes ao processo migratório no que se

refere à adaptação ao meio e às especificidades de se plantar no cerrado. Ignora-se completamente o fato destas famílias estarem vindo de um acampamento localizado à beira da estrada onde moravam em barracos, com precárias condições de subsistência, onde muitas famílias dependiam da ajuda da igreja e do próprio governo para comer. Ignora-se as reais condições de existência deste grupo social ligado à práticas da agricultura familiar e não na produção em larga escala de grãos. A preocupação expressa no planejamento do referido projeto não é viabilizar a inserção social e econômica destas famílias considerando seu perfil produtivo e respeitando sua origem social, pelo contrário, deixa nítida a intenção de priorizar os objetivos de expansão produtiva nas áreas de fronteiras ligadas à produção em larga escala de grãos, como soja, milho, arroz, etc., numa clara tentativa de usar este tipo de modalidade de colonização para atender aos interesses expressos nos planos governamentais.

Ao longo do documento a única referência que se faz ao perfil das famílias assentadas é no item que trata da “recuperação do investimento do INCRA”:

"O investimento do Incra nesta 1ª etapa será rateado entre os respectivos beneficiários e acrescido do valor da terra nua para efeito de cálculo de amortização anual. O valor da terra nua foi adotado o mínimo do município de Diamantino (MT) que é de Cr\$ 360,00 por hectare, conforme Instrução Especial Incra nº 21 de 22.05.81. O prazo será de 20 anos. A adoção deste prazo e do VTN mínimo é justificado pelo *baixo nível de poupança da população beneficiária*. O valor da amortização foi calculado segundo a O.S./SF nº 7 de 10.09.76 considerando o pagamento da primeira prestação anual no prazo de 480 dias a contar da expedição do título de propriedade” (Fonte: Projeto de Assentamento Especial Lucas do Rio Verde, Incra, 1981:15 – grifo nosso).

Na memória de cálculo do valor da prestação anual a qual o assentado deveria assumir responsabilidade de pagamento 480 dias após receber seu título de propriedade, constam as despesas que o governo teve com demarcação de parcelas, construção de estradas, construção de obras públicas, desmatamento dos núcleos, obras de infraestrutura, despesa de transferência da família, empréstimo à família, aquisição de material de construção para casas dos parceiros e ainda uma taxa de 10% sobre o valor da demarcação (de acordo com a Portaria 1.391/74).

Para se ter uma noção da magnitude dos valores que o assentado estava assumindo naquele momento, utilizo uma tabela de conversão para atualizar o valor e a moeda corrente. Para se ter noção da magnitude dos valores a que o projeto está se referindo, a referida prestação com juros de 6% a.a. calculados pela Tabela Price era de Cr\$ 95.129,00, cujo valor atualizado, sem juros e sem correção monetária, seria de R\$ 8.002,97⁸⁴. Esta estratégia governamental de ignorar o perfil dos assentados e suas reais condições materiais de existência, colocou o agricultor sem-terra assentado no PEA Lucas do Rio Verde diante de uma situação de endividamento já no primeiro ano.

Ainda que o governo tenha abandonado a idéia do Projeto de Assentamento Conjunto (PAC) e transformado o projeto num Projeto Especial de Assentamento (PEA), observa-se a criação de normas e condutas expressas num documento elaborado pelo próprio INCRA que deixa nítido o propósito de evitar assumir a responsabilidade

⁸⁴ Utilizo uma tabela de conversão para atualização da moeda (na época o cruzeiro) e o valor. Valor atualizado em moeda corrente do dia 1º de abril de 2010 através da calculadora de atualização monetária da Fundação de Economia e Estatística (FEE) com base no Índice Geral de Preços -Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas. Calculadora disponível em http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php.

pelos custos da colonização repassando-os aos assentados em forma de pagamento pelas terras recebidas.

Outro dado importante do projeto é o compromisso assumido pelo INCRA (e cobrado dos assentados) em fornecer as estruturas básicas para o início da colonização. Refiro-me aqui a escolas, postos de saúde, alojamento para as famílias assentadas, galpão para armazenar a mercadoria produzida, etc., tudo descrito no referido projeto. O fato é que estas estruturas não foram construídas e colocadas a disposição dos migrantes da maneira como o órgão federal havia se comprometido. Pelo contrário, a falta de infra-estrutura ou a precariedade daquelas existentes foram, posteriormente, alvo de críticas pelos próprios funcionários do Incra, expressas em relatório de avaliação sobre o andamento do referido projeto de colonização.

A área total destinada à implantação do PEA-Lucas do Rio Verde foi de 202.545 hectares. Deste total 170.000 hectares foram arrecadados e 32.545 hectares foram desapropriados.

Figura 9
Lucas do Rio Verde – Arrecadação de terras
Portaria nº 24 de 12 de fevereiro de 1982

FURUNO, modelo FD-171 ,
representação de CC

PORTARIA Nº 24, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1982.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS FUNDIÁRIOS DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no exercício da competência que lhe foi delegada pelo Sr. Presidente do Grão, através da Portaria nº 7, de 16 de janeiro de 1980, publicada no Diário Oficial da União de 17 do mesmo mês e ano;

CONSIDERANDO a faculdade prevista no art. 26, da Lei nº 6.382, de 7 de dezembro de 1976;

CONSIDERANDO a inexistência de domínio particular sobre a área denominada "GLEBA LUCAS RIO VERDE", situada no Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, conforme Certidão negativa fornecida pelo Cartório do 1º Ofício da Comarca de Diamantino, Estado de Mato Grosso, anexa às fls. 15 do Processo/INCRA/CR-13/Nº 3.138/81;

CONSIDERANDO que sobre o referido imóvel não há contestação ou reclamação administrativa promovida por terceiros quanto ao seu domínio e posse, consoante certidões negativas expedidas pelo Serviço do Patrimônio da União, Delegacia no Estado de Mato Grosso, e pelo Instituto de Terras de Mato Grosso - INTERMAT, constantes às fls. 11/12 e 13/14, do processo acima referido;

CONSIDERANDO, finalmente, a proposição apresentada pelo Senhor Coordenador Geral da Coordenação Fundiária Central,

R E S O L V E:

I - ARRECADAR, como terra devoluta, incorporando-a ao patrimônio da União, a área de 170.000 ha (cento e setenta mil hectares), abrangida pelos efeitos do Decreto-lei nº 1.164, de 19 de abril de 1971, e legislação posterior que o alterou com a denominação da "GLEBA LUCAS RIO VERDE", situada no Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, na circunscrição judiciária da Comarca de Diamantino, no mesmo Estado e administrativamente jurisdicionada à Coordenadoria Regional de Mato Grosso - CR-13, com as seguintes características e confrontações: "Partindo do ponto de coordenadas geográficas aproximadas 56906'19"WGR e 12939'07"S, denominada P-1, situado no encontro da antiga estrada de seringal, na margem esquerda do Rio Verde; daí, pela margem esquerda do referido Rio Verde acima, num curso aproximado de 88.000m (oitenta e oito mil metros), até o P-2, de Coordenadas Geográficas aproximadas 55952'55"WGR e 13913'33"S, situado na margem esquerda do Rio Verde, em frente à confluência do Ribeirão 25 de Agosto; deste, por uma linha reta, rumo 89930'SW, numa distância aproximada de 22.900m (vinte e dois mil e novecentos metros); até o P-3, de Coordenadas Geográficas aproximadas, 56950'24"WGR e 13913'40"S, situado na margem direita do Ribeirão Cedro; daí, pela margem direita do citado Ribeirão acima, numa distância aproximada de 6.000m (seis mil metros), até encontrar o P-4, de Coordenadas Geográficas aproximadas 56903'30"WGR e 13916'20"S, situado nas proximidades da cabeceira do Ribeirão Cedro; deste, por uma linha reta, rumo 64930'SE, numa distância aproximada de 3.400m (três mil e quatrocentos metros) até o P-5, de Coordenadas Geográficas aproximadas, 56901'55"WGR e 13917'05"S, situado na margem direita da BR-163, nas proximidades do Km 317; daí, pela margem esquerda da BR-163 (Cuiabá/Santarém), numa distância aproximada de 2.300m (dois mil e trezentos metros) até o P-6, de Coordenadas Geográficas aproximadas, 56902'29"WGR e 13918'08"S, situado na bifurcação da mencionada BR-163, com o MT-114, que demanda a cidade de Porto dos Gaúchos; daí, pela MT-114, margem direita numa distância de 40.000m (quarenta mil metros), até encontrar o P-7, de Coordenadas Geográficas aproximadas 56913'08"WGR e 13900'13"S, situado na bifurcação da MT-114, com a antiga estrada de seringal; deste, segue pela margem direita da referida antiga estrada de seringal, numa distância aproximada de 45.500m (quarenta e cinco mil e quinhentos metros), até o ponto inicial da descrição deste perímetro."

A área contida nos limites acima descritos é de aproximadamente, 170.000 ha (cento e setenta mil hectares), tomando-se como referência, a Carta Planimétrica do Radambrasil, fls. SD-21-XA e SD-21-XC, na escala de 1:250.000, publicada pelo Projeto Radambrasil, em 1976.

II - DETERMINAR ao Projeto Fundiário de DIAMANTINO, a adoção das medidas subsequentes, com vista à matrícula e registro da aludida área, em nome da União, junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Diamantino; Estado de Mato Grosso.

ODAIR YANATTA
Diretor INCRA/DF

Considerando o decreto presidencial já citado, a área de 170.000 hectares foi arrecadada através de Ação Discriminatória Judicial cuja Portaria nº 24 foi publicada em 12 de fevereiro de 1982 (conforme figura 9)

Note-se que o documento faz tábula rasa do passado histórico da região baseado apenas na lei e no registro imobiliário como legitimador da ocupação, ignorando por completo a existência de outras formas de vida naquele espaço físico. Ao se apoiar na inexistência de contestação quanto ao seu domínio e posse, o documento também ignora outras manifestações de domínio que não seja aquela descrita no corpo da lei. Lança-se mão aqui de instrumento legalistas ignorando os costumes e outras formas de ocupação (como é o caso dos inúmeros territórios indígenas na região) e até mesmo a possível existência de focos de conflitos.

A outra área correspondendo a 32.545 hectares foi desapropriada por interesse social em conformidade com o decreto nº 86.308, e julgada nos termos do processo nº 8.934/81 pelo juiz federal da 1ª Vara, Dr. Mário Figueiredo Ferreira Mendes. A partir do texto do decreto-lei nº 86.308 de 24 de agosto de 1981, do Auto de Imissão de Posse datado de 18 de novembro de 1981 e do Boletim nº 54 publicado no Diário da Justiça em 10 de maio de 1984 foi possível cruzar informações que resultaram na elaboração da tabela 18.

Tabela 21
Áreas Desapropriadas no PEA Lucas do Rio Verde

Expropriado	Nome da Gleba	Área (ha)	Valor da Terra Nua (em Cr\$)	Valor de Benfeitorias (em Cr\$)	Total a indenizar (em Cr\$)
Oswaldo da Rocha Mello Nelson Bardi da Fonseca	Cedro e Quatá Córrego da Piranha	16.094	942.510.000	25.351.00	967.861.000
Gelindo Lira	Sapezal	3.673,2	220.392.000	98.030.625	220.392.000
Armando José Batistella	Sapezal	1.210	72.100.000	19.506.000	91.606.000
Nelson Fraga Bittencourt	Sapezal	2.153,8	129.130.000	64.260.000	129.130.000
José Onivaldo Martinelli Dirceu Aparecido Martinelli Osni Walder Martinelli Delair Oswaldo Martinelli	Sapezal	2.420	146.000.000	56.544.250	146.000.000
José Antônio Jatene	Sapezal	3.308	198.396.014	***	198.396.014
Simão Jatene	Sapezal	3.435	205.993.980	2.000.000	207.993.980
Antônio Augusto Lusverghi	Piúva	234,3	14.058.000	1.912.480	15.970.480
Espólio de Arnaldo Augusto Addor	***	15,6	936.000	***	936.000
Outras áreas ¹	***	1,10	***	***	***
Total		32.545	1.929.515.994	242.253.355	1.978.285.474

Fonte: Diário da Justiça, página 3, de 10/05/1984. Auto de Imissão de Posse de 18/11/1981 e Decreto-lei nº 86.308 de 24/08/1981. Dados elaborados por Rocha, 2010.

(1) Além da área rural, os réus José Antônio Jatene e Simão Jatene tiveram, respectivamente, 2.669 m² e 7.330 m² expropriados no mesmo processo.

Dividida em nove processos judiciais esta área resultou num processo indenizatório de CR\$ 1.978.285.474,00 que a valores correntes atuais (sem juros e sem correção monetária) perfaz o montante de R\$ 14.185.824,19. Com exceção das áreas pertencentes a Antônio Augusto Lusveghi e do espólio de Arnaldo Augusto Addor trata-se de grandes extensões de terras.

Estes dispositivos legais informam o processo de regularização fundiária executada pelo INCRA a fim de implantar o PEA-Lucas. Neste processo, os posseiros que ali já estavam instalados, muitos com suas famílias, com áreas de cerrado abertas e

colhendo suas primeiras safras de arroz se viram diante do “medo” de perder as terras que haviam comprado.

Por terem adquirido a posse de terras, do ponto de vista do direito da propriedade, estes migrantes estavam em situação ilegal, porém, como dito anteriormente, no final de 1979 com a chegada dos funcionários do INCRA na região estabeleceu-se um acordo informal entre os posseiros e o Executor do INCRA para regularização das terras. Historicamente, esta prática era usual, pois no processo de regularização fundiária habitualmente o Estado regularizava as posses cujas terras eram produtivas, com benfeitorias e instalações, sobretudo, em áreas de fronteira. De acordo com um dos posseiros:

(...) tinha que plantar causa do INCRA que só garantia, é só dava a área de terra pra ti se tivesse benfeitoria em cima. Não adiantava tu comprar a área e deixar limpa. Tinha que desmatar, plantar e morar ali. Só que em 82 já veio a reforma agrária, daí eles desapropriaram tudo, e aquela promessa de nós ir tudo pra rua ... perde toda, tudo. É... (pausa). E daí a gente teve que se agarrar com os políticos. Na época da política a gente foi trabalhar, fazer reunião, prometendo, ajudando o pessoal e conseguimos garantir as áreas que a gente tinha comprado, porque aqui o módulo de assentamento era 200 hectares de terra. (...) Nós tínhamos na época 1.000 hectares e nós deveria perder 800. (...) Daí nós conseguimos provar a eles que nós estávamos com boas intenções, trabalhando e, para querer, é, nós tínhamos objetivo de vir aqui para o Mato Grosso, não de exploração de área. Tanto foi que depois teve oferta de mais de área, que nós podíamos ter invadido (enfático) para pegar mais área. Mas nós não quisemos, só queríamos o que era nosso, o que por direito a gente tinha comprado. E foi difícil os primeiros anos, que nós quase não dormíamos de medo de um dia ser despejado, porque na região tinha já acontecido muito, era muito pistoleiro, era (pausa) humilhante as coisa. Então a gente via lá “queimaram lá o barraco do fulano lá queimaram o barraco lá e despejaram, jogaram as coisas na rua”.

Bento Monduzzi, agricultor empresarial,
natural de Dona Francisca/RS

O discurso de Bento denota a situação de instabilidade, receio de perder tudo e o medo da violência. Neste sentido, os fatos e histórias de situações de violência em áreas de colonização, estudadas por diversos pesquisadores, criavam um ambiente de insegurança no qual muitas famílias foram submetidas.

Percebe-se dentre as estratégias adotadas pelo posseiro o envolvimento político, demonstração do valor de seu trabalho e da sua moral em querer regularizar apenas aquilo que é seu “por direito”. Com estabelecimento destas estratégias os posseiros estavam tentando jogar com as “brechas da lei” (Motta, 2008) para criarem um espaço favorável ao seu reconhecimento como um ator produtivo importante para os objetivos da colonização.

O grupo social analisado por Motta (2008) no século XIX era reconhecido como posseiro por terem no processo de ocupação de terras se apossado de determinada área. Essa prática estava relacionada com o “processo de ocupação de terras pelo apossamento praticado pelos fazendeiros” que permitia a outros atores sociais o reconhecimento de seus direitos também pelo sistema de apossamento e pela noção, nos termos de Bourdieu, de um “direito vivido” (apud Motta, 2001:121). Os posseiros reafirmavam sua condição social partindo de “uma cultura e de uma prática social que considerava legítimo o princípio da primeira ocupação, do fato que eram eles, e não

qualquer outro, os que haviam derrubado a mata virgem e realizado o primeiro cultivo (Motta, 2001, p.121).

A diferença entre os posseiros Oitocentos (para usar uma terminologia da autora), com os posseiros da fronteira matogrossense é que os primeiros “se apossaram” das terras, enquanto os segundo, “compraram” as terras. No entanto, ambos procuram reconhecer seu direito a terra utilizando-se de estratégias muito semelhantes no que se refere ao seu papel civilizador. E tentam jogar com as brechas da lei ao valorizar aspectos culturais e morais.

Zart (1998) destaca que esta prática era “alimentada pelo próprio sistema legal a partir do instante em que permite ao posseiro regularizar a posse e tornar-se proprietário legal da terra” (Zart, 1998:114). Neste sentido, “a regularização fundiária era e ainda é um ato que perpassa todo e qualquer processo de titulação de terra devoluta, consagrando a sua passagem para domínio particular” (Moreno, 2007:161).

Paralelamente a estes eventos, no dia 7 de novembro de 1981 chegaram em Lucas setenta e uma famílias de sem-terras oriundas de Encruzilhada Natalino que foram assentadas no Projeto Especial de Assentamento Lucas do Rio Verde. Em termos de infra-estrutura havia na região apenas o barracão da COBAL, o alojamento dos funcionários do INCRA, um posto de saúde, o acampamento do 9º BEC e um Posto de Serviço (PS) com um telefone público. Cada parceiro recebeu um lote de 200 hectares, sendo que 25 hectares de área aberta, e um barracão para servir de alojamento nos primeiros tempos até que pudessem se instalar em suas terras. Os assentados foram denominados, localmente, como parceiros por terem adquirido uma parcela no programa de colonização, categoria também utilizada para identificar os atores sociais da pesquisa realizada por Tavares dos Santos (1993). Além disto, receberam do INCRA o material para construção de uma casa de madeira em seus lotes, um poço com água, uma privada externa (pré-moldada), uma certa quantia de dinheiro mensal e um rancho⁸⁵ e calcário para iniciar o preparo do solo⁸⁶ (Rocha, 2006).

Em maio de 1982 chegou outro grupo de sem terras totalizando o assentamento de 203 *parceiros* os quais identifico como pertencentes ao 2º *Movimento Migratório* que deu origem a Lucas. Estas famílias não dispunham de capital financeiro para adquirir a tecnologia necessária para o plantio no cerrado, tampouco tinham capital social⁸⁷ no que se refere ao conhecimento em lidar com o solo do cerrado. Isso fez com que tivessem que “enfrentar um processo de estranhamento do meio”, sentimento que também atingiu os técnicos agrícolas e agrônomos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Mato Grosso (EMATER) que, na maioria das vezes, quando eram solicitados pelos assentados, não conseguiam ajudá-los em virtude do desconhecimento no trato com as especificidades do cerrado (Zart, 1998:139).

⁸⁵ Rancho é um termo utilizado na região sul para designar a compra de gêneros alimentícios para o período de um mês ou 30 dias. Informação coletada no relato impresso da história de vida de Lawisch, 2000.

⁸⁶ Cabe aqui destacar o papel econômico assumido pelo calcário em regiões de fronteira. Segundo Marta e Figueiredo (2006) o calcário “passou a fazer parte do conjunto” das ditas “atividades do processo produtivo, com a função de reduzir a acidez do solo”. A utilizando intensiva deste produto no “processo de abertura d fronteiras agrícolas, segundo os autores, criou “novas oportunidades de negócio no Estado na atividade mineiradora” (Marta e Figueiredo, 2006:10).

⁸⁷ Bourdieu define capital social como sendo o conjunto de recursos atuais ou potenciais ligados a uma “rede duradoura de relações mais ou menos institucionalizadas” (Bourdieu, 1998:249) de inter-conhecimento e inter-reconhecimento entre os membros da rede. Neste sentido, o volume de capital social de um indivíduo estaria associado a extensão da rede de relações que ele pode mobilizar. Para aprofundamento teórico ver Bourdieu, 1998. Sobre este assunto ver também Coleman, 1990 e Putnam, 1996.

No dia 05 de agosto de 1982 o então presidente do INCRA, Paulo Yokota, entregou 238 títulos de propriedade em Lucas do Rio Verde, sendo 203 títulos para as famílias da Encruzilhada Natalino e 35 títulos para posseiros que tiveram suas terras regularizadas. No mesmo dia é fundada a cidade de Lucas do Rio Verde (Figura 10). Do ponto de vista simbólico esta ação de regularização de agricultores com origens sociais distintas na mesma ocasião, e ainda com caráter oficial, irá informar e até mediar as relações entre estes dois grupos sociais, posseiros e parceiros, análise que será apresentada no terceiro capítulo.

Figura 10
Telex emitido pela sede do INCRA em Brasília

0805.0954	
⊕	
5113851CRA BR	
4153411CRAA BR	
DE BSB NIL/1095	0508
PGR/BSB	
SEGUE MATERIA P/DIV IMPRENSA LOCAL.	
AGRICULTORES DE RONDA ALTA RECEBEM TITULOS DE TERRA	
<p>GUIABAH (5) - O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA, PAULO YOKOTA, ENTREGARAH HOJE E AMANHA' NO MATO GROSSO 1.271 TITULOS DE PROPRIEDADE NOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO LUCAS DO RIO VERDE, CANAA E BRAO SUL. SEGUNDO YOKOTA, ESSAS TITULACAO FAZEM PARTE DA META DO INSTITUTO DE ENTREGAR NESTE ' ANO, EM TODO O PAIS, 300 MIL TITULOS AOS AGRICULTORES SEM TERRAS.</p> <p>A MARATONA DE ENTREGA, QUE CONTARAH COM A PARTICIPACAO DO GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, FREDERICO CARLOS SOARES CAMPOS, COMEÇA HOJE NO PROJETO ESPECIAL DE ASSENTAMENTO LUCAS DO RIO VERDE, ONDE YOKOTA ENTREGARAH 238 TITULOS A COLONOS VINDOS DO RIO GRANDE DO SUL, PRINCIPALMENTE A PEQUENOS AGRICULTORES SEM TERRAS DE RONDA ALTA. EM SEGUIDA, O PRESIDENTE DO INCRA SE DESLOCARAH PARA O PROJETO DE ASSENTAMENTO RAPIDO CANAA, ONDE SERAO TITULADAS 622 FAMILIAS ALIJA ASSENTADAS.</p> <p>AMANHÃ, DIA 6, NO PROJETO DE ASSENTAMENTO BRAO SUL, PAULO YOKOTA ENTREGARAH 411 TITULOS A AGRICULTORES SEM TERRA QUE FORAM REPATRIADOS DO PARAGUAI O ANO PASSADO.</p> <p>DURANTE A SUA ESTADA HOJE NO PROJETO LUCAS DO RIO VERDE, O PRESIDENTE DO INCRA PARTICIPARAH TAMBEM DA SOLENIDADE DE CRIACAO DA CIDADE, QUE TEM O MESMO NOME DO PROJETO, E QUE SURTIU DEPOIS QUE O INSTITUTO DEU INICIO AO ASSENTAMENTO NAQUELA AREA DE COLONOS DO RIO GRANDE DO SUL.</p>	
PGR/BSB/050882	
T/IB/05/0955	
R/ AND	
5113851CRA BR	
4153411CRAA BR	

Ar. Det. de Relações Públicas
05/08/82
[Assinatura]
ECON. OFFICE V. GLOBIS
Assessoria de Comunicação Regional
11/10/82

Volto agora ao processo de regularização das terras dos posseiros. As terras as quais os posseiros tinham comprado haviam sido desapropriadas pelo governo. A saída encontrada pelo grupo foi organizar uma comissão para iniciar um processo de negociação junto ao INCRA. De um modo geral, os argumentos utilizados pelo posseiro ao requerer o reconhecimento legal das suas posses estão sintetizados no discurso de Bento. Todavia, a dimensão política, por se tratar de um ano eleitoral, foi fundamental neste processo.

Então tiveram pessoas que perderam as terras ?

Perderam, quem não se arriou, quem quis medir forças perdeu. Não teve chance. Que era uma área, é um decreto né, que veio lá de cima. Então o que a gente teve que fazer? Fazer campanha política. (...) Tivemos que fazer campanha cerrada para eleger pessoas que nos eram indicados.

Onofre Justi, Agricultor empresarial,
natural de Dom Pedrinho/SC

O conflito que inicialmente aparece vinculado a concepção normativa-positivista da lei e na racionalidade burocrática dos tribunais, passa a ser mediado pela instância governamental no campo do poder. O poder aqui se manifesta de várias maneiras. O poder de desapropriar, o poder de fazer valer a lei para quem quiser “medir forças” e o poder de negociar as terras com seus “próprios donos” em troca de voto. Onofre sintetiza o sentimento de boa parte dos posseiros: o poder que “vem de cima” não se questiona, negocia. E foi isto que boa parte fez.

Para cada hectare de terra que o posseiro tinha aberto recebia a regularização de dois hectares. Aquele que tinha 400 hectares de terra abertos recebeu a regularização de 800 hectares. Como os lotes eram demarcados em 200 hectares os posseiros que tinham, por exemplo, 250 hectares abertos tiveram regularização de 600 hectares.

Um trecho da ata de fundação da cidade é significativo:

“Dessa forma, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária criou o Projeto Especial de Assentamento Lucas do Rio Verde, sendo seu primeiro executor o Sr. José Ferreira Soares, projeto esse que já assentou até o momento 203 colonos gaúchos, 12 colonos desta própria região, bem como 50 colonos selecionados no interior do Estado de São Paulo; através do Projeto Fundiário Diamantino está sendo processada a regularização fundiária dos posseiros, os primeiros moradores e agricultores da área, que com seus próprios esforços demonstraram a qualidade e a boa aptidão da terra e transformaram o cerrado em imensas áreas produtivas; e ainda em atendimento ao decreto presidencial, foi criada a Cooperativa Agropecuária Mista Lucas do Rio Verde Ltda – COOPERLUCAS, sendo seu primeiro presidente o Sr. Antônio Huber, cuja finalidade será agregar os colonos e os antigos posseiros, dando-lhes apoio e assistência técnica” (Fonte: Ata de fundação da cidade de Lucas do Rio Verde).

As qualidades e virtudes ora realçadas pelos posseiros foram neste momento reconhecidas pelo poder público. Obviamente, que os dados apresentados permitem a relativização do discurso oficial, pois, o que de fato aconteceu foi uma negociação sórdida baseada no poder simbólico do Estado que neste período tem ainda uma conotação mais forte por tratar-se de um Estado militarizado.

Na tentativa de encontrar registros oficiais sobre este tipo de negociação, obtive informações com um funcionário aposentado do INCRA/RS⁸⁸ que participou de todo o processo de assentamento das famílias de Ronda Alta e um dos elementos centrais da sua fala é o controle “com mãos de ferro” do governo federal sob aquela área, sendo que os funcionários do INCRA não tinham “ingerência nenhuma na escolha e envio do pessoal” para o Mato Grosso. “Tudo era anotado e arquivado pela Polícia Federal, Exército e a própria Presidência da República, através do Coronel Curió”⁸⁹.

Já na outra ponta do processo, no INCRA/MT a situação era um pouco diferente. Evidências empíricas apontadas na introdução deste trabalho demonstraram o acesso facilitado pelo executor Sr. Ferreira às terras de Lucas do Rio Verde. No que se refere aos “12 colonos da região” tratava-se de famílias indicadas pelo executor que “ganhou” um lote de terra na região. Atitudes como esta favoreceu um ambiente para especulação de terras que será intensificado com a saída dos parceiros dos seus lotes. O capítulo dramático desta trama será apresentado no tópico 2.3.2.

Dois outros dados da ata de fundação da cidade merecem atenção: o assentamento de 50 colonos oriundos de São Paulo e a criação de uma cooperativa.

O documento “Estudo de Viabilidade Econômica – COOPERLUCAS – Cooperativa Agropecuária Lucas do Rio Verde Ltda” fornece dados significativos para a compreensão do processo de formação da Cooperlucas, bem como, para entendermos o ambiente institucional no qual se configurou tal processo⁹⁰. De acordo com o Estudo, a proposta de criação da cooperativa representa a consolidação dos objetivos negociados em 1979-1980 entre o INCRA e as Cooperativas Holambbras no estabelecimento de uma ação conjunta para implantação de um projeto de colonização em área selecionada no Estado do Mato Grosso, a gleba Lucas do Rio Verde. Tendo em vista que a área da referida gleba encontrava-se *sub judice* os agricultores vinculados à Holambbras passaram a “acompanhar de perto os trabalhos junto a Lucas do Rio Verde enquanto tomavam contato com a realidade da região e empreendiam os primeiros estudos de potencialidade da área” (Fonte: Estudo de Viabilidade Econômica COOPERLUCAS, 1982).

Diante da tardia solução da ação discriminatória⁹¹, a cooperativa Holambbra “desiste da idéia, ocasião em que o grupo de interessados busca apoio junto à Federação Meridional de Cooperativas Agropecuária LTDA – FEMECAP, tradicional cooperativa de segundo grau da região de Campinas – SP”. O documento diz ainda que os trabalhos desenvolvidos pelo INCRA “tornaram possível manter a gleba Lucas do Rio Verde desocupada e livre da invasão de posseiros e grileiros” e destinar a área para o assentamento dos sem terras de Encruzilhada Natalino (Fonte: Estudo de Viabilidade Econômica COOPERLUCAS, 1982).

⁸⁸ Durante alguns meses após a pesquisa de campo em Porto Alegre, troquei mensagens eletrônicas (e-mails) com este informante que autorizou-me a utilizar suas “falas” desde que mantivesse o sigilo da fonte.

⁸⁹ Citado no prólogo deste trabalho, o coronel ficou conhecido pelo seu histórico de violência e repressão aos movimentos populares. Seu nome está associado aos conflitos em Serra Pelada e na guerrilha do Araguaia. No item 2.3.2. ter-se-á dimensão da sua atuação neste projeto de colonização.

⁹⁰ Tive acesso ao documento no INCRA/MT, entretanto, vários documentos não possuem data, numeração ou assinatura dificultando a contextualização de sua análise. No caso do referido Estudo é possível notar duas rubricas em cada uma das páginas, mas não há identificação da data de elaboração do mesmo. Como as tabelas de projeção da produção apontam a safra 1982/1983, opto por tomar por referência o ano de 1982.

⁹¹ O projeto elaborado pela Holambbra é de abril de 1980 e a publicação da ação discriminatória ocorreu em fevereiro de 1982 (figura 9), praticamente 2 anos depois. Vale lembrar que somente após a regularização da área, nos termos da lei, é que o INCRA pode destinar parcelas da referida área para projetos de colonização privada (como é o caso da parceria que seria firmada com a cooperativa).

Dois aspectos merecem destaque. O primeiro refere-se à constituição de um “grupo de interessados” no projeto de colonização. O documento não especifica a origem deste grupo nem exatamente como surgiu seu interesse na referida área, porém discrimina-o:

“O referido grupo, constituído de agricultores meeiros, parceiros, arrendatários e filhos de cooperados diversos, desenvolveu ao longo do período a necessária identidade de propósitos, relação de confiança, liderança e divisão de trabalho, elementos indispensáveis ao sucesso da comunidade que se formará no projeto” (Fonte: Estudo de Viabilidade Econômica COOPERLUCAS, 1982).

Identifico este grupo de interessados como sendo vinculados a cooperativa de Holambra, haja visto, o já citado envolvimento de cooperados durante o processo de demarcação da gleba e, também, pelo fato de mencionar o desenvolvimento de uma “identidade de propósitos” junto ao projeto. Outra passagem do texto corrobora este nosso argumento:

“A nova cooperativa será constituída a partir de disposição de um grupo inicial de jovens agricultores sem terra, experimentados na condução da agricultura de grãos e culturas permanentes, e familiarizados com a organização da produção cooperativada. Conforme dito anteriormente, a partir do longo período em que organizados aguardavam a decisão judicial da questão fundiária, desenvolveram os pré-requisitos indispensáveis ao sucesso da organização social ora proposta” (Fonte: Estudo de Viabilidade Econômica COOPERLUCAS, 1982).

O segundo aspecto está relacionado com a existência de possíveis focos de luta pela terra na região. Na pesquisa de campo realizada em 2005 não identificamos em documentos indícios de conflito na região. A área era descrita como sendo um grande “espaço vazio”: vazio de gente, vazio de infra-estrutura, vazio de conflito. A categoria “nada” era acionada toda vez que se questionava os entrevistados sobre *o que* ou *quem* haviam encontrado ao chegar na região. Entretanto, ao destacar o empenho do INCRA em manter a área “desocupada e livre da invasão de posseiros e grileiros”, o referido documento nos fornece indícios da existência conflitos, assim como o discurso de Onofre ao fazer menção à existência de posseiros que tentaram “medir forças” com o governo e “perderam suas terras”. Diversos estudos e pesquisas (Castro et al, 1994; Tavares dos Santos, 1993; Ribeiro, 1987; Oliveira, 1983) na região apontam para sérios conflitos por terra na região, inclusive com ocorrência a mortes.

A cooperativa a ser criada tinha por finalidade representar a organização formal e jurídica a fim de promover um programa dirigido de produção, assistência, técnica, social e educacional aos agricultores assentados na gleba com os seguintes objetivos:

Estas informações facultam o entendimento de que desde o início, não existia por parte do Incra a intenção de assumir o ônus da colonização já que toda a responsabilidade de organização social, produtiva e de infra-estrutura do projeto ficaria a cargo de uma cooperativa ignorando completamente a realidade social, econômica e cultural dos parceleiros (os sem terra de Ronda Alta) que para acessar os benefícios descritos na tabela 22 deveriam associar-se à cooperativa oferecendo uma contrapartida a ser incorporada no seu capital social. Vale destacar que as fontes de capital da cooperativa, descritas no projeto, somam CR\$ 60.000.000,00 de capital próprio (subscrição dos associados) e CR\$ 87.810.000,00 de capital de terceiros (empréstimo a médio e longo prazo).

Tabela 22
Estudo de Viabilidade Econômica COOPERLUCAS
Objetivos Gerais e Específicos

Objetivos Gerais
I – Promover o estímulo, o desenvolvimento progressivo e a defesa das atividades econômicas e sociais de natureza comum desenvolvidas por seus associados e pelos demais agricultores presentes na gleba;
II – Contribuir decisivamente para um efetivo esforço de Desenvolvimento Regional Integrado, ampliando seus benefícios a um número crescente de beneficiários diretos e indiretos de sua ação.
Objetivos Específicos
1. Atender a todos os agricultores assentados na gleba pelo Incra, providenciando a gradativa incorporação ao seu quadro social daqueles que, por livre adesão e características particulares, se enquadram nos objetivos da cooperativa;
2. Prestar assistência técnica aos agricultores assentados, bem como orientar quando ao uso e manejo racional do solo;
3. Desenvolver campos de pesquisa e experimentação agropecuária, implantando ainda campos de multiplicação de sementes e mudas;
4. Prestar serviços na organização da produção agropecuária e assistência cooperativista;
5. Prestar serviços de mecanização agrícola nas operações técnica e economicamente recomendáveis;
6. Promover a compra em comum dos insumos necessários à produção, bem como, o processamento e comercialização da produção agropecuária obtida;
7. Promover a prestação de assistência educacional e social às famílias assentadas.

Fonte: Estudo de Viabilidade Econômica COOPERLUCAS, 1982.

Apesar da modalidade “Projeto Especial de Assentamento” prever total responsabilidade do INCRA no preparo, organização, condução e manutenção do projeto, conclui-se aqui que não existia intenção por parte do governo militar em assumir tal empreitada. Viu-se desde o início uma preocupação da autarquia federal em associar o projeto aos preceitos do cooperativismo. Com a saída das cooperativas Holambra do processo, o INCRA retoma a idéia original, agora com a FEMECAP para a criação de uma cooperativa que responsabilizar-se-á pela organização socioeconômica do assentamento. Surge assim a COOPERLUCAS.

A criação desta cooperativa que viabilizou o assentamento dos “50 colonos de São Paulo” citados na ata. Zart (1998) identificou este grupo como “paulistas”. Apesar de não ter comprovação documental da origem destes assentados, evidências empíricas apontam para uma heterogeneidade neste grupo com agricultores oriundos de São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, com a predominância de sulistas. A identificação com o Estado de São Paulo, a meu ver, é por conta da vinculação inicial que este grupo tinha com a Cooperativa de Holambra. Devido às distintas origens dos assentados pela cooperativa, opto por manter a opção metodológica empregada em pesquisa anterior (Rocha, 2006) ao utilizar a categoria “assentados da cooperativa” para me referir a este grupo e colocar em relevo a importância da Cooperlucas neste processo. Mais do que a origem social destes migrantes (sejam eles paulistas, gaúchos ou mineiros), foi a experiência em cooperativismo que levou o INCRA a assentá-los no mesmo projeto onde estavam assentando os sem-terra de Ronda Alta e reconhecendo as áreas dos posseiros.

No intuito de sintetizar alguns aspectos centrais da formação da COOPERLUCAS lanço mão de uma breve cronologia dos acontecimentos (tabela 23):

Tabela 23
Cronologia dos Acontecimentos

Data/Período	Acontecimentos
Abril de 1980	Elaboração do “Pré-estudo para implantação de um projeto de colonização”, realizado pela Hecta Consultoria e Administração Ltda, onde se apresentam as bases para criação de um projeto de colonização na área da Gleba Lucas do Rio Verde que na época se encontrava em processo de discriminação judicial. O objetivo era assentar famílias oriundas das cooperativas Holambra I e II numa parceria com o Incra sendo que, estas famílias deveriam fazer uso do seu conhecimento e da prática cooperativista e fundar uma cooperativa, a Holambra III, que ficaria responsável pela organização social cultural e de infra-estrutura do projeto em questão. Com a eminente transferência da área para execução do projeto, algumas famílias de cooperados da Holambra migraram para a região de Lucas do Rio Verde para conhecer a área e ali se estabeleceram. Os documentos não fazem referência ao número de famílias, todo caso, acreditamos que sejam as cinco famílias as quais o informativo e documentos do Incra/RS fazem referência.
Agosto de 1981	Com a efervescência do movimento da luta pela terra no Rio Grande do Sul, o presidente Figueiredo declara a área como “prioritária para fins de reforma agrária”. Foi criado Projeto Especial de Assentamento (PEA) Lucas do Rio Verde para atender as famílias de sem-terra provenientes do sul. Com a mudança no perfil do projeto de colonização, as cooperativas Holambra abandonam o projeto.
1982	O documento “Estudo de Viabilidade Econômica – COOPERLUCAS – Cooperativa Agropecuária Lucas do Rio Verde Ltda” estabelece as bases para a criação da cooperativa com apoio institucional da Federação Meridional de Cooperativas Agropecuária LTDA – FEMECAP e dos agricultores vinculados à Holambra que desde o início da seleção da área para implantação de projeto de colonização, em 1979, acompanhavam “perto os trabalhos junto a Lucas do Rio Verde enquanto tomavam contato com a realidade da região e empreendiam os primeiros estudos de potencialidade da área” (Fonte: Estudo de Viabilidade Econômica COOPERLUCAS, 1982).
05 de agosto de 1982	Fundação da cidade Lucas do Rio Verde, distribuição dos títulos de propriedade para os parceiros, regularização fundiária de alguns posseiros e criação da Cooperlucas.

Fontes: Pré-estudo para implantação de um projeto de colonização, Hecta, 1980; Decretos-leis nº 86.306 e 86.307 de 24 de agosto de 1981; Projeto de Assentamento Especial Lucas do Rio Verde, Incra, 1981; Ata de fundação da cidade

Na verdade a COOPERLUCAS foi responsável pelo assentamento de dois grupos de famílias vinculados à cooperativa. O primeiro vinculado às famílias oriundas do projeto inicial do INCRA com as cooperativas Holambra I e II. Com a desapropriação da área e sua destinação para fins de reforma agrária (conforme abordamos no capítulo 2.1.), as cooperativas Holambra desistiram do projeto, porém algumas famílias já haviam migrado para a região a fim de conhecer e se adaptar àquela realidade do cerrado e, por isto, receberam lote de terras do INCRA. Por já terem experiência em cooperativismo, estas famílias foram responsáveis pela fundação da cooperativa. O segundo grupo está relacionado com a execução do Projeto de Colonização Piúva (PC-Piúva) no interior da política traçada pelo PRODECER II. Estes dois fluxos de *assentados da cooperativa* que identifiquei como *3º movimento migratório*.

Abro um parêntese aqui para apresentar uma breve conjuntura econômica determinante para a compreensão da ação do PRODECER naquele espaço fronteiriço.

No cenário econômico, as altas taxas de inflação verificadas no período de 1980-1990 foram o principal “sintoma” do desequilíbrio interno da economia brasileira (Modiano, 1992:344). Os efeitos dos planos econômicos⁹² editados no período 1985-1989 no intuito de controlar a espiral inflacionária foram tão perversos quanto os efeitos da própria inflação (Modiano, 1992:382). Diante deste cenário, o modelo de desenvolvimento brasileiro baseado na estratégia de industrialização via substituição de importações e na intervenção forte do Estado na economia não eram suficientes para dar conta dos problemas estruturais brasileiros agravados no decorrer da década de 80, considerada por muitos economista como a “década perdida”⁹³. Estes efeitos foram sentidos na agricultura com a restrição ao crédito como fator limitador da margem de ação do agricultor e dificultando a inserção produtiva de outros. Assim, integrar-se ao PRODECER tornou-se ainda mais atrativo para os agricultores selecionados, pois de acordo com Pires, este “foi um dos únicos programas que ofereciam recursos para a aquisição de terras, além dos demais investimentos”, assistência técnica e uma relativa infra-estrutura ofertada pela cooperativa que também recebia aporte de recursos do PRODECER (Pires, 1996:84).

A conjuntura econômica desfavorável já no início dos anos 1980 e a possibilidade de uma cooperativa acessar recursos externos para execução e administração de um projeto de colonização, pode ser, dentre outros motivos, o que levou o governo privilegiar desde o início a parceria com uma cooperativa na execução do PEA-Lucas.

Como visto no primeiro capítulo, alguns critérios deveriam ser observados na seleção de agricultores no interior do projeto PC-Piúva. Segundo esses critérios os agricultores não poderiam ser proprietários de terras, porém deveriam ter experiência com agricultura. No que se refere a origem e faixa etária a preferência era por agricultores jovens que tivessem “maior vigor físico para enfrentar as dificuldades inerentes a abertura de terras” e que tivessem “um mínimo de conhecimento com a tecnologia de agricultura moderna” (Pires, 1996:79). De acordo com Pires (1996) “pretendia-se encontrar agricultores do tipo *farmer*: produtores com experiência agrícola e capacitação gerencial, explorando a terra mediante o uso de insumos e maquinários modernos, com baixa geração de empregos diretos e alta produtividade” (Pires, 1996: 91). Estes critérios acabavam por delimitar o processo seletivo realizado geralmente pela cooperativa com agricultores do eixo Sul-Sudeste pela maior vivência deste grupo social em ambientes produtivos com emprego de tecnologia. Além disto, de acordo com Marta (2007), algumas características culturais destes agricultores sulistas “influenciam nos processos de gestão que podem ser reconhecidos nos camponeses tradicionais ou nos agricultores capitalistas”. Este processo foi propiciado por políticas agrícolas que, segundo o autor, de um lado favoreceram a constituição de arranjos produtivos do tipo farm, e de outro lado, os grandes empreendimentos agrícolas (Marta, 2007).

Estes parâmetros básicos demonstram a consonância com a proposta de modernização da agricultura, onde o agricultor com perfil empresarial é preterido. Os beneficiários do projeto PC-Piúva (cooperativa e assentados) “receberam empréstimos para aquisição de terras, para investimento fixos e semi-fixos e o custeio” (Pires, 1996:82). A logística do processo era a seguinte: a cooperativa recebia os recursos, comprava as terras e, posteriormente, as vendia para os agricultores previamente

⁹² Os três planos econômicos do período são: Plano Cruzado (Divididos em Cruzado I, Cruzadinho e Cruzado II, 1986), Plano Bresser (1987) e Plano Verão (1989). Ver Modiano (1992).

⁹³ Existe uma vasta bibliografias sobre este período. Indico a leitura de Abreu (1992) e Baer (1993) e Carneiro (1995).

selecionados. A utilização da categoria “assentado” para designação deste ator social era utilizada pela cooperativas. O aporte de recursos recebidos pela COOPERLUCAS destinou-se à construção de silos, armazéns, unidades beneficiadoras de sementes, máquinas para pré-limpeza, escritórios, balança rodoviária, etc. (Pires, 1996:82), ou seja, foi implantada toda uma infra-estrutura para servir de apoio logístico para seus assentados. Inicialmente, os agricultores foram assentados numa área de 16.717 hectares distribuídas em 30 lotes.

O PRODECER dotou a cooperativa de estrutura de armazenagem, investiu em pesquisas de cultivares de soja para o cerrado, firmou parcerias com institutos de pesquisas (como foi o caso da parceria com o CIRAD, centro de pesquisa francês) e possibilitou a construção de um complexo agroindustrial que serviu de apoio ao produtor local, impulsionando a implantação das lavouras de soja na região. A atuação da COOPERLUCAS representa uma importante alteração no padrão de ocupação de Lucas do Rio Verde para atender a demanda global de grãos, sobretudo, soja e milho.

Em sua formulação sobre a renda da terra, Moreira (2007) coloca em pauta os novos significados da territorialização do capital na Amazônia que reconhece como “institucionalização do conhecimento científico e técnico” associado aos interesses hegemônicos do capitalismo contemporâneo. O autor sustenta sua argumentação (re)atualizando a análise marxista sobre a importância de reflexão das diferenças de fertilidade das terras em uso e da sua localização num ambiente onde a competição e apropriação capitalista coloca como ordem do dia a produtividade e produção em larga escala a fim de atender à demanda global. Na sua reinterpretação, Moreira demonstra que a fertilidade e localização não são atributos apenas da natureza, mas de um fazer social onde “a terra se valoriza também pela incorporação/objetivação de trabalho social não-aplicado diretamente na terra” (Moreira, 2007:47).

Analogamente, é dessas subjetividades incorporadas no processo produtivo das quais nos fala Moreira que é possível reconhecer a importância que o cooperativismo assumiu naquele contexto social.

Não somente as ações dos agricultores organizados em torno de uma cooperativa para viabilizar a produção, não somente da condução com “mãos de ferro” do governo militar em vincular a colonização à formação de uma cooperativa que se responsabilizasse na organização daquele território e, tampouco, à seleção criteriosa de beneficiários que tivessem “espírito empreendedor”, como o fez o PRODECER. As ações cooperativas em Lucas do Rio Verde, uma cidade criada do encontro de posseiros, parceiros e assentados da cooperativa, um cidade de (des)encontros de migrantes de distintas origens sociais mas que acionam constantemente a categoria “cooperativismo” para justificar o crescimento e desenvolvimento da cidade:

“Na verdade Lucas é uma sociedade cooperativa, essa é a verdade. Se você pegar aí os grandes empreendimentos que tem aqui em Lucas foi feito através de cooperativas. Um caminhão de pessoas que se juntaram com o mesmo objetivo e colocaram em prática isso e deu certo. Nós tivemos o caso da Cooperlucas, claro que tivemos alguns problemas, mas no momento foi crucial e muito importante para o desenvolvimento do município, que teve a sua importância e não deixa de ter a sua importância até hoje”.

(Afonso Gianezini, natural de Barracão/PR, professor)

O sentido de cooperação, de ajuda mútua, de valorização do coletivo, coragem, trabalho e união são noções e categorias frequentemente acionadas nos discursos e nas práticas sociais dos migrantes que ali se fixaram como diacríticos da sua identidade. O notável neste processo é que estas ações são creditadas localmente aos posseiros e aos

assentados da cooperativa. Das 203 famílias de parceiros assentadas em Lucas, no momento da segunda inserção em campo, somente 12 (doze) ainda mantinham as terras que haviam recebido do INCRA. Os demais retornaram para o sul ou foram para outros projetos de colonização no interior do Mato Grosso.

Largados ao acaso no cerrado, sem aporte de capital próprio para investimento, sem crédito para viabilizar a produção, sem assistência técnica que orientasse a lida com a terra e ainda sofrendo pressões das mais diversas ordens (emocional, financeira, política, cultural, etc.) estes parceiros viram na migração de retorno ou na continuação do movimento uma estratégia de sobrevivência. Depois de quase dois anos de espera (alguns até mais tempo), estes personagens saíram da realidade de um precário acampamento no sul em busca da concretização de um sonho: ter um pedaço de terra. Suas reais condições de existência foram confrontadas com a realidade inóspita e peculiar do cerrado. Martins (2008) esclarece “a área maior de terra lança o pequeno agricultor numa outra escala de relacionamento com o capital. A diferença entre a situação atual e a anterior é que lá no sul o crescimento da família e o crescimento dos filhos geravam uma escala de necessidades que não podia ser atendida pelo trabalho” comprometendo a reprodução social familiar. O autor continua “já no Mato Grosso, a terra pode absorver todo o trabalho da família”, porém este trabalho é insuficiente para transformar o cerrado em terra produtiva. “Essa insuficiência é suprida por tecnologia” que no sul se limitava “ao arado e ao boi”, mas o cerrado exigia “o trator e a colheitadeira”. Enfim, estes parceiros foram confrontados com o “ter” (a terra) e o “não ser” (protagonista de uma mudança social).

Apesar disto, a história oficial contada nos documentos, nas propagandas e que está presente no imaginário local é que: Lucas do Rio Verde é um assentamento que deu certo. E que isto só foi possível pela ação pioneira, empreendedora e cooperativada dos seus migrantes.

Este cenário demonstra a postura dúbia e com “mãos de ferro” que o regime autoritário-militar imprimiu na condução da política de colonização. A questão agrária e, particularmente da terra, resultaram neste período naquilo que José de Souza Martins (1984) definiu como “militarização da questão agrária”. Ou seja, apesar de se apossar da bandeira da reforma agrária mediante a promulgação do Estatuto da Terra, o objetivo precípua era neutralizar as forças de esquerda e desmobilizar a organização de trabalhadores em torno da luta pela terra. Segundo o autor, o encaminhamento da questão fundiária pelo regime militar não ocorreu separadamente da questão do desenvolvimento econômico e o próprio Estatuto da Terra foi elaborado de maneira a estimular e privilegiar o desenvolvimento e a proliferação da empresa rural e, portanto, é possível compreender as lutas pela terra na Amazônia como decorrentes de um processo regional da questão agrária informada pelos desdobramentos da reprodução ampliada do capital.

Desde a criação do INCRA, o governo militar deixava claro que o problema fundiário não era uma questão relevante dando ênfase aos grandes projetos de colonização. Ao longo da década de 1970 houve mudanças nesta política, dando prioridade aos “pólos de desenvolvimento” com concessão de incentivos fiscais para instalação de grandes complexos agroindustriais e empresas que pudessem viabilizar o projeto Brasil Potência. O Estatuto da Terra definia que “para os efeitos desta lei consideram-se empresas particulares de colonização as pessoas físicas e jurídicas de direito privado que tiverem por finalidade executar programas de valorização de áreas ou de distribuição de terras”⁹⁴ tendo como áreas prioritárias àquelas localizadas em regiões

⁹⁴ Artigo nº 60 do Estatuto da Terra publicado em 1964. A redação deste artigo foi modificada em 7 de outubro de 1971 pela lei nº 5.709 : “Para os efeitos desta lei, consideram-se empresas particulares de

fronteiriças. A fronteira não se apresentava meramente sob o aspecto de apropriação econômica, mas, sobretudo, por constituir um espaço ainda não estruturado, com expressiva potencialidade política (Velho, 1976). A via de desenvolvimento trilhada para expansão da fronteira foi planejada e mediada pela ação do Estado, responsável por assegurar as condições políticas, sociais, econômicas e institucionais para tal fim.

Neste sentido, o caso de Lucas do Rio Verde parece emblemático. Se *no passado* (não muito distante), o governo militar incitou os três movimentos migratórios ao colocar em prática uma política desenvolvimentista atrelada às exigências do mercado internacional, dando origem ao (des)encontro de posseiros, parceiros e assentados da cooperativa. *No presente* são estes três personagens que atuam localmente em diversas instâncias do poder (público e privado) que promovem e organizam um 4º movimento migratório a fim de viabilizar sua estratégia de desenvolvimento pautada na produção de soja e milho em larga escala para atender demandas globais.

A caracterização e drama do quarto personagem desta fronteira será apresentado em dois momentos: o primeiro, a partir da trajetória de uma família migrante ainda neste capítulo (tópico 2.3.4); e o segundo através das tramas do desenvolvimento apresentadas no terceiro capítulo.

2.3. Migração, diferenciação social e a construção da fronteira matogrossense

A trama desvendada até aqui permitiu a apresentação de alguns dramas aos quais os personagens de Lucas do Rio Verde estiveram (ou estão) envolvidos. No intuito de facilitar o resgate de algumas informações importantes apresento a seguir uma síntese (tabela 24) de alguns componentes destes movimentos migratórios, inclusive, daquele que estou convencionando como 4º movimento migratório.

Tabela 24
Síntese dos Movimentos Migratórios

	Período	Tipo de Migração	Categoria Analítica	Origem	Aporte de Recursos (públicos ou privados)
1º Movimento Migratório	Meados de 1976	Espontânea	Posseiros	Região Sul	Próprios
2º Movimento Migratório	1981-1982	Dirigida	Parceiros	Rio Grande do Sul	Previstos no projeto de colonização oficial
3º Movimento Migratório	1985-1990	Dirigida	Assentados da Cooperativa	Região Sul-Sudeste com predominância de agricultores do Rio Grande do Sul	Provenientes da COOPERLUCAS e do PRODECER
4º Movimento Migratório	2007-atual	Dirigida	Maranhense ou Nordeste	Nordeste Mato Grosso	Os previstos na relação contratual de trabalho

Observações: (1) Em todos os períodos aconteceram migrações espontâneas com motivações diversas; (2) a configuração destes “movimentos migratórios” é um recurso analítico-metodológico elaborado a partir de dados empíricos e (3) periodização foi elaborada levando em consideração o cruzamento de diversas fontes.

colonização as pessoas físicas, nacionais ou estrangeiras, residentes ou domiciliadas no Brasil, ou jurídicas, constituídas e sediadas no País, que tiverem por finalidade executar programa de valorização de área ou distribuição de terras”. Legislação disponível na sua íntegra em www.creditofundiario.org.br/biblioteca/download/?file_id=35820.

Na seqüência, a partir das entrevistas realizadas em Lucas do Rio Verde entre novembro e dezembro de 2008, lanço mão da história e trajetória de quatro famílias como representativas daquele contexto, reconhecendo de antemão que cada trajetória é única e guarda em si particularidades que nem sempre foi possível acessar devido (1) os meus próprios limites enquanto pesquisadora e (2) a memória seletiva acionada sempre que vamos “contar uma história”.

2.3.1. De posseiro a empreendedor: no prosccênio a trajetória dos Monduzzi

Os avós de Bento Monduzzi saíram da Itália em direção ao Rio Grande do Sul no período em que a colonização dirigida possibilitou a imigração de grande contingente de famílias italianas. Ao desembarcarem em terras brasileiras procuraram uma região montanhosa que se assemelhasse àquela que viviam na Itália se fixando em Dona Francisca, município localizado no Centro Ocidental Rio-Grandense, que na época era distrito de Cachoeira do Sul. Ali nasceram e cresceram Bento e seus irmãos que desde cedo ajudavam o pai na roça no plantio de fumo, milho e feijão. Devido a impossibilidade de reprodução social que pudesse garantir o futuro dos filhos, a família resolveu migrar para Tupanciretã⁹⁵ onde, em quatro anos, conseguiram adquirir um pequeno patrimônio.

À medida que acionava a memória, a narrativa de Bento entrecruzava lembranças que deixavam sua voz embargada de emoção. Com o olhar perdido nas lembranças contou que núcleo familiar dos Monduzzi era composto pelo pai, mãe e dez filhos, sendo que o pai e um dos irmãos são falecidos. Naquela época, os homens trabalhavam na roça enquanto as mulheres eram responsáveis pelas tarefas domésticas e manutenção da horta. Depois de alguns anos, a reprodução social com base familiar começou a encontrar limitações devido a ascensão do modelo produtivista baseado na modernização da agricultura. É enorme a diversidade de estratégias e arranjos familiares para fazer face às dificuldades de reprodução social no meio rural e, nesta direção, uma das alternativas é a possibilidade de migrar.

Em 1979 os irmãos mais velhos, Pedro e Lívio, viajaram para o Mato Grosso a fim de conhecer a região de Cáceres, indicada por vizinhos e amigos como uma região onde “existia terras para arrendamento”. Não gostaram das terras, tampouco da estrutura da cidade. Passando pela capital, Cuiabá, resolveram visitar uma agência do Banco do Brasil para coletar informações sobre a existência de linhas de crédito para agricultura, onde encontraram agricultores vizinhos de sua roça no Rio Grande do Sul. Foi então que os “compadres” indicaram: “vamos para Lucas do Rio Verde que lá em Lucas tem uma área que serve pra vocês, e é boa, é do lado da minha, vou te dar apoio e vamos embora”. Viajaram no final daquela tarde. Dois dias depois tinham “comprado” uma área de 1.000 hectares em Lucas do Rio Verde.

“Nós não tínhamos poder aquisitivo pra comprar (terras). Mas para arrendar era uma exploração, estava ficando difícil a sobrevivência lá. E aqui (Mato Grosso) tinha muitas, a extensão de área aqui era muito grande. Era fácil, (...)sendo que nós compramos os direitos de uma área de terra aqui que era cerrado, pelo valor de um ano de arrendamento de área no Rio Grande”.

(Bento Monduzzi, natural de Dona Francisca/RS, agricultor empresarial)

Os irmãos regressaram ao sul munidos de um contrato de compra e venda e carregados de esperanças. Importante reter alguns elementos do discurso de Bento. O primeiro é o significado simbólico de ter “comprado” as terras, pois a

⁹⁵ Município localizado na região Centro-Ocidental, porém mais a oeste do Estado.

família Monduzzi arrendava terras no sul para garantir meios de subsistência para um numeroso núcleo familiar e por isto “não tinham poder aquisitivo para comprar terras no sul”. Como as terras no Mato Grosso eram “baratas” os irmãos viram como uma oportunidade de tornarem-se “donos” de uma extensão de terras, muito embora reconheçam a sua situação de irregularidade em função de terem comprado “os direitos de uma área” e não a propriedade das terras, o que os caracterizava como posseiros, muito embora eles não se reconheçam como tais, justamente por terem pago pelas terras. Outro dado significativo é o fato de terem comprado a “posse” de 1.000 hectares pelo valor equivalente a um ano de arrendamento de uma área muito menor no sul do país. Este tipo de transação é de suma importância para se entender, por exemplo, a estrutura fundiária do Mato Grosso.

Pedro e Lívio retornaram ao Mato Grosso em 1980 levando apenas alguns pertences e ferramentas para a lida no campo. Os irmãos iniciaram a derrubada do cerrado, seguida da catação de raízes, com certa dificuldade levando em consideração o desafio em dominar a natureza selvagem e as distâncias em que se encontravam de uma cidade. Para comprar alimentos, insumos para a lida no campo ou para entrar em contato com a família era preciso se deslocar 360 km para a cidade mais próxima. Em 1981, Bento Monduzzi, solteiro, o mais novo dos homens da família, chegou em Lucas do Rio Verde para ajudar na colheita. Nos primeiros anos a produção foi ruim:

“(…)ficamos uns anos devendo naquela época, aonde que dava vontade de voltar, mas só que quando eu cheguei no Mato Grosso em fevereiro de 81 e daí olhando as lavouras eu falei para o meu irmão: se alguém conseguir plantar soja aqui numa região dessa, isso aqui ninguém mais segura. (...) Aqui não tinha nada. Era só cerrado. Tinha que fazer tudo”

(Bento Monduzzi, natural de Dona Francisca/RS)

Embora destaque a categoria “nada” como explicativa do vazio de infraestrutura, Bento enxergava o lugar como uma região promissora para o cultivo da soja. Para isto era preciso corrigir o solo, aprender a trabalhar no cerrado e se adaptar ao regime de chuvas. Os familiares que ficaram no sul enviavam remessas de dinheiro para o sustento dos irmãos já que a produção nos primeiros anos de plantio foi ruim devido ao processo de preparo do solo. Bento fez questão de contar que “o melhor pessoal da família era os vizinhos” já que eram todos muito próximos e compartilhavam das mesmas dificuldades. As visitas eram freqüentes, todos sabiam da vida um do outro, compartilhavam negócios, nos finais de semana os vizinhos se reuniam para saborear um churrasco. Divertindo-se com as lembranças, Bento contou que para fazer uma festa era preciso viajar para comprar bebidas e mantimentos. Como não tinha energia elétrica, a bebida era resfriada com uréia e não chegava a gelar. Todos se envolviam nas atividades e dividiam tarefas, pois eram poucos os momentos de lazer. Se alguém ficava doente ou se faltava insumos em alguma roça, todos se mobilizavam para ajudar. Nostálgico, Bento contou que “antigamente era muito bom”, não existia conforto, mas todos se ajudavam.

As notícias da família, dos acontecimentos no mundo e no sul, sobretudo, as informações sobre política e futebol, com destaque para a dupla Gre-Nal (Grêmio e Internacional, times do Rio Grande do Sul), eram transmitidas por um único telefone público que atendia todas as famílias. Era preciso ficar de três a quatro horas na fila para conseguir fazer uma ligação e muitas vezes quando chegava a sua vez ocorria pane ou congestionamento na linha.

Com orgulho, destacou que cada um dos “pioneiros” colocou o seu tijolinho na construção da cidade. Bento se refere ao fato de que boa parte da infra-estrutura tais como escola, igreja, posto de saúde, etc., foi construída em sistema de mutirão já que Lucas do Rio Verde era um distrito do município de Diamantino, e raramente recebia recursos da prefeitura.

É possível notar que os laços de parentesco e de vizinhança foram importantes na solução de dilemas de ação coletiva, sobretudo, como sublinhou Putnam (1996:16), pela dimensão normativa das relações sociais e “conexões entre indivíduos – redes sociais e normas de reciprocidade e confiança que delas emergem”. Em outras palavras, o migrante não migra sozinho, ele está circunscrito “no” e “pelo” contexto social da origem. A configuração destas redes sociais pode determinar as formas e magnitudes dos fluxos migratórios (Fazito, 2002) já que conecta território⁹⁶ de origem e território de adoção determinando, sobremaneira, o aspecto multiterritorial do migrante. Adiante, retomarei este argumento. Retomemos a trajetória dos Monduzzi.

Em 1984 os Monduzzi iniciaram o plantio da soja, mesmo ano em que Estevão, João, Bibiana e Maria chegaram em Lucas do Rio Verde. Os homens eram irmãos e as mulheres cunhadas de Bento. Bibiana Monduzzi, esposa de Bento, contou que carregaram os sonhos e uma pequena mudança no caminhão Mercedes, onde trouxeram um trator com concha e um espalhador de calcário (maquinário utilizado ainda hoje na fazenda), uma vaca de leite com seu bezerro e um cachorro pastor alemão. A mudança era pequena:

“a gente não tinha quase nada, mas vontade, disposição e vontade de lutar por uma vida melhor a gente tinha de sobra. Ficamos morando no barraco que não era forrado tinha frestas nas paredes e no assoalho. As coisas não eram fáceis. Foi preciso a gente se acostumar, naquela época não havia luz elétrica, carro nós tínhamos uma F-4000 amarela velha toda amarrada de borracha para não perder o paralama. (...)Foram tempos difíceis, sem falar no lado afetivo não é fácil para ninguém ficar longe de sua família, num lugar distante, a gente enfrentou tudo isto e hoje se fosse preciso com certeza a gente enfrentaria tudo de novo” .

(Bibiana Monduzzi, natural de Cachoeira do Sul/RS)

A saga dos Monduzzi também foi realçada pela matriarca da família, Dona Ismália, uma senhora de aproximadamente oitenta anos muito simpática. Curiosamente dona Ismália não mora no Mato Grosso, apesar de ressaltar que se “sente em casa” em virtude de muitas famílias da região onde ela mora no Rio Grande do Sul morarem atualmente em Lucas do Rio Verde, porém “não consegue viver longe do Rio Grande”. Devido o “frio” que tem feito no sul nos últimos anos ela optou “por passar o inverno em Lucas” com os filhos, netos, noras e genros. Desta maneira, dona Ismália considera que tem “dois lares”, vivendo “metade do ano no Mato Grosso e a outra metade no Rio Grande do Sul” como ela mesma destacou.

É interessante observar que, apesar de grande parte da família Monduzzi morar no Mato Grosso, eles não perderam o contato com o Rio Grande do Sul. Existe um vínculo, uma espécie de cordão umbilical que não foi cortado mesmo que morem há mais de uma década em Lucas e reconheçam o município como um “lar”. Dos seus nove filhos (um deles já falecido), seis moram em Lucas do Rio Verde e dona Ismália reforçou que “no início foi tudo muito difícil”. Em alguns momentos, visivelmente

⁹⁶ Adoto a concepção utilizada por Haesbaert (2004:340) onde o território “enquanto espaço-tempo vivido” é “sempre múltiplo” e “imerso em relações de dominação e/ou de apropriação” quer sob a ótica mais concreta e material, quer sob a ótica imaterial ou cultural-simbólica.

emocionada, com lágrimas nos olhos, recordou que parte da família ficava no sul ajudando aqueles que tinham vindo pro Mato Grosso.

“Até hoje ainda tem gente [no Rio Grande do Sul], ainda tenho dois irmãos. Eram três mas um acabou falecendo ano passado. Tinha três irmãos e meu pai que moravam no Rio Grande do Sul, então a gente sempre trocou suporte, retribuía, mandava...trocava o favor né”.

(Bento Monduzzi, natural de Dona Francisca/RS)

No início, parte da família que ficava no sul dava “suporte” para a outra parte que havia migrado pra Lucas e, assim que podiam, “retribuam” ou “trocam” ajuda. Esta prática de intercâmbio familiar promoveu uma espécie de elo contínuo entre os que estavam no Mato Grosso com aqueles que ficaram no Rio Grande do Sul. Este vínculo, este sentimento de pertencimento aos dois lugares me permite realçar que a territorialidade do migrante, neste caso, não é uma via de mão única já que expressa seu atributo multifacetado.

Outro dado significativo ressaltado por dona Ismália é não conseguir “viver longe do Rio Grande”, no entanto, para fugir do frio se desloca para o Mato Grosso onde também considera “um lar” já que “aqui [Lucas] é tudo muito parecido [com o Rio Grande do Sul]”. Dona Ismália percebe o Rio Grande do Sul como sendo o seu lar oficial, enquanto o Mato Grosso é percebido como lar provisório. A facilidade de uma mobilidade física a possibilita experimentar múltiplas modalidades de territórios, acionando-os de forma sucessiva e simultânea mediante a vivência de múltiplos papéis, o que parece denotar uma multiterritorialidade que se dá através do “encaixe de territórios em diferentes dimensões ou escalas” (Haesbaert, 2004:8). Dito de outra maneira, dona Ismália pode jogar ou acionar sua territorialidade a partir de um leque de opções muito maior, e por isto múltiplo, podendo inclusive fazer, desfazer ou refazer constantemente sua territorialidade. Isto permite “jogar com a multiplicidade de territórios existentes, criando assim uma nova territorialidade” (Haesbaert, 2004:346). Não se trata apenas da simples possibilidade de acessar ou de ativar diferentes territórios, mais do que isto, “trata-se de vivenciá-los, concomitantemente e/ou consecutivamente”, sobretudo, como um espaço vivido. Diante disto, o território passa a se configurar como um território-rede, pois o movimento ou mobilidade torna-se um elemento fundamental na sua constituição e, por sua vez, da territorialidade.

Ao me debruçar sobre a trajetória de migração dos Monduzzi verifiquei que várias famílias migrantes⁹⁷ de Lucas compartilham de relações de parentesco, vizinhança ou amizade, todas engajadas numa troca interna de bens simbólicos e materiais que caracterizam uma rede social na migração. Além disto, compartilham da mesma origem social, na sua maioria pequenos agricultores do sul do país, e do mesmo sentimento em relação ao processo migratório: sustentam e reforçam sistematicamente os vínculos com o território de origem, porém não pretendem retornar já que “quem anda pra trás é caranguejo”, como relatou um dos entrevistados. Daí a utilização que faço da metáfora provisório-permanente (Rocha, 2006) para entender as múltiplas significações da categoria migrante que emerge da relação dialógica acessada por este ator social que se percebe ao mesmo tempo como “gaúcho”⁹⁸ e “matogrossense” e, desta maneira, afirma a sua multiterritorialidade⁹⁹.

⁹⁷ Para uma melhor visualização dos dados coletados, análise de situações e eventos ver Rocha, 2006.

⁹⁸ Esta situação social de origem, de maioria sulista, foi percebida durante a realização da pesquisa de campo comprovada nas falas dos entrevistados ao reconhecerem que, em Lucas do Rio Verde, “a maioria é gaúcho” ou “aqui é tudo gaúcho”. Vale destacar que, tal como constatado por Haesbaert (1995), a categoria “gaúcho” é utilizada naquele contexto social para generalizarem os indivíduos naturais dos

A história do processo migratório da família Monduzzi não se esgota em si mesmo na medida em que reflete a história de vida de centenas de famílias que migraram para o norte matogrossense. Neste caso, parafraseando Silva (2004), o passado não faz parte de um tempo acabado, pelo contrário, constitui ingrediente de um devir. A narrativa da trajetória de vida dos Monduzzi revela que a memória transforma o presente na medida em que reinterpreta o passado. A migração aparece como um dado natural cuja caminhada e percurso está marcado, de um lado, por desafios e desencontros, de outro lado, pela união e êxito. Embora as trajetórias sejam marcadas por especificidades, o discurso em torno do pioneirismo como fonte do desenvolvimento da região alimenta, notadamente, as redes que informam e dão significado às narrativas.

2.3.2. Com a cara e com a coragem: os parceiros no tabuleiro do cerrado

Um outro capítulo da história de Lucas começou paralelamente aos acontecimentos relatados quando em terras longínquas, mais especificamente no Rio Grande do Sul, centenas de famílias iniciaram a luta pela terra acampando na beira da estrada numa região emblematicamente conhecida como Encruzilhada Natalino.

Foi ali que uma parte notável da história familiar de Garibaldi Scarpeline se desenrolou sendo, portanto, ilustrativa deste processo.

Conseguí o número de telefone de Garibaldi com outro informante que me contou sobre os “12 apóstolos”. Esta é a categoria nativa utilizada para se referir às doze famílias de parceiros que ainda estão em Lucas do Rio Verde. Quer dizer, das 203 famílias assentadas pelo no projeto de colonização apenas 12 permaneciam ali. É marcante que utilizem uma referência religiosa com alusão a um dos ícones da igreja católica.

Por telefone marcamos data, horário e local para a entrevista. Era um domingo, geralmente dia de descanso, mas ao chegar na fazenda dos Scarpeline fui recepcionada gentilmente por Anita, esposa de Garibaldi, que tratou logo de informar que ele iria demorar um pouco pois “estava na roça”. Curioso ela falar de roça e ao olhar ao meu redor constatar um imenso horizonte pintado pelo ouro verde, a soja. As instalações da casa da fazenda eram boas, espaçosa, mas sem grandes extravagâncias. Era uma casa de alvenaria, com as paredes externas pintadas de marfim com janelas e portas marrom. Nas paredes externas era possível observar ar condicionado em dois cômodos da casa, provavelmente, nos quartos. Uma grama verde circunda a casa, do lado direito é possível observar uma imensa antena parabólica e, do mesmo lado, porém um pouco

estados do sul do país (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) e, por isto, utilizo-a entre aspas. Retomarei este argumento na seqüência.

⁹⁹ A provisoriade da sua situação social se expressa no forte vínculo que estabelece com o território de origem chegando ao ponto de reproduzir a sua territorialidade “gaúcha” através de todo um aparato simbólico e a instauração de uma rede regional capaz de articular território de origem/território de adoção. Assim sendo, vive-se a situação permanente para manter, de alguma maneira, a sua condição provisória. Dito de outra maneira, o migrante de Lucas do Rio Verde, na sua maioria, não manifesta desejo de retornar para o sul, entretanto, o vínculo com o território de origem não se esvaece. São exemplos da complexidade desta rede social na migração, responsável por acionar elos econômicos, culturais, sociais e até políticos entre os “gaúchos” do Mato Grosso e os “gaúchos” do Rio Grande do Sul: a comemoração da Revolução Farroupilha em território matogrossense (no sentido estrito) reproduzindo práticas culturais e sociais do território de origem; a rede de comunicação acionada pela família e vizinhança que garante o abastecimento de produtos – geralmente alimentícios – vindos do sul como é o caso da erva mate e do butiá; a existência de uma organização social, cultural e até mesmo política em torno do Centro de Tradições Gaúchas - CTG que agrega “gaúchos” e simpatizantes; relação de cooperação entre políticos do Mato Grosso e do sul do país; dentre outros. Para um aprofundamento sobre a temática ver Rocha (2006).

mais distante, um caminhão pequeno e velho. Do lado esquerdo, um pé de jaboticaba carregadinho da fruta, um cachorro preto amarrado repousando na sobra de uma árvore. Deste mesmo lado, num terreno delimitado por uma cerca se observa cavalos, ovelhas, carneiros, em perfeita harmonia com a natureza. Nesta mesma direção, mais distante, enxergasse um rio e nos fundos da casa uma imensa lavoura de soja que vai circundando a casa.

Anita me convidou para sentar em uma das cadeiras que estavam no espaço externo da sua casa, comumente chamada de área. Depois de servir-me um copo d'água iniciamos uma animada conversa. Ela quis saber dentre várias coisas, sobre a minha origem e, logo em seguida, questionou-me sobre a minha pesquisa e tão logo soube dos objetivos começou a contar sobre a sua história de vida. Quando fiz menção de pegar o caderno para anotar ela disse para não se preocupar que o Garibaldi iria me contar tudo melhor, pois não se julgava a melhor pessoa para fornecer informações.

Da área era possível observar dois quadros grandes fixados na parede daquilo que parecia ser uma sala. Mais tarde Garibaldi me explicou que se tratava de duas fotos da sede da fazenda. A primeira, muito modesta, ainda de madeira, pequena, circundada em grande parte pela vegetação do cerrado. A segunda, mais atual, mostrava as formas arquitetônicas modernas da sede da fazenda completamente imersa em extensas plantações de soja.

Depois de aproximadamente 30 minutos escutei o barulho de um caminhão que chegava pelo lado direito e pude observar além do motorista, um homem sentado no banco do passageiro ao lado do motorista e mais três homens na carroceria. À distância era difícil identificar quem era o dono da fazenda e quem eram os empregados, pois todos vestiam roupas simples, aparentavam cansaço e logo que desceram começaram a descarregar algo que não pude identificar.

Esta é uma cena muito comum nas fazendas dos agricultores empresariais de Lucas do Rio Verde. Embora sua produção, extensão de terras, produtividade, tecnologia empregada no sistema produtivo, dentre outros aspectos, o classifiquem como agricultores empresariais, estes personagens da fronteira trabalham, geralmente, de igual para igual com seus funcionários. É o agricultor que não só acompanha e supervisiona o plantio, mas, coloca a “mão na massa”.

Anita grita de longe para o marido no momento em que estão descarregando algo que parecia estar pesado. Imediatamente, ela pôs-se a contar sobre as constantes dores na coluna de seu marido que teima em trabalhar de igual para igual com jovens que tem metade da sua idade. De fato, quando o grupo se aproximou pude perceber que dos cinco homens, Garibaldi era o mais velho.

De estatura média, pele clara, cabelos escuros cobertos por um imenso chapéu, Garibaldi trazia no rosto as marcas do tempo e do sol forte do cerrado. Ele vestia uma calça jeans um tanto surrada e uma camisa de mangas curtas e botões na frente. Assim que me viu, tirou o chapéu e estendeu-me a mão para o cumprimento e pediu desculpas pelo atraso. Suas mãos ásperas eram resultado de longos anos trabalho no campo. Ele era um homem muito animado, chegou conversando e contando para esposa sobre o ocorrido durante sua estada na lavoura. O curioso é que ambos me tratavam como se já me conhecessem, conversavam animadamente e compartilhavam detalhes de suas vidas com uma estranha. Depois de alguns minutos de descontração Garibaldi dirigiu-se a mim e pediu que eu explicasse novamente sobre os objetivos da minha pesquisa. Após a devida explicação, senti que ali havia um ambiente favorável e então resolvi perguntar sobre a possibilidade de gravar a entrevista, o que prontamente ele concordou. Assim que dei *record* no gravador e fiz menção de fazer a primeira pergunta, Anita surge para contar ao marido sobre a minha origem gaúcha. Obviamente, tive que explicar

brevemente a minha origem o que imediatamente se configura como um dado positivo naquele contexto.

Garibaldi é o terceiro de uma família de nove irmãos, seis homens e três mulheres. Sua origem é ligada a agricultura, seu pai tinha uma área de 30 hectares localizada a 6 km de Ronda Alta (RS) onde plantava soja, milho, feijão e criavam porcos. O trabalho familiar na roça era realizado por Garibaldi, seu pai e irmãos, enquanto suas irmãs se responsabilizavam pelo trabalho doméstico. Este tipo de configuração do trabalho familiar é muito comum e se configura num meio de reprodução social. Garibaldi destaca que nesta época, pelos idos de 1980, sua mãe já era falecida justificando, assim, a referência constante em seu discurso da figura paterna:

“E nós casamos e nós morava junto com o pai. Aí eu falei: “vamos vazar né, vamos arranjar um canto para nós. Nós vivia bem com o pai, nós se dava bem tudo. (...) Não tinha dinheiro né, mas vivia bem. Tinha um carrinho, meu pai tinha um trator um Valmet 80, aqueles vermelhos. E depois que nós casamos ficamos uns dois anos e pouco com o pai, daí surgiu o acampamento”.

Garibaldi Scarpeline, agricultor empresarial,
natural de Ronda Alta/RS

Neste momento sua esposa intervém e diz “surgiu uma liderança ali”. Esta liderança está relacionada com o surgimento do acampamento que mais tarde deu origem ao MST. No decorrer de sua fala, em alguns momentos, a memória de Garibaldi parecia falhar:

Na verdade, na verdade, você ouviu falar da barragem. Ai meu Deus deixa eu lembrar, me deu um branco. Ah! Mas aí como sobrou um povo daquele que ficou sem terra por causa da construção da barragem que tu conhece. Daí eles vieram para a região de Ronda Alta e com o pensamento de fazer um acampamento para requerer terra né, em Encruzilhada Natalino. E juntou-se meio que todos. Por exemplo, nós não tinha nada, nós não tinha casa, eu morava com o pai, na casa do pai e tudo, eu não tinha terra. Meu pai tinha, mas eu não. “Poxa então eu vou me acampar também. Aí começou aquele papo de “vamos acampar para ganhar terra”. Porque não existia nenhum movimento naquela época, nós fomos os primeiros. E com o padre Arnildo ajudando nós.

Garibaldi Scarpeline, agricultor empresarial,
natural de Ronda Alta/RS

A busca de melhores condições de reprodução social familiar justifica, em boa parte, a motivação de várias famílias que enfrentaram as adversidades de montar um acampamento, em pleno período de ditadura, dando início à construção de um ambiente de luta pela terra. O acampamento foi montado em dezembro de 1980 (Martins, 2006) na beira da rodovia, mais especificamente no entroncamento entre os municípios de Sarandi, Ronda Alta e Passo Fundo. Ali existia um “buteco”, segundo Garibaldi, cujo dono chamava-se Natalino, e daí o nome Encruzilhada Natalino. Em junho de 1981 o acampamento já contava com 600 famílias.

Garibaldi conta que as “condições eram péssimas” e que montou um barraco “de chuncha” com um compadre que vivia lá com a esposa e uma criança que era seu afilhado:

Nós fizemos um barraco em dois. Então eles cuidavam e eu não ficava o tempo todo lá. Nós vivia saindo olhando terra em Porto Alegre, quando dava

uma folguinha eu sumia, eu ia trabalhar. Nós sempre fomos de trabalhar sabe. E tu sem trabalhar tu não sobrevive né. Eu ia trabalhar, daí voltava de novo pro acampamento, todo fim de semana eu estava lá. (...) mas eu não ficava os 12 meses do ano não, até porque, sabe, tu te sente mal ali mal ali de braços cruzados, o nosso estilo era diferente.

Garibaldi Scarpeline, agricultor empresarial,
natural de Ronda Alta/RS

Interessante notar uma estratégia onde um membro da família, vizinhos próximos ou, neste caso, o compadre, ficavam responsáveis pelo barraco no acampamento para que outros pudessem trabalhar afinal “sem trabalhar tu não sobrevive” como destaca Garibaldi. O trabalho aparece como mantenedor de uma estratégia de luta onde distintas configurações são acionadas para dar sustentação àqueles que ficam no local de luta.

No caso de Garibaldi, a situação era diferente. Apesar de não ter terras para garantir o sustento familiar, ele tinha um ponto de apoio que era a casa do pai. Por isto faz questão de ressaltar que somente ele ficava no acampamento, sua esposa e sua filha recém nascida ficavam na casa do seu pai. Foram anos difíceis e de expectativa. A cada nova promessa do governo, novas expectativas e projetos de vida eram acionadas mas, concretamente durante os dois anos em que ficou acampado, entre 1980 e 1982, as únicas alternativas efetivas apresentadas pelo governo era o assentamento em terras no Mato Grosso.

Note-se que embora esteja contando algo do passado, no final do seu discurso o informante fala no tempo presente. A memória parece ter acionado um dado tão significativo do tempo vivido que ao recordar o migrante associa-o ao tempo presente. As dificuldades daqueles tempos são amenizadas quando recordam de alguns companheiros de luta e do Padre Arnildo¹⁰⁰. Anita chega a ficar emocionada e me diz “se nesta tua pesquisa aí tu encontrar o padre Arnildo, nossa, manda um abraço nosso”.

O Padre foi uma figura importante daquele universo social, não só como representante da igreja, mas como um agente mobilizador das famílias que estavam acampadas. Nas palavras de Garibaldi “o padre Arnildo mobilizou o mundo sabe. Fazia arrecadação e levava pro acampamento porque tinha gente lá que não tinha nem o que comer se não tivesse ajuda. (...). Depois quando nós conseguimos se cadastrar o próprio Incra que mandava alimentação lá”. Assim, é possível identificar dois grupos que formavam o universo social do acampamento: uns que não tinha nada e nem para onde ir caso saíssem do acampamento; e outros que tinham suporte familiar como era o caso deles.

Com a intenção de desmobilizar e acabar com o acampamento o governo militar mandou o exército montar um acampamento do outro lado da rodovia sob o comando do coronel Curió.

Nós era muito unido. O que um falasse lá no palanque todo mundo obedecia. Tinha que ter união né. Na época a pressão que tivemos foi quando veio o coronel Curió. (...) Começaram a dizer que fulano não precisava de terra. O meu caso mesmo, começaram a dizer que eu não precisava de terra porque meu pai tinha. Mas pai tinha, tinha não, tem nove filhos. Nós não ia viver nove filhos em cima de 30 hectares de terra, porque não dava nada, daí a gente não vivia né. Tu tinha que ir em busca de alguma coisa. E daí esta

¹⁰⁰ Padre Arnildo Fritzen é pároco da cidade de Tapera, no Rio Grande do Sul. Em 1979, era pároco de Ronda Alta e, junto com ativistas de Porto Alegre, começou a organizar os sem-terra de Nonoai.

equipe do coronel Curió conseguiu pegar uma parte da igreja e jogar contra nós.

Garibaldi Scarpeline, agricultor empresarial,
natural de Ronda Alta/RS

Assim como o militares “espionavam” o acampamento, Garibaldi conta que certo dia fazia um calor intenso quando ele resolveu deitar debaixo de uma árvore que ficava do lado da rodovia onde estava o acampamento militar:

Aí eu pensei assim: e eles espionam a gente porque não podemos fazer a mesma coisa? Daí que eu fui fazendo de conta que tava dormindo, descansando e fui me arrastando até ficar do lado do barraco. (...) Foi então que eu escutei. Eles estavam armando para expulsar o Padre Arnildo, pro bispo vir e expulsar o padre Arnildo. (...) E o padre Arnildo estava lá na comunidade da Macali rezando missa e fazendo confissão. E dali do acampamento até lá dava mais ou menos uns 15 Km. (pausa) Eu tenho que avisar o padre Arnildo, eu tenho que avisar pro padre se preparar. (ênfase na fala seguida de pausa). E eu vou com o que para lá Betty? Não tinha carro. Eu catei uma bicicleta e saí. Cheguei lá tinha uma fila de uns setenta eu acho, uns cinquenta para se confessar. E o padre confessando.

Garibaldi Scarpeline, agricultor empresarial,
natural de Ronda Alta/RS

Garibaldi conta que conseguiu avisar o padre sobre a “armação” que ainda naquela noite se reuniu com os acampados para organizarem uma maneira de reagir. Passaram a madrugada ouvindo sobre como agiriam no outro dia. O padre orientou-os a formarem uma comissão para receber a comitiva do governo e cada um desta comissão teria uma função, falaria sobre um assunto diferente e de interesse da coletividade.

De fato, no outro dia, chegou um grupo formado por Dom Cláudio Colling, na época bispo de Passo Fundo, o coronel Curió, representantes dos sindicatos de vários municípios, os padres das paróquias dos municípios vizinhos a Ronda Alta, o padre Arnildo e os representantes dos acampados, dentre eles, Garibaldi. Ele conta que uma parte do “pessoal do sindicato” era contra o acampamento, assim como o bispo, e então começou a reunião “com sala fechada”:

E daí cada um de nós da comissão tinha um tema para falar. (...)Daí o que sobrou para mim falar o que? Falar do bispo. Bah! (ênfase) Mas eu me preparei né. (...) Aí chegou a minha vez e eu olhei pro bispo e eu falei *Dom Cláudio Colling o senhor sabe*, eu lembro até hoje as palavras que eu falei eu não esqueço (com ênfase). *O senhor sabe que este povo que está aqui no acampamento de Encruzilhada Natalino, seiscentas e poucas famílias, gostam demais da sua visita aqui no acampamento e nós precisamos do senhor aqui no acampamento, da sua força, do seu poder, e o senhor vir aqui e nos motivar e ajudar a sair desta situação.* E fui falando. (pausa) *Mas só Dom Cláudio*, e olhei para ele, e ele era meio gordo, de óculos e olhava por cima dos óculos assim com os óculos na ponta do nariz, *só que em nome da comissão Dom Claudio com todo respeito que nós temos pelo senhor, mas se é pro senhor vir aqui e o senhor ser contra nós, e atrapalhar nós, nós pedimos pro senhor nunca mais apareça no acampamento.* Eu falei pro Dom Claudio. Me lembro que nem hoje Betty. Ele tava meio assim sabe, porque ele era o maior da igreja sabe, ele, ele deu uma olhada, me deu uma olhada, e ele não ficou mais de dez minutos na reunião e levantou e foi

embora e nunca mais o bispo veio lá. Nunca mais. Mas eu Betty, eu falei aquilo com autorização dos padres, e nós estava ali com seis padres naquele momento. E os padres de Sarandi, tinha um magrinho lá brabo, ele era contra nós e a favor deles. O presidente do sindicato de Sarandi era contra nós e a favor deles. (...) Eu fui eu acho o oitavo a falar, porque era tudo com educação e com calma. Eu acho que eu fui o oitavo a falar, acabou a reunião. Mas ele (o bispo) nunca mais voltou lá¹⁰¹.

Garibaldi Scarpeline, agricultor empresarial,
natural de Ronda Alta/RS

A riqueza de detalhes acionado por sua memória demonstram o significado simbólico que tal evento tem em sua vida. Garibaldi não foi apenas um dos acampados de Encruzilhada Natalino, mas também uma liderança expressiva que trás consigo lembranças de fatos importantes de nossa história. A emoção com que lembra dessas passagens de sua vida é expressa pela voz embargada e pelos minutos de silêncio entre uma fala e outra.

O campo de disputa e conflito no qual conviveu durante dois anos, mesmo que não tenha sido diariamente, marcou sua existência. Em suas palavras, foram dois anos ali na Encruzilhada lutando para sair terra no Rio Grande do Sul, foi então que o governo federal ofereceu as terras no Mato Grosso. O coronel Curió organizou uma verdadeira “campanha dentro do acampamento” prometendo aos que aceitassem ir para o Mato Grosso 200 hectares de terra, alimentação durante seis meses, um barraco para morar nos primeiros tempos assim como uma ajuda de custo.



Figura 11: Jornal O Interior. 23 de abril de 1981. (Acervo Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa - Porto Alegre/RS)

¹⁰¹ Os grifos foram utilizados como recurso para diferenciar o tempo da fala do informante.

Desmotivado com a longa espera e as contínuas promessas fracassadas do governo em dar terras no Rio Grande do Sul levaram Garibaldi a pensar na possibilidade de se inscrever para o assentamento no Mato Grosso, mas acabou desistindo.

Em novembro de 1981 partiram as primeiras famílias rumo ao Mato Grosso, assentadas no Projeto de Colonização Lucas do Rio Verde. Cada família ganhou uma parcela de 200 hectares de terra e um lote na zona urbana. Os assentados foram denominados, localmente, como parceiros por terem adquirido uma parcela no programa de colonização, categoria também utilizada para identificar os atores sociais da pesquisa realizada por Tavares dos Santos (1993). O autor esclarece que “este termo se relaciona com programas de colonização oficiais do Inca, o que lhes dá uma conotação particular, pois se trata aqui de um programa organizado por uma cooperativa de colonização particular” (Tavares dos Santos, 1993:148). Este dado reforça o argumento anterior de que o projeto de Lucas se enquadra como um Projeto de Assentamento Conjunto (PAC) denotando, assim, a importância que a Cooperlucas adquire naquele contexto.

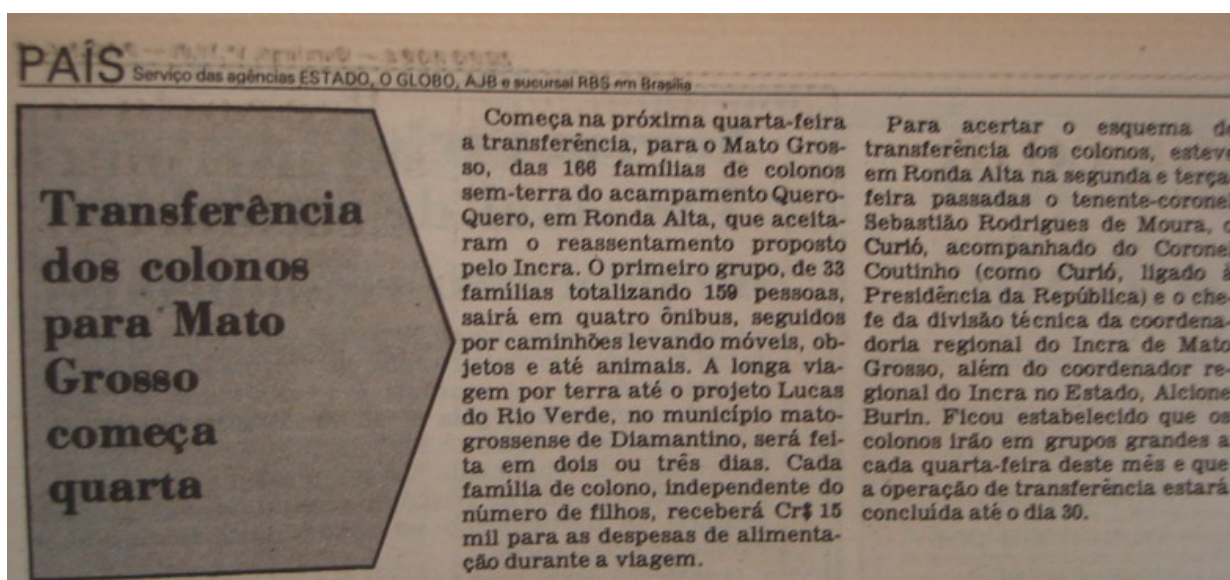


Figura 12: Jornal O Interior. 1º de novembro de 1981. (Acervo Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa - Porto Alegre/RS)

A longa espera, a falta de perspectiva, a vontade de trabalhar e algumas notícias positivas recebidas de “conhecidos” que tinham migrado na primeira leva para Lucas do Rio Verde fez com que Garibaldi tomasse uma decisão. Entretanto, a decisão de migrar foi sobremaneira influenciada por sua esposa:

(...) Foram dois anos ali, é tempo longo. E tu cansa e tu não tem resposta do lugar. (..) Chegou um dia eu cheguei em casa e falei pra Anita¹⁰²: *eu tô vazando de lá (do acampamento), eu não quero mais.* E a gente novo né, com 26 anos, com vontade de trabalho. *Eu tô indo para Carazinho amanhã.* Lembra Anita que eu falei? (fala alto para a esposa que logo surge para participar novamente da conversa) *Eu tava indo para Carazinho sabe fazer o que? Eu ia fazer um curso de motorista (...).* Eu digo: *eu vou tocar ônibus.* Aí a Anita *mas de jeito nenhum tu não vai. Se é para tu ir lá então vamos pro*

¹⁰² Utilizo aqui o pseudônimo.

Mato Grosso. Foi aí que tomemos a decisão. Então eu vou me inscrever, vou vazar de lá, mas o padre não pode ficar sabendo. (...) Mas como a promessa era boa e nós como a gente era da roça Betty, então eu vou, se não prestar nós volta.

Vencido pelo cansaço e pelo longo tempo de espera, e diante da promessa de ter acesso a terra mesmo que num lugar longínquo, Garibaldi resolveu assumir os riscos da mudança para desta maneira manter-se na agricultura. Em vários momentos da entrevista fica evidente a sua relação e vínculo estreito com a lida no campo. Não por outro motivo que mesmo atualmente, numa situação financeira confortável, continua mantendo os mesmos hábitos que tinha no sul e trabalha lado a lado dos seus funcionários na fazenda.

O vínculo religioso, de amizade e respeito que os ligava ao padre Arnildo é lembrado em vários momentos, assim como a decepção que foi para o padre e para o presidente do sindicato de Ronda Alta ao saberem da sua decisão. Na época, casados a pouco mais de três anos com uma filha ainda bebê o casal queria dar um rumo em suas vidas. A luta coletiva e os ideais compartilhados com seus pares não foram suficientes para convencê-los do contrário. Migrar para o Mato Grosso era, naquele momento, a única alternativa real de viabilizar a reprodução social familiar:

E ficar lá de braços cruzados? E daí fui embora. Quando nós saímos de lá, do lugar que nós morava, da linha Vitória, em Ronda Alta. Aquele dia se tivesse saído morto acho que o povo não chorava tanto como nós saímos vivo. Porque o medo do sofrimento, Mato Grosso há 27 anos atrás tá louco. (...) Eu nunca tinha visto meu pai chorar. Meu pai é um homem durão sabe Betty, sabe é daqueles italianos muito durão, só sabia trabalhar também né. E o meu pai chorou. (...) Era um desespero sair de lá. Mas nós? Nós com uma vontade de chegar aqui. E Mato Grosso é plano. Aquela curiosidade de chegar aqui porque dizia que aqui era plaino e tal e a gente apaixonado por terra então nós tinha aquela curiosidade de chegar aqui.

A tristeza e sofrimento inerentes ao movimento migratório, o ato doloroso de emigrar, sair do lugar, deixar pra trás todas as certezas e se aventurar num lugar desconhecido; as condições desfavoráveis da vida naquele contexto do acampamento, onde a variável tempo, o de espera, passava a ser associado com a passividade de “ficar de braços cruzados” opõe-se a expectativa positiva que a possibilidade de vida no cerrado assume. O simbolismo que assume o fato de ver pela primeira vez ver o pai chorando, um “italiano durão” que até aquele momento jamais tinha demonstrado uma forte reação emocional é contrastado pela expectativa de mudança e de futuro que representa ir para Mato Grosso. Diferentemente da análise de Durham (1984) na qual o migrante “abandona a zona rural quando percebe que não pode melhorar de vida”, a emigração aqui aparece como resposta a condições normais de existência (Durham, 1984: 113) onde a possibilidade de manter o vínculo com a terra se constitui numa condição *sine qua non* de sua existência. A imagem construída da terra como possibilidade de reprodução social da família tornou-se possível somente com a migração.

A migração se constitui neste caso um processo de transformação que implica lidar com a ausência, a saudade, o “medo” e o “sofrimento”, onde o migrante “premidido por forças de transformação que afetam profundamente toda a sua existência” (Durham, 1984:111) metamorfoseia os aspectos negativos pela “curiosidade” representada pelo desconhecido. Nessas condições, as incerteza e dúvidas eram relativizadas e

contrapostas à possibilidade de ter acesso a terra e continuar tirando dela o sustento e garantido a reprodução social familiar.

Garibaldi e Anita contam com certa nostalgia todo o processo de saída do Rio Grande do Sul. Desde o momento que tiveram que desmontar o barraco no acampamento de Encruzilhada Natalino e ir para o acampamento organizado pelo exército para as famílias que seriam removidas para o Mato Grosso; passando pela despedida sofrida dos parentes e amigos, pela decepção causada ao padre e aos colegas sindicalistas; até o momento da partida.

Às 8 horas da manhã do dia 31 de maio de 1982 chegaram em Lucas do Rio Verde (figura 13) e foram recepcionados por funcionários do INCRA, pelo executor Ferreira e pelos “milicos”. Às 10 horas foram levados para um barracão onde aconteceu o sorteio dos lotes (figura 14).



Figura 13: Chegada dos migrantes parceiros. Lucas do Rio Verde, maio/1982. (Acervo da Cooperlucas).



Figura 14: Reunião com as famílias de parceiros para sorteio dos lotes. Lucas do Rio Verde, maio/1982. (Acervo da Cooperlucas).



Figura 15: Preparo do churrasco servido após o sorteio dos lotes. Lucas do Rio Verde, maio/1982. (Acervo da Cooperlucas).



Figura 16: Vista externa do barracão onde foi realizado o sorteio de lotes. Lucas do Rio Verde, maio/1982. (Acervo da Cooperlucas).

A realização do sorteio dos lotes já no ato da chegada assumiu um valor simbólico para os migrantes que já no primeiro dia no cerrado experimentaram emoções distintas: o medo do novo e o susto por não encontrar nenhuma infraestrutura no local foram minimizados por, enfim, terem conseguido um pedaço de terra. Garibaldi conta que ele e os conhecidos que ganharam os lotes próximo ao seu foram já no outro dia conhecer as terras. O exército tinha uma pick-up Aero Willis¹⁰³ onde levou, pouco a pouco, as famílias para conhecerem o seu lote. Os barracos de lonas verde onde ficaram

¹⁰³ A Pick up Jeep Aero Willis chegou ao Brasil em 1961 e é usualmente conhecida como Rural.

alojados nas primeiras semanas já estavam montados, mas como as “mudanças” só chegaram três dias depois, “os próprios milicos faziam a comida porque a gente ainda não tinha nada”.



Figuras 17 e 18: Barracos de lona verde, moradia dos parceiros no início da colonização. (Acervo Prefeitura Municipal, Plano Diretor, 2005)

Da origem cada família trouxe uma pequena mudança, geralmente tratava-se de fogão, camas, colchões e outros objetos de utilidade doméstica. Os que tinham “alguma condição” trouxeram animais e comidas para as primeiras semanas.

Nós trouxemos uma vaca de leite com um bezerrinho. Trouxemos galinha, trouxemos quatro porcos...É dois porcos pronto para matar e dois mais novinhos. E aí claro trouxemos lata com banha, carne cozida dentro da banha, trouxemos queijo, salame. (...) Veio caminhão com mudança, outro com animais e outros com cachorros. Eram vários e vários caminhões. Todo mundo mandou coisas. O governo pagou tudo isto. Nós não arcamos com nenhum pila¹⁰⁴.

Todos ali se conheciam, alguns tinham um vínculo de amizade mais forte que outros, mas a mesma origem social e cultural possibilitou que esse grupo criasse no território de adoção, o Mato Grosso, estratégias compartilhadas de vivência e sobrevivência:

Garibaldi: Nós e mais sete famílias que eram vizinhas aqui nós viemos para cima das terras. Aí nós roçamos, carpimos um quadrinho lá de dez por dez. E nós era tudo conhecido. Não tinha estrada, só tinha uma picada. E daí nós viemos para cá (terras) e montamos uma lona no meio do cerrado para nós se acampar e trouxemos as coisas de lá (do acampamento do INCRA) pra cá. O INCRA pegou o caminhãozinho e trouxe, e nós acampamos na beira do rio. Era tudo cerrado. Não tinha nenhuma área aberta. Nada, nada, nada. Tivemos que carpir para colocar o barraco. Aí nós acampamos na beira do rio União, nós e os sete vizinhos. Daí as famílias ficavam lá, faziam comida e lavavam roupa no rio né. E nós se ajudava, e a primeira coisa que nós

¹⁰⁴ No dialeto gaúcho é o nome utilizado para se referir a unidade monetária, seja ela qual for. Pila é também uma comuna italiana da região do Piemonte, província de Vercelli. Ver OLIVEIRA, Alberto Juvenal. Dicionário Gaúcho: termos, expressões, adágios, ditados e outras barbaridades. 3 ed., Porto Alegre: Age Editora, 2005.

fizemos foi fazer um poço para ter água né. O poço deu vinte e dois metros de fundura, aqueles poço sabe de um metro e vinte. Eu nunca tinha feito um poço. Mas fizemos, se ajudamos. E daí depois a gente veio e fez uma casinha quatro por cinco que tu viu ali na foto (referindo-se a foto que estava na parede da sala). Nós se ajudava e construímos as casinhas. Foi o INCRA que deu o material. Nós fizemos um para cada um. Um em cima de cada lote de duzentos hectares. Demorou. E a casa não era grande. (risos) É que a gente não tinha muita prática. (risos) Mas conseguimos fazer.

Anita: Ninguém tinha prática. Colocava uma madeira de um lado e derrubava do outro (gargalhadas geral).

Garibaldi: Mas sabe Betty quem vê da roça sabe fazer de tudo um pouco. Era tudo jovem, vinte e seis, vinte e sete anos. Nós tinha uma menina. Todos tinha um filho, dois. Todo mundo tinha quatro, cinco anos de casado. Quando você é novo você mete o peito e não quer nem saber. Vai com a cara e com a coragem.

Ter origem na “roça” e ser “jovem” foram fatores positivos que contribuíram para a superação das dificuldades. A constatação de que ali não tinha “nada”, nem estrada, nem fazenda aberta, apenas a terra supostamente virgem do cerrado fez do trabalho cooperativo entre as famílias uma estratégia importante de sobrevivência nos primeiros tempos. As dificuldades e desafios enfrentados, como o de construir casa sem ter o domínio daquele saber-fazer, são agora lembradas com humor. A existência de um rio que cortava as propriedades foi importante para a manutenção das famílias. As mulheres e seus filhos ficavam nos barracos montados na beira do rio, onde usavam a água para preparar a alimentação, lavar roupa e tomar banho.

Quando questionados quem encontraram em Lucas além dos militares e dos funcionários do INCRA, prontamente Garibaldi responde: “tinha uns posseiros na região”. Nos primeiros tempos, as relações da família Scarpeline eram mais estreitas com as outras sete famílias que moravam em lotes vizinhos. Em vários momentos realçavam o fato de ali não ter “nada” quando chegaram, “nem a cidade de Sorriso existia” e tudo era feito em Diamantino (distante aproximadamente 214Km): Nós ia fazer rancho em Diamantino. Banco do Brasil era em Diamantino. Não tinha nada aqui. Se quisesse ligar pro sul era em Diamantino. Tudo era em Diamantino” contou Anita.

A falta de infra-estrutura que garantisse o acesso aos bens de primeira necessidade como alimentos, saúde e educação foi o que uniu posseiros e parceiros. Aos poucos foram se organizando na construção de escolas, postos de saúde, igreja, etc. Os “mercadinhos” e demais comércios começaram a ser abertos por aqueles que “tinham um pouco mais condições”, entretanto, atualmente quase todos os agricultores são donos de algum tipo de comércio na cidade. Os Scarpeline são donos de duas lojas de roupas femininas que são administradas por suas duas filhas.

O primeiro ano “foi muito difícil”. Garibaldi abriu 25 hectares e plantou arroz com financiamento do Banco do Brasil. No entanto, devido uma estiagem ocorrida no período da floração do arroz a produção ficou comprometida e a primeira safra plantada e colhida pelos parceiros foi muito ruim. Nem todo mundo conseguiu pagar o financiamento e a partir dali começou a ficar muito difícil, pois o banco trancou o financiamento:

E daí que o povo começou a desanimar. E daí teve uns que colheu um pouquinho e tinha que segurar um pouco para comer. E depois uns venderam

as terras e foram embora. Vender, meio que dar (as terras), muito baratinho, tá louco.

Além da estiagem no primeiro ano de colheita é preciso considerar a crise do arroz ocorrida no início dos anos 1980 que afetou a política de incentivos à agricultura elevando os juros de 12 para 35% ao ano. A conjugação dos dois fatores, um de ordem natural, a estiagem e seus reflexos negativos na colheita, e outro de ordem econômica, a falta de crédito devido o nível de endividamento, foi responsável pela saída dos parceiros do projeto. Pouco a pouco, porém num ritmo crescente, as famílias iam “vendendo” suas terras, abandonando-as ou ainda fazendo a “troca” para pagamento de dívidas. Isto gerou um ambiente propício a especulação de terras.

Antigos posseiros, nesta época já regularizados pelo INCRA, e novos compradores vindos do sul do país, a maioria incentivados pelos familiares e amigos que já estavam em Lucas, começaram a adquirir essas terras. Segundo Zart (1998) este processo permitiu que o executor do INCRA passasse a vender indiscriminadamente lotes rurais para latifundiários do sul e para grandes comerciantes da região culminando na concentração fundiária (Zart, 1998:148). A venda destas terras sob o ponto de vista jurídico era ilegal já que, de acordo com o projeto de colonização, a área não podia ser negociada durante o período de cinco anos. O “Relatório do Projeto de Assentamento Especial Lucas do Rio Verde” resultado da ordem de serviço nº 01/86 do INCRA apontava: “os problemas são muitos e diferenciados” e o dirigente do projeto “está atendendo em média 50 (cinquenta) pessoas por dia. É uma tarefa exaustiva, que complica e confunde mormente porque envolve altos interesses econômicos porque 60% dos casos é de venda de lotes. A especulação imobiliária é de assombrar e as causas desse fenômeno são múltiplas. É o já conhecido processo de purificação que em Lucas do Rio Verde se realiza em ritmo muito acelerado” (Fonte: INCRA, 1986: 11). O referido relatório não deixa pistas do significado deste “processo de purificação”, no entanto, a partir dos dados empíricos parece-me estar relacionado com uma purificação de mercado, na qual os que teriam mais recursos financeiros estariam se territorializando nas terras do projeto conformando, como veremos adiante, uma “reforma agrária elitizada”¹⁰⁵.

As diversidades, a dificuldades no plantio e colheita, a falta de acesso a crédito, enfim, todos passaram por situações semelhantes. A origem deste grupo é a mesma, todos vieram da Encruzilhada Natalino e, embora cada família tenha trazido bens diferenciados da origem, no destino tiveram todos, supostamente, as mesmas condições e ganharam todos a mesma extensão de terras. Então surgiu o questionamento:

Como que os doze (parceiros) conseguiram ficar? Porque isto (os problemas e dificuldades) aconteceu com todo mundo. Qual foi a diferença?

A diferença foi: uns colheram um pouco melhor, outros um pouco pior, mas destes doze ter ficado hoje. Porque não foi todo mundo embora no primeiro ano não Betty. Teve gente que vendeu por último porque a terra valorizou, faturou uma grana boa e conhecia um outro lugar. O próprio Licurgo¹⁰⁶ vendeu aqui e foi para Itanhangá¹⁰⁷. (...) Mas os primeiros naquele ano ruim

¹⁰⁵ No próximo tópico analiso dados empíricos que dão sustentação a esta análise.

¹⁰⁶ Um dos parceiros que tinha o lote vizinho ao seu.

¹⁰⁷ O Projeto de Assentamento de Itanhangá, no município de Tapurah, foi criado em dezembro de 1995 numa área de 116 mil hectares onde foram assentadas 1.119 famílias. Em março de 2000 o assentamento foi emancipado e tornou-se município de Itanhangá, tendo hoje aproximadamente 5.061 habitantes, segundo estimativa do IBGE.

aqueles venderam meio que de graça, iam embora pela passagem. (...) Os oito anos primeiros, de 82 a 90 foi muito difícil, foi uns oito anos difícil. Então quem ficou aqui foi que a gente gostou do lugar, a gente acreditou que isto aqui ia desenvolver. E a gente já era da roça.

A mobilidade entre os assentamentos no Mato Grosso é uma constante. Em Rocha (2006) já havia coletado dados de parceleiros de Lucas que haviam se transferido para o assentamento Eldorado I, localizado no município de Tapurah. Este assentamento ficou conhecido como Projeto Ipiranga¹⁰⁸ criado com objetivo de assentar um grupo de famílias do Rio Grande do Sul que estavam acampadas desde 1989 no município de Nobres. Um dos fatos emblemáticos que circunscreve a história deste assentamento é que cerca de 349 famílias a serem assentadas foram organizadas por grupos de origem: grupo gaúcho se referia aos sem terras acampados em Nobres; grupo Pedra Preta; grupo Tapurah; grupo Sorriso; grupo Lucas do Rio Verde (Ferreira, 2004). Em março de 2000 foi decretada a emancipação política do município Ipiranga do Norte¹⁰⁹, desmembrando-o de Tapurah. Por seu turno, Tavares dos Santos (1993) já havia observado esta mobilidade entre os assentamentos ao analisar o destino dos parceleiros do projeto Canarana que, dentre outros, um dos destinos era o assentamento de Lucas do Rio Verde (1993:112).

A crença de que ali existia uma possibilidade de “desenvolvimento” é acionada para justificar a perseverança com que algumas famílias enfrentaram as adversidades da colonização e se mantiveram nas terras. Assim, possamos talvez entender a menção simbólica dos doze apóstolos. Palavra derivada do grego, apóstolo significa aquele que foi enviado, o que evangeliza, o propagador de qualquer idéia ou doutrina¹¹⁰. Os doze apóstolos foram escolhidos por Jesus que “os enviou para diversos lugares para pregarem a chegada da “Boa Nova”¹¹¹.

Anita: Só que hoje tá bonito né Betty, mas na época foi sofrido aqui. Olha o Garibaldi mesmo. Quantas vezes te deu vontade de ir embora (se dirigindo ao marido)?

Garibaldi: Ah! Eu chegou a dar dias que olha: “eu acho que a gente vai ter que voltar”.

Anita: E eu segurando a barra né Betty. “Não! Vamos experimentar né. Vamos experimentar. Porque que não vai dar?”.

Garibaldi: Porque hoje é diferente. Hoje isto aqui é um paraíso.

Anita: É um paraíso. (concordando a esposa).

A permanência das doze famílias de parceleiros em Lucas assume um teor mítico: das 203 famílias migrantes apenas 12 “deram certo” e são agentes transformadores daquela realidade social que “hoje” é considerado, por eles, “um paraíso”.

¹⁰⁸ Criado pela resolução nº 75 de 12 de agosto de 1993.

¹⁰⁹ Lei nº 7.265 de 29 de março de 2000.

¹¹⁰ Fonte: Dicionário Aurélio e definição retirada do texto “Os companheiros de Jesus” disponível em <http://www.espiritismo.org/os12apost.htm>.

¹¹¹ Os companheiros de Jesus. Disponível em <http://www.espiritismo.org/os12apost.htm>.

2.3.3. Reforma agrária elitizada: os assentados da cooperativa e o perfil empresarial na fronteira

A história da família Chanuca tem suas origens ligadas à agricultura. O núcleo familiar é composto pelos pais e 13 filhos, sendo sete homens e seis mulheres. Toríbio, quinto filho desta numerosa família, conta que seu pai possuía 256 hectares de terra em Monte Carmelo, cidade localizada na região do Alto Paranaíba nas Minas Gerais, onde ele nasceu. Apesar da área ser considerada pequena para o sustento da família, Toríbio destaca que o pai “conseguia fazer a gente ter uma vida boa, assim, uma vida com conforto”. Na fazenda onde ele e seus irmãos foram criados, tudo era “plantado em estoque”:

“Cortava no machado os tocos, plantava de matraca, colhia de foice e batia na banca. Era mão-de-obra de trinta, quarenta pessoas durante seis meses na fazenda. Buscava gente longe e passava seis meses aquela peonada plantando lavoura. Ali a gente plantava arroz e feijão, era a cultura do arroz, feijão e milho. Aquela época a gente não usava adubo não. A terra ali não sabia o que era adubo não, a terra nossa era de cultura”.

Toríbio Chanuca, agricultor empresarial,
natural de Monte Carmelo – MG

Embora se trate de uma família numerosa e os irmãos ajudassem o pai na lida com a terra, observa-se que o trabalho não era exclusivamente familiar pois contratavam mão-de-obra para época de plantio. Isto demonstra, em certa medida, uma condição de existência diferenciada em relação aos posseiros e parceiros já que possuíam capital para investir numa produção que contava com trabalho assalariado. Outro dado significativo é a referência feita à “terra de cultura” destacando a não utilização de adubos no plantio e colheita. Na época da entrevista não tive a sensibilidade de explorar melhor este argumento no discurso do entrevistado, entretanto, é nítido o valor dado à exploração da terra segundo preceitos do que hoje entendemos como agroecologia¹¹².

Com 13 anos Toríbio migrou para Uberlândia onde além de estudar começou a trabalhar no comércio. Todo ano, no seu período de férias, retornava à fazenda da família onde ajudava o pai e os irmãos no plantio ou na colheita e, desta forma, mantinha sua relação com a terra.

Na segunda metade dos anos 1970, o aumento gradativo do núcleo familiar com o casamento dos filhos e a chegada dos netos levaram seu pai a buscar alternativas que garantisse a reprodução social familiar. Nesta mesma época iniciava-se na região a atuação do POLOCENTRO. O pai de Toríbio resolveu então vender suas terras e partir para uma estratégia arrojada e inovadora: a exploração das terras localizadas no cerrado mineiro. Assim, arrendou terras, pegou financiamento do programa e iniciou abertura das terras no cerrado para o plantio de arroz. Toríbio aciona recordações e memórias desta época que deixam seu olhar e tom de voz aflitos e nos conta que “em três anos seguidos nós perdemos a lavoura, o seguro não pagou e as reservas do meu pai foram acabando. (...) Aí meu pai quebrou, plantando no cerrado sem experiência nenhuma”. Mesmo dispondo de determinado capital e de ter experiência no plantio de arroz, a família de Toríbio não escapou das dificuldades em se plantar no cerrado.

¹¹² Não é tenho intuito aqui de explorar os aspectos que envolvem a produção agroecológica. Para aprofundamento sobre o debate teórico sobre a temática sugiro ver Gerhardt (2002).

Apesar da falência, a família Chanuca ainda dispunha de alguns bens e maquinário, entretanto, alguns de seus integrantes passaram a buscar outras maneiras de subsistência ou mesmo de ter acesso a terras.

Em meados dos anos 1979-1980, um de seus irmãos, Estevão, “ganhou terras” em um dos projetos de colonização do PRODECER I no cerrado mineiro. Alguns anos mais tarde, Toríbio na época casado e com pouco mais de 30 anos foi trabalhar na fazenda do irmão com a intenção de conseguir um “pedaço de terra na reforma agrária”. A CAMPO, empresa que administrava o projeto de colonização, mantinha uma fazenda experimental, a Fazenda Coromandel, localizada nas proximidades das terras de Estevão. Logo após a implantação do projeto Estevão foi eleito presidente da associação dos assentados e, por isto, muitas das reuniões aconteciam na sua propriedade onde Toríbio trabalhava como caseiro e sua esposa como cozinheira. O trabalho no campo o impossibilitava de participar destas reuniões e estabelecer contato direto com os dirigentes da empresa:

“E quando eu vi aquilo ali, a oportunidade de ganhar um pedaço de terra ... eu não queria muito não, eu queria 15 hectares, não queria muita coisa não. Aí surgiu a oportunidade de ir para a Bahia, no Prodecercer da Bahia, com o meu irmão mais novo. O moleque de 19 anos tinha casado com uma menina de 15 anos, só gostava de rodeio, nessa vida de orgia e de festa só. Aí o meu irmão mais velho falou “rapaz, se eu fosse você eu não ia, isso aí não tem responsabilidade, vocês vai os dois pra lá e você vai se lascar lá”. Meu irmão mais velho me deu esse conselho e eu não fui”.

Toríbio Chanuca, agricultor empresarial,
natural de Monte Carmelo – MG

Toríbio continuou trabalhando na fazenda do irmão e, um ano e meio depois, em certa ocasião após uma das reuniões da associação dos assentados, aconteceu o esperado encontro. Estevão apresentou o irmão aos diretores da CAMPO, oportunidade na qual Toríbio pode manifestar seu interesse em ter acesso a um “lote de terras ali por perto”, aproveitando para realçar seu conhecimento na lida com a terra. Foi então que um dos representantes da CAMPO ofereceu a oportunidade de “ganhar” terras no projeto que seria implantado no Mato Grosso, o PRODECER II: “aí quando foi pra vir pra cá eu tinha dificuldade e o meu irmão mais velho disse “*pode ir que eu te ajudo*”. Te banco financeiramente. Aí ele me bancou” conta Toríbio.

Um aspecto interessante neste processo é a atuação de uma rede de parentesco que informa e, em certa medida, dá acesso a terras aos familiares daqueles que já foram beneficiados por algum programa governamental. Independente do tipo de projeto de colonização há uma recorrência de fatos como este e, do meu ponto de vista, está relacionado à existência de uma rede social na migração.

Em linhas gerais, a complexidade das redes migratórias se expressa na maneira como os distintos grupos sociais se organizam para manter contatos recorrentes entre si, entre os migrantes e não migrantes ou, em outras palavras, entre território de origem e território de adoção. Estes contatos se dão por meio de laços familiares, culturais ou afetivos que definem e dão significado à complexa rede que seleciona, filtra, interpreta e articula as informações que serão objeto de troca entre origem-destino. É neste sentido que Massey (1988) define redes migratórias como sendo “migrant networks are sets of interpersonal ties that link migrants, former migrants, and nonmigrants in origin and

destination areas through the bonds of kinship, friendship and shared community origin”¹¹³ (Massey, 1988:396)

Neste caso, o desempenho da rede de informações foi tão significativo que além de Toríbio, um de seus primos também viajou para o Mato Grosso a fim de conhecerem a área destinada ao PRODECER II:

“Eu vim para ver se dava certo alguma coisa. Eu já tinha feito inscrição e tal. E aí o pessoal disse: vai lá, se você gostar de lá nós te arrumamos um lote. Aí eu vim. E para não deixar nós dois perto, eu e meu primo, meu primo foi para lá [Projeto Ana Terra] e eu fiquei aqui [Projeto Piúva]”.

Toríbio Chanuca, agricultor empresarial,
natural de Monte Carmelo – MG

Os dois projetos citados fazem parte da área selecionada no Mato Grosso para implantação do PRODECER II. De acordo com Pires (1996), as negociações em torno do PRODECER II “ampliaram-se até maio de 1984 quando o presidente Figueiredo visitou o Japão e, juntamente com o primeiro ministro japonês Nakazone, assinou uma declaração tornando pública a intenção dos dois governos na expansão do programa” (Pires, 1996:82). O piloto da segunda etapa do programa foi dividido em duas partes, sendo dois projetos implantados no norte do Mato Grosso e dois no oeste da Bahia. Com aporte da ordem de 350 milhões de dólares (50% de origem japonesa e 50% brasileira) esta segunda fase do programa assentou 86 famílias numa área de 31.432 hectares na Bahia e 79 famílias em 35.317 hectares no Mato Grosso (ver tabela 24).

O PC-Piúva foi financiado pelo Banco do Estado do Mato Grosso (BEMAT) e pelo Banco do Brasil, enquanto no PC-Ana Terra os agentes financeiros foram o Banco do Brasil e Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC)¹¹⁴.

Questionado sobre o envolvimento do Incra e as condições deste processo, Toríbio prontamente responde:

“Não, no Prodecer o Incra não tinha envolvimento nenhum. A área foi comprada pela Cooperlucas... é... avalizada, sabendo que saía o financiamento a área foi comprada pela Cooperlucas, financiada pelo Bemat e repassada para os colonos. (...)Inclusive, as nossas áreas vieram com escritura. Nossas áreas todas foi feito escritura. (...)É o que eu te falei, é uma coisa elitizada, sem querer assim me gabar, sem querer levantar mérito no nosso projeto. Mas foi elitizado pela forma como ele foi assentado, tinha algumas exigências a serem cumpridas. Inclusive tinha umas proibições meio pesadas que na época prejudicou ... eu mesmo reclamo muito disso. Eu era muito respeitador, tudo o que falava pra mim eu tinha que fazer tudo certinho. Nós éramos obrigados a viver da agricultura. Nós tínhamos que morar no lote e era obrigado a viver da agricultura, se sustentar dali. Só que

¹¹³ Tradução proposta por Truzzi (2008): “complexos de laços interpessoais que ligam migrantes, migrantes anteriores e não-migrantes nas áreas de origem e de destino, por meio de vínculos de parentesco, amizade e conterraneidade” (Truzzi, 2008:203).

¹¹⁴ De acordo com Pires (1996) “a extinção do BNCC trouxe sérias dificuldades aos projetos de colonização do PRODECER em que aparecia como agente financeiro. O seu processo de liquidação iniciou-se no final dos anos oitenta e só terminou em 17.05.94. Este banco com a ampliação do PRODECER havia se tornado no principal acionista da BRASAGRO (com 35,17% das ações comprando parte das ações do BDMG que, até então, era o principal acionista. Com o processo de liquidação do BNCC, a entidade privada Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), em 1990, ofereceu-se para suceder este Banco no capital acionário daquela holding. A partir de 1992, a presidência da OCB assumiu também a presidência da BRASAGRO, embora a maioria do capital acionário estivesse nas mãos da União” (TCU, 1994:05 apud Pires, 1996:86).

nós tínhamos maquinário pra isso, tinha tudo. Só que eu não podia ter na cidade... é... não podia montar um barzinho na cidade”.

Toríbio Chanuca, agricultor empresarial,
natural de Monte Carmelo – MG

Importante aqui reter dois aspectos do discurso de Toríbio: (1) a referência a um assentamento “elitizado” e (2) a obrigatoriedade de trabalhar apenas na agricultura não podendo investir em comércio.

O primeiro aspecto do discurso de Toríbio refere-se ao processo elitizado o qual as famílias do Prodecer foram assentadas. Em 1986 a cooperativa foi responsável pela seleção de migrantes das mais diversas origens, prevalecendo os de origem sulista que, além de terras, receberam apoio logístico e financeiro do Projeto de Colonização Piúva (PC-Piúva) conforme visto anteriormente. Como requisitos básicos os “assentados da cooperativa” tinham que ter experiência na agricultura e possuir uma parcela de recursos próprios. Diferentemente dos “posseiros” e “parceiros”, os “assentados da cooperativa” receberam financiamento, apoio logístico e de infra-estrutura da COOPERLUCAS caracterizando uma “reforma agrária elitizada”:

“(...) quando nós viemos pra cá em 1986 eu vim com um projeto de colonização PC-Piúva (...) do Prodecer mas vamos dizer assim era uma reforma agrária, não querendo se menosprezar, mas uma reforma agrária elitizada porque nós viemos com maquinário, viemos com casa, com barracão e tudo. Quando nós entramos ali nós éramos quarenta companheiros”.

Toríbio Chanuca, natural de Monte Carmelo/MG,
empresário agrícola

Devido sua condição material de existência, este grupo assume um perfil empresarial. Esta “elitização” estava associada ao modelo fundado no padrão produtivista da agricultura modernizada cujo personagem principal era o agricultor empresarial. As unidades produtivas do agricultor empresarial modernizado assumem um caráter de empresa cuja gestão é de responsabilidade dos familiares. Vale aqui destacar que, este ator social, não se reconhece como assentado e, tampouco, como empresário rural, mas como empreendedor (tal como os posseiros) chamando para si a tarefa de viabilizar o crescimento e o desenvolvimento do município baseado, sobretudo, nos valores do cooperativismo.

O que se observa neste caso é um processo pelo qual diferentes atores (Incrá, governo brasileiro, governo japonês, COOPERLUCAS, assentados da cooperativa, posseiros, parceiros) em diferentes escalas (local, nacional e global) se apropriaram do território utilizando cada qual um saber-fazer técnico e científico diferenciado relacionado com a sua posição e conseqüente dotação de poder neste processo. Isto porque é possível evidenciar uma articulação “global” numa instância “local” capaz de dotar de recursos e condições produtivas um determinado grupo constituindo-o, desde a sua origem, com um poder diferencial devido suas reais condições de existência. Não é por outro motivo que o entrevistado utiliza a categoria “elite” para se referir a si mesmo e ao seu grupo.

Moreira (2007) coloca em pauta os novos significados da territorialização do capital na Amazônia como “institucionalização do conhecimento científico e técnico” associado aos interesses hegemônicos do capitalismo contemporâneo cujo “complexo exercício da hegemonia e de suas legitimações discursivas” (Moreira, 2007:80) estão

materializados em programas setoriais do governo militar tais como o PRODECER e POLOCENTRO. É inequívoco o fato de que a estratégia proposta no interior dos projetos de colonização na Amazônia Legal selecionou grupos migrantes que, de alguma maneira, estivessem alinhados com os propósitos da expansão capitalista na fronteira com o objetivo de estruturar e abrir a economia e território aos interesses dos grandes grupos nacionais e internacionais (Oliveira, 1991:94). Não é por acaso que a economia dos municípios fundados por projetos de colonização ao longo da BR 163 tenham especializado a sua produção no cultivo da soja e do milho voltada para a exportação.

Retomando a análise do discurso de Toríbio, um dos aspectos centrais que envolvem as famílias assentadas pelo PRODECER era a obrigatoriedade de trabalhar apenas na agricultura algo que o entrevistado destaca como fator negativo. Isto porque a cidade começava a crescer o fluxo migrante era intenso e as oportunidades de negócio também. É muito comum, quase que natural, que o agricultor de Lucas do Rio Verde tenha na cidade como extensão do seu negócio um estabelecimento comercial.

Em tal contexto, observa-se que o capital engendrou mudanças de grande envergadura tanto no âmbito do padrão de ocupação, quanto no âmbito da produção e de desenvolvimento da região Centro-Oeste e, em particular, no Mato Grosso. A abertura da rodovia BR 163 foi um elemento de suma importância para a promoção da integração daquele espaço fronteiriço à base capitalista de produção onde o padrão de desenvolvimento está calcado na monocultura intensiva em capital com vistas a atender uma demanda global.

2.3.4. Um novo migrante na cidade: “maranhenses” e “nordestinos” na nova configuração do cerrado

Era um dia desses em era possível *fritar ovo no asfalto*¹¹⁵ quando sentei-me em uma das cadeiras da varanda da casa de Ana Joaquina, localizada no bairro Tessele Júnior, mais conhecido localmente como Vila da Sadia. Seu filho mais novo, um menino de três anos, bochechas salientes, pernas grossas, de pele morena e cabelos pretos me fez lembrar o semblante de um indiozinho personagem de um desenho infantil. Vestindo uma cuequinha e uma camiseta de mangas cavadas azul ele pedia insistentemente para tomar um banho de mangueira. Também pudera, o calor estava realmente intenso naquele dia. Ana Joaquina contou que na terra dela, “o Recife”, faz também muito calor, mas não como o calor do Mato Grosso. Eis aqui uma das dificuldades que o migrante que se fixa nas franjas do cerrado matogrossense enfrenta: aprender a conviver com as altas temperaturas e baixa umidade relativa do ar.

Logo em seguida sua filha mais velha, Manuela, trouxe-me um copo d'água e juntou-se a nós na varanda. A conversa inicial se desenrolou como um bate-papo onde o assunto central eram as variações climáticas e suas conseqüências: o calor, a utilização (ou não) de protetor solar, problemas respiratórios, a dificuldade de dormir a noite por conta do calor, a última vez que tinha chovido em Lucas, etc. É interessante como as pessoas quando se encontram ou cruzam pela primeira vez, ou corriqueiramente, automaticamente recorrem à temática clima para iniciar uma conversa: está quente hoje não é verdade? Será que vai chover? Etc.

Passado os momentos iniciais da nossa primeira interação, retomei o assunto com o qual havia abordado inicialmente Ana Joaquina explicando brevemente os

¹¹⁵ Expressão utilizada costumeiramente no Mato Grosso para se referir a um dia de intenso calor. Em novembro daquele ano (2008) o termômetro localizado no entroncamento das avenidas Mato Grosso e Rio Grande do Sul chegou a registrar 45 graus.

objetivos da minha pesquisa para então questioná-la sobre a possibilidade dela me conceder uma entrevista, o que prontamente foi aceito. Ajeitei-me na cadeira, saquei meu caderno de campo da bolsa, juntamente com uma caneta e neste momento perguntei se poderia gravar nossa conversa, recebendo uma resposta afirmativa. Estrategicamente sempre colocava o gravador em uma posição que meu interlocutor não tivesse muita visibilidade do aparelho, pois percebia que quando no meio de uma fala o entrevistado notava o gravador, mesmo tendo autorizado, ocorria imediatamente uma pausa na fala ou menção ao gravador. Isto aconteceu em vários momentos durante a pesquisa de campo, por isto assumi a postura de tirar o protagonismo do gravador durante as entrevistas e transformá-lo em sujeito “oculto”. Isto teve seus pontos positivos e negativos. Um dos positivos foi a maior liberdade com que os entrevistados acionavam suas memórias sem se preocupar com a sensação de “estar gravando”. E o ponto negativo foi que muitas vezes não percebia a necessidade de virar a fita e perdia alguns minutos de conversa. Outro fator interessante, é que por não notarem sistematicamente a presença do gravador a entrevista se transformava, na maioria das vezes, numa conversa onde os outros membros da família participavam da conversa. O resultado deste processo foi a capacidade potencializada de obter dados e informações e a dificuldade depois em transcrever as entrevistas. Explicitado o contexto no qual realizei tal entrevista, vamos à trajetória familiar de Ana Joaquina.

Nascida no Rio de Janeiro, aos três anos retornou com mãe para o Recife e nunca mais voltou à sua cidade natal. Considera-se pernambucana, pois segundo ela, “todas as minhas origens estão lá”. Percebe-se, então, que na migração o território de origem não está vinculado ao local de nascimento, mas sim ao local de morada. Sua família sempre morou na capital e não se recorda de parentes que tenham vínculo com a agricultura. “Talvez algum parente mais distante, um primo, talvez”, mas não se recordava. Ana Joaquina trabalhava numa loja do comércio de Recife e seu marido, Inácio, era vigilante dos correios. Depois que teve o filho mais novo, resolveu sair da empresa e logo depois seu marido foi demitido. Com o dinheiro que ganharam da indenização compraram uma casa, porém depois de mais de um ano desempregados, marido e esposa, optaram por alugar sua casa e ir morar mais próximo da casa da sua mãe. Com renda obtida com o aluguel eles conseguiam pagar o aluguel de uma casa menor e “ainda sobrava um pouco para ajudar nas despesas do dia-a-dia”. Era muito difícil estar desempregada, sem renda, sair para procurar emprego, ficar o dia inteiro fora e não ter com quem deixar seu filho. Assim, sua mãe poderia ajudá-la.

Ana Joaquina e Inácio faziam “bicos” dos mais diversos para garantir o sustento familiar, mas a cada mês “as coisas iam ficando mais apertadas”. Inácio contou que já estava pensando em ir para São Paulo em busca de trabalho quando “apareceu um amigo meu com o cartaz da Sadia”. Uma empresa de Recursos Humanos contratada pela Sadia fazia a seleção e entrevistas através do Sistema Nacional de Empregos de Pernambuco (SINE/PE). Foram quase dois meses no processo de seleção. A empresa oferecia um salário inicial de R\$ 580,00 e a promessa de reajustá-lo depois de dois meses da contratação. Além disto, ofereciam casa recém construída cujo aluguel mensal era R\$ 200,00 (duzentos reais), assistência médica e transporte. Estas condições, segundo Inácio e Ana Joaquina, eram “bem melhores” que o da região onde moravam, por isto, optaram por vir para o Mato Grosso.

A empresa organizou a saída dos migrantes contratados em Pernambuco em dois grupos: os casados e os solteiros. A primeira “leva” de trabalhadores oriundos do Pernambuco a chegar em Lucas foi de solteiros. Ana Joaquina e Inácio foram contratado ainda no Recife onde receberam os primeiros quatro meses de salários, mesmo sem estar trabalhando. Somente depois disto que a empresa comunicou que eles deveriam

arrumar as malas e os pertences que iriam trazer. Cada família podia levar além dos pertences pessoais, uma pequena mudança com móveis, eletrodomésticos, louças, etc. Só não era permitido carros e motos. A empresa se responsabilizou pelo transporte da família e da sua mudança. No ônibus que vieram de Recife todos os chefes de família haviam sido contratados pela Sadia.

A expectativa com a viagem, com as saudades que iriam sentir de Recife, com o que iriam encontrar no Mato Grosso permeava a conversa de todas aquelas famílias que, na origem não tinham nenhum vínculo, mas que no movimento, construíram laços de solidariedade, amizade e ajuda mútua.

Primeiramente, na maioria vieram os solteiros e depois os casais. Vieram pessoas de vários locais, de Pernambuco, Piauí, Recife, Maranhão, e agora estão formando uma grande família.

Ana Joaquina Mota, trabalhadora assalariada,
natural de Recife/PE

Betty Rocha diz: O que te marcou mais durante a viagem

Manuela Mota diz: duas coisas. As lembranças de RECIFE eram constantes, e tbm as pessoas ali, pq quando conversamos com eles viamos quantos sonhos, parecidos com o nosso de crescer na vida sabe. & eram pessoas que hoje apos quase 2 anos. conseguiram vencer muito na vida¹¹⁶

Manuela Mota, estudante, natural de Recife/PE

Este sentimento de pertencimento ao mesmo território de origem, o Nordeste, mesmo que a origem social seja distinta, fortalece laços de amizades que se expandem na categoria analítica “família”. A família é tomada aqui não apenas para se referir ao lar, ao núcleo familiar baseado nas relações consanguíneas, mas a “família” enquanto unidade formada na/da experiência migratória. A noção de família é usualmente empregada pelos cientistas para se referir a unidade doméstica na qual são definidas as estratégias de reprodução social. No caso aqui empregado, a noção de família assume um conteúdo simbólico construído no/do movimento, pela experiência compartilhada da migração.

Para Marcela dois fatores foram significativos durante a viagem. Primeiramente, o vínculo que se construiu entre as pessoas a ponto de “até hoje” todos se sentirem parte de uma única família pois compartilhavam os mesmos sonhos de “crescer na vida”. E, em segundo lugar, as “lembranças de Recife”. A saudade e as lembranças eram ainda mais significativas para Marcela, pois no auge da sua adolescência sair do lugar, emigrar de um Estado para outro, deixa marcas para toda uma existência.

Preciso aqui fazer um parêntese para dizer que em vários momentos de nossas longas conversas virtuais, pude me “ver” naquela menina. Para uma adolescente o processo de adaptação guarda especificidades devido as distintas esferas de sociabilidade a que estará sujeita. A escola é a primeira delas. Chegar numa cidade

¹¹⁶ Com Manuela Mota, filha de Ana Joaquina (Inácio é seu padrasto), criei um vínculo de amizade através de uma rede de relacionamentos (orkut). No período em que estive em Paris, por conta do doutorado sanduíche, nossa relação de amizade foi se estreitando a ponto de iniciarmos contato mais freqüente pelo *Messenger (msn)*, um programa que permite conversas virtuais em tempo real. Por conta da apresentação de minha pesquisa no *Centre de Recherche sur le Brésil Contemporaine (CRBC)* necessitei de informações complementares e Marcela concedeu-me entrevista virtualmente. Portanto, opto aqui em todas as vezes que acionar estes dados empíricos manter a sua escrita original com todos os vícios da linguagem virtual e, apenas, modificar o nome da minha interlocutora para manter o sigilo acordado com todos os entrevistados.

desconhecida no final do ano letivo exige não só a adaptação com os novos colegas e a construção de novos laços de amizade, como também, existe uma ordem prática, concreta, que é lidar com as diferenças do nível de aprendizado. Isto para citar apenas um exemplo.

Esta familiaridade com a experiência migrante de Manuela fez-me lembrar de uma reflexão de Gilberto Velho sobre a observação participante: “o que sempre vemos e encontramos pode ser familiar, mas não é necessariamente conhecido e o que não vemos e encontramos pode ser exótico, mas, até certo ponto, conhecido. No entanto estamos sempre pressupondo familiaridades e exotismos como fontes de conhecimento ou desconhecimento, respectivamente” (Velho, 1978:5). Eis aqui o ponto nevrálgico da observação participante. Na vivência e convivência com o outro pode-se incorrer na armadilha de tomar como familiar algo completamente exótico à lógica das nossas relações. Em princípio, por não estarmos nos referindo a um mesmo tempo (na acepção mais geral do termo) e, por outro lado, o lugar de onde se fala não é o mesmo. Assim, em vários momentos da pesquisa me vi diante de situações como esta, buscar relativizar algo que, aparentemente, me parecia tão familiar.

Retomando a narrativa. Quando chegaram em Lucas foram recepcionados por um funcionário da Sadia levando-os em seguida para a Vila onde cada família pode conhecer sua nova morada. Ana Joaquina disse que a casa, apesar de ter os cômodos pequenos, é melhor do que a casa que tinha em Recife ressaltando que era a primeira vez que morava numa casa “novinha”. Em seguida convidou-me para conhecer sua casa por dentro.

A importância da “casa” na migração, mais que um espaço físico e de centralidade das relações entre membros de uma família, se manifesta de diversas maneiras. Machado (2009) destaca que alguns migram para exclusivamente para comprar uma casa, outros para juntar dinheiro e no retorno para o território de origem ter condições de comprar uma casa, etc. A casa representa não só o espaço de sociabilidade familiar, mas também a sua independência. Em muitos casos, o sucesso do movimento migratório é representado pela possibilidade de “ter um teto próprio”, demonstrando assim a importância simbólica que a casa assume no contexto migratório.

No caso dos migrantes que se instalaram na Vila da Sadia, apesar de terem que pagar um valor mensal para a fábrica à título de aluguel, no contrato de trabalho que cada família assinou com a empresa existe uma cláusula sobre a transferência do título de propriedade do imóvel para o morador depois de um determinado tempo de moradia. Além da representação que a casa assume no contexto migratório, há neste caso um outro elemento, o “novo”. Isto porque são casas recém construídas num bairro recém criado numa área urbana da cidade recém expandida. Ou seja, o simbolismo que o novo assume neste contexto não se dá somente pelo próprio ato de migrar – as novas condições de existência, o novo trabalho, a nova cidade, as novas relações sociais, etc. o novo aqui também manifesta um sinal de materialidade expresso na casa. Daí a importância em mostrar-me detalhadamente cada cômodo da sua casa.

Voltando à varanda, Inácio contou que tinha começado a trabalhar na fábrica fazia uma semana e Ana Joaquina ainda estava em casa. Segundo ela, as mulheres que tinham criança pequena só começariam a trabalhar depois que a fábrica tivesse uma creche onde as funcionárias pudessem deixar seus filhos, e como ainda tinha outro grupo de casais para chegar na sua opinião a empresa estava aguardando para saber o número de crianças.

Um dos aspectos relevantes dos dados empíricos era a referência constante sobre as “brigas” ocorridas no interior da vila:

Inácio: (...) É assim: esta cidade aqui não é nossa. É como se você tem a sua casa e você tem as suas normas, tem o jeito de estar na sua casa, de repente o seu esposo vai e convida a família da parte dele pra vir na sua casa. Aí você fica naquela percepção: será que ele vai deixar o banheiro limpo? Será que ele vai bater os pés para entrar na minha casa? Então tudo isto é o que eles estão vivendo agora. Porque a casa, a cidade na verdade são deles (apontando na direção do núcleo urbano da cidade), não é nossa. Entendeu. Então a gente veio para participar para estar aqui com uma cultura diferente mas que a gente tem que se adaptar na cultura local. Eu entendo assim. Eu percebo que tem que ser desta maneira. Mas infelizmente uns, uns companheiros nossos que vieram do Nordeste e assim especificando mais não propriamente o pernambucano, porque o pernambucano está tendo assim um conceito um pouquinho a mais do que o maranhense e o piauiense. O maranhense e o piauiense é o que está causando mais este transtorno.

Inácio Mota, trabalhador assalariado, natural de Recife/PE

A fala de Inácio revela uma clara divisão entre um grupo estabelecido desde o início da colonização e, portanto, “donos da cidade”, e outro grupo de habitantes recém chegados que deveriam se “adaptar na cultura local”. Grosso modo, o que os diferencia é o tempo de residência e a origem étnica dos dois grupos: sulistas e nordestinos. É evidente aqui a proximidade empírica e, por sua vez, teórica com a configuração estabelecidos-outsiders¹¹⁷ proposta por Elias e Scotson (2000).

Para evidenciar a relação de interdependência entre os indivíduos de grupos sociais distintos Elias e Scotson (2000) recorrem a noção de configuração, a qual refere-se a uma modalidade específica de dependência recíproca entre do conjunto de indivíduos que se manifesta em diversos espaços como na escola, na cidade, no bairro, na família, etc. Nas palavras dos autores o “ponto de partida de qualquer análise sociológica é uma pluralidade de indivíduos, os quais, de um modo ou de outro, são interdependentes” (Elias e Scotson, 2000:184). Isto implica reconhecer que as “configurações que os indivíduos formam entre si exercem algum poder sobre estes indivíduos e restringem sua liberdade” (Elias e Scotson, 2000:185) demonstrando que o diferencial de poder entre grupos distintos dentro de uma configuração é uma característica estrutural e inerente às relações humanas.

Cabe assinalar, a separação simbólica entre estes dois grupos expressa na divisão velada entre a cidade e a vila. A vila aparece como uma exterioridade da cidade; ela faz parte do todo, mas não o contém, devido uma separação simbólica manifestada nas duas vias do processo: (1) a cidade separa-se da vila estigmatizando seus moradores como desordeiros e (2) a vila separa-se da cidade através de um sentimento de inferioridade social. A incorporação simbólica da vila pela cidade será possível, no entender de Inácio, a partir do momento que pernambucanos, maranhenses e piauienses internalizarem as “normas” a que estão submetidos naquele contexto. As tensões e conflitos aparentemente esvaziados no discurso aparecem, gradativamente, à medida que as experiências do/no território vão sendo contadas.

Os transtornos estão relacionados, de acordo com Inácio, com brigas e roubo de bicicleta ocorrido na vila; reclamações do “pessoal da cidade” de que os novos moradores estavam jogando embalagens diversas no chão “sujando a cidade” e as “farras” que o “pessoal do Nordeste” fazia na cidade depois de “beber muito”. Existe

¹¹⁷ No capítulo 3 alguns aspectos desta configuração estabelecidos-outsiders no contexto local serão analisados.

uma diferenciação interna dentro da própria configuração outsiders cujo conteúdo é digno de atenção:

Infelizmente muitos dos colegas que vieram trouxeram maus hábitos do local onde moram, inclusive a grande rivalidade entre as pessoas do Piauí e do Maranhão, principalmente os solteiros entendeu, onde muitos vieram apenas como aventureiros. (...) Eles vieram como numa aventura, não vieram realmente pra sabe...com um objetivo, com uma finalidade. Não, poxa, eu tô aqui sem emprego, tô aqui sem nada eu vou pra um local onde eles estão me oferecendo emprego, aonde eu vou sabe, eu vou ter uma dignidade, com a promessa de crescer, entendeu, profissionalmente e viver bem. Mas ele não tem esta mentalidade, ele vem para aqui para uma aventura aí chega aqui e não é nada daquilo que era queria (ênfase) que fosse. E o pessoal do Nordeste é assim, tem as suas farras. É um pessoal de muito festejo, é um pessoal que bebe muito, é um pessoal que está acostumado a tá sempre na orla, na praia, entendeu, curtindo. E aqui não tem isto.

Inácio Mota, trabalhador assalariado, natural de Recife/PE

A constatação de que pessoas do mesmo grupo social que o seu trouxe da origem hábitos que naquele território deveriam ser suprimidos demonstra a clareza que o migrante tem da interpenetração cultural na esfera doméstica e na esfera do trabalho que, naquela circunstância, seria determinante para a classificação que o “pessoal da cidade” (os estabelecidos”) faria dele. Assim, Inácio elabora uma classificação interna para diferenciá-lo dos “desordeiros”: os aventureiros. No sentido aqui atribuído os aventureiros são aqueles migrantes que não vieram com o propósito de “trabalhar”, “crescer” e “ter uma dignidade”. Pelo contrário, são pessoas que vieram no rastro dos acasos da sorte e que buscam viver intensamente esta “aventura” mantendo os hábitos da origem como beber, fazer festas e curtir. Para Inácio seus “colegas” não haviam entendido que ali, naquela fronteira, “não tem isto”. Ali é um lugar de trabalho. Com efeito, a categoria trabalho aparece no discurso com um significado mais específico do que o usual, designando meios de subsistência. É através do trabalho que o migrante percebe possibilidade de crescimento profissional, de viver bem e assim garantir a sua dignidade. E, para tanto, do seu modo de pensar, eles, os migrantes nordestinos que tinham chegado recentemente, deveriam se sujeitar ao modo de vida local, se adaptando à cultura e ao ritmo da cidade. Isto denota uma percepção de relação de poder onde o migrante nordestino deve internalizar a sua condição subalterna neste processo.

No exame desta questão, existe também uma diferenciação entre solteiros e casados. Os solteiros vieram com a intenção de voltar e, desta maneira, não se comprometem no exercício de preservar a cidade. A provisoriedade deste migrante se manifesta na construção de uma estratégia pessoal ou, por vezes, familiar, onde o trabalhador(a) solteiro(a), geralmente jovem, migra com a intenção de “juntar dinheiro” ou enviar dinheiro para o território de origem. No caso de Lucas, o que se constata é que os salários pagos pela empresa é relativamente mais alto do que aqueles pagos aos trabalhadores que moram nos Estados do Nordeste. Esta é uma informação baseada em dados empíricos, pois grande parte dos que migraram, o fizeram em virtude do atraente salário que iriam receber. Em tempo, Ana Joaquina explicou que ao assinar o contrato o salário base mínimo era de R\$ 580,00, mas que naquele momento, quatro meses depois, o salário era de R\$ 623,00. Dificilmente os solteiros conseguiam enviar recursos para a família de origem. Esta constatação obtive ao entrevistar quatro jovens trabalhadores sendo dois do Maranhão, um do Piauí e outro de Pernambuco.

Os jovens dividiam a mesma casa na vila e encontrei-os algumas vezes em uma lanchonete onde tomavam rotineira e animadamente uma cerveja. Até que um dia interpelei-os com intuito de fazer uma entrevista. Eles manifestaram descontentamento e até um certo arrependimento em relação ao contrato de trabalho firmado com a Sadia. Isto porque devido o alto custo de vida na cidade não conseguiam “mandar dinheiro” para a família no Nordeste o que colocava em xeque o objetivo precípua do seu movimento migratório e daí o seu arrependimento.

No entanto, na opinião da família Mota isto decorre da maneira com que casados e solteiros encaram a migração. Para eles os solteiros vieram com a intenção de voltar e tentam reproduzir em Lucas as mesmas práticas que tinham na origem e por isto não conseguem “juntar dinheiro”. Eles se referem ao fato de manterem o “costume de beber muito”, de gastar dinheiro nos “festejos”, etc., e, por isto, não conseguem juntar dinheiro. Assim “ganhar 623 por mês desconta aluguel, convenio médico, transporte, as festas (ênfase) o que sobra é pouco não dá para mandar dinheiro para fora. Pro pessoal solteiro é mais difícil” destaca Ana Joaquina.

Por outro lado, os casados vieram para “trabalhar” e “crescer”. Para isto a estratégia de vida destas famílias geralmente é manter certas restrições orçamentárias no que se refere a lazer e hábitos alimentares para que possam efetivamente “juntar um dinheirinho” e “melhorar de vida”:

E vocês vieram com o propósito de ficar aqui?

Inácio: Com certeza.

Ana: A gente veio com a intenção de morar e tudo.

Inácio: O propósito meu é ainda, eu vou um pouco mais além. Eu estou tentando convencer alguns dos meus familiares, entendeu, a virem para cá.

Por quê?

Porque aqui eles vão ter a oportunidade que lá eles não tem. Assim, é uma mente retrógrada. Eu já fui para São Paulo, já vim, e me arrependi muito de ter vindo (referindo-se a São Paulo). E ela (esposa) nunca tinha saído de lá (Pernambuco). Ela sempre dizia que *eu enterrei meu umbigo aqui, eu vou ficar aqui, eu não saio daqui* (esposa começa a rir). E agora está gostando. Eu deixei que ela decidisse. Eu vinha (com ênfase). Independente se ela viesse ou não eu viria. Mas eu disse *eu vou mostrar procê que vai ser bem melhor que aqui. Tá certo que você gosta da sua cidade, você gosta do seu Pernambuco, tá certo*. Eu não gosto (com ênfase). Eu percebo que lá não tem oportunidade de viver.

Ana Joaquina. Você tira aqui por escola. Você imagina a escola mais cara do Recife, você pagar pela escola mais cara que tem lá e não tem a estrutura que tem a Dom Bosco aqui. (...) Lá em Recife tem escola paga que não tem computador. E onde é que eu vou encontrar em Recife uma escola que tenha piscina para o meu filho, que tenha quadra poliesportiva, que tenha a estrutura que aqui tem. Quer dizer, esta Dom Bosco aí parece uma escola particular e é municipal (...).

“Eu concordo” disse Maria Oliveira, vizinha de Ana Joaquina que chegou enquanto Ana Joaquina falava. Maria também funcionária da Sadia e natural de Recife,

tinha vindo com a sua família no mesmo ônibus que vieram os Mota. Não se conheciam na origem, “fizeram amizade” no ônibus e desde então “a gente é tudo uma família”.

Do diálogo acima é possível retirar uma série de elementos a serem analisados. A intenção de se estabelecer em Lucas aparece na fala de Ana Joaquina vinculada a idéia de morada, ou seja, a migração não apenas para trabalho, como é o caso dos solteiros, mas com a intenção de se estabelecer, de estabelecer vínculos com o lugar e daí a “casa” aparece novamente como um elementos importante para o migrante, principalmente para aquele que passa pela primeira vez pela experiência de sair do lugar de origem. Isto fica claro no discurso de Inácio quando faz menção ao fato de que a esposa poderá continuar “gostando” da sua cidade e Estado de origem, mas que ali, em Lucas do Rio Verde, teriam melhores condições de existência, melhores oportunidades. E do seu ponto de vista, Inácio tinha autoridade para falar sobre o assunto por já ter vivido a experiência de emigrar quando foi para São Paulo que não tinha lhe deixado boas lembranças. Ao contrário, Lucas é percebida pelo migrante como um lugar de oportunidade e de perspectiva de futuro. “Convencer” outros familiares a migrar passa a ser uma estratégia familiar no intuito de compartilhar com entes queridos a vivência daquela nova condição social.

Estas “oportunidades” manifestam algum grau de concretude quando Ana Joaquina utiliza o exemplo da escola para justificá-las. A estrutura física da escola municipal é contrastada com a estrutura das escolas particulares da origem. O público e o privado são aqui contrastados a partir da sua infra-estrutura: o público tido como o arcaico e velho; e o privado como o moderno e novo. Na comparação do território de origem com o território de adoção invertem-se os critérios: o privado é arcaico, as escolas particulares de Recife não possuem computadores e suas estruturas físicas já não revelam o novo e moderno; em contrapartida o público (a escola municipal de Lucas do Rio Verde) representa tudo que há de mais novo e moderno, possibilitando ao seu filho acesso a determinados benefícios que, do seu ponto de vista, nem a melhor escola privada de Recife iria possibilitar. Esta análise demonstra o quanto a estrutura física expressa no concreto (literalmente) das instituições age no imaginário das pessoas de maneira que o “moderno” automaticamente se alia ao “melhor”, muito embora esta relação não seja uma constante. A comprovação disto é a ausência de referência à qualidade do ensino na fala de Ana Joaquina.

Questionada sobre o que tinha mudado em sua vida depois da chegada em Lucas, Ana Joaquina recuperou alguns elementos que já havia dito anteriormente para realçar as “oportunidades”, porém, fez menção a algo: à oportunidade de voltar a estudar. Segundo ela, “pela primeira vez na vida” conseguia trabalhar num lugar onde tinha “horário para entrar e sair” o que daria oportunidade no próximo ano de “voltar a estudar”. A ênfase na “oportunidade de estudar” não se esgota no ato em si de estudar, mas em tudo aquilo que “ter estudo” significa para um profissional em ter oportunidades as quais devido a sua pouca (ou vezes nenhuma) formação são limitadas. Estudar significa naquele contexto mais do que um ganho de ordem pessoal, mas uma “oportunidade” de “crescer na vida”. A referência a expectativa de “crescer na vida” aparece constantemente nos discursos dos entrevistados, independente da sua origem étnica e social.

Uma passagem ilustrativa destas referências aconteceu quando em determinado momento, Maria, a vizinha da família Mota que tinha se unido a nós na conversa, contou que sentia muitas saudades de Recife, da família e da comida, principalmente, da farinha. Mas que ali, “pela primeira vez” via “oportunidade de crescer”. Esta fala toma

um significado ainda maior quando comparada com a percepção de Manuela quase dois anos depois do nosso primeiro encontro¹¹⁸:

Como assim "crescer na vida"? Me explique melhor isto.

Manuela Mota diz: Apesar de todos estarem indo pra um lugar que não conheciam de verdade, não sabiam se quer como seria tudo, todos tinha um desejo de melhorar as suas condições, de da um futuro melhor aos filhos & a si mesmo. viam LUCAS como um futuro promissor

Betty Rocha diz: E conseguiram isto?

Manuela Mota diz: siiim, a maioria conseguiu, outros desistiram no meio do caminho. infelizmente. Mas a minha familia deu mto certo, compramos duas casas. Um carro, uma moto e meu padastro tbm esta trabalhando em dois empregos minha mãe tbm

Betty Rocha diz: Porque alguns desistiram? Quer dizer: na tua visão, porque alguns desistiram?

Manuela Mota diz: No começo era dificil adaptação, a convivencia sem a familia muitos os fatores. Mas faltou dedicação, (...) algumas pessoas não viam ali como uma oportunidade, & sim como uma pequena sombra onde, eles só passariam um tempo & assim que as coisas dessem um pouco certo pulariam fora. & foi assim, acho que uns 80% das pessoas que moravam naquela vila foram embora voltaram pra suas cidades de origens

“Dar certo” e oferecer um “futuro melhor aos filhos e a si mesmo” é o que dá significado a este movimento migratório. Alcançar estes objetivos requer dedicação e perseverança para enfrentar todos os percalços do processo de adaptação no novo território, a saudade da família, lidar com as diferenças culturais e até alimentares. Aqueles que viam aquele movimento apenas como uma experiência transitória voltaram para suas origens. E só se consegue obter êxito, na opinião desta adolescente, através de muito trabalho, já que seu padastro e sua mãe estão “trabalhando em dois empregos”. Isto “deu muito certo” pois a família conseguiu adquirir bens e imóveis que justificam e dão significado a todo o sofrimento e dificuldades dos primeiros tempos. A categoria trabalho é acionada, neste caso, como costumeiramente o é em vários outros estudos sobre fenômenos migratórios: é o trabalho que justifica e dá sentido ao movimento.

No caso dos retornados, obviamente, é preciso relativizar as condições que se processou este retorno, pois não tenho evidências empíricas que comprovem esta percepção de Manuela. Com efeito, vale lembrar que as análises até aqui tomam como referência o discurso dos migrantes com a intenção de fazer emergir das suas falas suas percepções e expectativas com a experiência migrante.

¹¹⁸ Entrevista realizada virtualmente em 25 de outubro de 2010.

CAPÍTULO III

AS REPRESENTAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO NA FRONTEIRA

*“Que essa tensão que me corrói por dentro
Seja um dia recompensada
Porque metade de mim é o que eu penso,
mas a outra metade é um vulcão”.*
Oswaldo Montenegro

3.1. A plasticidade e anatomia da cidade

Abri os olhos. Avistei pela janela uma placa na estrada que anunciava “Lucas do Rio Verde – 5 Km”. O ônibus que havia partido há aproximadamente cinco horas de Cuiabá estava próximo do seu destino. Senti um misto de ansiedade e euforia com a proximidade do reencontro com a cidade objeto da minha pesquisa e, olhando pela janela, vários pensamentos vinham a minha mente: como será meu reencontro com os antigos informantes? Será que conseguirei coletar novas informações? Será que terei tempo o suficiente para coletar todos os dados necessários? Será que mudou muita coisa? Enquanto minha mente estava mergulhada em dúvidas e “serás” o motorista chegava ao seu destino final e freava para passar no primeiro quebra-mola da BR 163. Logo no primeiro contato visual um estranhamento e logo veio um pensamento: “engraçado me lembrava da entrada da cidade de outra maneira”. Fiquei tentando identificar as ruas pelas quais havia passado tantas e tantas vezes lá pelos idos de 2005 quando fiz a minha primeira inserção em campo até que avistei a placa do supermercado que serviu, naquela oportunidade, como meu ponto de apoio na localização. Isto porque, confesso, não tenho o mínimo senso de localização e, diante disto, parecia possível que estivesse enganada quanto as alterações na entrada da cidade.

O ônibus fez sua primeira manobra, saiu da rodovia e parou em frente a um escritório. A viagem fora cansativa, pois a empresa que antes fazia um serviço diferenciado ao transportar passageiros numa linha direto Cuiabá-Lucas do Rio Verde, agora transportava passageiros para várias cidades do norte matogrossense e de diferenciado mesmo somente o preço, que havia aumentado significativamente em relação ao preço do bilhete de ônibus de linha normal, e a razão social, ao invés de Executiva Tur chama-se agora Executiva Norte. Ao chegarmos na sede da Executiva Norte transferiram os passageiros que ficariam em Lucas para outro micro-ônibus, mais conhecido como “van”, a fim de levá-los, cada um, ao seu destino. O micro-ônibus estava muito sujo, cheio de terra vermelha, inclusive nos bancos. Ao me dirigir ao motorista para reclamar respondeu-me que era época de chuva e “pegar pessoal da Sadia deixa a van suja e não dá tempo de limpar” devido o grande fluxo de passageiros da empresa. Impressionante. Logo nos primeiros minutos uma referência a empresa que se instalou na cidade há pouco mais de um ano.

Assim que partiu, a van entrou na avenida do supermercado que levava diretamente à rodoviária, passando pelo Hotel onde fiquei hospedada da primeira vez e que seria novamente minha morada nos dias quentes que viriam pela frente, afinal, estávamos no mês de novembro. Os terrenos baldios que existiam ao longo da avenida estavam praticamente todos ocupados com edificações: residências, comércios dos mais diversos tipos, prédios, etc. Em outros era possível observar material de construção e homens já trabalhando. Olhei no relógio: 6:30 horas da manhã. Pensei: “Nossa! Como cresceu e mudou esta parte da cidade”.

Ao chegar no mesmo hotel em que me hospedei em 2005 percebi que nem tudo havia mudado: encontrei alguns homens conversando na recepção com sotaque sulista inconfundível e o dono do hotel no balcão tomando costumeiramente o seu chimarrão.

Ele demorou um pouco para me reconhecer, mas logo foi dando as boas vindas e oferecendo a cuia para uma “mateada”. Conversamos alguns minutos, expliquei que estava retornando para dar continuidade à pesquisa iniciada em 2005 e ele de antemão me disse que iria notar muita coisa diferente na cidade que “cresceu muito nos últimos anos”. Depois do papo descontraído subi para o quarto onde descansei por algumas horas e organizei minha agenda de trabalho para os próximos dias.

Por volta das 13:00h saí para almoçar e comecei a andar pelas ruas em direção ao centro. Lembrei-me da leitura de textos de Bourdieu, Champagne e Lenoir sobre o “olhar epistemológico do pesquisador” e da necessidade de focar meu olhar em cada detalhe para não deixar me envolver por concepções do meu contato anterior com a cidade. Precisava buscar o tal “afastamento”, a tal “vigilância epistemológica” para assim atingir meus objetivos de pesquisa em tão pouco tempo. Busquei ajustar as lentes de observação e comecei a olhar com atenção tudo que me cercava a cada passo.

A primeira coisa que me chamou atenção foi o intenso barulho da cidade com carros circulando velozmente de um lado para outro, som de buzinas, um tráfego intenso, algo que três anos atrás não se percebia desta maneira. Em segundo lugar, a quantidade de construções. Somente naquela avenida, ao andar em aproximadamente duas quadras constatei três obras, uma delas um prédio com cerca de quatro andares. Vale aqui destacar que em 2005 havia apenas um prédio de três andares que se destacava na paisagem citadina. Um terceiro aspecto era a circulação de homens que andavam pelas ruas em grupo. Parei antes de chegar numa esquina e fiquei observando os grupos que circulavam na cidade. Um passava pelo outro, mas não havia contato visual, físico ou qualquer expressão de cordialidade entre eles. Este fato atiçou minha curiosidade. Quem eram aquelas pessoas que circulavam em grupos? Porque andavam em grupo? De onde vieram?

Entrei numa lanchonete que ficava na esquina e fiquei observando inicialmente o casal atendendo um grupo de homens com as mesmas características daqueles que vi circulando pelas ruas. Eram homens de pele morena, vestidos de maneira simples com calça jeans, camiseta e chinelos, cabelos desalinhados dando a impressão que não foram penteados com muito rigor. Estavam sentados numa mesa próxima a que me sentei e conversavam num tom mais alto, tomavam animadamente uma cerveja e alguns deles fumavam. Quando me dirigi ao balcão para pedir uma água a mulher me fez um sinal para sentar longe dos homens e me pareceu bastante incomodada com a presença deles. Pensei: será porquê? Pela aparência?

Descobri mais tarde que o que incomodava aquela senhora era o fato de fumarem muito e deixarem o ambiente destinado à alimentação com o ar “poluído de fumaça”. Ela me disse que “estes maranhenses não tem muita educação: fumam muito, bebem muito”. Chamou-me atenção ao fato dela utilizar a categoria “maranhense” para se referir ao grupo¹¹⁹.

Sentei-me em outra mesa, indicada pela senhora, e passei a observar cuidadosamente o ambiente a minha volta, fazendo as primeiras anotações no meu caderno de campo. Pouco tempo depois chegou uma garota com uniforme de escola chamando a senhora do balcão de “mãe” e o homem que trabalhava na cozinha de “pai” para logo em seguida entrar por uma das portas laterais e ressurgir de bermuda e camiseta. Percebi então que tratava-se de um negócio de família. O homem saiu da cozinha e entregou em uma das mesas próximas à minha um sanduíche cujo cheiro e aparência me eram familiar. Não era minha intenção almoçar “lanche”, porém aquele cheiro me trouxe recordações e aguçou meu apetite. Me dirigi ao balcão e fiz um

¹¹⁹ Ainda neste capítulo irei aprofundar a análise da utilização desta categoria.

pedido: “por favor um x-salada sem ovo”. A simples referência ao sanduíche fez-me lembrar do Rio Grande do Sul. Vale aqui destacar que, embora este tipo de sanduíche (x-salada, x-bacon, x-galinha, etc.) seja um prato costumeiro em todas as regiões do país, no sul a maneira de prepará-lo, o tamanho e o sabor se difere dos demais. O pão é feito especificamente para este tipo de lanche e tem aproximadamente 15-18 cm de diâmetro; o tomate é cortado em cubos e não em rodela como habitualmente; a alface é cortada em tirinhas; a maionese é artesanal (caseira); o bife de hambúrguer também é preparado de maneira artesanal e, costumeiramente, é feito com um ovo frito na chapa (por isto a minha referência do “sem ovo”). O lanche leva ainda ervilha, milho, queijo e presunto e; depois de preparado, é prensado na chapa quente.

Referências culinárias a parte, o fato é que além de “reviver” um passado longínquo ao degustar tal iguaria, pude perceber que os donos do estabelecimento eram do sul do país. Mais tarde, numa conversa informal soube que eram paranaenses e moravam em Lucas há 8 anos. O casal questionou-me sobre o motivo de estar em Lucas e quando expliquei sobre a minha pesquisa engatamos numa conversa reveladora. Ambos realçaram a origem humilde da família e o fato de terem migrado para Lucas do Rio Verde na busca de condições melhores de vida. Conseguiram se estabelecer, abriram um pequeno comércio onde a família dividia as atividades para “tocar o negócio”, porém, no último ano a única coisa que pensavam era “ir embora daqui” porque na opinião deles “mudou muita coisa”. Ao questioná-los sobre as tais “mudanças” o homem prontamente me disse: “é este crescimento da cidade. Eu costumo dizer que os sojeiros daqui falavam que o Lula era a desgraça da agricultura e agora eu falo que a Sadia é a desgraça de Lucas”. Esta foi a primeira das muitas referências que ouvi durante a pesquisa de campo sobre as mudanças decorrentes da instalação da empresa do setor de alimentos Sadia S.A. em Lucas.

Depois de almoçar o x-salada saí da lanchonete do simpático casal e continuei minha exploração a pé pela cidade. De um modo geral a cidade ainda guardava os aspectos gerais observados três anos antes. A metáfora *maquete* utilizada em pesquisa anterior (Rocha, 2006) para me referir ao núcleo urbano é útil na medida em que confere uma relativa mobilidade ao plano cartográfico de Lucas permitindo o cruzamento entre a subjetividade da cidade com a subjetividade da observadora. Ruas amplas e asfaltadas, a limpeza da cidade, carros e caminhonetes de última geração circulando pelas ruas, o intenso fluxo de “bicicleteiros” na ciclovia que liga o núcleo considerado mais “antigo” da cidade com o “novo”, o trabalho familiar nos estabelecimentos comerciais e empreendimentos agrícolas, as rodas de chimarrão em frente das casas e no comércio, etc.

Em Rocha (2006), chamei atenção para o fato das fazendas - onde ficam as lavouras - serem administradas por empresas familiares localizadas na cidade, sendo comum encontrar na paisagem citadina placas indicando o nome de fazendas. Estas “fazendas urbanas” abrigam apenas uma das atividades do campo: a parte administrativa e empresarial do negócio. Outro detalhe é que o cheiro da lavoura é um dos condicionantes do barulho da cidade. Ou seja, em virtude das atividades do/no “campo”, a “cidade” acorda muito cedo. Às 05:30 horas já é possível observar algumas famílias reunidas na frente de casa tomando chimarrão, às 06:00 horas alguns comércios abrem suas portas, e às 07:00 horas a cidade inteira está em pleno vapor.

Estes dados denotam uma mudança no conteúdo das cidades locais onde as referências cotidianas que estavam vinculadas exclusivamente ao espaço urbano passam a se referenciar também ao espaço rural. A configuração da cidade na fronteira amazônica está imbricada desta relação urbano-rural ou rural-urbano. A expansão da fronteira matogrossense não se reduz a um fenômeno meramente agrícola, pelo

contrário, caracteriza-se por uma fronteira urbanizada onde a cidade funciona como base logística para as atividades do campo. Como dito no capítulo 1, nos anos 1970, no contexto da ditadura militar, a fronteira era considerada como um espaço a ser incorporado econômica e socialmente e, para tanto, o governo utilizou como dispositivo um projeto que atendesse à sua estratégia de urbanização como meio de viabilizar o desenvolvimento regional sob a égide de um capitalismo globalizado. Esta estratégia consolidou-se nos diversos modelos de urbanização dirigida conduzidos pelo INCRA. No caso de Lucas, o projeto de colonização seguiu o “urbanismo rural”¹²⁰ onde o núcleo urbano foi criado e planejado de maneira a ser uma extensão das atividades desenvolvidas no meio rural. A plasticidade da cidade seguiu o modelo de ocupação da fronteira onde a “urbanização dirigida é o de colonização planejada e executada diretamente por órgãos do governo federal ou por companhias colonizadoras responsáveis por inventar a cidade baseada na filosofia do urbanismo rural do INCRA” que prevê um “núcleo urbano-rural hierarquizado” (Becker, 1990:138).

Neste modelo de colonização os núcleos urbanos se configuram no lócus de produção e concentração do capital e de reprodução da força de trabalho utilizada no campo e desempenham um papel fundamental na incorporação desta fronteira ao espaço global. A cidade é planejada e programada para controlar e regular a vida no campo assegurando a nova ordem imposta pelos processos de globalização¹²¹. O campo por sua vez comanda e interfere no modo de vida da cidade. Esta inter-relação campo-cidade, ou rural-urbano é constatada em cidades como Lucas do Rio Verde que abrigam atividades diretamente ligadas à produção agrícola circundante cuja economia e desenvolvimento dependem da relação global-local típicas da sociedade contemporânea.

Moreira (2002 e 2007) em suas narrativas sobre o rural contemporâneo, nos alerta para esta ressignificação do espaço agrário como um novo mundo rural compreendido não mais como espaço exclusivamente de atividades agrícolas, mas como lugar de sociabilidades complexas imbricado de relações que se dão nas mais variadas redes (regionais, estaduais, nacionais e até mesmo transnacionais). Neste sentido, as atividades do rural e do urbano na contemporaneidade são marcadas pela fluidez, se confundem e se complementam e, de acordo com o autor “as sensibilidades urbanas e rurais – os sentidos do corpo e da mente – são culturalizados, na cidade por valores universalizantes e homogeneizantes, e no rural por valores localistas e diferenciados, habilitando-nos a falar de culturas rurais, mas em culturas rurais nas quais o seu oposto urbano está presente” (Moreira, 2007:293)

Esta fluidez da qual nos fala o autor está presente em Lucas do Rio Verde. Considerando que a agricultura é a base de sustentação econômica da cidade sem a qual os investimentos em outros setores não seria possível¹²² e que o índice de urbanização é da ordem de 83,58%, em Lucas do Rio Verde estamos diante de um caso típico onde a fronteira entre o rural e o urbano, nos termos de Moreira (2007), é fluída.

A cidade acorda em função do horário do campo, o cheiro da cidade está condicionado à colheita do campo, a fazenda tem sede no campo e na cidade, ou seja, trata-se de uma relação ambígua e dialética onde a cidade/urbano vive econômica, social e culturalmente em função do campo/rural. Não se trata do rural atrasado, de

¹²⁰ Para um aprofundamento deste modelo utilizado pelo INCRA consultar Becker, Miranda e Machado (1990).

¹²¹ Compreendo a globalização a partir da construção da modernidade, aliando-me a Krishan Kumar (1997) que, situando suas idéias num contexto histórico, interpreta a modernidade como constituída pelos processos da Revolução Científica, das Revoluções Políticas Burguesas e da Revolução Industrial.

¹²² Fonte: Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde. <http://www.lucasdorioverde.mt.gov.br/>. Acesso em 14 de outubro de 2010.

ínfimas tecnologias, voltado à produção de subsistência e abastecimento interno, pelo contrário, é um rural moderno calcado na instalação da mais alta tecnologia no campo, com a utilização de máquinas e equipamentos que exigem profissionais habilitados e com considerável capital social, é o rural dos agricultores empresariais, da produção de soja em larga escala visando atender a uma demanda global. O estilo de vida da cidade dialoga numa relação de reciprocidade com o ritmo da vida no campo atravessando as fronteiras tradicionais que distinguem o urbano do rural.

Se a cidade se comunica por meio de cores, barulhos e cheiros como aponta Canevacci (2004), é significativo que no caso de Lucas do Rio Verde as subjetividades e objetividades só possam ser interpretadas e narradas na relação indissociável entre o campo e a cidade. A materialidade da cidade se dá na imbricação entre o urbano e rural, no sincretismo entre o campo e a cidade. Para compreender o microcosmo social que pulsa no interior da vida urbana de Lucas do Rio Verde é preciso recorrer ao ritmo e a intensidade da sua vida rural, ou seja, é preciso reconhecer o *continuum* da relação rural-urbano, ou campo-cidade.

As mudanças e transformações do/no meio rural na contemporaneidade (re)colocaram em cena o amplo debate teórico sobre a dualidade rural-urbano e a retomada da noção de *continuum* numa tentativa de enquadrar as complexas relações resultantes deste processo. De acordo com Wanderley (2000) é possível identificar duas vertentes interpretativas. A primeira abordagem “urbano centrada”, descrita por Rambaud (1976), destaca o urbano como o pólo dinâmico e dominante e o rural como o pólo atrasado do *continuum*¹²³. Desta relação assimétrica resultaria um processo de homogeneização social do espaço traduzida pela “perda de nitidez das fronteiras” entre o rural e o urbano e, grosso modo, para esta vertente estaríamos diante do “fim do rural” (Wanderley, 2000).

A segunda abordagem reconhece as continuidades que aproximam os dois pólos, mas que não destroem suas particularidades e características heterogêneas. A constatação de diferentes formas sociais e configurações espaciais que se desenvolve na fronteira entre o rural e o urbano foi descrita por Kayser (1990) como “*la renaissance rurale*”. Já no seu primeiro capítulo, o autor destaca que o atual debate sobre o rural está mais referenciado a um quadro de *continuum* do que uma oposição ao urbano. Esta noção de *continuum* considera as diversas faces do rural na contemporaneidade, a proximidade espacial entre rural-urbano e a constituição de identidades referenciadas espacialmente e ao sentimento de pertencimento ao meio rural (Wanderley, 2000). Segundo Carneiro (2008) trata-se da reapropriação de uma antiga e estruturante categoria na busca de solucionar a dicotomia campo-cidade que ressurge no debate contemporâneo sobre a ruralidade.

O *continuum* rural-urbano na fronteira amazônica guarda especificidades, pois os projetos de colonização executados pelo INCRA previam a relação contígua entre campo e cidade desde o planejamento do espaço, concepção cartográfica até a distribuição das terras. Em sua análise sobre os significados e transformações desta relação campo-cidade Garcia Jr (2002) chamou atenção para a “intensidade da competição por terra, recursos financeiros, força de trabalho e, sobretudo, pela legitimidade de se designar o futuro das relações no mundo rural e das configurações cidade-campo” expressa em categorias como “agricultura familiar”, “agronegócio”,

¹²³ Para Rambaud falar sobre a “l’urbanisation du milieu rural signifie se rapporter á des tendances dans l’évolution actuelle des collectivités rurales, qui nous placent dans le centre d’un problème essentiel” o coloca diante de duas questões “que deviendra à l’avenir le milieu rural d’aujourd’hui? En quoi consisteront les différences entre la ville et le village de demain?” (Rambaud, 1976:38).

“complexo agroindustrial”, dentre outras, (Garcia Jr., 2002: 46) que tentam, de alguma maneira, sintetizar este processo implexo.

Nos primeiros tempos da colonização, cada família migrante assentada em Lucas do Rio Verde (sejam os parceiros, sejam os assentados da cooperativa) recebeu um lote de terras de 200 hectares para lavoura e um lote na zona urbana. Os posseiros que tiveram suas terras regularizadas pelo governo durante o processo também receberam lotes urbanos. Estas constatações empíricas expressam o paradoxo deste processo: a expansão da fronteira agrícola se realizou e se consolidou num contexto urbano.

A cidade é residência dos pequenos e grandes produtores, suas famílias e da maioria dos trabalhadores rurais assalariados que desenvolvem alguma atividade no campo. Um dado relevante é que este fato se configurou como uma das dificuldades enfrentadas durante a pesquisa de campo, pois os agricultores saem muito cedo para a lida no campo e quando retornavam no final da tarde as famílias já os aguardavam para jantar. Assim, as entrevistas ocorriam num destes três espaços: na fazenda, no escritório da fazenda situado na cidade (isto no caso dos grandes produtores) ou em suas residências, isto quando já havia estabelecido algum vínculo de amizade e era convidada para compartilhar o espaço familiar. Esta informação é significativa uma vez que o agricultor de Lucas do Rio Verde não é apenas um “empreendedor” que mantém funcionários para trabalhar no campo. Pelo contrário, trata-se de um agricultor que enfrenta cotidianamente a lida no campo juntamente com os chamados “peões”¹²⁴, categoria nativa utilizada para designar o trabalhador rural assalariado. Com exceção dos caseiros que cuidam da sede da fazenda, estes peões geralmente moram também na cidade com suas famílias. O campo então configura-se como o lugar de trabalho enquanto a cidade como lugar de morada. Todavia, as relações sociais nas esferas de sociabilidade da cidade como clube, escola, igreja, etc., interferem nas relações estabelecidas no campo. Este dado é corroborado quando escutamos um trabalhador rural chamar o seu patrão, o grande agricultor do cerrado, de “compadre”.

Os laços de compadrio são muito comum em Lucas do Rio Verde onde vínculos afetivos são firmados entre aqueles que mantêm, também, um contrato de trabalho. Geralmente estes laços estão associados a rituais religiosos como o batismo ou casamento. Em determinada ocasião entrei num estabelecimento comercial e a atendente, como era de costume em situações semelhantes, perguntou-me se havia me “mudado para Lucas”. Engatamos numa animada conversa e assim que expliquei os motivos que justificavam minha presença na cidade imediatamente a mulher começou a contar a sua trajetória de vida. No meio da conversa ela disse que eu precisava entrevistar seu compadre identificando-o como “um dos pioneiros da cidade” e responsável por ela e sua família terem migrado para o Mato Grosso. Na verdade este “pioneiro” tinha contratado o seu marido ainda no sul para trabalhar em uma de suas fazendas em Lucas. O vínculo de compadrio se estabeleceu, neste caso, duplamente, pois o patrão-pioneiro era seu padrinho de casamento e também padrinho de batismo de um de seus filhos.

¹²⁴ Desconsi (2009) em sua análise sobre a inserção produtiva dos migrantes sulista na região do Alto Teles Pires (MT) apresenta as distinções associadas a categoria “peão” operacionalizada naquele contexto social como: (1) o “peão fixo” é aquele que possui vínculo empregatício, recebe remuneração mensal e às vezes bonificações; (2) o “peão safrista” é aquele contratado por tempo determinado, geralmente o período do ciclo agrícola, recebendo remuneração mensal durante o contrato temporário de trabalho ou porcentagem por produtividade; (3) o “peão diarista” realiza trabalhos sazonais e temporários com pagamento por atividade realizada, usualmente no final do dia de trabalho e (4) o “peão empregado” é a designação dos trabalhadores que realizam, segundo o autor, as atividades relacionadas a construção da cidade e sua remuneração é dada por empreita ou pagamento diário. Para um aprofundamento das questões inerentes a esta classificação ver Desconsi (2009).

As relações de compadrio são muito comuns em regiões de fronteira como um mecanismo de reforçar vínculos de amizade, solidariedade e apoio mútuo na superação das adversidades enfrentadas no início da colonização. Os elos estabelecidos entre padrinhos, afilhados e seus familiares acabam por sustentar uma rede social de reciprocidade que servem, de acordo com Woortmann (1995), para “ampliar relações de solidariedade para além da rede de parentesco, vizinhança e amizade” ou como uma forma de reforçar os laços já existentes (Woortmann, 1995:63).

A lógica que permeia estas relações de compadrio é de um “parentesco simbólico” estabelecido pelo contrato moral e sagrado do vínculo religioso¹²⁵. Como destacou Schwartz (1988), o compadrio firmado por batismo cria uma espécie de “parentesco espiritual” entre padrinhos e afilhados, bem como as famílias envolvidas, levando os indivíduos a utilizar a categoria “compadre” e “comadre” para firmar este “parentesco simbólico” e ritual, bem como, diferenciar o tratamento utilizado em outras relações sociais.

Este “parentesco simbólico” em Lucas do Rio Verde se manifesta na constatação que fiz em minha primeira inserção em campo de que “todos ali parecem se conhecer”. Tanto que a presença de uma “estranha” foi notada a ponto de criarem situações para questionarem sobre minha origem e o que estava fazendo na cidade. A força dos laços familiares, de vizinhança, amizade e compadrio é capaz de criar um elo de solidariedade e união ressaltado pelos entrevistados como características que exprimem um modo de vida local (Rocha, 2006).

Tal como no estudo de Mocellin (1993), é perceptível a configuração de uma teia de relações entre os habitantes mais antigos da cidade (posseiros, parceiros e assentados da cooperativa) informada pelo próprio processo migratório que vivenciaram conferindo ao grupo uma coesão social fundada no “espírito de comunidade” (Woortmann, 1995) e nas relações de compadrio aqui referidas.

Por outro lado, embora as categorias “compadre” e “comadre”, empregadas como pronomes de tratamento, sejam utilizadas mutuamente, a simples observação da composição padrinho-afilhado sugere a ordenação de uma hierarquia: o patrão é sempre o padrinho e o empregado (ou seus descendentes) é o afilhado. Isto denota que antes de igualar as relações, o compadrio revela-as assimétricas, ou seja, estabelece, de acordo com Lanna (1995), uma ordem de “reciprocidade hierárquica”¹²⁶ que constituem a própria vida social do local. Estas relações são atravessadas pela hierarquia e pelo personalismo revelando um componente de dominação presente no compadrio.

Retomando a análise anterior, diante destes dados pode-se afirmar que a espacialidade da cidade, bem como as formas materiais e imateriais nela existentes, resulta de um movimento dialético de transformação com o ser social que o habita. Estes aspectos demonstram que a consistência de uma cidade não é apenas objetiva, mas está relacionada a concepções subjetivas. Direcionando meu olhar para tais

¹²⁵ Uma pesquisa pertinente e instigante seria investigar os livros de registros de batismo e casamentos ocorridos na cidade de maneira a cruzar estas informações e, assim, construir uma espécie de mosaico das relações de compadrio em Lucas do Rio Verde.

¹²⁶ Utilizo este termo inspirada na contribuição teórica do antropólogo Marcos Lanna (1995) ao construir o conceito de “reciprocidade hierárquica” a partir das teorias de Mauss, Lévi-Strauss e Dumont. Com o objetivo de colaborar para uma abordagem estruturalista da vida social nordestina e ao mesmo tempo contribuir para a construção de um quadro teórico sobre patronagem naquela região, o autor faz sua etnografia sobre a constituição das relações hierárquicas em São Bento do Norte (Rio Grande do Norte) e também em engenhos da Zona da Mata de Pernambuco demonstrou que a “a reciprocidade e a hierarquia apresentam uma generalidade antes não suspeitada”, na linha defendida inicialmente por Mauss, “manifestando-se mesmo nas formações sociais em que a competição de mercado é predominante”. Para um aprofundamento sobre o assunto ver Lanna (1995).

subjetividades pude perceber que algo naquela “maquete” estava diferente, embora a arquitetura moderna e planejada da cidade como se fizesse parte de uma cenografia ainda fosse um dado daquela realidade, havia novos elementos, novos atores e novas configurações.

Em primeiro lugar, a maquete parecia estar passando por um processo de reforma, reconstrução ou expansão. Explico. Em todos os lugares, seja no núcleo mais antigo ou mais recente da cidade, nas ruas, em todas as direções era possível verificar um canteiro de obras. Para se ter dimensão em 2008 foram expedidos 2.387 alvarás para construção, algo em torno de 146% a mais que em 2007. E no período de janeiro a agosto de 2009 outros 1.128 alvarás já haviam sido emitidos. Em 2008 foram instaladas 2.032 empresas no município. Empresas no setor de serviços, médicos, advogados, dentistas, empresas de construção civil, restaurantes, enfim, nos mais diversos segmentos.

Casas sendo reformadas ou construídas, prédios residenciais sendo levantados em vários pontos da cidade, comércios e espaços públicos construídos, enfim, a cidade parecia um canteiro de obras. A construção de muros altos no entorno das residências e a instalação de cercas elétricas nas casas e comércios são dados significativos ao compararmos com a etnografia anterior quando observamos a semelhança arquitetônica das casas e o fato da maioria não ter muros. A preocupação com a segurança se fez presente não só no aspecto material como podemos observar nas inúmeras instalações de cercas elétricas, mas também no discurso de uma parte dos entrevistados que fizeram menção as transformações da cidade nos últimos anos, realçando a instalação da agroindústria de alimentos, a chegada dos “maranhenses” e o aumento da criminalidade.

Enfim, apesar de não ser o foco da pesquisa percebi que não poderia ignorar o fato de que a instalação da unidade agroindustrial da Sadia estava alterando a configuração social da cidade. E, portanto, iniciei uma investigação a respeito. Minha primeira iniciativa foi buscar informações sobre as instalações da empresa e o tal bairro criado para alojar seus funcionários, identificado pelos habitantes de Lucas por “vila”.

3.2. A configuração e estigmatização dos “outros”

As primeiras informações sobre a Sadia e sua vila obtive no hotel onde estava hospedada. À noite, depois de jantar, se não tivesse nenhum compromisso agendado, geralmente ficava na recepção do hotel conversando com outros hóspedes. Alguns eram hóspedes considerados “fixos” e trabalhavam na agroindústria de alimentos. Tratava-se de homens de origem sulista, com competências diversas, desde administrador, operador de máquinas, eletricitistas, até engenheiros que haviam sido contratados para trabalhar na implantação da referida planta agroindustrial. A história destes hóspedes era muito semelhante: tinham sido contratados ainda no sul e como era final de ano e a maioria tinha filhos, a transferência da família para Lucas só ocorreria no início do próximo ano (2009) em virtude da “escola das crianças”. A empresa então se responsabilizava por pagar a hospedagem e transporte. Pela convivência diária acabei estabelecendo um vínculo de amizade e confiança com alguns destes hóspedes que compartilharam comigo suas experiências na Sadia.

Dentre os assuntos, o que mais chamou atenção foi a referência constante no discurso de diferentes informantes sobre os “maranhenses” que trabalhavam na “linha de produção” e aos “problemas com brigas” na vila da Sadia¹²⁷. Interessante notar que em 2005 registrei a chegada de um ônibus de trabalhadores oriundos do Estado do Maranhão e um fato inusitado me colocou diante de dois “maranhenses”.

¹²⁷ Categoria acionada localmente para se referir às instalações físicas da área habitacional construída para os funcionários da agroindústria.

Era um sábado, por volta das 15:00 horas, fazia muito calor e o termômetro localizado em uma das principais avenidas marcava 45 graus. Estava caminhando em direção ao núcleo novo da cidade¹²⁸ quando avistei dois homens sentados na calçada debaixo de uma árvore. Ao me aproximar um deles se dirigiu a mim pedindo “ajuda para comer”. Eram dois homens aparentando ter idade entre 18-20 anos, ambos vestiam jeans, um deles vestia uma camiseta e outro uma camisa de manga curta com botões na frente. As roupas estavam limpas, porém era forte o cheiro de suor. Calçavam sapatos já surrados pelo tempo, ambos usavam bonés, um deles com propaganda política e carregavam apenas uma bolsa de viagem visivelmente com poucos pertences.

Os dois continuaram sentados e o mais falante começou a contar que tinham chegado do Maranhão há 15 dias e ido direto para Sorriso¹²⁹ atrás das “fofocas” de que “lá tinha trabalho”. Como não conseguiram nada tinham vindo de carona para Lucas do Rio Verde havia 3 dias mas também não tinham conseguido trabalho, a não ser uns “bicos” de cortar grama das casas. O rapaz parecia querer desabafar e repetia várias vezes a mesma coisa. Fazia referência repetidamente sobre as “fofocas” e quando questionei sobre o tipo de fofoca me respondeu prontamente: “fofoca senhora, de que aqui tinha trabalho”. Em determinado momento da conversa sentei-me na calçada junto com os rapazes, algo que para mim parecia normal, porém, os carros que circulavam pela movimentada avenida passaram a transitar vagarosamente para nos observar. Preciso confessar que em determinado momento fiquei preocupada com a minha atitude. Não pelo fato de estar sentada debaixo de uma árvore à luz do dia na beira de uma avenida com dois rapazes, mas pela possibilidade de que algum dos meus informantes me vissem naquela situação, julgassem minha atitude como “indevida” e estigmatizassem-na dificultando minha pesquisa.

O modo como grupos dominantes lançam estigmas para afirmar sua superioridade aos que não pertencem ao seu grupo se refletem como preconceitos étnicos e raciais, mas segundo Elias e Scotson (2000), não se limitam a eles. Estes estigmas são acionados e funcionam também como controle social ao possibilitar um alto grau de coesão entre os membros pertencentes ao mesmo grupo criando uma percepção coletiva de superioridade em relação a outros grupos sociais. Estes estigmas muitas vezes inibem ou coíbem a (re)ação de pessoas que não fazem parte ou não se percebem integrante do mesmo grupo. Enquanto estes pensamentos sobre estigma passavam pela minha cabeça o rapaz falante, que chamarei aqui de Carlos, engatava sua fala num desabafo:

“Sabe senhora a gente fica aqui sentado e acaba pensando em fazer besteira. Não vou mentir para a senhora porque a gente pensa. Mas sabe senhora o justo acaba pagando pelo pecador. Eu não tenho ficha suja. A gente foi na polícia quando chegou aqui, lá perto do posto. A gente foi lá para eles saberem que a gente tá (sic) limpo”.

Carlos, migrante maranhense

Impressionante como o fato de não pertencer ao grupo dominante ou “estabelecido” (categoria utilizada por Elias e Scotson, 2000) permeia as ações e preocupações de Carlos (e minhas também) que se percebe como “diferente” e precisa, de alguma forma, justificar sua existência, seus valores e sua moral a fim de fugir de pré-conceitos e de estigmas. Se apresentar para a polícia para explicar suas intenções e

¹²⁸ Refiro-me aqui a uma categorização nativa relativa a existência de bairros antigos e bairros novos da cidade, tema que será abordado ainda neste capítulo.

¹²⁹ Cidade localizada também às margens da BR 163 distante 70 Km de Lucas do Rio Verde.

justificar sua origem é visto como uma ação importante para comprovar sua idoneidade e demonstrar efetivamente estar “limpo”, ou seja, não ter antecedentes criminais. A polícia funciona neste caso como um agente mediador entre o “outro” (o migrante) e os “estabelecidos” na medida em que seu poder é legitimado pela sociedade em geral¹³⁰.

Passado alguns minutos o rapaz fez menção novamente ao fato de estarem com fome, que naquele dia não tinham conseguido “nada” (referindo-se aos bicos) e, por isto, estavam com fome. Talvez a menção de pensar “em fazer besteira” em seu discurso estivesse relacionada com a fome¹³¹. Expliquei a eles que era estudante e que naquele momento não tinha dinheiro em espécie, mas se quisessem poderíamos caminhar até a lanchonete mais próxima e pagaria um lanche, pois pelo adiantado da hora seria difícil encontrar um restaurante aberto. Antes mesmo de terminar o convite os dois estavam em pé.

Já sentados ao redor de uma mesa tomando um guaraná e aguardando os lanches Carlos contou que em 1998 tinha vindo pela primeira vez para o Mato Grosso com o tio para trabalhar em uma madeireira e em 1999 havia retornado para o Maranhão. Ao questioná-lo sobre o motivo do retorno ele respondeu: “porque terminou o trabalho senhora”. De acordo com o relato de Carlos e seu amigo Antônio, a migração temporária do Maranhão para o Mato Grosso em busca de trabalho é “muito comum”, inclusive com existência de algumas empresas de ônibus de turismo clandestinas que fazem o trajeto com preços mais acessíveis do que aqueles praticados pelas empresas institucionalizadas. As condições de transporte são precárias tornando a viagem “muito cansativa” e “perigosa”. Os migrantes são predominantemente do sexo masculino, entre 16 e 40 anos, oriundos de regiões rurais pobres do Maranhão que migram sozinhos, desprovido de recursos (na maioria das vezes somente com o dinheiro da passagem de ida) em busca de trabalho. Ao questionar sobre os motivos que o fizeram sair do Maranhão Carlos respondeu:

“A gente tava *rodado* lá, aí surgiu umas *conversas* aí de Sorriso, que tava bom de serviço. Chegou ali não tinha nada de serviço só *fofoca*. Aí a gente veio para cá [Lucas do Rio Verde]. Já faz três dias que a gente tá aqui e nada de serviço aí” [grifos nossos].

Carlos, migrante maranhense

A palavra “rodado” utilizada no discurso do migrante refere-se ao fato de estar “sem serviço” ou, em outras palavras, sem trabalho. As “conversas”, que em determinado momento o informante identifica como “fofoca”, diziam haver trabalho em Sorriso. Por não ter encontrado trabalho pegou carona e estava em Lucas do Rio Verde, ou seja, continuou o movimento em busca de trabalho, mais do que isto, em busca de condições de sobrevivência. Não importava o tipo de trabalho, pois, segundo o informante, “a gente trabalha fazendo de tudo senhora, não importa no que”.

Em diversos estudos sobre migração, a busca por trabalho aparece como justificativa para o deslocamento. Durham (1984) em seu clássico estudo realizado na década de 1970 sobre os migrantes de origem camponesa que migravam para a cidade destacou os fatores econômicos como um elemento que orienta os fluxos migratórios. Historicamente, este tipo de fluxo está relacionado com o desenvolvimento das relações capitalista de produção onde correntes migratórias são atraídas pelos locais onde

¹³⁰ No item 3.6 deste capítulo intitulado “Cidade de fronteira: “estabelecidos” e “outsiders” nas tramas de Lucas do Rio Verde” apresento uma análise mais detalhada desta relação de dominação utilizando-me do aporte teórico de Elias e Scotson (2000).

¹³¹ Existe uma vasta e instigante literatura sobre o assunto. A título de ilustração destaco o clássico trabalho de geografia humana de Josué de Castro em seu “Geografia da Fome” e a abordagem fenomenológica da etnografia de Maria do Carmo Soares de Freitas em “Agonia da fome”.

existem “oportunidades de trabalho criadas direta ou indiretamente pela expansão industrial” (Durham, 1983:33-34). Em seu estudo de caso, a autora destacou que a migração não decorria de uma situação de fome ou miséria desencadeada por calamidades naturais¹³² mas, sim, como resposta a condições reais de existência. Neste caso, o “trabalhador abandona a zona rural quando percebe que *não pode melhorar de vida*, isto é, que a sua miséria é uma condição permanente”. A percepção da “necessidade de melhorar de vida” é produto da inclusão destes atores numa economia competitiva implicando o surgimento de novas necessidades “que só podem ser satisfeitas pela compra, crescendo também a necessidade de dinheiro” (Durham, 1983:113-115). A migração configura-se então como uma mobilidade forçada a ser usada e apropriada pelo capital para a sua reprodução.

A contribuição de Gaudemar (1977), outra clássica referência teórica, é importante para a compreensão deste processo. A partir das análises de Marx sobre a reprodução ampliada do capital, Gaudemar elabora a teoria da mobilidade da força de trabalho. Para o autor, o capitalismo ao transformar a força de trabalho em mercadoria acaba por mobilizá-la em termos espaciais, setoriais e profissionais inscrevendo-a nos imperativos da acumulação capitalista¹³³. Dito de outra maneira, para satisfazer a necessidade de reprodução do capital a força de trabalho desloca-se de uma atividade para outra ou de um espaço para outro. Esta subordinação ou submissão do trabalho ao capital é, em termos marxistas, uma condição *sine qua non* para a existência do capitalismo. Longe de ser um atributo natural a mobilidade do trabalho é um fenômeno resultante de um longo e tempestuoso processo histórico onde o trabalhador se submete aos desígnios do capital.

Guardadas as especificidades do tempo histórico de cada estudo, a experiência relatada por Carlos e Antônio se inscreve na teoria da mobilidade do trabalho. Ambos destacaram que não tinham intenção de “viver ali”. No decorrer da conversa Carlos relatou suas passagens por outras cidades do norte matogrossense como Sinop, Alta Floresta, Sapezal, além de Sorriso e Lucas, pois nas suas palavras “a gente vai onde tem trabalho e depois volta (para o território de origem)”. Nota-se que a condição de provisoriedade do migrante (Sayad, 1998) está associada com a sua relação contígua com o território de origem. De acordo com Sayad (1998), caso não obtenha a mobilidade social almejada, o migrante procede uma reflexão das suas condições de existência na migração a fim de avaliar permanentemente o “sair” ou “ficar”, reafirmando sua condição provisoriedade.

Para Martins (2009) ninguém abandona suas raízes sem necessidade. É o “jeitinho capitalista” que faz com que tanta gente tenha que “andar de um lado para o outro buscando terra” ou trabalho enfrentando as adversidades inerentes ao deslocamento. O capital dociliza os corpos¹³⁴ já cansados dos trabalhadores que buscam

¹³² Isto não quer dizer, segundo Durham, que calamidades naturais ou acidentes não sejam fatores que conduzam determinados fluxos migratórios (Durham, 1983:113).

¹³³ As circunstâncias sob as quais o trabalho se torna uma mercadoria é analisada originalmente pela teoria marxista. Segundo Marx é preciso que se garanta “certas condições históricas” para que “um produto possa se tornar mercadoria. É preciso que não seja produzido como meio imediato de subsistência do próprio produtor, mas para o capital”. De acordo com esta concepção é necessário que o trabalhador seja encontrado livre no mercado de mercadorias no sentido de “dispor como pessoa livre de sua força de trabalho como sua mercadoria, e o de estar livre, inteiramente despojado de todas as coisas necessárias à materialização de sua força de trabalho, não tendo, além desta, outra mercadoria para vender” (Marx, 1985:147). Para aprofundamento consulte Marx, 1985.

¹³⁴ Grosso modo, existe uma ordem invisível que controla, segundo Norbert Elias (1994), imperceptivelmente, as ações e funções do indivíduo restringindo, de certa maneira, o seu comportamento ou determinando um padrão. Esse controle imperceptível se aproxima do modelo de panóptico, proposto por Jeremy Bentham (1748-1832), o qual Michel Foucault (2004) utiliza para analisar o sistema de uma

no processo de modernização condições melhores de existência, tal como o exemplo do deslocamento de Carlos e Antônio.

Outro dado que merece destaque é o fato do entrevistado já ter passado por vários municípios no interior do Mato Grosso em busca de trabalho, porém, como destacou, sempre retornando ao seu território de origem. Trata-se de uma migração permanentemente temporária de caráter circular onde a lógica está num eterno ir e vir, partir e chegar assemelhando-se ao “vôo das andorinhas¹³⁵” (Martins, 1986).

Em seu estudo sobre os migrantes temporários piauienses em São Paulo, Gomes (2009) destaca que neste tipo de mobilidade forçada o capital acaba designando ao grupo migrante as áreas de destino ou definindo os pólos de atração. Desse modo, como destaca Toledo (2007), as “posições sociais ocupadas pelos migrantes em seus contextos territoriais de origem e de destino interferem na organização da mobilidade do trabalho” (Toledo, 2007:218). No caso do Mato Grosso pode-se dizer que a fronteira agrícola com significativa expansão produtiva do agronegócio vem sendo noticiada em vários os meios de comunicação como um “lugar de oportunidades” e, com isto, atraindo intenso fluxo migrante. É nesta perspectiva que a “fofoca” acionada pelo entrevistado torna-se um importante elemento de análise ao direcionar o fluxo migratório para uma região determinada.

Alguns dias antes, segundo os informantes, havia chegado um ônibus “cheinho de gente lá do Maranhão que também veio atrás da fofoca” e a maioria estava dormindo num alojamento da prefeitura que ficava próximo às margens do rio Verde. De fato, em conversa com outros informantes soube da chegada deste ônibus mas, até aquele momento, não sabia sobre a veracidade da informação. Era comum a chegada de ônibus com trabalhadores vindos do Maranhão, entretanto a maioria não conseguia trabalho porque não tinha a qualificação exigida para as vagas existentes. O trabalho no campo tecnificado e modernizado exigia do trabalhador um saber-fazer específico. Não basta apenas saber catar raízes, arar a terra, adubar, etc., o saber-fazer numa área onde a racionalidade técnica se expressa também nas relações de trabalho não se limita a ter “braços para a lavoura”. É como nos alerta Moreira (2007), “no tempo do trator nada vale o domínio da técnica do manejo do boi de aração associada à cultura cabocla” (Moreira, 2007:45).

Na fronteira agrícola do Mato Grosso onde o agronegócio figura como principal modelo produtivo, a “força” do “trabalho” está na capacidade do indivíduo em gerar incrementos e produtividade para o capital. O trabalho em si assume a forma de capital, o que uma vertente teórica tem usualmente classificado como capital humano. Segundo Schultz (1973) e Becker (1983) o capital humano serve para designar aptidões e habilidades pessoais que permitem aos indivíduos gerar renda e, por isto, depende fundamentalmente do conhecimento adquirido. A noção de capital humano é tratada pelos autores como sinônimo de conhecimento técnico e, conseqüentemente, a educação adquire um caráter de investimento passando a ter função estratégica no desenvolvimento do capitalismo. Para Becker, as distintas capacidades de incremento

prisão e estabelecer sua teoria sobre a “sociedade disciplinar”. Para Foucault o ser social da sociedade disciplinar produz corpos submissos e exercitados, “corpos dóceis”, que desenvolvem a capacidade de moldar-se a qualquer situação. A disciplina dissocia o poder do corpo, faz dele por um lado “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar (Foucault, 2004:119) e, desta maneira, o indivíduo se submete a uma vigilância contínua que pode se espalhar por toda sociedade em uma rede ramificada além da estrutura física das instituições. Essa distribuição capilar do poder é um dos pólos fundamentais de controle das massas, ou seja, da sociedade.

¹³⁵ As andorinhas são aves que partem em busca de alimentação e melhores condições climáticas. O retorno ao local de origem acontece assim que a sobrevivência esteja garantida.

do capital humano na forma de educação é um dos componentes que explica o desenvolvimento desigual entre os países.

Parece-me irrefutável o fato de que ainda nos dias atuais as condições de acesso a educação e, por conseguinte, ao conhecimento, é desigual. No entanto, dadas as suas próprias características, na “sociedade do agronegócio”¹³⁶ (Heredia, Palmeira e Leite, 2009) o que importa é a aliança entre conhecimento e produtividade da força de trabalho corporificada nas suas habilidades inovativas, tecnológicas e gerenciais. As relações de trabalho no campo modernizado são mediadas por máquinas e equipamentos de última geração, muitas vezes com tecnologia importada, exigindo do trabalhador um conhecimento específico.

A dinâmica do trabalho na “sociedade do agronegócio” realiza-se através das estreitas relações entre o nível tecnológico do sistema produtivo e a qualificação da força de trabalho. Trata-se, segundo Muller e Cardoso (1977), do “emprego/desemprego determinado pelas condições técnicas e sociais da produção” (Muller e Cardoso, 1977:93). Tal mecanismo de desenvolvimento das forças produtivas, extremamente dependente das condições naturais de produção, exige o emprego de força de trabalho específica, qualificada e sazonal acirrando ainda mais a exclusão de boa parcela dos trabalhadores rurais que migram para a fronteira.

As inovações tecnológicas adotadas sistematicamente a cada safra pelos agricultores empresariais no intuito de aumentar a produtividade/produção tem reduzido a oferta de trabalho temporário no campo. Esta mão-de-obra braçal é aos poucos substituída por mão-de-obra específica¹³⁷.

É da análise deste processo que Moreira (2007) percebe a dinâmica da sociedade capitalista como “polimorfa e mutante, tanto por suas diferenças do tempo histórico, quanto por suas formações sociais específicas”. Seguindo os seus argumentos, a apropriação do conhecimento torna-se então elemento-chave da dinâmica econômica, social, cultural (Moreira, 2007:30) e, porque não dizer, territorial da “sociedade do agronegócio” de Lucas do Rio Verde.

No que se refere as “conversas” ou “fofocas” sobre a existência de trabalho naquela região é preciso considerar a confluência deste argumento com o discurso de alguns empresários rurais ao destacarem que mesmo que a cidade esteja atraindo um intenso fluxo migrante eles ainda vão buscar mão-de-obra no sul do país. Uma comprovação disto eu tive no próprio hotel em que estava hospedada onde a maioria dos hóspedes era de origem sulista e havia sido contratado no sul para trabalhar em cargos técnicos nas fazendas (tais como técnicos agrícolas, engenheiro de segurança do trabalho, etc.) ou administrativos na agroindústria de alimentos. Ao questioná-los sobre a chegada de migrantes e a disponibilidade desta mão-de-obra estes eram classificados quase que automaticamente como “maranhenses”:

“Hoje surgiu muita mão-de-obra em Lucas. Então hoje a cidade já tem bastante gente, pessoal de Mato Grosso aqui por causa do trabalho e também os maranhenses. Assim é trabalho braçal ou o que surge nas fazendas ou na

¹³⁶ Os autores utilizam esta categoria para analisar os processos relacionados ao agronegócio para além do crescimento agrícola e do incremento de produtividade e direcionam o olhar “não apenas nos agentes diretamente envolvidos nas atividades agrícolas, industriais ou de gerenciamento”, mas, sobretudo, nas “relações que se estabelecem entre os que administram a produção agrícola e industrial e seus subordinados”. O tratamento das questões inerentes a utilização desta categoria será discutido no item 3.3. deste capítulo.

¹³⁷ Utilizo a categoria específica para diferenciação da mão-de-obra pois, ao meu ver, todo o saber-fazer tem sua qualidade e, portanto, exige qualificação. Para ser peão, por exemplo, é exigida uma qualificação, um saber-fazer específico como “catar” raízes, arar a terra, etc.

cidade, de domésticas. Só que não é, vamos dizer assim, é uma mão de obra meio desqualificada. Não tem um nível assim que nem o pessoal, falando assim o parananse, o catarinense”.

(Bento Monduzzi, natural de Dona Francisca/RS, agricultor empresarial)

A categoria “maranhense” é utilizada para se referir ao “outro” que não necessariamente é nascido no Estado do Maranhão. Tal como a categoria “gaúcho” que é acionada localmente para designar os migrantes que vieram dos Estados do sul do país, a categoria “maranhense” refere-se a todo migrante que venha da região Nordeste. É curioso constatar que a categoria “maranhense” tenha num contexto local uma força maior que a própria categoria “nordestino”, usualmente empregada para pessoas nascidas naquela região do país. Retomarei adiante este debate.

Como dito anteriormente, a “qualidade” da força de trabalho é um requisito obrigatório para o agronegócio o que implica na sua incapacidade de absorver todo o contingente de mão-de-obra dos “maranhenses”. Valendo-se deste argumento a prefeitura municipal justificando que não teria trabalho para todos em certa ocasião pagou o retorno dos trabalhadores no mesmo ônibus que haviam chegado, antes mesmo que eles pudessem se instalar na cidade. Este ato do prefeito foi alvo de posicionamentos diversos na sociedade luverdense. Houve uma minoria que se manifestou contrariamente a esta ação cujo preconceito velado deixava a mostra a etnicidade na concepção da sociedade local. De outro lado, a grande maioria apoiou a iniciativa da prefeitura dividindo-se entre aqueles que se pronunciaram abertamente favoráveis e os que ao manter o silêncio manifestaram seu consentimento.

Vainer (1998) já havia registrado o número crescente de prefeituras que através de ações concretas impedem a entrada de migrantes no município “seja para expulsá-los” ou “induzi-los a seguir viagem”. Não por acaso, o autor cita um exemplo emblemático ocorrido no Rio Grande do Sul em 1993 quando os prefeitos de São Leopoldo e Novo Hamburgo implantaram o Programa *Fecha Fronteiras no Vale dos Sinos* institucionalizando o controle da chegada de “indesejáveis” utilizando-se de veículos da prefeitura que circulavam nos locais de acesso à cidade a fim de monitorar, controlar e impedir a entrada de migrantes (Vainer, 1998:832).

Foi neste contexto que surgiu uma questão: se em 2005 a chegada de “maranhenses” incitou o estranhamento entre os distintos personagens da fronteira, com posturas, manifestações e posicionamentos diversos sobre a permanência (ou não) destes migrantes como estaria se dando o processo de assimilação e inserção social-cultural dos migrantes que estavam chegando quase que semanalmente na cidade para trabalharem na tal agroindústria? Se houve um acordo tácito entre o poder público-empresa privada-sociedade porque a “vila” para moradia destes migrantes foi construída num local tão distante do centro urbano da cidade?

Foi então que decidi ver com meus próprios olhos as instalações da Sadia e o que seria esta “vila”.

3.3. O processo de territorialização da fábrica

A cidade de Lucas do Rio Verde é cortada, como dito anteriormente, pelo eixo rodoviário BR 163. Em cidades com este tipo de configuração espacial é muito comum a população local reportar-se ao “lado direito da rodovia” ou “lado esquerdo da rodovia” para se referir a um determinado espaço, tomando como convenção o sentido Cuiabá-Santarém. A estrutura física da “Sadia” foi instalada do lado esquerdo desta rodovia onde anteriormente, num tempo não muito distante, havia plantações de soja. Resolvi então ir pessoalmente até as instalações da empresa, em primeiro lugar para conhecer sua localização e infra-estrutura e, em segundo lugar, para tentar mais uma vez

agendar uma entrevista. Para chegar até o local percorri uma parte da cidade que em 2005 era apenas lavoura. No lugar das lavouras pude observar oficinas de máquinas e equipamentos, armazéns de construção civil, madeireiras, etc. (figuras 19 a 22). Foi então que comecei a ter dimensão que as mudanças na paisagem não se esgotavam na parte residencial do núcleo urbano, mas, sobretudo, no núcleo industrial da cidade. Eram dezenas e dezenas de empresas relacionadas às atividades da construção civil que haviam se instalado ou ainda estavam se instalando ali para a edificação da unidade agroindustrial.



Figura 19: Oficina de máquinas e equipamentos. (Foto: Betty Rocha, 2008)



Figura 20: Madeireira. (Foto: Betty Rocha, 2008)



Figura 21: Armazém de Construção Civil. (Foto: Betty Rocha, 2008)



Figura 22: Armazém de Construção Civil. (Foto: Betty Rocha, 2008)

Para que se possa ter dimensão das alterações/transformações em processo é interessante observar a evolução do perímetro urbano da cidade. Em 07 de novembro de 1984, dois anos após a chegada dos primeiros parceiros, a Coordenadoria Regional do INCRA/MT elaborou o primeiro mapa com a definição da área urbana (figura 25).

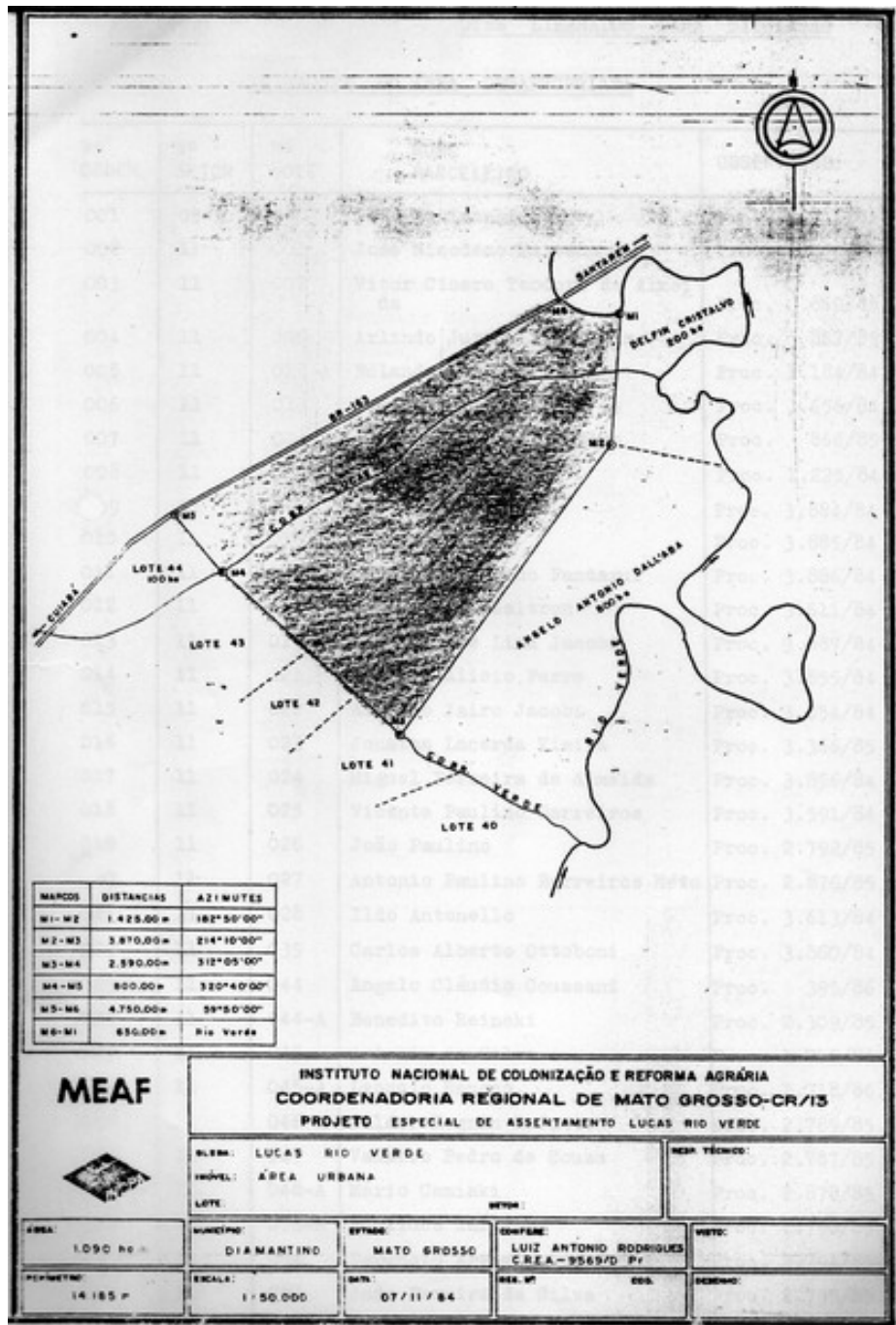


Figura 25: Perímetro Urbano Lucas do Rio Verde, 1984. (Fonte: INCRA/MT)

As agrovilas eram espaços pensados na lógica do urbanismo rural do INCRA com intuito de diminuir os custos com a colonização instalando a infra-estrutura necessária (escola, posto de saúde, etc.) somente no espaço urbano e não nas linhas onde estavam localizados os lotes rurais. Para tanto, cada assentado recebeu, além do lote rural, um lote na zona urbana.

Em 09 de fevereiro de 1989, alguns meses depois da sua emancipação político-administrativa¹³⁸, a prefeitura de Lucas recebeu do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD) o título de doação da área urbana juntamente com o projeto de urbanização elaborado pelo próprio órgão em 13 de maio de 1986. Neste mesmo ano, em 13 de junho, através da lei municipal nº 026/89, o município aprovou a delimitação do perímetro urbano em 1.405,0024 hectares (figura 26):

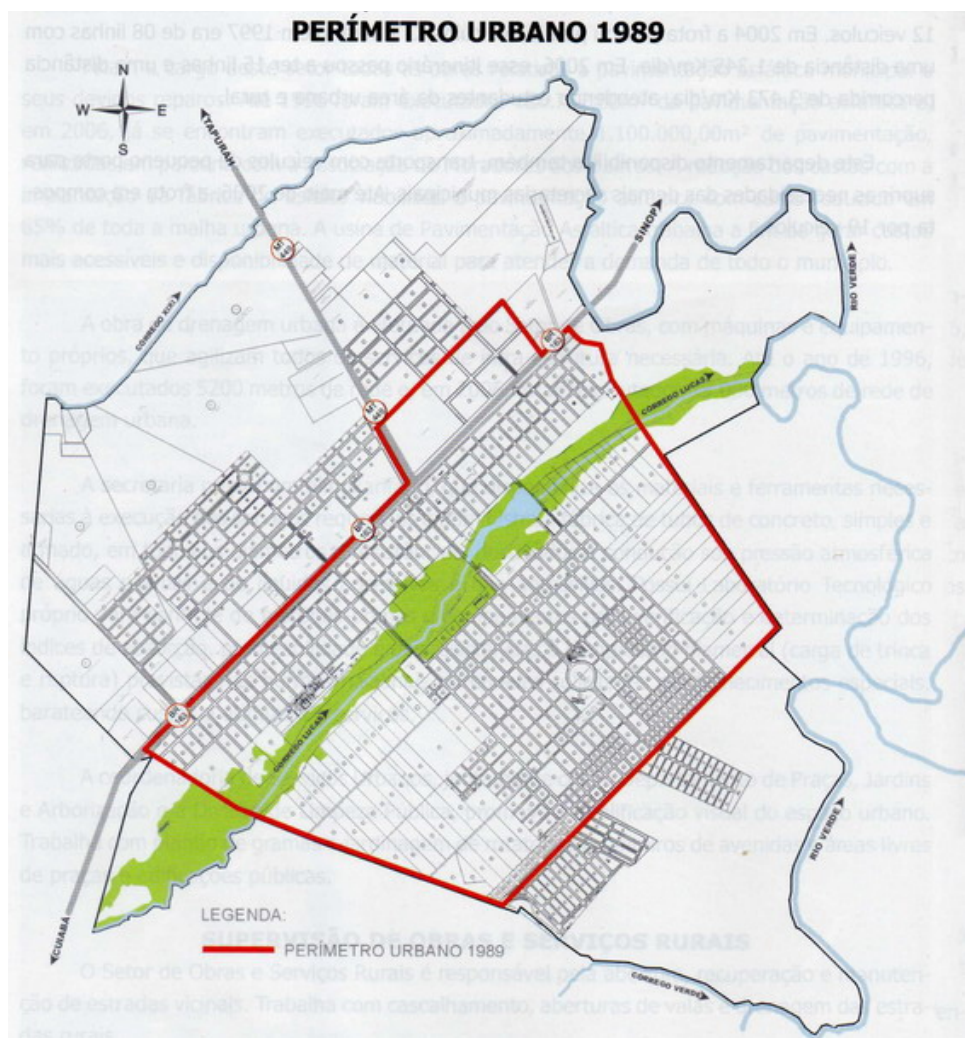


Figura 26: Perímetro Urbano Lucas do Rio Verde, 1989. (Fonte: Plano Diretor)

Quatorze anos depois, em julho de 2002 foi aprovada a ampliação do perímetro urbano de acordo com a lei municipal nº 887/2002, porém, no ano seguinte uma nova alteração foi proposta para regularizar uma área do poder público municipal onde foram construídas casas populares. Com isto o perímetro urbano passou para 2.256,57 hectares (figura 27).

¹³⁸ A lei estadual nº 5.318 de 4 de julho de 1988 criou o município de Lucas do Rio Verde.

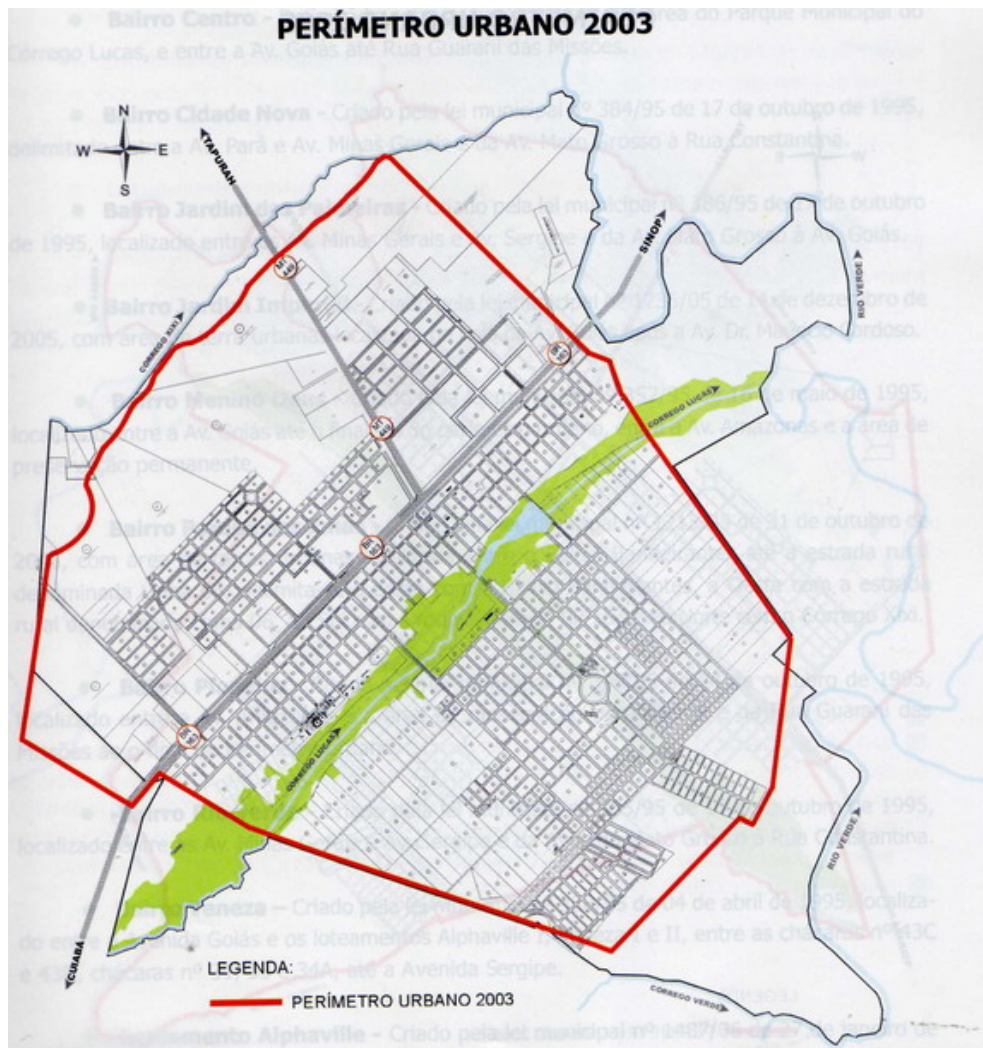


Figura 27: Perímetro Urbano Lucas do Rio Verde, 2003. (Fonte: Plano Diretor)

Tal alteração estava vinculada a um projeto de cunho social no qual famílias de baixa renda puderam acessar linha de financiamento do Sistema Financeiro de Habitação para aquisição de terreno para construção da casa própria. Estes projetos denominados “Minha Vez I” (figura 28) e “Minha Vez II” foram possíveis mediante a parceria entre a prefeitura municipal e empresas privadas que financiaram a compra de materiais de construção tendo como beneficiárias 568 famílias até 2003 (Fonte: Perfil sócio-econômico de Lucas do Rio Verde, 2003).



Figura 28: Projeto Minha Vez I. (Acervo Prefeitura Municipal).

Em 2005 uma nova ampliação do perímetro urbano é aprovada pela lei municipal nº 1.220/2005 ficando a área urbana com 3.0033,281072 hectares conforme figura 29.



Mapa 29: Perímetro Urbano Lucas do Rio Verde, 2005. (Fonte: Plano Diretor)

Em 2007, uma nova proposta de expansão do perímetro urbano foi apresentada para, de acordo com o Plano Diretor, contemplar a legislação vigente ao excluir as áreas verdes não aptas ao processo de urbanização para que estes espaços fossem sujeitos ao controle de legislação ambiental. Com esta nova configuração a área urbana de Lucas do Rio Verde passa a ter 49.555.426,21m² (figura 30).

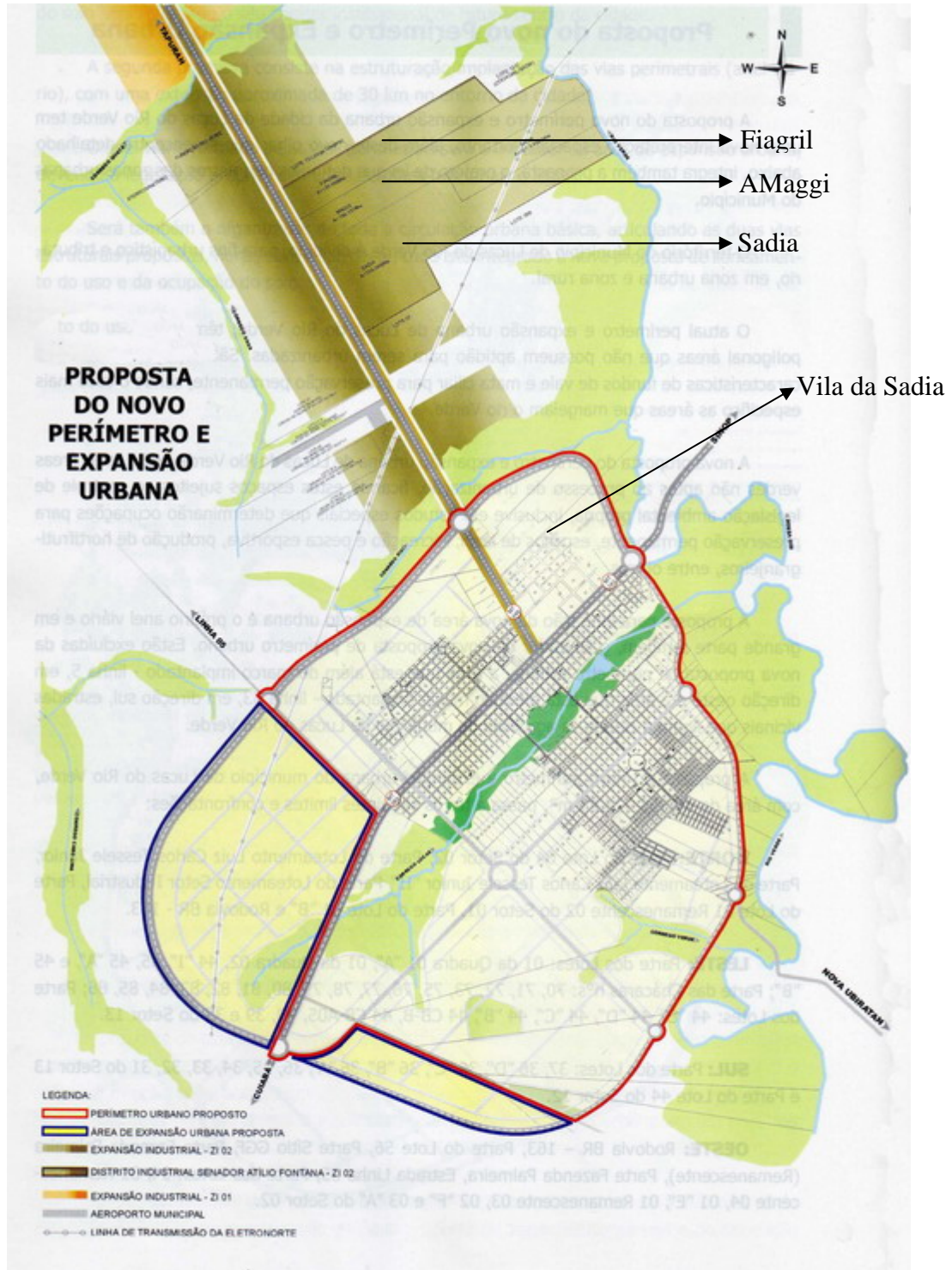


Figura 30: Perímetro Urbano Lucas do Rio Verde, 2007. (Fonte: Plano Diretor)

Segundo consta, alguns produtores que tinham suas propriedades localizadas nas áreas de ampliação foram levados a transformar suas lavouras de soja em loteamentos urbanos. Isto ficou evidente ao retornar às instalações da faculdade de Lucas do Rio Verde¹³⁹ que em 2005 era contornada parcialmente por plantações de soja e, atualmente,

¹³⁹ A União das Escolas Superiores de Lucas do Rio Verde, mantenedora da Faculdade de Lucas do Rio Verde, conhecida localmente como Univerde, foi implantada através da iniciativa de alguns empresários, que perceberam carência no que tangia à educação superior no município e região. Após aprovação e credenciamento junto ao Ministério da Educação, em 2002 iniciou suas atividades ofertando os cursos de

está inserida num dos loteamentos mais valorizados da área urbana, onde também está localizado um complexo hoteleiro com edificação que representa tudo que há de mais moderno.

A ampliação da zona urbana também está em consonância com o intenso fluxo migratório para a região decorrente da oferta de trabalho na Sadia, planta industrial foi construída numa área denominada Distrito Industrial Senador Atílio Fontana (ver figura 25) distante aproximadamente 8 km do centro de Lucas do Rio Verde. Preciso neste ponto fazer um parêntese.

Tive o privilégio de fazer este percurso de carro na companhia de Caetana Abrantes, nascida em Alegrete no Rio Grande do Sul, professora universitária e habitante de Lucas fazia 6 anos. Caetana migrou para a cidade logo depois do seu casamento. Seu marido, nascido em Palotina no Paraná, era também professor universitário, tinha migrado para o Mato Grosso ainda criança com seus pais, mais especificamente para o município de Diamantino. Ainda jovem retornou para o sul para fazer faculdade, onde conheceu Caetana e depois do casamento a trouxe para morar em Lucas do Rio Verde por acreditar que ali teriam “melhores oportunidades”. Os primeiros contatos que tive com Caetana foram por mensagem eletrônica (e-mail) depois que um amigo em comum nos apresentou virtualmente. Conheci-a pessoalmente em 2005 quando realizei a primeira pesquisa de campo. Caetana não parecia muito feliz em morar em Lucas pois, segundo ela, apesar de estarem bem instalados, com bons postos de trabalho na faculdade local, sentia-se em muitos momentos sozinha e com muita saudade da família que havia deixado no sul. Ao reencontrá-la em 2008 pude perceber que seus sentimentos ainda eram os mesmos e frequentemente fazia o trajeto Mato Grosso-Rio Grande do Sul reafirmando sua multiterritorialidade “gaúcha”

A facilidade de uma mobilidade física permite a experimentação múltipla de territórios, acionando-os de maneira sucessiva e simultânea denotando o caráter multiescalar que assume a territorialidade migrante naquele contexto. Dito de outra maneira, através do “encaixe de territórios em diferentes dimensões ou escalas” (Haesbaert, 2004b:8), Caetana aciona uma vivência de múltiplos territórios expressa em sua territorialidade matogrossense, na territorialidade gaúcha e na territorialidade vivenciada no próprio deslocamento. Não se trata apenas da simples possibilidade de acessar ou de ativar diferentes territórios, mais do que isto, “trata-se de vivenciá-los, concomitantemente e/ou consecutivamente”, sobretudo, como um espaço vivido¹⁴⁰.

Caetana recebeu-me gentilmente em sua casa e em vários momentos, vendo a minha dificuldade de locomoção, me levou de carro para os lugares mais distantes da cidade. Estes percursos em sua companhia foram reveladores pelas histórias e fatos os quais tive conhecimento e, portanto, se configuraram em importantes fontes de pesquisa. Como habitante da cidade, legitimada por seus pares, me apresentou a vários outros migrantes, me inseriu em alguns espaços de sociabilidade e compartilhou comigo sua experiência de vida e, sobretudo, de vivência na cidade. Muitas das informações aqui descritas foram obtidas informalmente na sua companhia

Durante o percurso entre a zona central de Lucas ao adentrarmos (eu e Caetana) na rodovia MT 449, ainda numa área urbana, pude observar uma quantidade extraordinária de construções e novas edificações. Para qualquer lado que se

bacharelado em Direito e Turismo. Em 2008, após alguns meses de negociação a Univerde foi incorporada à Rede La Salle, de Porto Alegre (RS) passando a ser chamada de Faculdade La Salle ou Unilasalle.

¹⁴⁰ O conceito de multiterritorialidade proposto por Haesbaert (1995 e 2004) é esclarecedor deste processo. Sugiro ver Haesbaert (1995 e 2004). Para uma melhor compreensão das manifestações culturais deste fenômeno no Mato Grosso ver Rocha (2006).

direcionasse o olhar era possível observar algum canteiro de obras. A impressão que se tinha era que a cidade em si tinha virado um imenso canteiro de obras. O trânsito era intenso. Carros, motos e bicicletas disputavam lugar na pista com utilitários, caminhões e carretas e, já no início do percurso, cruzamos com o primeiro caminhão-frigorífico da Sadia. Digo “primeiro” porque tanto no percurso de ida quanto no de volta cruzamos com vários destes caminhões.

Outro dado que chamou atenção foi a boa condição da rodovia em que transitávamos, muito embora o trânsito observado deixasse evidente a intensidade do tráfego naquela via de acesso. Em se tratando de Mato Grosso, este é um dado significativo, pois as rodovias do Estado são conhecidas por suas péssimas condições de tráfego e de manutenção. Ao comentar esta impressão Caetana imediatamente se pôs a explicar o processo que deu origem àquela rodovia¹⁴¹.

O alto custo de comercialização da produção resultante, dentre outros motivos, da precariedade das estradas e vias de comunicação com municípios adjacentes levou os agricultores e empresas locais a firmarem uma parceria com a Prefeitura Municipal para pavimentação de estradas e vias vicinais de Lucas. Esta parceria deu origem ao primeiro consórcio público-privado do país e culminou na pavimentação da MT-449, conhecida entre os luverdenses como “Rodovia da Mudança”, inaugurada em 2003, com 96 km de extensão ligando Lucas do Rio Verde a Tapurah. Para isto cada produtor rural desembolsou na época R\$ 75,00 por hectare de área plantada para custear os 27 km de extensão de estrada, com custo de aproximadamente R\$ 110 mil por quilômetro.

Atualmente com 148,33 km de extensão, a Rodovia da Mudança é considerada uma das principais rotas de escoamento da produção na região é administrada pela Associação de Beneficiários da Rodovia da Mudança e pelo Governo do Estado, responsáveis pela manutenção do trecho que desde 2006 funciona com sistema de pedágio. Os recursos do pedágio são utilizados não só com pavimentação e manutenção mas também com sistema de segurança. Em entrevista para um jornal local, a gerente da associação explicou que milhares de veículos trafegam pela rodovia diariamente e todos estão sendo filmados durante 24 horas. As imagens capturadas, segundo ela, são transmitidas em tempo real para a Secretaria de Estado de Infra-estrutura, autarquia estadual que administra a rodovia em sistema de parceria com a associação. Este sistema de monitoramento em tempo real garante, segundo os administradores, uma ação mais efetiva e eficiente na garantia de segurança para quem trafega na rodovia, e já teve como resultado a recuperação de veículos roubados devido o monitoramento. A associação é formada por representantes dos produtores, empresas locais e do poder público municipal, e é responsável juntamente com o órgão estadual pela administração da rodovia que dentre outras atividades realiza licitação tomada pública de preços para toda e qualquer obra de manutenção ou investimento (como no caso do moderno e arrojado sistema de segurança citado) na rodovia.

Depois de aproximadamente vinte minutos circulando, entre paradas e comboios, saímos da zona urbana e adentramos ao espaço usualmente designado como “rural”¹⁴². Um horizonte verde se apresentava a nossa frente: soja de um lado e de outro da rodovia. Era como se o carro estivesse imenso no ouro verde tendo como parceira aquela linha contígua de asfalto. Assim como o carro parece ter submergido no horizonte verde, Caetana e eu mergulhamos numa longa conversa que só foi

¹⁴¹ Em Rocha (2006) obtive informações técnicas sobre a construção da MT 449, porém esta era a primeira vez que transitava pela rodovia.

¹⁴² Cabe assinalar que parte-se aqui do escopo teórico discutido no item 3.1. que fundamenta esta relação urbano-rural.

interrompida quando avistei do lado direito da rodovia o complexo agroindustrial da Sadia.

As instalações impressionam pelo tamanho e pela localização. De um lado da rodovia numa área a perder de vista estão as instalações da agroindústria, do outro lado uma imensa lavoura de soja. Cabe também ressaltar a distância entre as edificações e a rodovia. Para sair do prédio central e chegar na beira da estrada a pessoa teria que caminhar um bom trecho a pé, dando a impressão de que a planta industrial tinha sido projetada de maneira a evitar um contato imediato dos trabalhadores com o mundo exterior.

Embora fosse um dia de semana parecia que agroindústria estava fechada, pois não se via movimento de carros entrando e saindo, tampouco de pessoas. Mais tarde fiquei sabendo que apenas uma parte da agroindústria estava funcionando. Desci do carro e me dirigi até o local que aparentemente seria a entrada onde um homem vestindo um uniforme com a palavra “segurança” bordada na camisa me atendeu. Expliquei brevemente minha intenção de contatar algum diretor ou gerente para marcar uma entrevista e o homem me disse que deveria entrar em contato telefônico. Contei que já havia tentado o contato por telefone sem obter sucesso e pedi que ele apenas ligasse para alguém da administração para me identificar como pesquisadora, porém, a cada intervenção minha o homem prontamente respondia que deveria entrar em contato telefônico. Parecia entoar um mantra para toda e qualquer pessoa que se dirigisse a ele: “por favor entre em contato telefônico com a administração”. Foi o máximo que consegui, além de registrar algumas imagens.

Ao retornar para o carro, Caetana perguntou-me se queria conhecer as instalações da AMaggi¹⁴³. E logo intervim: mas a AMaggi não fica antigo distrito industrial?

Foi então que, para minha surpresa, soube que a expansão urbana aprovada em 2007 pela lei complementar nº 54 de 11 de dezembro englobou a área industrial onde originalmente estavam a sede de diversas agroindústrias como, por exemplo, a COOPERLUCAS. A área havia sido incorporada no que a lei denomina como “sede do município” e a localidade onde atualmente estava a Sadia foi denominada como “Distrito Industrial Senador Atílio Fontana”. As empresas ligadas ao ramo agroindustrial estavam sendo incentivadas a transferir suas instalações para aquela localidade, de forma a possibilitar a incorporação da área do “antigo” distrito industrial nos moldes habitacionais. Assim, algumas destas empresas já haviam efetuado a mudança. Entretanto, no caso da AMaggi não se tratava apenas de uma mudança física, mas também estrutural relacionada a um processo de verticalização da produção, um projeto de magnitude local e regional que tomou fôlego a partir de 2005. Vejamos a conjuntura em que se deu este processo.

Em 2005, ao contrário do que vinha acontecendo em anos anteriores, os agricultores de Lucas viram-se diante de um cenário desfavorável com a queda dos preços domésticos da saca de soja registrando um valor médio de R\$ 30,00 depois de ter alcançado R\$ 42,00 em meados de 2004; a forte retração das taxas de câmbio e perdas

¹⁴³ É um conglomerado de empresas que atua no mercado da soja há mais de 30 anos. As atividades da empresa iniciaram em São Miguel do Iguazu, Paraná. Na década de 1970, André Maggi, fundador do grupo, adquiriu grandes extensões de terras no Mato Grosso dando início a expansão da empresa e a formação do que atualmente é chamado de AMaggi. É significativo o fato do atual governador do Estado, Blairo Maggi, sócio majoritário da AMaggi ser considerado o maior produtor individual de soja do mundo, responsável por 5% da produção anual do grão. Para uma visão mais sistêmica da atuação deste grupo na dinâmica produtiva e territorial na Amazônia sugiro ver Lima (2008).

de produtividade na safra daquele ano com impacto direto no índice de lucratividade média depois de anos consecutivos de crescimento (Fonte: IMEA, FAMATO).

O cenário internacional naquele momento não era diferente. Em 2004 o preço da saca de soja caiu de US\$ 14,42 em 2004 para US\$ 12,28 em meados de 2005 sendo que foi registrado um incremento nos curtos de produção da ordem de 38% na comparação dos períodos 2003-2004 e 2004-2005. Por outro lado, os analistas econômicos alertavam para uma tendência de aumento da demanda de grãos devido o crescimento do mercado nacional e internacional de biocombustíveis e a expansão da economia chinesa. Diante desta conjuntura uma série de ações difusas voltadas particularmente para o agronegócio mobilizou representantes do poder público local, agricultores, setor privado e sociedade em geral. A mobilização em torno de medidas e ações que colocassem em prática um novo ciclo econômico estava presente nas falas dos distintos atores entrevistados, assim como nas esferas de sociabilidade era possível notar uma preocupação em buscar estratégias que garantisse o contínuo desenvolvimento do município, preocupação presente inclusive entre os jovens.

Em certa ocasião, ao entrevistar dois jovens, de aproximadamente 13 anos, integrantes da internada artística do Centro de Tradições Gaúchas Sentinela da Tradição chamou-me atenção que em seus discursos estivesse presente esta preocupação com o desenvolvimento da cidade que pudesse garantir a eles boas expectativas de futuro. Isto denota uma particularidade do perfil do agronegócio em Lucas do Rio Verde: embora se trate de uma agricultura tecnificada e de larga escala, a atividade produtiva é tratada como um negócio de família envolvendo de alguma maneira todos os integrantes da unidade familiar. Este envolvimento com as conquistas e dilemas inerentes ao negócio serviu de incentivo para os jovens participarem mais ativamente da vida política da cidade culminando na criação da Câmara de Vereadores Mirins.

Instituída pela lei 773 de 5 de dezembro de 2000¹⁴⁴ a Câmara Mirim de Lucas do Rio Verde é composta por nove vereadores mirins e nove suplentes eleitos pelo voto direto e secreto para o mandato de um ano escolhidos por seus pares devidamente matriculados nas turmas de 5ª a 8ª série do ensino fundamental e nas três séries do ensino médio. Os vereadores mirins têm como atribuições elaborar e debater propostas que visem a melhoria da qualidade de vida da população. Após debatida e aprovada por sua mesa diretiva a proposta é encaminhada como “sugestão”¹⁴⁵ para Mesa Executiva da Câmara Municipal de Vereadores.



Figura 31: Sessão da Câmara Mirim realizada em 24 de setembro de 2010. (Acervo Câmara de Vereadores de Lucas do Rio Verde).

¹⁴⁴ Alterada pela lei 824 de 25 de outubro de 2001.

¹⁴⁵ Um exemplo disto foi a sugestão nº 37 de autoria da vereadora mirim Priscila Oliveira Luz aprovada durante a 6ª sessão ordinária da Câmara Mirim realizada em 28 de setembro de 2010 que encaminhou ao Executivo a reivindicação de instalação de redutores de velocidade em uma das avenidas da cidade.

Via de regra, tem-se registrado uma predisposição dos vereadores em acatar as sugestões encaminhadas pelos vereadores mirins. Esta prática tem servido para um maior grau de envolvimento da juventude local às questões políticas, econômicas, sociais, culturais e estruturais do município¹⁴⁶.

Retomando o argumento anterior, em meio a crise que se anunciava e a conseqüente desvalorização do preço da saca de soja a solução encontrada foi a busca pela verticalização. Na verdade, o que se convencionou chamar localmente de 2º ciclo econômico constituiu-se em ações encadeadas voltadas para a verticalização da economia no intuito de transformar Lucas do Rio Verde de produtor de bens primários para exportador de bens industrializados.

A verticalização se caracteriza pela construção de arranjos produtivos capazes de incrementar, valorizar e melhorar vários aspectos socioeconômicos no meio rural tais como geração de emprego e renda, agregação de valor à produção, diversificação do sistema produtivo, redução de perdas, etc. (Lazzarini e Machado Filho, 1997). De acordo com Wesz Jr (2008), esta estratégia permite a implementação de procedimentos que agregam valor ao produto primário apoiando-se na combinação das atividades desenvolvidas: produção de matéria-prima + processamento e/ou industrialização + comercialização.

No caso de Lucas do Rio Verde a busca pela verticalização foi mais do que uma saída à crise conjuntural, foi também resposta às novas condições do mercado e de competitividade no setor agropecuário. A primeira iniciativa foi o investimento dos produtores locais na suinocultura como uma atividade agregada à produção de grãos. A evolução do efetivo de suínos (tabela 7, p. 18) demonstra um incremento da ordem de 248,72% em 2004 com relação a 2003, mantendo uma evolução gradativa até 2007. Estes números ganham ainda mais relevância quando comparados aos demais municípios de Mato Grosso já que, de acordo com dados do Instituto Matogrossense de Economia Agropecuária (IMEA), os dois maiores produtores de suínos são Tapurah com 264,8 mil cabeças representando 14,2% e Lucas do Rio Verde com 194,1 mil cabeças representando 10,4% do total.

Com um sistema produtivo baseado na integração vertical principalmente com a produção de grãos como soja e milho, a suinocultura tem ocupado lugar de destaque na matriz produtiva do agronegócio no Brasil. Isto se deve não só pela sua dinâmica interna ao possibilitar a parceria produtiva com o plantio de grãos, mas também por gerar divisas no mercado externo (Gonçalves e Palmeira, 2006). A produção integrada e intensiva de animais vem ganhando espaço na suinocultura brasileira, ao passo de Wilkinson e Rudi (2005) chamarem atenção para uma “nova configuração geográfica da produção” que resultou no deslocamento de investimentos de grupos líderes no setor alimentício da região sul para o Centro-Oeste em razão da abundante oferta de matérias-primas como milho e farelo de soja¹⁴⁷.

Cabe assinalar a realização de todo um trabalho de convencimento dos atores locais em aderirem a um projeto produtivo que compreendia não só recursos públicos, mas, sobretudo, o envolvimento de várias esferas da sociedade devido à magnitude dos investimentos. Em agosto de 2005, acompanhei durante a EXPOLUCAS (feira agropecuária que ocorre anualmente no município) a mobilização de agricultores, sociedade civil organizada, setor público e privado em torno do debate sobre as

¹⁴⁶ A experiência da Câmara Mirim de Lucas do Rio Verde tem servido de modelo para outros municípios do Estado. Recentemente, representantes de Tapurah (distante 100 km) solicitaram consultoria à Câmara de Lucas para implantação da Câmara Mirim em seu município.

¹⁴⁷ Sobre este assunto ver Rohenkhol (2007), Wilkinson e Rudi (2005) e Nicolau, Vargas e Balzon (2001).

oportunidades e possibilidades de um projeto conjunto que viabilizasse a verticalização da produção e, desta maneira, contemplasse a diversificação da economia desde o plantio dos grãos até a comercialização de produtos. O discurso predominante naquela ocasião era a preocupação em diversificar a economia do município, pautada na monocultura de soja e milho, a fim de gerar emprego e renda para estimular um novo ciclo de desenvolvimento capaz de garantir, dentre outras coisas, a expectativa de futuro para a população, sobretudo para os jovens que começavam a sair do município em busca de melhores oportunidades de emprego¹⁴⁸.

De acordo com a prefeitura municipal o primeiro passo para a verticalização da economia foi dado em 2005 com a construção da Usina Canoa Quebrada resultando na geração de mais de 28 megawatts de energia e se consolidou com a implantação de uma indústria de alimentos, a Sadia S/A, atraindo no seu rastro dezenas de empresas nos mais diversos ramos de atividade, assim como, trabalhadores dos quatro cantos do país.

Um sistema vertical de produção prevê a aglutinação de plantas industriais complementares que permita o processamento da matéria-prima até o acabamento final do produto sem que haja comprometimento da autonomia das empresas envolvidas. Cada planta industrial envolvida no processo fica responsável por uma parte do estágio produtivo. A mudança do paradigma fordista para um sistema flexível de produção só é possível, segundo Kon (1999), através da atração e do treinamento de mão-de-obra qualificada, pelo desenvolvimento de redes de cooperação entre as firmas e pela utilização de um nível considerável de tecnologia flexível (Kon, 1999:48).

Em Lucas do Rio Verde este tipo de arranjo produtivo se consolidou em três grandes projetos industriais que já estão trabalhando de forma integrada: as unidades agroindustriais da Sadia; a esmagadora de soja da AMaggi e a usina de biodiesel da Fiagril. A proximidade física entre as unidades produtivas destas empresas (figura 25) permite a constatação da aglutinação de plantas industriais conformando assim um sistema produtivo vertical cujo resultado é um “maior adensamento das relações intersetoriais” (Uderman e Menezes, 1998).

Em meados de 2005 a Sadia S/A, agroindústria de produção, distribuição e exportação de gêneros alimentícios congelados e resfriados, anunciou um investimento robusto no Mato Grosso na construção daquela que seria uma das maiores plantas industriais do setor alimentício do país. Note-se aqui uma mudança de paradigma produtivo ao deslocar os usuais investimentos no setor avícola do sul do país onde o sistema de produção baseia-se na integração de pequenos produtores com a grande agroindústria para se instituir uma avicultura moderna com base num novo modelo de integração que, de acordo com Cardoso (2008), representa a busca por um novo dinamismo na cadeia carne-grãos ao selecionar “espaços dotados de maior racionalidade técnica e econômica” a fim de obter maior participação no mercado interno e garantir uma “inserção cada vez maior no mercado internacional”.

Este dinamismo produtivo só é possível através da implantação de um novo modelo de integração que, para Fernandes Filho e Queiroz (2001), apresenta características específicas as quais destacam-se: (a) alto nível de automação dos aviários, (b) redução do número de produtores integrados em cada planta industrial e dos contratos estabelecidos pelas agroindústrias integradoras, (c) médios e grande produtores integrados e com maior capacidade de investimentos e acesso a

¹⁴⁸ Cabe assinalar que este foi o discurso predominante em duas palestras as quais tive oportunidade de assistir durante a referida exposição. Nas entrevistas e conversas informais quando questionados sobre as expectativas de futuro os informantes na maioria das vezes faziam referência de um lado, ao crescimento econômico do município, e de outro, à incapacidade de gerar empregos suficientes para a população jovem.

conhecimentos acerca dos mercados, (d) produtores que busquem alternativas de investimentos e, sobretudo, (e) re-espacialização das agroindústrias integradoras em regiões que apresentem perfil de competitividade com uma rede de produtores que tenham capacidade de alavancar financiamentos; integração produtiva com outras agroindústrias; redução de custos de produção através de incentivos fiscais, doação de terrenos para implantação da planta industrial e de projetos complementares, empréstimos com juros atraentes, prazos prolongados para pagamento de ICMS, redução de alíquotas e em especial a integração com produtores que contribua para a redução de custos com logística, insumos, provisão de ração e serviços diversos (Fernandes Filho e Queiroz, 2001:4; Cardoso, 2008:108).

No caso do Mato Grosso, a cidade candidata a receber as instalações da Sadia deveria preencher alguns requisitos, tais como, ser um pólo produtor de soja e milho, boa localização geográfica e acesso rodoviário, oferecer água e energia em abundância, ter um sistema produtivo atrelado a boas práticas ambientais e um bom nível de governança local. Depois de uma disputa política entre alguns municípios do norte matogrossense¹⁴⁹, em 19 de setembro de 2005 a empresa anunciou sua decisão: investimento de aproximadamente 800 milhões de reais em Lucas do Rio Verde na construção de uma unidade agroindustrial com abatedouros de aves e de suínos, fábrica de produtos industrializados e fábrica de rações.

Empresas do porte da Sadia ao deslocar seus investimentos do sul do país para uma área de expansão na fronteira agrícola buscam, como sugere Cardoso (2008), uma localidade que além de apresentar um perfil de competitividade possa oferecer redução nos custos de produção através de incentivos fiscais, doação de terrenos para implantação da planta industrial, instalação de projetos complementares, empréstimos com juros atraentes, prazos prolongados para pagamento de ICMS, redução de alíquotas e em especial a integração com produtores que contribua para a redução de custos com logística, insumos, provisão de ração e serviços diversos (Cardoso, 2008:108).

Para tanto, a lei municipal nº 1.272 de 25 de maio de 2006 autorizou “o Poder Executivo Municipal a conceder incentivos à empresa Sadia para implantação de uma unidade industrial” e em seu artigo 2º deferiu a compra de área para instalação da fábrica ficando o poder executivo “autorizado a formalizar o processo legal para aquisição, podendo inclusive permutar área de particulares, como parte do pagamento e/ou indenização” (Fonte: Lei Municipal 1.272/2006). A informação que obtive é que a área onde atualmente está instalada a agroindústria era propriedade privada e o processo de negociação entre o poder público local e seu proprietário foi conflituosa. Embora tenha feito vários contatos telefônicos para tentar agendar uma entrevista e até mesmo tenha lançado mão de relações pessoais com os hóspedes do hotel que trabalhavam na empresa para mediar o contato com os responsáveis, o fato é que não tive acesso à empresa, tampouco aos seus gestores. As informações obtidas a respeito da aquisição destas terras são informais e, por isto, resultam numa lacuna deste trabalho.

A lei 1.300/2006 aprovada pela Câmara de Vereadores e sancionada em 20 de julho de 2006 pelo prefeito concedeu a título de “doação com encargo” o “imóvel denominado de lotes 41/42/43-B, setor 13, de 49,0790 has” para “implantação da

¹⁴⁹ Dentre os municípios em disputa estavam Sorriso e Nova Mutum, ambos localizados próximos ao eixo rodoviário BR 163 distantes, respectivamente, 64 Km e 91 Km de Lucas do Rio Verde. Segundo Cardoso (2008), o fato de Sorriso ter parte de seu território em áreas do bioma amazônico foi um dos fatores que obstaculizou a atração da Sadia, na medida em que a empresa busca evitar ter problemas com compra de matérias-primas cultivadas em áreas da floresta amazônica. No caso de Nova Mutum acredita-se que um dos fatores limitantes foi a instalação da Perdigão em 2005. Em setembro de 2009 foi anunciada a fusão entre Perdigão e Sadia dando origem a Indústria Alimentícia Brasil Foods (BRF).

Central de Incubação integrante do Complexo Agroindustrial da empresa Sadia S/A”. O referido texto de lei também estabelece um prazo limite (31 de dezembro de 2009) para “construção e operação” da unidade agroindustrial sob pena de “reversão do bem ao patrimônio do município” (Fonte: Lei Municipal 1.300/2006).

Inicialmente, o projeto Sadia projetou o investimento de R\$ 1,5 bilhão até 2009 na construção da infraestrutura das três unidades que compõe o complexo industrial: unidade de produção de aves; a unidade de abate e corte de aves e suínos e a fábrica de rações e fabricação de embutidos conforme podemos visualizar na figura 32.

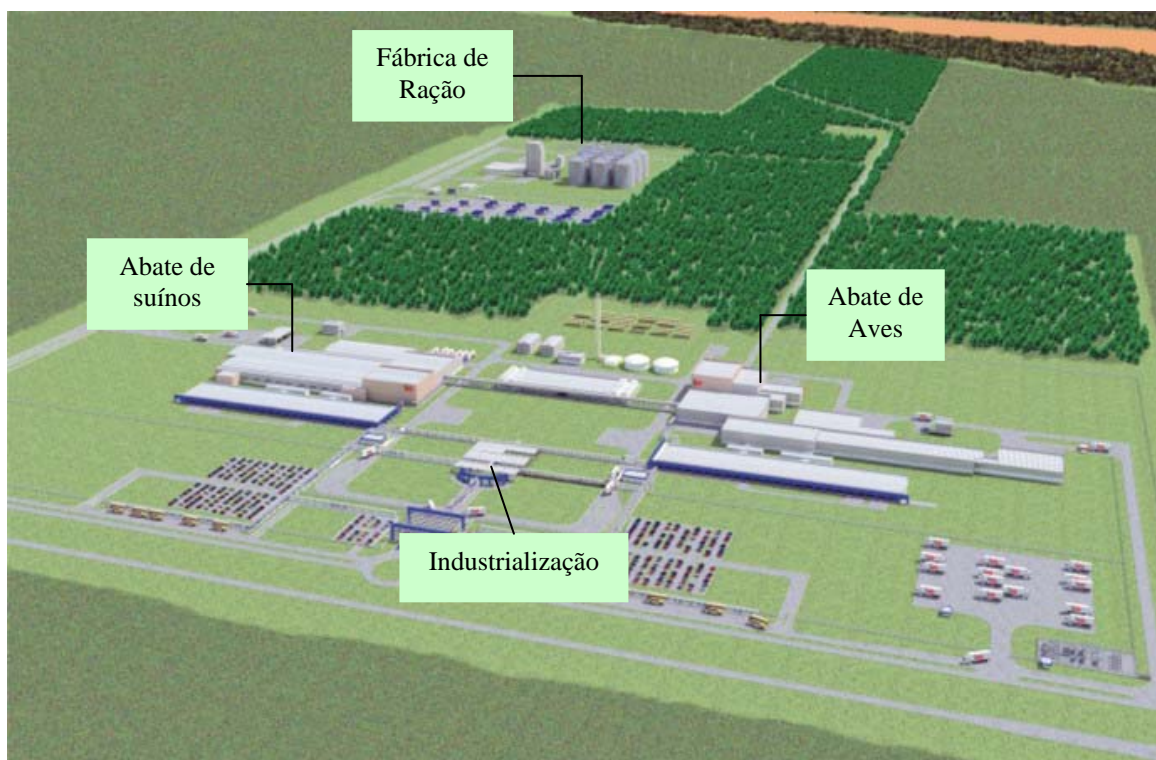


Figura 32: Planta baixa da Sadia. (Acervo da Prefeitura Municipal)

Além disto, estava prevista a incorporação da Empresa Matogrossense de Alimentos Ltda (EMA) e a Intergen Ltda¹⁵⁰. O ato de concentração n°

¹⁵⁰ Ainda no ano de 2005, a Sadia S.A. adquiriu 100% das quotas representativas do capital social da Empresa Matogrossense de Alimentos Ltda (EMA). Segundo Pinto et al (2010) a “contabilização de tal aquisição, de acordo com as normas norte americanas, resultou em um *goodwill* de R\$ 1.350. Como essa Empresa não tem operações e clientes ativos, mas apenas terras, o valor excedente aos ativos líquidos foi contabilizado como imobilizado. Esta aquisição, ao ser contabilizada de acordo com as normas brasileiras de contabilidade, gerou um ágio de R\$ 8.055”, o qual deveria começar a ser amortizado a partir do início das operações, em meados de 2007. A diferença entre os valores de *goodwill* e ágio de acordo com os autores ocorre pelas diferenças na forma de contabilizar a aquisição existente entre as normas internacionais e as normas brasileiras de contabilidade. No início de 2006, a Sadia S.A. adquiriu 100% das quotas representativas do capital social da Intergen Ltda, uma central de inseminação. Apurada a contabilização por meio das normas internacionais de contabilidade a Empresa teve um *goodwill* de R\$ 1.000,00. De acordo com as normas brasileiras a Empresa apurou um ágio no valor de R\$ 515,00, fundamentado por outras razões econômicas. Grosso modo, *goodwill* são os ativos intangíveis de uma empresa. A combinação entre o capital tangível e o intangível é que define econômica e contabilmente o valor efetivo de uma empresa. O *goodwill* é considerado o mais intangível dos intangíveis é considerado pelos estudiosos da teoria da contabilidade um dos objetos mais difíceis. Para melhor aprofundamento e análise sobre o assunto ver PINTO, Juliana. BEZERRA, Francisco Antônio. ALTHOFF, Noemia Schroeder. CZESNAT, Aline Fernandes de Oliveira. *Goodwill e teste de impairment sob a ótica do SFAS*

08012.008428/2005-96 publicado no Diário Oficial da União em 27 de janeiro de 2006 aprovou por unanimidade e sem restrições a “aquisição pela Sadia da totalidade do capital social e dos ativos da EMA” devido a “ausência de concentração horizontal e integração vertical”. Estes dados tornam-se ainda mais relevantes quando identificamos que um dos sócios-proprietários destas duas empresas era um deputado estadual, de forte inserção e liderança regional, que havia sido prefeito de Lucas por dois mandatos, responsável em grande medida pelas articulações e acordos políticos que viabilizaram a implantação da Sadia no município.

Devido os limites teórico-metodológicos desta pesquisa não foi exequível o levantamento de dados e informações que permitam um aprofundamento analítico deste processo que exigiria, a meu ver, fôlego para outra pesquisa. No entanto, a simples menção destas articulações permite-me considerar que a decisão da Sadia em implantar seu complexo em Lucas do Rio Verde (figuras 33 e 34) não está relacionada apenas a fatores econômicos de isenção fiscal e incentivos diversos como noticiado abertamente e insistentemente na imprensa em geral, mas, está mediada, também, por um jogo político numa arena onde as próprias instituições envolvidas, sejam elas públicas ou privadas, revelam assimetrias de poder.



Figura 33: Vista área das instalações da Sadia. (Acervo Câmara de Vereadores de Lucas do Rio Verde, 20 de outubro de 2010).



Figura 34: Vista área das instalações da Sadia. (Acervo Câmara de Vereadores de Lucas do Rio Verde, 20 de outubro de 2010).

Além das condições favoráveis de produção de soja e milho com altos índices de produtividade, a instalação da Sadia foi motivada, a meu ver, por dois fatores: (1) pelas alianças políticas mediadas pelo poder público local ao garantir um ambiente favorável para instalação de outras empresas que operam, atualmente, como parceiras num sistema produtivo integrado e (2) pela consolidação de um projeto de diversificação e verticalização que atendesse às exigências globais de responsabilidade ambiental.

O primeiro fator refere-se ao tipo de arranjo produtivo integrado que em Lucas do Rio Verde consolidou-se em três grandes projetos industriais que já estão trabalhando de forma integrada: as unidades agroindustriais da Sadia; a esmagadora de soja da AMaggi e a usina de biodiesel da Fiagril.

A Amaggi Exportação e Importação Ltda anunciou em 8 de agosto de 2006 a instalação de uma planta industrial em Lucas do Rio Verde orçada em 100 milhões de

141 e SFAS 142: um estudo empírico na Sadia S.A. Disponível em <https://www.furb.br/especiais/download/606674-272588/CCG0202008.pdf>. Acesso em 24 de outubro de 2010.

reais com capacidade produtiva de 3 mil toneladas/dia como uma das ações do planejamento estratégico da empresa no intuito agregar valor à produção e obter ganhos de competitividade. Implantada numa área de 54 hectares, sendo 35 mil metros construídos, a esmagadora de soja produz óleo e farelo e, não por acaso, está localizada entre as instalações da Sadia e da Fiagril (ver figura 30, p. 198). Esta localização privilegiada permitiu que em 2008 fosse construído um “fareloduto” de aproximadamente 200 metros conectando a esmagadora de soja à fábrica de ração localizada no complexo industrial da Sadia. Naquele mesmo ano, a AMaggi já estudava a implantação de um duto para o transporte de óleo de soja até a usina de biodiesel da Fiagril.

A implantação deste sistema interligado de produção entre Amaggi, Sadia e Fiagril reduziu consideravelmente os custos com transporte e matéria-prima para as empresas envolvidas. Do ponto de vista deste arranjo territorial pode-se dizer, com efeito, que as grandes empresas ligadas ao sistema agroalimentar definem suas estratégias mercadológicas com a finalidade de tornarem-se mais competitivas no mercado internacional e, neste sentido, a “logística materializada no arranjo físico-territorial” (Lima, 2008:173) permitiu ganhos de significativos com a redução nos custos de produção.

No entanto, a complexidade deste processo é ainda mais significativa ao analisarmos os atores envolvidos nesta dinâmica. De um lado, a AMaggi é de propriedade do atual governador do Estado de Mato Grosso, Blairo Maggi, reconhecido como o maior produtor de soja individual do mundo e uma das principais lideranças empresariais do setor do agronegócio e, de outro, a Fiagril cujo proprietário é o atual prefeito de Lucas do Rio Verde, Marino Franz. Ambas as empresas, juntamente com a Sadia, receberam a concessão de incentivos fiscais e outros benefícios para instalação de suas unidades produtivas gerando denúncias que ficaram conhecidas como o “escândalo do farelo”. A ligação entre a Sadia, Fiagril e AMaggi ganhou destaque quando uma agência internacional, a Reuters, denunciou o caso como utilização do setor público em benefício particular. Lima (2008) destaca que uma das peculiaridades do Estado do Mato Grosso são “as redes de relações pessoais e estruturas de poder que o grupo Maggi mantém” capazes de promover a “erosão entre as fronteiras do público e do privado de modo que tanto as atividades relacionadas à cadeia da soja continuam a se reproduzir como os próprios interesses do Grupo Maggi que tem na pessoa do governador seu principal representante” (Lima, 2008: 110).

O segundo elemento que motivou a implantação da Sadia em Lucas do Rio Verde merece uma análise um pouco mais cuidadosa cujo processo é descrito a seguir.

Além das condições favoráveis de produção de soja e milho com altos índices de produtividade, a instalação da Sadia foi motivada, a meu ver, por dois fatores: (1) pelas alianças políticas mediadas pelo poder público local ao garantir um ambiente favorável para instalação de outras empresas que operam, atualmente, como parceiras num sistema produtivo integrado e (2) pela consolidação de um projeto de diversificação e verticalização que atendessem às exigências globais de responsabilidade ambiental.

3.4 Cinzas que te quero verde: a relação global-local na cidade do agronegócio

A adoção de um sistema produtivo que respeite o compromisso de sustentabilidade com o meio ambiente era algo problemático em Lucas do Rio Verde considerando que na época da instalação do projeto de colonização que deu origem a cidade não existia qualquer preocupação dos órgãos competentes ou dos agricultores com práticas sustentáveis na abertura de terras agricultáveis. Quando questionado sobre

as orientações de preservação que recebeu quando foi assentado pelo INCRA em 1982, um dos parceiros contou que:

“Você podia abrir tudo. Na época, você pode perguntar pra quem você for, a política era essa. Você ia no banco buscar financiamento, primeira coisa: você já derrubou a mata? Até o banco exigia que tu derrubasse o mato. O banco exigia. Você tinha valor e você tinha financiamento se você tivesse derrubado. E hoje virou o contrário. Nunca, no caso de banco, nunca ninguém da FEMA¹⁵¹, eu falo isto, eu falo em palanque, eu falo, nunca ninguém disse “preserve, deixa 100 hectares de mata”. Não. Nós éramos bons se nós derrubasse o cerrado. Nós éramos uns homens bem visto dentro do banco, nós era bem visto na sociedade, e nós tinha crédito, se nós tinha derrubado o mato. Se chegasse alguém na casa de qualquer, e tivesse cerrado em volta do barraco ele era até mal falado, eu falo isto de garantia, mas era mal falado e não tinha crédito. Esta era a política da época. Eu te falo isto com 100% de segurança. Hoje é ao contrário”.

Garibaldi Scarpeline, agricultor empresarial,
natural de Ronda Alta/RS

Agricultor bom era aquele que desmatava e tornava produtiva sua terra. Esta era, portanto, a orientação que posseiros, parceiros e assentados da cooperativa recebiam direta ou indiretamente das instâncias governamentais no início da colonização. A corroboração deste dado é possível, também, ao considerarmos o processo de regularização fundiária ao qual o INCRA submeteu os posseiros¹⁵². A responsabilidade de preservar não havia sido cobrada ou orientada no início da colonização, pelo contrário, para conseguir um financiamento no banco e viabilizar a sua produção o parceiro relatou ter que comprovar a “derrubada o cerrado”. Esta relação política entre as instâncias governamentais e de crédito foram realçadas em vários outros depoimentos e resultou na abertura indiscriminada das terras para o plantio de grãos sem o comprometimento de manter a reserva florestal exigida pelo Código Florestal Brasileiro¹⁵³. De acordo com este código a exigência era a preservação de 20% da mata nativa destinada à reserva legal. Em 2001, uma medida provisória alterou o referido Código elevando para 35% a área destinada à reserva legal¹⁵⁴.

As conhecidas dificuldades dos órgãos ambientais em fiscalizar a extensa área que compreende a Amazônia Legal e aplicar os dispositivos legais colaboram para o desmatamento da região amazônica tendo como consequência uma expansão

¹⁵¹ Na época da colonização as questões ambientais eram regulamentadas e fiscalizadas pela Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEMA). A FEMA foi extinta após uma operação da Polícia Federal do Mato Grosso que identificou e desarticulou um esquema de corrupção que devastou aproximadamente 43 mil hectares no Estado. Esta ação ficou conhecida como “Operação Curupira”. O governo estadual então criou, após os trâmites e aprovação da Câmara dos Deputados, a atual Secretaria de Estado de Meio-Ambiente.

¹⁵² Refiro-me ao processo de regularização fundiária descrito no segundo capítulo no qual os posseiros tiveram reconhecidas proporcionalmente somente as áreas de terras que estavam abertas. O que levou muitos posseiros, inclusive com o estímulo e aval do executor do INCRA, a abrir indiscriminadamente suas áreas. Ver item 2.3. deste trabalho.

¹⁵³ O Código Florestal Brasileiro foi editado pela primeira vez em 1934 e atualizado pela lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965.

¹⁵⁴ O artigo 16 do referido documento em seu item II determina como área de reserva legal : “trinta e cinco por cento, na propriedade rural situada em área de cerrado localizada na Amazônia Legal, sendo no mínimo 20% na propriedade e quinze por cento na forma de compensação em outra área, desde que esteja localizada na mesma microbacia e seja averbada nos termos do § 7 deste artigo” (Ortolan, 2009: 96).

desenfreada da produção agrícola sem o devido planejamento de manejo sustentável de uso do solo resultando em prejuízos ambientais.

A busca por uma posição privilegiada em diferentes esferas sociais – no banco, no INCRA e na sociedade – para a qual convergia o seu entendimento de boas inter-relações marcou sobremaneira a trajetória deste migrante. Não deixa de ser irônico e ao mesmo tempo sugestivo que o agricultor que desmatou é o mesmo que, atualmente, foi convocado a viabilizar e financiar a recuperação das áreas degradadas. Vejamos como se deu este processo.

Inserida na área que compreende a Amazônia Legal, Lucas do Rio Verde está localizado numa área de transição entre dois biomas: 68,04% da área está localizada no cerrado e 31,96% na floresta amazônica (Figueiredo et al, 2009). Com uma área de 363.189,59 hectares, dos quais 69,91% ou 250.286,28 hectares são de terras agricultáveis. As antigas técnicas de ocupação conjugada com ritmo acelerado de crescimento e propensão à exploração desenfreadas das terras para cultivo de grãos resultou num déficit ambiental do qual o município sabia da existência mas desconhecia a sua magnitude. No intuito de compatibilizar desenvolvimento com responsabilidade ambiental a Prefeitura Municipal lidera um projeto considerado pioneiro do ponto de vista socioambiental no Brasil pela parceria entre instituições públicas e privadas na concepção e execução do Programa Lucas do Rio Verde Legal.

A parceria entre instituições públicas (estaduais e municipais), iniciativa privada e uma ONG de inserção internacional resultou no Termo de Cooperação Técnica nº 061/2006 firmado em 03 de agosto de 2006 entre a Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA/MT), município de Lucas do Rio Verde, Ministério Público do Estado de Mato Grosso, Organização Não Governamental The Nature Conservancy do Brasil (TNC), Fiagril Comércio e Representações Ltda, Fiagril Agromercantil Ltda, Sadia S/A, o Instituto Sadia de Sustentabilidade, Syngenta Proteção de Cultivos, Fertipar Fertilizantes do Paraná S/A, Sindicato Rural de Lucas do Rio Verde e a Fundação de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento Integrado do Rio Verde.

Em sua cláusula primeira, os parceiros estabeleceram como objeto do acordo a “regularização sócio-ambiental das propriedades rurais do município de Lucas do Rio Verde, compatibilizando o desenvolvimento agropecuário e a conservação ambiental na região” assumindo como compromisso o mapeamento de todas as propriedades, elaboração de diagnóstico ambiental identificando o remanescente florestal de cada uma destas propriedades e o estabelecimento de acordos coletivos que respeitem o Código Florestal Brasileiro e promovam a prática de recuperação ou compensação de passivo socioambiental, bem como, os passivos trabalhistas e sanitários, com a finalidade de regularizar todas as áreas de acordo com a legislação vigente.

O compromisso de cada parceiro assim como a sua contrapartida financeira e/ou logística é firmado e descrito no referido Termo. Em linhas gerais, à prefeitura municipal cabe exercer a liderança do programa e fornecer suporte financeiro, cujos valores desconhecemos, pois foram estabelecidos em contrato específico. À prefeitura coube realizar, em conjunto com a TNC, o mapeamento georreferenciado de todas as propriedades rurais e apresentar um diagnóstico sobre a situação de uso e ocupação do solo no intuito de identificar os passivos ambientais de acordo com a legislação brasileira. A TNC é responsável também pela coordenação e gerenciamento técnico-financeiro do programa. As empresas Fiagril, Sadia, Syngenta e Fertipar exercem a função de mobilização e sensibilização dos produtores rurais no processo de negociação para regularização dos passivos ambientais e trabalhistas identificados e forneceram um suporte financeiro de quatro parcelas de R\$ 21.277,50 (cada uma), totalizando o

montante de R\$ 340.440,00 de contrapartida para execução da primeira etapa do projeto. À SEMA coube compartilhar a base cartográfica digital e negociar (ao invés de autuar) os termos de ajustamento das áreas dos proprietários com passivos ambientais para garantir assim a regularização ambiental de acordo com a legislação brasileira. O Ministério Público é responsável pelo acompanhamento das normas legais e de procedimentos de regularização. E o Sindicato Rural e Fundação Rio Verde trabalham em conjunto com as partes no processo de mobilização e sensibilização junto aos proprietários rurais. Todos os parceiros disponibilizaram infra-estrutura e técnicos para execução de trabalho de campo.

Sem entrar neste momento na avaliação mais atenta dos termos contratados entre as partes, interessa aqui a análise dos resultados preliminares deste projeto que atualmente projeta o município como referência nacional e internacional no que se refere à construção de uma aliança público-privada cujo objetivo é a regularização socioambiental das propriedades rurais. Nos termos presentes no projeto, a intenção é compatibilizar “desenvolvimento e conservação ambiental” e transformar Lucas no “município que não possui passivos florestais, trabalhistas e sanitários nas atividades agropecuária e agroindustrial” e servir de “orientação para os processos de desenvolvimento local e regional na Amazônia” (Fonte: Termo de Cooperação Técnica nº 061/2006).

No texto que deu origem ao referido termo de cooperação delineia-se um cenário favorável ao agronegócio somado a crescente restrição dos mercados estratégicos a produtivos oriundos de áreas com passivos ambientais colocando em debate a dicotomia entre “produção e meio ambiente”. Ao consubstanciar o entrave, o projeto apresentou como desafio o estabelecimento de “uma agenda comum entre o setor produtivo, empresas de pesquisa governos em seus diferentes setores, sociedade civil e organizações ambientalistas, no sentido de *testar modelos de desenvolvimento* que garantam harmonia entre a produção e conservação ambiental” (Fonte: Projeto Lucas do Rio Verde Legal, 2006: 2-3 grifo meu).

Como “testar” um modelo de desenvolvimento? Que parâmetros serão testados ou comparados? Que variáveis serão levadas em consideração? Que parâmetros definem o que é harmônico ou não numa relação entre produção e meio ambiente? Enfim, a leitura do projeto suscita estes e, possivelmente, outros questionamentos os quais o texto não faz menção e, tampouco, terei condições de analisar aqui pela

Em suma, o objetivo precípua era garantir que a “segunda onda de desenvolvimento” (ou o já citado 2º ciclo econômico) fosse “pautada por uma política municipal de desenvolvimento sustentável em que a sociedade, governo, empresas” reconheçam a “necessidade de reverter o impacto ambiental da agropecuária, e juntos definir alternativas para potencializar os ganhos sócio ambientais (sic) oportunizados pelo agronegócio” (Fonte: Projeto Lucas do Rio Verde Legal, 2006: 3). Dito de outra maneira, o desafio do projeto consiste em “conciliar desenvolvimento com respeito às exigências sociais, sanitárias e ambientais visando não apenas o mercado, mas, também a preservação da biodiversidade garantindo qualidade de vida da população e gerações futuras”¹⁵⁵.

A primeira fase consistiu no levantamento de imagens georreferenciadas de 100% das propriedades que serviram de base para a elaboração de um diagnóstico socioambiental elaborado pela TNC. Nesta fase foram gastos cerca de 450 mil reais financiados pelos parceiros do projeto e resultou na criação de um banco de dados onde é possível, através de imagens e informações coletadas pelos técnicos, obter um raio-x

¹⁵⁵ Fonte: vídeo institucional do Programa Lucas do Rio Verde Legal produzido pela Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde.

das 670 propriedades rurais cadastradas no projeto. Os resultados preliminares apresentados pela Secretaria Municipal de Agricultura apontam que mais de 10% de matas que deveriam ser preservadas já foram desmatadas.

A primeira ação concreta depois de elaborado o diagnóstico foi em 2007 quando o prefeito municipal expediu o decreto nº 1.669 de 17 de agosto decretando as Áreas de Preservação Permanente (APPs) como “prioritárias de ação governamental no âmbito do município” (artigo 1º) não sendo permitida a atividade agropecuária nestas áreas que “deverão ser isoladas para sua proteção e restabelecimento de sua vegetação natural”. O referido decreto remete à lei complementar nº 44 de 12 de dezembro de 2006¹⁵⁶ que dispõe sobre a Política de Proteção Ambiental de Lucas do Rio Verde. Em seu artigo 79 a lei define que a lavoura deve distanciar-se no mínimo 100 metros das nascentes e 50 metros dos cursos d’água (figura 35).



Figura 35 Área de Preservação Permanente em recuperação e a recuperar. Lucas do Rio Verde, 2008 (Acervo Prefeitura Municipal)

Identificado o passivo ambiental em cada propriedade o segundo passo foi exigir dos produtores o isolamento e recuperação das matas ciliares de sua propriedade. Em lugares mais críticos está sendo feito o reflorestamento com árvores típicas do cerrado com as mudas sendo produzidas e fornecidas pelo Horto municipal. Um trabalho de educação ambiental está sendo realizado em escolas da rede municipal com vista a conscientizar as gerações futuras. Através do projeto “Semeando a Educação”, os alunos participam de cursos e têm ajudado na recuperação de algumas áreas a serem preservadas.

Segundo a secretária de agricultura e meio ambiente do município, Luciane Copetti, o diferencial deste projeto foi tratar a questão ambiental não como uma cobrança meramente econômica no sentido de forçar os proprietários a regularizarem suas áreas, mas sim, valorizar a participação de todos os envolvidos no processo. Em solenidade pública realizada em junho de 2008 cada proprietário recebeu as imagens juntamente com o mapeamento ambiental de sua propriedade. Segundo Henrique Santos, coordenador da TNC, a idéia é que “os passivos ambientais de todas as

¹⁵⁶ A lei complementar nº 58 de 11 de dezembro de 2007 acrescenta dispositivo no referido texto da lei de proteção ambiental do município.

propriedades sejam compensados de forma coletiva, formando corredores de biodiversidade” (Fonte: Valor Econômico, 2008).



Figura 36: Área de Preservação Permanente em recuperação. Lucas do Rio Verde, 2008 (Acervo Prefeitura Municipal)

As APPs totalizam uma área de 23.300 hectares sendo que, em aproximadamente 60% das fazendas, foram identificados 2.000 hectares de a serem reflorestados. Embora tenha sido registrado inicialmente alguns casos de resistência, o resultado final, de acordo com a secretária, foi o envolvimento dos agricultores de tal maneira que em aproximadamente 70% das APPs, onde eram praticadas atividades agropecuárias nas nascentes e cursos dos rios, os proprietários já iniciaram a recuperação através do plantio de mudas nativas com orientação e acompanhamento dos técnicos da TNC (figuras 36 e 37). Uma das ações que estimulou a adesão dos agricultores ao projeto foi a medida tomada pelo Ministério Público Estadual, parceiro no projeto, em reduzir em até 90% as multas daqueles proprietários que aderissem ao programa. Para o Ministério Público o objetivo central do Lucas do Rio Verde Legal não é punir ou reprimir os produtores, pelo contrário, é promover a inserção de todos no processo de recuperação e preservação do meio ambiente.

Certamente, o esforço conjunto entre poder público local, iniciativa privada resultou numa importante e significativa estratégia que busca aliar desenvolvimento através da cooperação e compromisso ambiental. No entanto, há indícios que outros fatores influenciaram.



Figura 37: Área de Preservação Permanente em recuperação e imagem de satélite. Lucas do Rio Verde, 2008 (Acervo Prefeitura Municipal)

Os dados empíricos não revelam a relação direta entre o programa e a instalação da Sadia. No entanto, sabe-se que no processo decisório da empresa sobre o local das suas instalações, uma das suas preocupações era evitar um embate direto com questões relacionadas ao desmatamento na região amazônica. Em seu sítio na internet, a empresa demonstra que sua participação no mercado é pautada no envolvimento com práticas ambientais baseadas nos preceitos da sustentabilidade. Esta prática a credencia a exportar seus produtos para vários lugares do mundo. É possível que na busca de criar condições para atrair os investimentos da Sadia o poder público local tenha dado um passo importante no sentido de implementar um projeto que capacita o município às exigências do mercado internacional.

As entrevistas revelaram que o envolvimento dos agricultores não foi somente decorrente de um processo de conscientização em relação à preservação e conservação ambiental, mas do interesse em habilitar sua produção às exigências ambientais a fim de garantir o acesso aos mercados internacionais:

“(…) nunca imaginei que o governo me faria plantar árvores na mesma área que antes me mandaram desmatar. (...) Mas para vender, mandar a produção para fora, a gente tem que plantar né”.

Rodrigo Nogueira, agricultor empresarial,
natural de Sarandi/RS

Este depoimento é emblemático por dois motivos: primeiro por sintetizar o discurso de uma parte dos agricultores entrevistados e, segundo, por estar relacionado com o processo de regularização fundiária ocorrido no início dos anos 1980 quando o INCRA estimulou os agricultores da região a abrir o máximo de área no cerrado a fim de obterem a regularização de suas terras. Para Rodrigo ficou a mensagem de que o governo que no passado orientou e estimulou o desmatamento, no presente financia um projeto que prevê o reflorestamento destas mesmas áreas. Em outras palavras, o mesmo governo que estimulava a abertura indiscriminada da fronteira exige atualmente o

reflorestamento de áreas desmatadas para, desta maneira, fornecer a licença ambiental - LAU¹⁵⁷, sem as quais, os proprietários não conseguem ter acesso a determinadas linhas de crédito e, por consequência, não estando aptos a negociar sua produção em nichos de mercados que demandam produtos oriundos de práticas ambientalmente corretas.

A opinião de Garibaldi Scarpelini nos fornece outros elementos para análise:

O que o senhor tem a me dizer sobre o Lucas do Rio Verde Legal?

“De um lado é bom. É bão (sic). Mas de outro lado, judia um pouco. Porque eu não sou contra, eu sou a favor, nós temos que cuidar, temos que preservar e está dando certo. Concordo, e concordo muito. Mas eu hoje eu brigaria muito, dentro da esfera estadual, dentro, da esfera federal para cuidar para não deixar derrubar quem tem um mato de pé. Por exemplo, você assiste a televisão até hoje os caras ali no Pará tão derrubando carretas e carretas de tora. Vamos cuidar o que tá (sic) de pé e vamos produzir o que tá (sic) derrubado, o que está aberto. Tu sabe que o Brasil, ele é movido em cima da produção. E gera todos os impostos. Se existe uma fábrica é porque existe produção. O que que eu quero dizer com isto? Uma área que está aberta, vamos cuidar das nascentes, das beiras de rio, vamos cuidar, vamos ajudar a preservar disto. Mas vamos fazer produzir dentro de uma tecnologia. É pra que colher 50? Não! Vamos fazer produzir 75. Fazer produzir mais com a área que está aberta e vamos preservar o mato tá (sic) de pé. Não vamos mais abrir. Eu sou favorável, o governo federal mesmo fazer um trabalho de punir quem derruba um hectare de mato. Eu sou favorável, sou mesmo [com ênfase]. E vamos criar incentivo para o que está aberto para produzir pela quantia que não está aberto. Porque o Brasil precisa de produção. O Brasil precisa de produção. Produção que eu falo, se você produz milho, mas do grão do milho envolve um monte de coisa: ele cria ovelha, ele cria o boi, ele cria o suíno, ele cria ave e o milho faz parte da cesta básica. (...) Mas sobre o Lucas do Rio Verde Legal? Muitas reuniões, até hoje, muitas reuniões, está difícil. Nem todos concordaram, mas vamos ter que chegar a todos. Hoje está sendo plantado árvores em torno dos rios. Eu mesmo aqui Betty, eu tinha 3, 5 Km na costa da água e tudo está sendo arborizado, tudo está sendo plantado árvore, porque antes era lavoura. Hoje voltou a ser mata”.

Garibaldi Scarpelini, agricultor empresarial,
natural de Ronda Alta/RS

O depoimento coloca em evidência a ambigüidade do processo. Mesmo que manifeste seu posicionamento favorável ao projeto e esteja reflorestando a beira do rio, Garibaldi não deixa de revelar sua crítica. Ao lançar mão da categoria “judiar” o informante explicita o conteúdo da sua crítica, pois na sua visão, as áreas já abertas deveriam produzir e as que ainda estão “de pé” é que deveriam ser alvo de políticas de preservação e reflorestamento. A tecnologia e a produtividade assumem um papel central no discurso do entrevistado, demonstrando a intensidade com que os métodos capitalistas de produção em larga escala assumem naquele contexto. Embora sua origem

¹⁵⁷ A Licença Ambiental Única (LAU) é o dispositivo legal que autoriza a implantação da atividade de desmatamento, exploração florestal ou projeto agropecuário e foi instituída pela Lei Complementar Estadual nº 38/1995 (Código Estadual do Meio Ambiente) por meio do seu artigo 19, inciso IV, que trata do “Sistema de Licenciamento Ambiental em Propriedades Rurais” em Mato Grosso. O licenciamento ambiental é utilizado como uma ferramenta para controlar o desmatamento por meio de imagens via satélite capazes de identificar áreas com atividades predatórias. A resolução CONAMA nº 237/1997 dispõe sobre os procedimentos para obtenção do licenciamento ambiental. Sobre este assunto ver Melo (2009) e Ortolan (2009).

seja na agricultura familiar e que sua trajetória de vida assinale uma participação ativa no passado na luta pela terra, atualmente, o parceleiro assume a postura típica dos grandes agricultores empresariais.

É significativa a constatação de que naquela realidade social, os interesses públicos e privados fiquem embaçados. Isto decorre do fato de que nestas “cidades do agronegócio”¹⁵⁸ a estrutura pública e privada foi criada e organizada pelos próprios agricultores, migrantes que viabilizaram o avanço da fronteira agrícola estimulados pelos programas governamentais descritos no primeiro capítulo. Os proprietários rurais de Lucas não são apenas responsáveis pelos indicadores econômicos ligados a agricultura, mas eles mesmos são gestores públicos, donos de empresas, comércios, escolas, hospitais e outras instituições e se sentem responsáveis, portanto, pela qualidade de vida e pelos indicadores sociais do município.

Talvez por esta razão o engajamento com a proposta do *Lucas do Rio Verde Legal* tenha sido um processo facilitado pela confluência de projetos decorrentes também da presença simultânea dos mesmos atores em diferentes esferas do poder local (Dagnino, 2002) mesmo se considerarmos as resistências iniciais, que segundo as fontes de campo se resumiram em alguns agricultores mais desconfiados sobre as reais intenções do programa. Com o slogan “Produção e Meio Ambiente, uma aliança de bons negócios” (figura 38) o programa mobilizou e envolveu os produtores locais na recuperação de suas áreas, mesmo que isto tenha resultado na redução de área cultivada.



Figura 38: Selo promocional. Fonte: Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde, 2008.

Arvor et al (2009) em seu estudo sobre as estratégias de desenvolvimento e adaptação dos produtores de soja em Sorriso frente ao que chamam de crise do setor¹⁵⁹ destacam que “certains *sojiculteurs* sont tout à fait conscients que des nouvelles exigences environnementales imposées par des importateurs et relayées par les multinationales installées dans la région leurs seront imposées dans les années à venir”

¹⁵⁸ Na seqüência argumentativa irei explicitar o conteúdo imanente a esta categoria.

¹⁵⁹ Para os autores “les témoins de la crise des *territoires du soja* du Mato Grosso, à travers l'exemple de Sorriso sont multiples : dégradation environnementale (déforestation, érosion, pollution, etc.) tensions sociales liées à l'inégal accès à la terre, problèmes économiques liés à la baisse des cours du soja et difficultés financières des producteurs (endettement) ont clairement montré les limites du *modèle matogrossense* de développement” (Arvor et al, 2009 : 18, grifos dos autores).

(Arvor et al, 2009 :15, grifo dos autores). A meu ver, foi desta constatação já nos idos de 2005 que mobilizou o poder público e produtores de Lucas na construção de um projeto coletivo que atendesse às exigências globais e garantisse as expectativas de produção e de rendimentos locais.

Observa-se então que as estratégias locais de desenvolvimento estão articuladas com demandas globais. A implicação mais importante é que o global e o local são articulados e produzidos socialmente no interior dos processos de globalização. A busca por estratégias sustentáveis de desenvolvimento local estão eminentemente associadas à construção de uma teia de relações econômicas e sociais complexas que, embora possam se firmar a partir de “trocas desiguais” (Santos, 2002), tem a função de estabelecer e valorizar práticas locais como vantagens competitivas. Estas iniciativas transformam o local (lugar ou território) em ambientes de inovação e criatividade resultando na criação de vantagens competitivas localizadas e, portanto, “de geração de virtuosidades indispensáveis ao seu desenvolvimento sustentável” (Delgado, 2003).

O Programa *Lucas do Rio Verde Legal* serve como exemplo de uma experiência que alia estratégias de desenvolvimento local atreladas às exigências do mercado global. Em 2007, ano que marcou o início da execução da primeira fase, o programa recebeu o 1º Prêmio Brasil de Meio Ambiente, realizado pelo Jornal do Brasil, Gazeta Mercantil e Revista Forbes Brasil. Ainda como resultado deste processo, o programa tem servido como base metodológica para outros municípios matogrossenses e outros Estados brasileiros e foi fonte de inspiração para dois importantes projetos: o “Mato Grosso Legal”, programa de regularização ambiental e agrária dos municípios do Estado (Decreto Legislativo nº 20 de 30 de abril de 2008); e o “Programa Mais Ambiente”, programa federal de apoio à regularização ambiental de imóveis rurais (Decreto-lei nº 7.029 de 10 de dezembro de 2009).

No que se refere à regulamentação trabalhista, o diagnóstico demonstrou que a maior parte dos trabalhadores envolvidos no processo produtivo é assalariada com carteira assinada, sendo o trabalho temporário utilizado em alguns períodos do ano. Um manual contendo orientações e informações que garantam os direitos dos trabalhadores foi elaborado e entregue a cada agricultor para que possam manter a regularidade de suas atividades. Quanto ao controle sanitário, após a realização de uma pesquisa da Fundação Rio Verde sobre o manejo de agrotóxicos baseado na NBR 31¹⁶⁰ foi elaborado um plano municipal de manejo de agrotóxicos. O plano contempla não só o estabelecimento de normas ambientais e de segurança no manejo do produto como também o método correto de armazenagem com a implantação de um depósito de embalagens de defensivos em cada propriedade e destinação final das embalagens com reciclagem das embalagens.

A segunda fase do Lucas do Rio Verde Legal tem duas ações. A primeira refere-se a identificação de mecanismos de financiamento e fontes de recursos a fundo perdido que viabilizem a implementação de todos os acordos firmados com produtores na primeira fase para regularização socioambiental das propriedades. A segunda reporta-se a “possibilidade de compensação dos passivos ambientais, por meio de mecanismos coletivos, legalmente permitidos, como as áreas de reservas legais em condomínio, como forma de maximizar as áreas de ecossistemas nativos contínuos sob proteção” (Ortolan, 2009:100).

¹⁶⁰ NR é a sigla de Norma Regulamentadora estabelecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego com caráter obrigatório. A NR 31 que trata da “Segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura” foi publicada no Diário Oficial da União em 4 de março de 2005 pela portaria nº 86. O parágrafo 31.8 estabelece as normas e responsabilidades para o manejo de agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins.

O custo médio para recuperação de áreas degradadas, segundo informações da secretária de agricultura do município, é de R\$ 7.000,00 a R\$ 8.000,00 por hectare. “Imagine investir isso para que 35% da propriedade seja recuperada? Jamais se tira isso de um hectare de lavoura” conclui a secretária. Atento a este entrave o programa criou novas modalidades: (1) recomposição local da reserva legal deficitária com ajuda técnica e financeira de empresas e organizações não-governamentais; (2) compensação de reserva legal em outras propriedades particulares com parceria com outros proprietários que tenham áreas ainda preservadas e (3) compensação por desoneração de áreas de parques, onde o agricultor adquire uma área pública preservada do tamanho da sua área desmatada, ajudando o município a consolidar mais unidades de conservação (Fonte: Secretaria Municipal de Agricultura, 2008).

Finalmente, para garantir que Lucas do Rio Verde seja o “primeiro município brasileiro que não possui passivos ambientais e trabalhistas na atividade agropecuária” (Termo de Cooperação, 2006) a base de dados que está sendo alimentada desde o início das atividades servirá como um Sistema de Gestão Sócio-Ambiental das propriedades rurais cuja responsabilidade de gerenciamento ficará a cargo da TNC. Além disto, um estudo encomendado e produzido por pesquisadores da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP) sobre as condições das APPs e áreas de reserva legal do município está norteando as ações do programa.

Estas questões parecem significativas, uma vez que os agricultores que “desbravaram” a fronteira, abrindo indiscriminadamente as terras do cerrado para produzirem grãos, são os mesmos que, atualmente, investem no reflorestamento das suas propriedades, das nascentes dos rios e colocam na ordem do dia a regularização do passivo ambiental e adequação do sistema produtivo com vistas a obter o licenciamento ambiental e a conseqüente certificação de seus produtos. Não era de se esperar outra coisa, pois preocupado em garantir o acesso ao mercado global o agricultor viu nesta atitude uma maneira de contornar três problemas ao mesmo tempo: regularizar a sua situação ambiental valorizando ainda mais suas terras, acessar determinados nichos de mercado externo e modificar a sua imagem deteriorada de agricultor que agride o meio ambiente.

Uma fala do prefeito de Lucas num programa de televisão local salienta que a execução do Lucas do Rio Verde Legal foi uma maneira de:

“(...) dar uma resposta bem clara e a altura de que é possível sim fazer um crescimento sustentável. E mostrar que Mato Grosso é um Estado que produz, mas que também sabe preservar o meio ambiente, sabe cuidar das pessoas, sabe cuidar da questão dos agroquímicos”.

Marino Franz, Prefeito Municipal, natural de São Carlos/SC

Este depoimento é revelador na medida em que aciona um ressentimento presente em praticamente todas as falas dos entrevistados: a idéia disseminada nos meios de comunicação de que o agricultor do Mato Grosso é um voraz devastador da natureza preocupado única e exclusivamente com os lucros a serem obtidos com a sua exploração.

No entanto, apesar de reconhecer potencialidade desta ação conjunta que, no mínimo, impõe um novo paradigma produtivo na região, acredito que ao colocar em prática o projeto Lucas do Rio Verde Legal a sociedade local, através da ação conjunta do poder público, agricultores e iniciativa privada, optou por práticas e políticas socialmente responsáveis e ambientalmente corretas a fim de garantir sua própria sustentação econômica e não por estarem em sintonia com os preceitos da sustentabilidade.

A complexidade do processo aqui descrito se materializa nas condições gerais do capital do agronegócio globalizado que promove o crescimento de cidades agrícolas onde se processam relações produtivas associadas às crescentes demandas e exigências internacionais. Neste contexto, pode-se inferir que a materialização da reprodução do capital do agronegócio promoveu mudanças de paradigma produtivo em Lucas do Rio Verde que se processa, como esclarece Moreira (2007), nos novos significados que a questão ambiental confere à propriedade da terra redimensionando-a como valorização e apropriação da natureza.

O boom do agronegócio viabilizado, em parte, pelas políticas de colonização e programas desenvolvimentistas analisados no primeiro capítulo possibilitou não só o ritmo acelerado de territorialização do capital em áreas fronteiriças como também o surgimento de verdadeiras “cidades do agronegócio”, tipologia elaborada por Elias (2006 e 2007).

No Mato Grosso estas cidades do agronegócio foram planejadas no bojo de políticas desenvolvimentistas e de colonização onde a cidade vive econômica e socialmente dependente das atividades circundantes do campo. Uma das características marcantes destas cidades é que elas já nascem sob o signo do *continuum* rural-urbano. Outro dado expressivo é que nestas cidades os médios e grandes empresários agrícolas estabelecem um elo de dependência com a agroindústria que se dá “pelo adiantamento de capital promovida pelas agroindústrias por ocasião da compra antecipada da colheita” (Elias, 2006:9). O grau de dependência atinge tamanha importância no contexto local que em cidades como Lucas do Rio Verde as transações comerciais e contratos de trabalho são, em muitos casos, firmados em sacas de soja. Ou seja, a soja passa a se configurar como moeda corrente em cidades do agronegócio.

Como ilustra a autora, “quanto mais se intensifica o capitalismo no campo, mais urbana se torna a regulação da agropecuária, sua gestão, sua normatização. Quanto mais dinâmica a reestruturação produtiva da agropecuária, quanto mais globalizados os seus circuitos espaciais de produção e de cooperação, maiores e mais complexas se tornam as relações campo-cidade” (Elias, 2007:3) cujo resultado é uma “total reorganização do território” (Elias, 2006:14). A territorialização do capital no campo com a difusão de uma agricultura técnico-científica alicerçada num alto padrão de produtividade, competitividade e estratégias globais de comercialização tem se consolidado em “arranjos territoriais produtivos” específicos organizados a partir de “imposições de caráter ideológicos e de mercado” (Elias, 2006: 9-10).

Como vimos anteriormente, a reestruturação física do território com a conformação de uma nova área urbana e rurais; a elaboração e execução de um projeto de regularização dos passivos ambientais do município e a verticalização da produção são apenas algumas das conseqüências do arranjo produtivo promovido pela instalação da Sadia em Lucas do Rio Verde. Nas cidades do agronegócio estes arranjos produtivos multiplicam-se e passam a desempenhar novas funções na medida em que interferem e definem um modo de vida local não só no que se refere aos aspectos produtivos e econômicos, mas, também, organizacional, social e cultural. A materialidade deste tipo de cidade é decorrente das “demandas do agronegócio globalizado” que impõe sua hegemonia tornando as fronteiras entre o rural e o urbano ainda mais fluidas.

Diante da teia de significados e complexidades que pode empreender o termo, Santos (2002) define globalização como um processo que dilui as fronteiras políticas, sociais, econômicas e culturais e pode ser entendido como o “conjunto de relações sociais que se traduzem na intensificação das relações transnacionais, sejam elas práticas interestatais, práticas capitalistas globais ou práticas sociais e culturais transnacionais” (Santos, 2002:85). Para o autor não existe globalização genuína, pois

globalização pressupõe um dado localismo, em outras palavras, não existe condição global sem uma raiz local. A implicação mais importante desta concepção é que existe uma articulação entre o global-local produzida socialmente no interior dos processos de globalização e resultam em formas discursivas hegemônicas e contra-hegemônicas.

Para dar conta dessas assimetrias Santos identifica quatro formas de globalização. O localismo globalizado e o globalismo localizado seriam as formas de globalização hegemônica onde as tensões da dicotomia global/local operam de forma articulada de-cima-para-baixo, que compreendidas separadamente refletiriam as manifestações das hegemonias em nível global e local. Segundo o autor, o sistema mundial em transição consistiria em manifestações de identidades e diferenças entre globalismos localizados (operado por países centrais e hegemônicos em escala global) e localismos globalizados (operados por países periféricos com hegemonias em esferas locais e subalternas). Por localismo globalizado o autor entende o “processo pelo qual determinado fenômeno local é globalizado com sucesso”, ou seja, retratando assim os processos nos quais um determinado fenômeno local torna-se é vitorioso num determinado campo de disputa global definindo conseqüentemente a(s) inclusão(s) ou exclusão(soes) subalterna(s). Por outro lado, o globalismo localizado compreenderia as manifestações em nível local de interesses e processos associado às hegemonias globais. Produzido pelas práticas transnacionais decorrentes dos localismos globalizados o globalismo localizado representaria o local modificado pelo global e a ele associado e impactando as condições locais (Santos, 2002 apud Rocha e Moreira, 2007:63).

Em contrapartida, por cosmopolitismo e patrimônio comum da humanidade o autor compreende as diferenças e inovações que resultam na globalização contra-hegemônica, ou de-baixo-para-cima. O cosmopolitismo trata-se da organização transnacional de resistência dos Estados-Nação, regiões, classes ou grupos sociais que são vítimas das trocas desiguais ocasionadas pela globalização hegemônica (localismo globalizado ou globalismo localizado) traduzindo em lutas contra a exclusão, inclusão subalterna, dependência, desintegração, despromoção e utilizando-se dos instrumentos de comunicação e de informação para converter essas trocas desiguais em trocas de autoridade partilhada. Através da possibilidade de interação transnacional as atividades cosmopolitas organizam-se em redes de ação solidária com inserção global. Um exemplo disso é o Fórum Social Mundial realizado como uma manifestação de cosmopolitismo em reação ao Fórum Econômico Mundial alicerçado numa conjuntura de globalização hegemônica. Recorrendo ao direito internacional, Santos identifica uma segunda forma de resistência, o patrimônio comum da humanidade, e refere-se aos temas que são reivindicados numa escala planetária, reportados ao globo na sua totalidade como, por exemplo, a sustentabilidade da vida humana na Terra, preservação da biodiversidade, enfim, estas lutas se referem a recursos que, pela sua natureza devem ser administrados, em nome das gerações presentes e futuras, por outra lógica que não seja a das trocas desiguais (Santos, 2002 apud Rocha e Moreira, 2007:64).

Se, inicialmente, o avanço da fronteira privilegiou a ocupação econômica do território com apoio logístico e de investimentos de programas governamentais (como o PRODECER), atualmente, na configuração da nova fronteira parcerias público-privadas com envolvimento de diversas esferas da sociedade priorizam rendimentos e produtividade em escala global com adequação da produção às exigências do mercado internacional. Esta matriz discursiva hegemônica se corporifica nas cidades do agronegócio como Lucas do Rio Verde onde as relações global-local assumem concomitantemente o formato de localismo globalizado, ao legitimar suas práticas produtivas como um modelo a ser seguido por outros municípios, e de globalismo

localizado, ao colocar em prática um paradigma produtivo não por um processo de conscientização ambiental, mas, para atender as exigências do mercado global.

A idéia romantizada da fronteira, onde o discurso desbravador e pioneiro tornou-se hegemônico reeditando o ideário da Marcha para o Oeste e a noção de terra prometida ou Eldorado para atrair os primeiros fluxos migratórios, é retomada para atrair um novo fluxo migrante para esta cidade do agronegócio onde os processo de exclusão e de conflitos sociais tende a assumir um caráter singular: a disseminação da idéia de que o “desenvolvimento” trará condições igualitárias de existência a todos os envolvidos no processo. Obviamente que este processo envolve também manifestações contra-hegemônicas que se manifestam em escalas e intensidades distintas.

3.5. Os “outros”, a vila e a fábrica

Diariamente escutava referências sobre as casas construídas para servir de moradia aos funcionários da Sadia. Estas referências normalmente faziam menção à magnitude do projeto, à rapidez com que as casas estavam sendo construídas, às “brigas” ocorridas entre moradores, à dificuldade de acesso, etc. Apesar do poder público denominar como bairro Tessele Júnior a categoria nativa para se referir ao local era “vila da Sadia”. Não importava o espaço onde estivesse todos se referiam àquela localidade desta maneira. Algumas vezes após de ouvir esta referência recordei-me do clássico estudo de José Sérgio Leite Lopes sobre fábricas com vila operária.

Depois da tentativa frustrada de fazer contato com a administração da Sadia, Caetana perguntou-me se queria ir na “Vila da Sadia”. Obviamente que aceitei o convite, afinal, não era sempre que podia usufruir de um meio de locomoção e da companhia de uma informante.

Passava das 17 horas quando chegamos na entrada da Vila onde havia uma espécie de guarita quando fomos abordadas por um homem branco, cabelos castanho, aparentando ter uns 30 anos, vestindo um uniforme semelhante a de um segurança. O homem fez sinal para que parássemos para em seguida questionar “quem iríamos visitar”. Expliquei que era pesquisadora e a intenção de conhecer a vila. O homem informou que não poderia nos deixar entrar sem autorização de uma funcionária da Sadia. Depois de alguns minutos insistindo o máximo que consegui foi autorização para tirar algumas fotos da entrada da Vila e o número de telefone da funcionária que poderia fornecer tal autorização.

Impressionou-me o controle exercido pela fábrica na vila de funcionários. O instigante neste processo é que a área reservada para instalação das moradias em termos de distância não é próxima das instalações físicas da fábrica. Porém, do ponto de vista logístico estão localizadas lado a lado, sendo separadas por uma área de preservação. Neste sentido, recorro a clássica concepção teórica de “fábrica com vila operária” elaborada por Leite Lopes para analisar o caso da “vila da Sadia”. Para o autor as fábricas com vila operária formam um padrão específico de relações de dominação onde as fábricas subordinam os seus trabalhadores para além da esfera do trabalho. Estas relações de subordinação e de dominação constituem uma das configurações possível no interior do modo de produção capitalista. Leite Lopes centra a sua análise no conflito de classes (no sentido marxista do termo) decorrente deste padrão de dominação. Logicamente, reconheço as diferenças substanciais na própria concepção de fábrica no estudo de caso realizado pelo autor e o caso aqui analisado, haja visto que estou me referindo a um verdadeiro complexo agroindustrial cuja capilaridade produtiva se expressa nas diversas relações e alianças descritas no tópico anterior. No entanto, utilizo o seu arcabouço teórico que ganha uma nova dimensão ao ser transmutado para a realidade social de Lucas do Rio Verde.

Segundo Leite Lopes a configuração fábrica com vila operária pressupõe um domínio do capital nas relações que “ultrapassa a esfera do trabalho e penetra na esfera doméstica dos trabalhadores” (Leite Lopes, 1988:8), o que pude vivenciar logo na primeira tentativa de entrar na vila. Embora seja um espaço localizado no interior do que se convencionou chamar de Distrito Industrial, portanto, dentro da zona urbana do município, o isolamento da vila em relação ao núcleo central da cidade aguçava a relação de dependência entre o domínio do trabalho e o domínio da moradia. Do ponto de vista da empresa, ao tentar entrar na vila sem prévia autorização da administração ou de um de seus moradores estava de certa maneira desrespeitando os limites do seu domínio. O isolamento era também um dos fatores que levava seus moradores a andar em grupos, como relatado no início deste capítulo.

No final da tarde, ao retornar para o hotel, encontrei com um dos hóspedes que havia feito amizade, o qual chamarei aqui de Fernando. Após as saudações usuais, Fernando perguntou-me sobre o meu dia de pesquisa e contei sobre a experiência frustrante de não ter conseguido entrar na vila da Sadia. Ele estranhou o ocorrido e contou que já havia circulado nas ruas da vila em diversas ocasiões. Foi então que se colocou a disposição para me levar até a vila no outro dia no período da tarde.

Dono de um comércio de porte médio no Paraná, após assistir na televisão uma reportagem sobre o “crescimento e desenvolvimento de Lucas do Rio Verde” resolveu conhecer a cidade para decidir sobre um possível investimento. Fernando contou ter ficado surpreso com a pujança econômica do município e constatou que “quem tiver um pouquinho de dinheiro para investir aqui, logo, logo, terá retorno”. Decidido a abrir uma filial de sua empresa de materiais de construção convidou-me para no dia seguinte conhecer as instalações do local onde possivelmente seria a sede do seu novo empreendimento e, na seqüência, me levaria até a vila da Sadia onde também tinha a intenção de abrir um comércio. Fernando me explicou que a vila ainda estava em construção e que ainda não era permitido nenhum tipo de comércio no seu interior, porém, soube por intermédios de terceiros que a Sadia iria autorizar a instalação de alguns comércios estratégicos como padaria, farmácia, armazém, etc. Por isto, ele já tinha estado em outras duas oportunidades na vila e destacou que não foi “barrado” na entrada em nenhuma das vezes. Na sua opinião, talvez pelo fato de ter entrado com carro sem olhar para a tal guarita.

No dia seguinte, encontrei-me com Fernando na recepção do hotel e conforme combinado conheci as instalações do seu futuro negócio. Achei curioso o fato que durante a nossa estada nas instalações, juntamente com o proprietário, ele ter perguntado diversas vezes minha opinião sobre o imóvel e sua localização. Depois disto ligou para a esposa no Paraná para contar que havia fechado o negócio.

Era aproximadamente 15 horas de mais um dia quente e seco no cerrado luverdense quando chegamos na vila da Sadia. Ao passarmos pela guarita o segurança que no dia anterior havia impedido o acesso à vila não só permitiu a entrada do carro como acenou com uma das mãos para Fernando. Logo em seguida passamos pelo imenso painel instalado na entrada da vila que chamava atenção não só pelo tamanho, mas também pelo seu conteúdo (figuras 39 e 40).



Figura 39: Entrada da Vila da Sadia. (Foto: Betty Rocha, 2008).



Figura 40: Pannel localizado na entrada da Vila da Sadia. (Foto: Betty Rocha, 2008).

“Mude de vida!”: esta é a sugestiva frase estampada no painel pelo qual todos os dias os moradores daquela vila passavam. Pensando bem, agora, depois de analisar o material de campo e me debruçar no teclado frente a uma tela na qual visualizo ao mesmo tempo a referida imagem, posso dizer que esta frase sintetiza, em alguma medida, o sentimento daqueles migrantes. Mudar de vida. Esta foi a essência dos discursos daqueles que deixaram suas cidades, suas famílias e suas histórias para se concentrar nas memórias e na expectativa de futuro.

Sim, o migrante ao sair de um lugar para outro deixa no território de origem um pouco de si acionando concomitantemente as memórias de um tempo já vivido como uma forma de retroalimentar sua existência e justificar a ruptura. Muitas vezes este sentimento de des-re-territorialização, analisado no segundo capítulo, fica tão embaçado a ponto do migrante não se perceber “migrante”. Dito de outra maneira, em algumas situações o ser social, aqui identificado como um personagem da fronteira, vive tão intensamente o movimento dialético da des-re-territorialização a ponto de confundir (ou embaçar) as fronteiras físicas que separam o “aqui”, território de adoção, com o “lá”, o “território de origem”. Isto fica evidente neste discurso:

“A Sadia me deu oportunidade. Porque eu vim lá do Nordeste, porque eu moro em Recife, para ter uma carteira assinada, ter o meu salário certinho e então faz um ano que eu tô (sic) aqui já, graças a Deus” (grifo nosso).

Marcela Lima, trabalhadora assalariada,
natural de Recife/PE

Apesar de estar fisicamente em Lucas do Rio Verde, Marcela afirma morar em Recife. Isto leva a crer que embora esteja contando sobre o seu presente e a mudança ocorrida em sua vida devido a oportunidade de trabalho, a memória migrante acionada neste momento foi tão expressiva a ponto de revelar a indissociabilidade entre os dois territórios – origem e destino – reafirmando, assim, o caráter multiterritorial da migração.

A referência ao lugar de origem no tempo presente indica o caráter temporário na migração. Se o tempo ou a duração da migração é fundamental para a caracterização do migrante temporário em termos demográficos, em termos sociológicos, como alerta Martins (1986), o “essencial é a concepção de ausência”. Mesmo depois de um ano, Marcela considera a si mesmo como “fora de casa” ou “fora do lugar”, uma ausência que se revela em termos físicos e que, no limite, é temporária a partir do momento em

que demonstra não ter encerrado o seu percurso migratório mantendo-se na “duplicidade de suas socializações”, o Mato Grosso e Pernambuco (Martins, 1986:51).

Esta duplicidade articula dialeticamente território de origem e território de adoção demonstrando o aspecto multiterritorial, no termos de Haesbaert (1995 e 2004), deste movimento. Neste processo de vivência concomitante entre origem e destino o migrante “modifica as relações sociais do seu grupo de origem, altera a organização da família, a divisão do trabalho familiar, o lugar de cada um” (Martins, 1986:45) e o seu mesmo em relação ao grupo. A própria experiência do movimento modifica, transforma e coloca ao migrante o desafio de se (re)inventar a cada momento pois ele não é mais o mesmo do ponto de partida, tampouco aquele da chegada, o que faz dele um indivíduo em constante movimento na busca e na (re)construção da sua individualidade fissurada pela experiência do movimento.

Martins sintetiza poeticamente o significado desta da ação, pois “migrar temporariamente é mais do que ir e vir – é viver, em espaços geográficos diferentes, temporalidades dilaceradas pelas contradições sociais. Ser migrante temporário é viver tais contradições como duplicidade; é ser duas pessoas ao mesmo tempo, cada uma constituída por específicas relações sociais, historicamente definidas; é viver como presente e sonhar como ausente”. A poética do movimento está no fato do migrante “ser e não ser ao mesmo tempo; sair quando está chegando, voltar quando está indo. É necessitar quanto está saciado. É estar em dois lugares ao mesmo tempo, e não estar em nenhum. É, até mesmo, partir sempre e não chegar nunca (Martins, 1986:45).

O discurso de Marcela exemplifica, também, o significado que a “oportunidade” de trabalho com “carteira assinada” assume na vida deste personagem da fronteira. Mudar de vida significa, nesta lógica, ter acesso ao mercado formal de trabalho e garantir uma relativa estabilidade que se concretiza na visão do migrante na possibilidade de “crescer profissionalmente”.

“Eu tô (sic) aqui tem um ano e pra mim aqui representa principalmente um crescimento profissional maior. Ela (a Sadia) dá oportunidade pra gente tá (sic) se desenvolvendo aqui dentro (da fábrica) não na área específica que você veio para trabalhar, mas ela abre um leque de áreas para que você possa tá (sic) crescendo profissionalmente”¹⁶¹.

Rafael, migrante nordestino, trabalhador assalariado

Com efeito, “oportunidade” passa a se configurar como uma categoria nativa explicativa do movimento migratório. Nos primeiros capítulos da história desta fronteira as “oportunidades” se materializaram na aquisição de grandes extensões de terras fazendo com que uma parcela dos personagens da fronteira assumisse um papel de protagonista daquele território. Atualmente, as “oportunidades” permitem que os personagens dos três primeiros movimentos migratórios (descritos no capítulo 2) ampliem seus negócios e seu poder simbólico e concreto sob o território ao mesmo tempo que viabiliza a inserção produtiva no mercado formal de trabalho de um novo grupo migrante. Este novo personagem da fronteira tem como característica marcante o fato de sentirem-se excluídos do processo produtivo já que durante anos exerceram atividades informais ou tiveram dificuldades conseguir trabalho. Para muitos, o “trabalho com carteira assinada” é mais do que uma oportunidade profissional, como destaca Rafael, e torna-se uma oportunidade de construir um projeto de vida.

¹⁶¹ Depoimento retirado de reportagem veiculada em julho de 2008 no programa Bom Dia Brasil, da TV Globo, em rede nacional.

Depois de observar mais uma vez e tirar fotos do imenso painel, seguimos alguns metros pela rua de chão batido que dava acesso às casas. Do lado direito era possível observar os blocos de concreto que daria origem às moradias, e do lado esquerdo o conjunto de casas com padrões arquitetônicos iguais, que se diferenciavam pelas cores de suas fachadas e conformavam um único espaço chamado localmente de vila.

A vila nasceu junto e a partir da instalação da Sadia no município e foi construída numa área alienada diretamente pela prefeitura municipal através da lei nº 1.475 de 28 de novembro de 2007. O texto da lei alienou diretamente para a Sadia, sem concorrência pública, 1.500 (hum mil e quinhentos) imóveis urbanos, cada um com 250 m² localizados nos loteamentos Luiz Carlos Tessele Júnior I e II, no setor industrial II, onde atualmente é a Vila da Sadia. Esta concessão tinha a finalidade de fazer cumprir o Protocolo de Intenções firmado em 19 de setembro de 2005 entre o governador Blairo Maggi e a Sadia. Cada imóvel foi alienado no valor de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) ficando a empresa responsável pela construção de uma unidade habitacional em cada um deles e “repassá-los aos seus funcionários sob pena de reversão dos referidos imóveis ao patrimônio público municipal” (artigo 3º).

Para a construção das moradias a Sadia contratou a BS Construtora, empresa localizada no município de Sorriso, cujo proprietário é um catarinense filho de agricultores que aos 12 anos começou a trabalhar no campo com seu pai, em Xaxim, município localizado no oeste de Santa Catarina. Ainda jovem Sidnei abandonou os estudos quando cursava a 4ª série do ensino fundamental para se tornar pedreiro em canteiros de obras. Em 1994 migrou para Mato Grosso, mais especificamente para Sorriso, onde foi trabalhar numa empreiteira junto com um primo. Algum tempo depois, em virtude de problemas financeiros, seu primo resolveu abandonar os negócios. Sidnei assumiu seus projetos inacabados e aos poucos juntou um pequeno capital que deu origem a uma pequena empreiteira, a BS Construtora. Em 2002, passou a fabricar peças pré-moldadas para galpões agrícolas e industriais resultando num faturamento de 11,5 milhões de reais. Porém, a grande oportunidade surgiu em 2007 quando a Sadia fechou dois contratos com a BS: o primeiro para construção de um galpão de granja multiplicadora de suínos e o segundo para a construção de 1.500 casas pré-moldadas num prazo de 12 meses. Sidnei não tinha muita idéia de como iria construir estas casas num espaço de tempo tão curto. Foi então que olhando para uma caixa de sapatos o empresário desenvolveu um método inovador em construção civil ao substituir tijolos e argamassa por unidades pré-moldadas inteiras com espaço para fiação elétrica e encanamento. O método foi batizado de “casa rápida” por possibilitar a entrega ao cliente num prazo de 24 horas (figuras 41-46).



Figura 41: Blocos da casa pré-moldada. Vila da Sadia, Lucas do Rio Verde. (Foto: Betty Rocha, 2008).



Figura 42: Blocos da casa pré-moldada. Vila da Sadia, Lucas do Rio Verde. (Foto: Betty Rocha, 2008).



Figura 43: Casas pré-moldadas em construção. Vila da Sadia, Lucas do Rio Verde. (Foto: Betty Rocha, 2008).



Figura 44: Casas pré-moldadas. Vila da Sadia, Lucas do Rio Verde. (Foto: Betty Rocha, 2008).



Figura 45: Casas pré-moldadas. Vila da Sadia, Lucas do Rio Verde. (Foto: Betty Rocha, 2008).



Figura 46: Casas pré-moldadas. Vila da Sadia, Lucas do Rio Verde. (Foto: Betty Rocha, 2008).

Um detalhe curioso é que, segundo informações divulgadas no sitio da BS na internet, a construtora “nasceu com o agronegócio” e “revolucionou a construção civil com o casa rápida”. A relação intrínseca com o agronegócio se revela nos inúmeros contratos realizados com agroindústrias do setor na construção de unidades armazenadora de grãos, silos, armazéns, unidades reprodutoras de aves e suínos, etc.

São clientes da construtora, além da Sadia, empresas como o grupo André Maggi, Perdigão, Sementes Girassol, dentre outros. A revolução na construção civil se torna ainda mais marcante quando a empresa transmuta a idéia da “casa rápida” para o empreendimento “cidade rápida” com projetos de cidades, bairros, condomínios, etc. oferecendo vantagens como rapidez na entrega devido a maior velocidade na construção em comparação com o sistema convencional; racionalização de recursos em virtude do casa rápida utilizar alto índice de processos mecanizados fazendo uso de reduzida mão-de-obra; responsabilidade ambiental por se tratar de um sistema de construção “limpo”, sem geração de entulhos e sem consumo de madeira; e por fim, a qualidade dos acabamentos e vida útil da construção.

A perspectiva aqui não é somente a construção de um bairro, um condomínio fechado ou conjuntos habitacionais como tem analisado a literatura especializada sobre a questão urbana. Trata-se da construção de cidades. A cidade é um espaço que absorve simultaneidades, expressa tempo e as mais variadas motivações, e corporifica o material – o aço e o concreto – e o imaterial – os devires humanos. A cidade é então texto e contexto e, neste caso, se aproxima daquilo que Castells (1999) definiu como cidade global. A cidade é global, nos termos de Castells, não por uma questão meramente de hierarquia de poder econômico, mas pelos elos estabelecidos entre os diversos setores do agronegócio configurando um “processo que conecta serviços avançados, centros produtores e mercados em uma rede global com intensidade diferente e em diferente escala, dependendo da relativa importância das atividades localizadas em cada área vis-a-vis a rede global” (Castells, 1999:470). A matriz discursiva da cidade global reproduz-se nos centros locais e regionais de maneiras distintas e no caso da “cidade rápida” manifesta-se no seu formato arquitetônico.

Voltemos à vila. As ruas principais já estavam asfaltadas e nelas se concentrava o maior número de moradores. Depois de percorrer algumas ruas observando a movimentação do local, cometei com Fernando sobre a importância que tinha para meu trabalho realizar uma entrevista com uma daquelas famílias. Ele me disse que se quisesse poderia fazer a entrevista enquanto ele iria buscar mais informações sobre a instalação dos comércios na vila. Ótimo. Mas quem entrevistar? Afinal, não conhecia ninguém na vila. Foi então que passamos por uma rua onde na varanda de uma das casas tinha uma mulher jovem, pele clara, magra, com cabelos enrolados num coque, sentada confortavelmente numa dessas cadeiras de fio observando um menino de aproximadamente dois anos que brincava no pátio a sua frente. Ao lado da mulher, sentada numa cadeira, havia uma menina, de cabelos presos num “rabo de cavalo”, magra, guardando em si as mesmas feições da mulher ao seu lado. A jovem estava concentrada manuseando equipamentos que davam a entender que estava fazendo as unhas. Fernando passou com o carro lentamente e fiquei observando aquela cena. Seguimos em frente. Depois de algumas voltas nos quarteirões onde se constatava algum movimento, já que a maioria das casas parecia estar fechada ou desocupada. Pedi que meu amigo voltasse na rua onde estavam aquelas mulheres. Desci do carro, cumprimentei a mulher e, em seguida a menina, e expliquei brevemente o motivo de ter passado de carro observando, falei sobre a minha pesquisa e perguntei se podia me conceder uma entrevista. Foi assim que conheci a família Mota¹⁶² e seus vizinhos, a família Oliveira.

Ana Joaquina explicou-me a existência de uma separação entre as casas onde residem famílias e as que residem os solteiros. No caso destes últimos, uma unidade habitacional é dividida por quatro funcionários da empresa que pagam, cada um, aluguel

¹⁶² A trajetória migrante da família Mota foi descrita no segundo capítulo desta tese.

simbólico no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais). Foi possível observar também uma separação por origem. Determinadas seqüências de casas, às vezes quadras, eram habitadas por migrantes oriundos do mesmo Estado a ponto dos moradores fazerem menção ao “pessoal do Piauí” ou ao “pessoal do Maranhão”, e assim sucessivamente, ao se referir a determinados espaços da vila. De acordo com alguns informantes, esta divisão também foi em decorrência das relações estabelecidas entre os migrantes durante o trajeto origem-Lucas do Rio Verde. Explico.

Desde o início do projeto de implantação da agroindústria, o poder público local e a própria empresa sabia que a mão-de-obra disponível em Lucas do Rio Verde não seria suficiente para atender as necessidades da Sadia que contratou uma empresa de recursos humanos para selecionar trabalhadores no Nordeste do país, mais especificamente nos Estados do Maranhão, Piauí e Pernambuco. Tal como as propagandas utilizadas na década de 1970 para atrair migrantes para o cerrado matogrossense, a empresa utilizou-se da mídia escrita e falada nestes três Estados para divulgar a existência de postos de trabalho no complexo industrial da Sadia em Lucas do Rio Verde. A idéia positivada do lugar era frequentemente acionada. Um exemplo disto foi a matéria publicada no jornal Diário Pernambucano em 16 de agosto de 2008 com o título “Em busca do novo Eldorado” e subtítulo “Pernambucanos migram para Lucas do Rio Verde para trabalhar na fábrica da Sadia, um investimento de R\$ 800 milhões”. O conteúdo desta reportagem resultou na migração da família Mota e de muitas outras famílias e jovens de Pernambuco. Ana Joaquina fez questão de mostrar-me a folha de jornal amassada (figura 47), porém guardada com carinho pelo significado que aquela reportagem tinha em suas vidas.



Figura 47: Diário Pernambucano, publicação de 16 de agosto de 2008. (Acervo família Oliveira).

O perfil do migrante que saiu dos Estados do Nordeste para se fixar em Lucas do Rio Verde se difere dos já estabelecidos migrantes sulista que ali vivem. Via de regra, são trabalhadores que viviam na zona urbana das capitais ou cidades circunvizinhas que se encontravam desempregados há algum tempo ou que viram na migração uma “oportunidade” de “melhorar de vida”.

As exigências mínimas eram ter o primeiro grau completo, possuir carteira de trabalho e estar com a documentação em dia. A seleção foi realizada em dois blocos. Um no qual eram identificados núcleos familiares onde o homem e a mulher estivessem dispostos, aptos e perfil para trabalhar na empresa, e outro onde eram selecionados trabalhadores solteiros, geralmente jovens entre 18 e 40 anos. Fazia parte da oferta da empresa a contratação formal com carteira assinada, salários que variavam entre R\$ 500,00 e R\$ 600,00, assistência médica e odontológica, vale alimentação, participação nos lucros da empresa e moradia com aluguel simbólico.

Os trabalhadores selecionados durante o processo seletivo foram contratados ainda em suas cidades de origem e uma parte começou a receber o salário antes mesmo de migrar para o Mato Grosso, como foi o caso das famílias Mota e Oliveira. O transporte da origem até Lucas do Rio Verde era de responsabilidade da empresa. No caso das famílias a empresa se responsabilizou também pelo transporte da “mudança” (vestuários, móveis e eletrodomésticos) sendo permitido a cada família levar uma moto, caso tivessem, com exceção de automóveis. O deslocamento das famílias ocorreu separadamente dos solteiros, estabelecendo neste processo migratório uma característica peculiar, a seleção pelo estado civil. Embora a primeira vista este dado não tenha significância, ele se refletiu no tipo de ocupação da vila permitindo que grupos de migrantes que se conheceram durante a viagem morassem em residências próximas, criando assim uma espécie de elo desde a origem que se manteve e se fortaleceu no destino.

Ao ser questionada sobre a experiência vivida no trajeto Recife-Lucas do Rio Verde, Manuela, a jovem migrante responde:

“Foi complicado. Nós viemos de ônibus e passamos cerca de três dias e meio no ônibus, e nós e todas as pessoas que estavam lá com a gente também eram da Sadia. E nisso todos fomos nos conhecendo melhor e com isto meio que todos nos tornamos uma pequena família ali e até hoje todos ainda continuamos”.

Manuela Mota, estudante, natural de Recife/PE

O elo de cooperação familiar que se manifesta nas diferentes estratégias do grupo migrante no território de adoção está aqui associado não só ao fato de serem da mesma origem, o Pernambuco, mas por terem compartilhado a experiência da migração. As dúvidas, medos, anseios e expectativas comuns no momento do deslocamento ao serem compartilhadas durante o percurso tornou possível a organização de estratégias grupais que permitiu aos migrantes, mesmo distante da sua família de origem, o estabelecimento de laços fortes entre si. Estes laços, segundo Manuela, eram também reforçados na medida em que percebiam “quantos sonhos” tinham em comum, dentre eles, a “vontade de crescer na vida”. Esta percepção foi também realçada por Ana Joaquina, mãe de Manuela:

“Apesar de todos estarem indo pra um lugar que não conheciam de verdade, não sabiam sequer como seria tudo, todos tinham um desejo de melhorar as suas condições, de dar um futuro melhor para os filhos e a si mesmo. Viam Lucas como um futuro promissor”.

Ana Joaquina Mota, trabalhadora assalariada,
natural de Recife/PE

Eis aqui outra proximidade com a concepção teórica de Leite Lopes (1988). A recordação do tempo de migração, aqui entendido como o deslocamento entre origem-destino, e o estabelecimento de moradias muito próximas produziu uma identidade de grupo que serve de elo de cooperação entre os moradores da vila. Por outro lado, era perceptível a relação de dependência existente entre o domínio do trabalho (fábrica) e o domínio da moradia (vila) em virtude das relações de amizade e de trabalho que se intercambiam nos dois espaços como expressão das relações sociais inerentes, segundo Leite Lopes, ao modelo “fábrica com vila operária”.

Um dado importante a se considerar, e frequentemente realçado nas entrevistas, foi o desinteresse da população local em relação aos postos de trabalho gerados pela fábrica. Em certa ocasião, fui convidada por uma informante jovem para ir numa festa em uma danceteria. Confesso que atualmente não tenho mais disposição para tal empreitada, mas naquela situação pareceu-me conveniente, pois teria oportunidade de conhecer vários jovens num mesmo espaço e talvez fosse produtivo do ponto de vista da pesquisa de campo. Obviamente que por ser uma “desconhecida” e ter quase o dobro da idade dos frequentadores da festa acabei chamando atenção de um grupo de amigos da minha informante que se interessou pela minha pesquisa. E foi assim, numa típica “rodinha de amigos” que engatamos num frutífero papo noite adentro.

A maioria daqueles jovens eram filhos de agricultores e, apesar da pouca idade, já trabalhavam em algum dos negócios da família ou em alguma empresa local. Todos foram enfáticos em dizer que não se sentiram atraídos pelas oportunidades de trabalho na Sadia porque o salário oferecido pela agroindústria não era compatível com aquele já praticado no município e destoava do custo de vida local. Esta, aliás, era a outra preocupação daqueles jovens: como os trabalhadores da fábrica iriam viver num município onde o custo de vida é alto ganhando R\$ 500,00?

Interessante notar que em outros momentos da pesquisa de campo, ao conversar com outros jovens, esta preocupação se fez também presente. Entretanto, um segundo elemento acionado constantemente entre os jovens, mas também presente em outras falas, foi a associação entre o aumento do índice de violência na cidade, a chegada de migrantes “maranhenses” e os baixos salários pagos pela fábrica. Neste ambiente onde a instalação da fábrica provocou mudanças intempestivas no modo de vida e no pulsar da cidade as percepções das mudanças se deram em escalas e ritmos diversos, por outro lado foi possível identificar semelhanças cujo conteúdo é revelador:

“Lucas era mais tranqüila, você podia deixar a chave do carro lá no carro na rua, não se via roubo. Hoje está diferente. Lucas hoje está mais perigoso. Tu praticamente hoje não conhece quase mais ninguém. Até poucos anos atrás eu conhecia todo mundo. Conhecia mesmo. Então hoje mudou muito com a questão do crescimento, com a Sadia, e vindo muito povo de vários Estados deste país. Porque agora não tem só gaúcho em Lucas né, agora tem gente de quase todos os Estados do Brasil. Então houve uma mistura de gerações e Estados. A Sadia que trouxe esta mudança. O que tem de nordestino aqui. Tem uns 3.000 funcionários, uns 2.500 é nordestino, a maioria é do Maranhão.

E qual é a sua opinião sobre esta “mistura”?

Não é muito bom (pausa). Não é muito bom assim, porque você sabe que cada região do Brasil tem uma maneira, tem um sistema de trabalho, tem um sistema de se viver, e uma maneira até de se respeitar. Porque eu vejo assim mesmo porque o próprio povo do sul, o povo do Rio Grande do Sul é um povo acolhedor, um povo bacana. Paraná, Santa Catarina é ótimo é igual,

parte dos paulistas. Já pega o povo do Nordeste já é um pouquinho diferente, é diferente (diminui o tom de voz). Então misturou demais. Misturou demais”.

Garibaldi Scarpeline, agricultor empresarial,
natural de Ronda Alta/RS

O caldo das mudanças em diversas escalas (econômica, social, cultural e territorial) fremiu as estruturas sociais do território. A tranquilidade de outrora foi abalada pela chegada do “outro”, o estranho que não fazia parte daquele universo social. Ao “outro” é creditada toda e qualquer ação que interfira na aparente normalidade que existia anteriormente. Afinal, num tempo não muito distante “todos se conheciam”. O conhecimento do outro, neste caso, parece influenciar no ritmo de vida do lugar. As pessoas ligadas em rede funcionam como um mecanismo intermediário de controle na medida em que determina quem está dentro e quem está fora. A intervenção do “outro”, o desconhecido, o que vem de outro lugar, com outro “sistema de viver”, é vista como uma “mistura” não desejada, porém, necessária para dar conta de um novo ciclo econômico no município instaurado com a implantação da fábrica. E, de outro lado, nos dizeres da esposa deste migrante, “aumentou o comércio. Porque daí o povo vem e aumenta as vendas. Então neste lado é bom”. Neste sentido, o “crescimento” auferido pela instalação da fábrica estabelece um paradoxo. É negativo por originar a “mistura” entre migrantes cuja origem é distinta daqueles que localmente foram definidos como iguais. E, ao mesmo tempo, é positivo por viabilizar um novo incremento de capital pela expansão do consumo.

Interessante notar que paranaenses, catarinenses, gaúchos e uma “parte dos paulistas” que foram recopilados na categoria “gaúcho”. O paulista que antes não fazia parte deste universo é inserido na categorização em virtude das relações já estabelecidas em rede. O fato de “agora não ter só gaúcho” naquela realidade social automaticamente credencia o grupo que já estava estabelecido a creditar os atos de violência ou desordem aos forasteiros, aos que chegaram depois. Ou seja, o outro é reconhecido e estigmatizado por atributos anômicos (Elias e Scotson, 2000), características estas que foram atribuídas levando em consideração o seu local de origem e a sua cultura.

Neste processo de estigmatização existe ainda um segundo fenômeno a ser analisado, a classificação do “outro”. Da mesma forma que a categoria “gaúcho” é utilizada para sintetizar o grupo considerado do local, uma nova categoria é acionada para dar conta de representar o “outro”: os “maranhenses”. Esta exterioridade produzida em categorias auto-denominativas se dá na relação de alteridade e se manifesta em sua construção simbólica.

O “gaúcho” é aquele que construiu a fronteira com espírito desbravador e pioneiro; é o que colocou o seu “tijolinho” na construção da cidade; é aquele que tem visão empreendedora de futuro e por isto reinventa a cada momento a fronteira que ajudou a construir. Nestas condições, o “gaúcho” seleciona a sua atuação simbólica em quatro tempos: o tempo de migrar, o tempo de construir, o tempo de desenvolver e, atualmente, o tempo de diversificar. A diversificação aqui não está apenas atrelada à diversificação econômica citada anteriormente, mas também, num sentido de ter que conviver com a diversidade. Assim, o “outro”, o diferente, apesar de marcado por atributos anômicos, é aceito e “incorporado” por representar um novo ciclo de vida na fronteira.

No exame da categorização do “outro”, pode-se dizer, numa abordagem simplista, que o fato da “maioria” dos migrantes ser originário do Maranhão fez com que a categoria “maranhense” se tornasse, naquela realidade, mais representativa do que “nordestino”. A diferenciação aqui seria então meramente numérica. Porém, a própria

intensidade de migração de maranhenses revela similaridade com a intensidade da migração gaúcha. O gaúcho, aquele nascido no Rio Grande do Sul, migrou em quantidade mais significativa do que os nativos de outros Estados, foi destemido, não teve medo e, na visão destes atores, liderou a diáspora sulista sendo, portanto, o portador das qualificações que melhor descrevem o grupo. Assim, numa visão relacional, o maranhense que chegou nas últimas décadas em busca de trabalho, enfrentando na maioria das vezes as dificuldades do deslocamento clandestino, a fome e o medo por não saber ao certo como seria o seu futuro; o maranhense que chegava em ônibus lotados de conterrâneos e que muitas vezes retornaram sem ao menos ter chegado; maranhenses que viram desabar seu sonho de “juntar um dinheirinho” para voltar depois para o seio familiar no Maranhão, enfim, este tipo social é o que sintetiza e lidera a diáspora nordestina. Daí a força que a categoria “maranhense” adquire naquele contexto.

Note-se que o matogrossense, o nascido no Estado do Mato Grosso, é esvaziado do discurso do migrante. E, quando citado, a categoria “cuiabano” é acionada para se referir a este tipo social. Adiante, veremos que mesmo entre os jovens a categoria auto-identitária acionada não é matogrossense, se revezando entre “gaúcho” e “luverdense”.

Rea e Tripier (2008) destacam que “la domination s’appuie, entre autres, sur un processus particulier: la stigmatisation. La stigmatisation est au coeur du processus de construction de catégorisations ethniques et raciales. (...) La stigmatisation est un processus par lequel des acteurs ou des institutions relèvent des traits de certains individus aux fins de les différencier et les inférioriser”. A eficácia desta categorização, segundo as autoras, se revela na capacidade que o grupo dominante tem de desacreditar uma pessoa ou um grupo de pessoas e, desta maneira, “l’origine nationale ou l’origine ethnique ne sont pas en soi des attributs qui portent le discrédit, mais dans certains circonstances sociales ou historiques, elles deviennent discréditées” (Rea et Tripier, 2008 :60).

Neste sentido a exterioridade do status do migrante ou do grupo subalterno se dá em fundamentos simbólicos de não-reconhecimento que se cristalizam em categorizações que constantemente se referem ao “outro”. Estas categorizações sociais de alteridade, nas palavras das autoras, podem ser construídas em vários níveis, mas no caso dos movimentos migratórios esta constituição se dá a partir de elementos étnicos e raciais sendo, portanto, “conceptualisations de la réalité sociale que des luttes de classement visant à la reconnaissance ou non de groupes mobilisés ou constitués” (Rea et Tripier, 2008:58).

Assim, o encontro destas duas territorialidades, a “gaúcha” e a “maranhense”, produziu (1) conflitos muitas vezes velados, (2) preconceitos no processo de assimilação ou ainda (3) revelaram estigmas. Foi em dois espaços de sociabilidade que os conflitos se manifestaram insígnies: na igreja e na escola.

Em vários momentos durante a pesquisa de campo ouvi citações e referências às sociabilidades no âmbito da igreja. Alguns citavam, inclusive, trechos do sermão do padre para se referir aos “conflitos” com os migrantes recém- chegados. Estas considerações me fizeram participar de um culto religioso num domingo à noite cuja a descrição merece aqui um destaque.

Passava das 17:30hs quando cheguei em frente a igreja católica localizada no centro de Lucas. Minha intenção era observar de longe como se daria a interação entre os distintos grupos já que naquele momento da pesquisa era perceptível para mim a olhos nus identificar a diferenciação entre os grupos. Quando ainda estava no ambiente externo da igreja pude observar o encontro entre as famílias, os acenos constantes, manifestações de carinho em longos abraços, risadas, conversas e alguns gritinhos das

crianças mais espevitadas que brincavam de correr por entre as plantas que configurava a praça onde estava localizada a igreja. Apesar da movimentação e agitação, existe uma ordem natural que levava aos grupos familiares a irem diminuindo o tom da voz e a intensidade dos gestos e ações ao se aproximar da porta central ou das laterais da igreja que estavam completamente abertas imagino eu por dois motivos: para simbolicamente demonstrar estar de portas abertas para seus fiéis, assim como, permitir que o ar circulasse devido o intenso calor.

Outro detalhe que saltava aos olhos era a “produção” das mulheres com seus vestidos de caimento leve, esvoaçantes e cores discretas; mulheres das mais diversas idades com fios de cabelos impecavelmente arrumados, maquiagem suave porém marcante valorizando em cada rosto seus atributos e com seus saltos altos batendo ao chão lembrando vagamente o tic-tac de um relógio. Os homens também bem arrumados com suas camisas muito bem passadas, barba feita, sapatos bem alinhados combinando com as calças que em sua maioria eram sociais. Todos ali pareciam se conhecer e em meio a cumprimentos e saudações adentravam no espaço da igreja.

Este retrato imagético da realidade que lancei aqui através da descrição de alguns elementos observados tem a intenção de demonstrar uma aparente homogeneidade social que só é relativizada pela presença de algumas pessoas que fogem a esta descrição estereotipada do grupo estabelecido.

Trata-se de alguns jovens e algumas poucas famílias que só identifiquei já dentro da igreja. Tive a impressão que eles entraram invisíveis no meio do outro grupo, pois confesso não ter notado a chegada/entrada destas famílias. Já dentro da igreja observei uma certa separação social no espaço pois este grupo sentou nos bancos localizados no fundo da igreja, ao passo que, observei algumas autoridades e lideranças locais como o prefeito e sua família, vereadores, famílias de pioneiros, enfim, estes estavam sentados mais a frente.

Me dirigi a um dos bancos localizados ao fundo da igreja próximo a dois jovens que deveriam ter entre 18 e 20 anos. A minha percepção de que eles não faziam parte do grupo dominante está mais relacionada com a postura corporal destes jovens do que por critérios externos como a vestimenta ou cor da pele. Eles pareciam estar sentindo-se “um peixe fora d’água”, sensação que também senti em alguns momentos. Aquele ambiente onde todos trocam olhares, sorrisos, abraços e cumprimentos mas que você não é objeto de tais manifestações vão acionando inconscientemente um sentimento de inferioridade que a própria postura do corpo denota, afinal, o “corpo fala”¹⁶³.

Em seu sermão o padre fez inúmeras vezes referência à “integração social” como “foco da igreja” realçando que a igreja não era somente um espaço de religiosidade, mas, também, de integração na sociedade. Tentei acompanhar o sermão do padre e ao mesmo tempo observar o que acontecia ao meu redor. Quando se aproximou o ritual da eucaristia¹⁶⁴ observei os dois jovens trocarem algumas palavras para logo em seguida se misturar entre os fiéis na fila que levava até o padre. Após comungarem, os jovens voltaram aos seus lugares, ajoelharam por alguns minutos concentrados naquilo que

¹⁶³ Refiro-me aqui a obra de Weil e Tompakow (1986) referência importante nos cursos de artes cênicas para que os atores possam entender e aprender a ler os diferentes códigos e mensagens da linguagem não verbal expressa em movimentos, olhares, posturas corporais, etc. Sobre o assunto ver WEIL (1986).

¹⁶⁴ Na Igreja Católica, a Eucaristia é um dos sete sacramentos e o ritual executado durante a missa é uma manifestação das igrejas cristãs em repetir o que Jesus Cristo fez na sua Última Ceia, conforme a narração dos evangelhos, quando compartilhou com seus apóstolos pão e vinho. A hóstia, uma espécie de pão produzido com água e farinha sem adição de sal, entregue a cada fiel no ato da eucaristia é a representação do corpo de Cristo e tem a finalidade de celebrar a memória da morte e ressurreição de Jesus Cristo.

parecia ser uma reza, para logo em seguida, quando se já se aproximava o final da missa, saírem discretamente por uma das portas laterais.

No final do ritual aquele mesmo borburrinho da entrada se repetiu e minha intenção de conversar com o padre foi comprometida pelo tempo que levei para me locomover entre os grupos que conversavam animadamente até a sacristia¹⁶⁵. Isto me levou a retornar a igreja no outro dia quando fui recebida pelo Padre Anísio¹⁶⁶.

O Padre iniciou sua pregação religiosa em Joinville (Santa Catarina), já tinha passado por Tapurah (município próximo de Lucas) e havia chegado em Lucas em janeiro de 2007. Desde então vinha observando um ritmo de crescimento acelerado da cidade com aquilo que definiu como “agitação urbana”. Um dado curioso é que o padre se referiu a intensidade do trânsito na cidade, algo que também tinha chamado minha atenção nos primeiros dias em campo. Ele contou que num trecho de 2 km que tinha percorrido alguns dias antes contou 81 motos, isto sem levar em conta as bicicletas. Este ritmo alucinante segundo o padre era também constatado no número de igrejas existentes no município, algo em torno de 51 edificações das diversas ordens religiosas. Ao fazer referência ao sermão que ele havia feito no dia anterior o padre desencadeou uma série de observações sobre a “dificuldade de integração” que no seu modo de ver estava relacionado com o “ritmo diferente entre os sulistas que vieram para desbravar e estes que chegaram agora que são mais pacatos”. Realçou a existência camuflada do preconceito do grupo que ali já estava estabelecido e os migrantes que estavam chegando no rastro do crescimento e desenvolvimento da cidade. Isto decorria segundo ele pela diferença cultural de um grupo em relação a outro, “parece que não se misturam, parece o Rio Negro e Solimões” fazendo referência a dificuldade de integração no ambiente religioso é decorrente, sobretudo, das diferenças étnicas, assim como acontece no âmbito da escola.

Conheci Angélica Zimmermann, natural de Santo Ângelo, professora do ensino fundamental durante um almoço na casa de uma das minhas informantes. Numa conversa informal Angélica começou a relatar sobre as dificuldades que estava enfrentando na sala de aula devido a chegada diária de migrantes oriundos dos Estados do Nordeste. Angélica se formou em pedagogia no sul e resolveu vir para Lucas do Rio Verde depois que uma prima contou sobre uma vaga de professora numa escola local. No início foi contratada por uma escola privada, e algum tempo depois passou num concurso e começou a lecionar também numa escola pública. Atualmente dividia seu horário de trabalho nas duas escolas, onde dava aulas para crianças na faixa etária de 7-8 anos que cursavam a segunda série. A professora, assim como os outros entrevistados, realçou o crescimento e desenvolvimento do município, porém abordou um outro lado do processo: o preconceito. Contou que, atualmente, estava enfrentando dificuldades para lidar com as atitudes preconceituosas dos seus alunos em relação aos recém-chegados migrantes de origem nordestina que se matriculavam na escola. A dificuldade era ainda maior porque estavam no final de um ano letivo, mas “todo dia” chegava uma criança nova e novos conflitos ficavam evidentes.

Ao ser questionada sobre o tipo de conflito Angélica relatou que se manifestavam de diversas maneiras: brincadeiras com o sotaque nordestino, com a maneira de vestir, com a cor da pele, com a maneira de falar e utilização de vocabulário diferente daquele usualmente empregado pelas crianças que ali já estavam, etc. Muitas vezes as ações e reações dos alunos continham um tom pejorativo e de estranhamento,

¹⁶⁵ É o espaço normalmente anexo a uma igreja onde são guardados os paramentos sacerdotais e as alfaias litúrgicas. É na sacristia que os sacerdotes se paramentam antes e depois de realizarem as missas.

¹⁶⁶ Embora se trate de uma autoridade local opto por utilizar um nome fictício para respeitar um acordo estabelecido com o padre durante a entrevista.

típico de crianças daquela idade. Eram as chamadas “brincadeiras de mal gosto” que além de inibir o recém-chegado, dificultavam o andamento normal da aula. Afora isto, tinha que lidar com perguntas capciosas tais como “porque a cor da pele dele é diferente?”, “porque ela fala deste jeito?”, dentre outras. Isto sem contar as vezes que um grupo começava a rir do outro por achar que tinham falado errado, em virtude das crianças-migrantes utilizarem vocabulário típico da região de origem. Consciente do seu lugar e da sua posição em relação aos alunos, Angélica me contou sobre as suas estratégias para tentar minimizar o conflito e as manifestações preconceituosas. Em certa ocasião, dividiu a turma em grupos e pediu que cada grupo pesquisasse com ajuda dos pais sobre um tipo de música de determinada região do país. Isto deu subsídios a ela para que começasse a relativizar as diferenças étnicas e possibilitou que as crianças, junto com seus pais, conhecessem um pouco mais da cultura de outra região.

Existia também uma relação de alteridade entre as crianças “gaúchas” e as recém-chegadas, migrantes nordestinos, diferente daquela estabelecidas entre os adultos. A maioria daquelas crianças tinha nascido em Lucas do Rio Verde ou em cidades vizinhas como Sorriso; ou ainda, nasceram no sul, decorrente da estratégia de algumas famílias nas quais as mulheres iam realizar o parto no local de origem para que seus filhos tivessem uma certidão de nascimento do sul. Assim, a manifestação identitária destas crianças se expressa, dentre outras formas, pelo vínculo de pertencimento ao território, afinal, eles se consideram genuinamente luverdenses¹⁶⁷.

Todo caso, se considerarmos a maneira expressiva, instintiva e impulsiva com que as crianças desta faixa etária se manifestam faz-se necessário registrar as dificuldades inerentes em lidar com tal situação. E estas dificuldades ocorrem nos dois planos, tanto do lado das famílias “gaúchas”, quanto das famílias nordestinas.

O caso da família de Maria Oliveira torna-se representativo deste universo conflituoso. Seu filho, um jovem de 14 anos, de pele morena como a mãe, olhos e cabelos castanhos escuros e magro é um rapaz um tanto tímido que estava no final da oitava série quando os pais migraram para Lucas para trabalhar na fábrica. Joana contou que nunca tinha tido problemas com seu filho na escola antes, que sempre foi estudioso, mas que não entendia o motivo do filho estar desmotivado para ir à escola. Eu em um dos momentos de descontração tive oportunidade de perguntar ao jovem o que ele estava achando da cidade e imediatamente ele me disse que estava sendo difícil principalmente na escola porque os colegas ficavam fazendo brincadeiras com a cor da sua pele e com o seu jeito de falar. Era perceptível em sua fala os constrangimentos sucessivos que estavam atrapalhando o seu rendimento escolar.

No início da sua reflexão sobre a imigração na França, Bernard (2000) que um mapa mundo seria o melhor instrumento para se imaginar “l’intensité et la complexité des migrations sur une planète désormais marquée par la mondialisation des échanges et le métissage culturel” (Bernard, 2000:17). Embora sejam tênues, é preciso reconhecer as fronteiras teóricas que separam os estudos das migrações internacionais e das migrações internas. No entanto, em determinado momento de suas reflexões o autor se coloca um questionamento que se revela pertinente, aqui, neste estudo de caso: “comment lutter contre les discrimination sans verser dans la stigmatisation?”.

O caminho é estreito, porém, segundo o autor, inevitável e alerta “pas de remède souverain pour sortir le pays d’une ethnicisation implicite masquée par le discours égalitaire, sans le précipiter dans l’ornière mortelle du “tout ethnique” (Bernard, 2000:273).

3.6. “Estabelecidos” e “outsiders” nas tramas de Lucas do Rio Verde

¹⁶⁷ Para um maior aprofundamento das questões que envolvem a manifestação identitária expressa nestas duas territorialidades, a gaúcha e a matogrossense, ver Rocha (2006).

No plano cartográfico foi possível verificar que o pulsar da vida na forma-cidade se expressa nas relações assimétricas entre o núcleo urbano antigo e o novo. Ao utilizar a maquete como forma expressiva da cidade quis chamar atenção para a idéia de cidade-planejada e, embora a noção da maquete sugira uma homogeneidade social o que se observa em Lucas do Rio Verde é o contraste entre os bairros antigos e os bairros novos.

Os bairros antigos estão localizados próximos às margens do rio Verde, local onde a cidade começou a ganhar contornos cartográficos. Localiza-se nesta área a maior parte dos estabelecimentos comerciais e residências de famílias de classe média e alta que moram na cidade desde o início da colonização, uma parte reconhecida como “pioneiros”. Mesmo as famílias que migraram recentemente e residem nestes bairros ressaltam em seus discursos o fato de pertencerem a uma rede social que as (re)ligam com os “pioneiros”. Vale lembrar um dado identitário que se expressa nas formas da cidade é o fato dos nomes das ruas destes bairros se reportarem à cidade de origem destes migrantes. Nos bairros mais recentes, ou novos, residem migrantes que vieram no rastro do desenvolvimento da cidade e possuem origem distintas, inclusive famílias do interior matogrossense que foram atraídas pelas oportunidades de trabalho e melhores condições de existência.

Tal situação coloca novamente em evidência¹⁶⁸ a semelhança desta configuração social com a etnografia de Elias e Scotson (2000). Os autores analisam algumas configurações existentes entre os moradores de uma comunidade fictícia, Winston Parva, a partir da análise de algumas variáveis demográficas que demonstravam poucas diferenças entre os bairros da cidade. Entretanto, um rápido passeio pela cidade e contato com a realidade social vivida pelos seus moradores era suficiente para colocar em xeque a homogeneidade social enunciada pelos indicadores. Havia uma dicotomia entre um grupo que se percebia e auto-intitulava “antigos residentes”, estes são para os autores os *estabelecidos*, e outro grupo recém chegado, migrantes de diferentes regiões, denominados *outsiders*.

O critério utilizado para a definição dos grupos sociais investigados por Elias e Scotson era o tempo de residência na cidade, ou seja, os “estabelecidos” sustentavam a sua distinção social pelo princípio da antiguidade. As famílias residentes há duas ou três gerações em Winston Parva configuravam-se num grupo coeso conferindo a seus membros um sentimento de superioridade humana capaz de assegurar-lhes meios de controle social através de um sentimento de pertencimento ao lugar. Esse controle social era acionado por meio das associações sociais, tais como, a igreja, clube de teatro, clube dos idosos, ou através de um instrumento ideológico como as fofocas, sejam elas elogiosas ou depreciativas.

Situação semelhante foi observada em Lucas do Rio Verde: um dos critérios de distinção entre “gaúchos” e os “outros” é o tempo de residência na cidade. O curioso é que todos ali são migrantes e, tal como no estudo de Lima Filho (1998) sobre os pioneiros da Marcha para Oeste, os “de fora” ou os migrantes “gaúchos” que seriam os “outsiders”, neste contexto, se configuram na primeira geração de pioneiros. A sua auto-imagem positivada enaltece valores culturais e sociais da sua situação social de origem e por isto orquestraram o desbravamento da região inóspita do cerrado matogrossense enfrentando adversidades e dominando a natureza selvagem. Suas raízes culturais são definidoras de seu *ethos* migrante. Todavia, é preciso não perder de vista que o reconhecimento de uma identidade social é um movimento dialético onde um “nós” é relacional a um “outros”. Esta relação pode se consolidar a partir de poderes

¹⁶⁸ Ver tópico 2.3.4. desta tese.

assimétricos que produzem no interior do grupo identidades hegemônicas e subalternas (re)produzindo ou (re)construindo hierarquias, conferindo (ou não) coesão social (Moreira, 2004). O outro, o matogrossense, não aparece no discurso, é esvaziado de sua existência social como se o nativo fosse o de fora, o migrante que viabilizou a fronteira e construiu a cidade.

Invertem-se os critérios: a configuração se expressa na diferenciação social entre o “nós”, “gaúchos” pioneiros estabelecidos, e os “outros”, os outsiders. O controle social é acionado por meio da tradição e os elementos da cultura gaúcha são evocados por aqueles que possuam um sentimento de pertencimento ao grupo e se manifestam nas festas típicas realizadas no CTG, nas rodas de chimarrão, no futebol e até mesmo na igreja. Nesta direção, Wolf (2003) ressalta que para analisar as diferentes redes de relações acionadas pelos distintos grupos é preciso, antes de mais nada, considerar o fato de estarem vinculadas à tensões heterogêneas e assimétricas as quais são mediadas por um determinado exercício de poder conferindo à sua estrutura uma dimensão histórica. O poder então auto-institucionalizado pelos pioneiros não pode ser visto como algo dado, instituído como se fosse uma dádiva. Ao contrário, a relação de poder entre estabelecidos e outsiders aparece num jogo de forças interagindo sincronicamente e diacronicamente com suas ações (Wolf, 2003:74-76).

Há uma idealização do “nós” através da construção de uma imagem social que assegura ao grupo uma reputação “socialmente superior”. Esta é uma estratégia de fachada social, ou seja, os indivíduos deste grupo tendem a idealizar suas virtudes e camuflar seus defeitos como forma de garantir uma determinada estabilidade até o ponto que esta fachada “torna-se uma representação coletiva” (Goffman, 1989:34). Goffman destaca a dimensão simbólica que existe em todas as práticas sociais a partir do momento em que os indivíduos utilizam-se de diferentes “máscaras” para encenar diferentes verdades em diferentes grupos. O carisma grupal é socializado, moldado e modificado a partir de fatores subjetivos que irão definir as práticas sociais do ator que desenvolve a ação.

Um dos vieses analíticos propõe que a formação de grupos dá-se então pela configuração sistemática de indivíduos que se agregam a partir do seu status social. No estudo de Elias e Scotson percebe-se esta configuração quando o grupo estabelecido ressalta a minoria anômica dos outsiders, mesmo esta sendo uma porção menor, ao passo que, em contraste, a sua auto-imagem valoriza a sua porção nômica ou normativa, que também é uma minoria. Os outsiders são vistos pelos estabelecidos como grupo anômico por configurarem-se como “indignos de confiança, indisciplinados e desordeiros” e, qualquer contato com este grupo pode causar uma “infecção anômica” (Elias e Scotson, 2000:27). Esta estigmatização do outro, atribuindo-lhe características de inferioridade, não se relaciona com o fato de estigmatizar os indivíduos em si, mas por eles pertencerem a um grupo coletivamente considerado diferente e que, de alguma maneira, ameaça o poder e o *status quo* dominante.

Em Lucas foi possível constatar a estigmatização do “outro” em várias circunstâncias, destaco aqui o discurso figurativo de um migrante:

“Porque o matogrossense, que mora em Cuiabá, na baixada cuiabana, *não vou dizer assim que é um povo acomodado*, é um povo que vive ali. *É um povo que nasce, cresce e morre ali. Vive ali a vida toda*. Então, não tem muitos mato-grossenses aqui. *A maioria é sulista*, hoje que está vindo pessoas de outros lugares. (...) Agora a questão do sulista eu percebo assim, que o preconceito é um “pré” conceito que existe. Porque pegar [contratar] um cuiabano, se eu sou sulista e posso pegar um sulista? Por que eu vou pegar um cuiabano, um nordestino ou um maranhense? Ou eu vou pegar ele

para trabalho pesado, trabalho operacional, mas não para um cargo de chefia ou isso e aquilo *porque ele tem um perfil diferente*. (...) Então pra nós que vem de lá a gente gosta de ver as coisas acontecerem muito rapidamente. Às vezes a gente prefere pegar alguém lá de baixo, por ter essa visão, por conhecer lá embaixo por acha que as coisas vão acontecer mais rapidamente do que convidar uma outra pessoa para participar, que de repente não aconteceria tão rapidamente. Então é uma mudança assim de comportamento. Eu vejo por Lucas que (...) no começo era pequena, mas hoje cresce e há cada quatro anos ela tem dobrado a sua população. Então *a cidade está crescendo, desenvolvendo*” [grifos meus].

(Afonso Gianezini, natural de Barracão/PR, professor)

Interessante observar a contradição presente no discurso do informante. Apesar de iniciar o discurso refutando uma visão negativa do matogrossense, na seqüência da sua argumentação refere-se ao grupo realçando indiretamente características como apatia, indolência e conformismo já que é um “povo que nasce, cresce e morre ali. Vive ali a vida toda”. Assim, a imagem da cidade desenvolvida e moderna é associada com a auto-imagem do sulista que “tem um perfil diferente”.

Depara-se então com o que parece ser uma constante universal em qualquer figuração estabelecidos-outsiders: os migrantes “gaúchos” (estabelecidos) atribuem e destacam em seus membros características superiores como o espírito desbravador, o pioneirismo, a coragem, etc., e afirmam sua superioridade ao lançar estigmas e realçar a porção anômica daqueles que não pertencem ao seu grupo, os “matogrossenses”, “maranhenses”, “nordestinos” e “cuiabanos”, categorias acionadas para se referir aos migrantes de origem distinta da sua (os outsiders), colocando em relevo a suposta preguiça, acomodação, falta de aptidão para o trabalho, etc. Fica evidente nas entrelinhas do discurso de Afonso que, na sua opinião, a cidade só “cresceu” e se “desenvolveu” devido a ação civilizadora do “sulista”. O outro, o outsider, é visto como “acomodado” cujo teor do trabalho não possui a qualificação que supostamente aquela realidade social exige.

Tomando como paradigma empírico a proposição argumentativa de Elias e Scotson, os dados da pesquisa de campo revelam que o microcosmo de Lucas pode ser compreendido a partir da configuração dos bairros antigos em contraposição aos bairros novos, afinal, o que os diferencia é a coesão social do grupo que o habita.

Os moradores dos bairros antigos demonstravam uma forte coesão social. Ao chegar para fazer uma entrevista, o informante geralmente sabia mais de mim do que eu dele, pois o grupo mantém uma intensa rede de informações e de relações. Normalmente, estas informações criavam uma espécie de laços de reconhecimento e aceitação que muitas vezes me possibilitaram o acesso a determinados informantes. A cada entrevista, a cada contato, ficava evidente os laços de parentesco e de vizinhança que uniam o grupo, a tal ponto, que circulei sem maiores dificuldades nos espaços de sociabilidade e de trabalho nos bairros antigos da cidade.

Um outro fator relevante foi a identificação que muitas vezes o entrevistado fazia da minha origem, muito embora eu não tivesse sequer mencionado. Talvez o biótipo e o sotaque ainda marcado denunciem minha origem sulista fazendo com que o entrevistado me identificasse como uma integrante do seu grupo social:

“a gente se sente tranquilo (para falar) porque tu também é do mesmo Estado né, e aonde tem gaúcho é gaúcho né. É verdade né Betty. Não que, Deus me livre, olha temos que agradecer o Mato Grosso que acolheu nós. Mato Grosso acolheu nós. Nós estamos numa região, olha ao redor (mostrando o entorno da fazenda), olha a fotografia disto aqui ó, porque no Rio Grande do

Sul não é assim. É só uma parte que é plana, a região que eu morava era mais acidentada. Então Mato Grosso para nós foi muito bom, acolheu nós muito bem, meu Deus. E temos que lutar pelo Mato Grosso, só que a gente não esquece do Rio Grande”.

Garibaldi Scarpeline, agricultor empresarial,
natural de Ronda Alta/RS

Mais uma vez a contradição se manifesta no discurso do migrante. A valorização positivada do gaúcho fica oculta no momento que o entrevistado frisa que “aonde tem gaúcho é gaúcho” e, por ser identificada como seu par sou digna de confiança. Por outro lado, o Mato Grosso é enaltecido como a terra de acolhimento, de realização e de conquistas, merecedora de sentimento de respeito e luta, muito embora, se admita o vínculo permanente e saudoso com a origem.

Voltando nosso mergulho na polifonia de Lucas do Rio Verde, uma possível interpretação para a configuração social dos bairros antigos é a noção de bairro étnico. Bairro étnico é uma área onde um determinado grupo social é majoritário sem necessariamente ser dominante e sem estar exclusivamente aí concentrado. Para Portes (1990), os bairros étnicos desempenham papéis funcionais importantes no processo de adaptação dos imigrantes. Fausto (1998) destaca que a criação de bairros étnicos proporcionou um sentimento de coesão social aos grupos imigrantes que se fixaram em São Paulo. Estes grupos se organizaram a partir de uma relação de solidariedade reproduzindo antigos hábitos e costumes a fim de minimizar as dificuldades de estabelecimento no novo ambiente. Parafrazeando Fausto, os bairros antigos de Lucas configuram-se dentro da perspectiva dos bairros étnicos na medida em que os migrantes sulistas, reconhecidos naquelas paragens como “gaúchos”, se estabeleceram no território e reproduzem seus hábitos e costumes da origem. A casa, a família, a religião, o esporte, as festas e a comida são elementos demarcadores da identidade social deste grupo.

Um dado importante é que os bairros novos são separados dos bairros antigos por um moderno complexo educacional. As casas dos bairros novos são menores e guardam em si o mesmo formato arquitetônico. Existem alguns estabelecimentos comerciais nos bairros, e ao invés de caminhonetes e carros de última geração, bicicletas circulam pelas ruas. Seus moradores são em sua grande maioria trabalhadores assalariados que trabalham nos bairros antigos, nas fazendas ou nos estabelecimentos existentes na porção recente da cidade. Os moradores dos bairros novos formam um grupo com pouca coesão de tal maneira que tive dificuldade em adentrar aquele espaço social.

Diferentemente dos contatos em rede que estabeleci entre os moradores no núcleo antigo da cidade, todos os contatos com moradores dos bairros novos aconteceram no âmbito do trabalho. No pequeno hotel onde fiquei hospedada conversei informalmente com duas funcionárias que moravam na parte nova da cidade. As duas eram matogrossenses, uma morava na cidade há mais de um ano e a outra havia chegado a cinco meses em busca de emprego. Uma delas destacou:

“Aqui é muito difícil fazer amizade. Só tenho amizade com o pessoal da igreja. Sou evangélica. O povo daqui não gosta muito dos que vem de fora. É difícil conseguir trabalho. Eles querem referência daqui e eu só tinha de Tangará. Todo mundo diz que Lucas é uma cidade boa para morar, mas aqui é terra de gente rica. Eles só dão trabalho para quem é daqui”.

(Consuelo Barros, camareira, natural de Tangará da Serra/MT)

O discurso de Consuelo é significativo por reforçar meu argumento anterior: os migrantes “gaúchos” são reconhecidamente os estabelecidos e os matogrossenses são os “de fora”, ou os outsiders. Ao destacar que “eles só dão trabalho para quem é daqui” percebemos no discurso um sentimento de inferioridade grupal. Isto ocorre porque ao reforçar o carisma grupal a partir de sua situação social de origem, os “gaúchos” enaltecem sua aparente superioridade ao fazer com que os indivíduos que não compartilham da mesma condição se sintam inferiores e carentes de virtudes. Elias e Scotson (2000) argumentam que as maneiras como grupos dominantes afirmam sua superioridade e lançam estigmas aos que não pertencem ao mesmo grupo podem ser refletidas, de uma certa maneira, nos preconceitos étnicos e raciais, entretanto, não se limitam a eles. Na verdade este *modus operandi* de estigmatização do outro nada mais é do que uma das formas de preconceito, algo já realçado no discurso de um dos migrantes.

O ponto central para fins desta análise é relação assimétrica que se estabelece entre os dois núcleos urbanos da cidade: os bairros novos e os bairros antigos. O aspecto mais saliente desta relação se evidencia na exclusão dos “outsiders” das possibilidade de trabalho que exerçam maior potencial de influência. Inclusive, um dos aspectos destacados pelos “estabelecidos” é o fato da prefeitura da cidade ter sido administrada até os dias de hoje por representantes sulistas e, desta maneira, a chegada de novos fluxos de migrantes oriundos de diversas localidades e Estados é vista como um problema a ser enfrentado.

Em síntese, assim como o processo social analisado por Elias e Scotson em Winston Parva, a configuração das relações sociais em Lucas do Rio Verde vai além da identificação de características externas aos grupos e devem considerar o processo de construção, coesão e identificação interna destes grupos sociais pois “em todos os casos, os recém chegados empenham-se em melhorar sua situação, enquanto os grupos estabelecidos esforçam-se por manter o que já tem” (Elias e Scotson, 2000:174). Neste sentido, a sociodinâmica da relação entre os grupos interligados na condição de estabelecidos e outsiders é determinada por sua forma de vinculação.

A polifonia de Lucas do Rio Verde pôde ser observada na atuação distinta de dois grupos sociais que se diferenciam por sua origem social, pelo critério de antigüidade e por se fixarem em dois espaços distintos da cidade: bairros antigos e bairros novos. O sentido de antigüidade é utilizado como um trunfo social que diferenciam os migrantes que se instalaram em Lucas do Rio Verde. O “antigo” ou “velho” é acionado como categoria sociológica que se refere a uma configuração social específica onde a coesão social constitui-se como um elemento fundamental para o grupo manter seu poder e status. As redes acionadas entre os membros dos bairros antigos criam intimidades e vínculos sociais dos quais os moradores dos bairros novos não conseguem participar. Já a categoria “novo”, neste contexto, trás consigo todo o imaginário em torno do desconhecido e estranho como elementos que contém uma conotação negativa, estigmatizando os indivíduos associados a ela.

As configurações estabelecidas entre os moradores dos bairros antigos e novos, ou parafraseando Elias e Scotson, entre estabelecidos e outsiders, não são estáticas. Para os autores os indivíduos existem sempre em configurações e, portanto, os bairros de Lucas do Rio Verde são um tipo específico de configuração. O conceito de configuração proposto por Elias (1994) permite entender a existência social “na” e “pela” ambivalência, ou seja, a rede de interdependência entre os grupos sociais forma o nexo do que o autor chama de configuração. Em outras palavras, é no jogo das tensões e na complexidade das redes de interesses e necessidades dos distintos grupos que se

estabelece a interdependência entre os mesmos. Significa dizer que os indivíduos existem em configurações e que, de um modo, ou de outro, são interdependentes.

Este breve mergulho na narrativa polifônica de Lucas do Rio Verde não tem intenção de apresentar considerações conclusivas, mas apontar distintas possibilidades interpretativas que sugerem a existência de uma relação indissociável entre migração e desenvolvimento naquele universo social.

Na trilha de Calvino (1990) o olhar que percorreu as ruas como se fossem páginas escritas constatou que “a cidade diz tudo o que você deve pensar, faz você repetir o discurso e, enquanto você acredita estar visitando *Lucas do Rio Verde*, não faz nada além de registrar os nomes com os quais ela define a si própria e todas as suas partes” (Calvino, 1990:18).

3.7. As representações sobre desenvolvimento

Usualmente, os estudos de caso que refletem sobre questões inerentes ao desenvolvimento, buscam identificar um conceito que dê conta de explicar determinado fenômeno social. Prefiro seguir um caminho diferente ao identificar no discurso dos personagens os elementos que acionam e dão sentido as suas percepções de desenvolvimento. O esforço agora será elencar alguns discursos que suscitem reflexões sobre as representações acionadas pelos distintos personagens sobre desenvolvimento as quais dão significado simbólico àquela fronteira. Assim, o “desenvolvimento” é tomado como uma categoria nativa recorrente no discurso dos migrantes e incita algumas questões: o que é ser desenvolvido no olhar daqueles migrantes? De que forma este desenvolvimento se manifesta? Em qual contexto a(s) representação(ões) sobre desenvolvimento são acionadas? Como estas representações interferem e dão significado à construção de uma visão de mundo?

Por representação social entendo as diferentes formas de “conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (Jodelet, 2002:22). As representações são maneiras e formas utilizadas pelos indivíduos ou grupos para pensar e/ou interpretar uma determinada realidade cotidiana. Em suma, trata-se do saber que determinado grupo social elabora sobre elementos de sua existência e tem relação com a sua construção social. Este saber se confunde com a realidade e esta realidade não é questionada (Laplantine, 1999:297-299). Compete destacar o papel da representação social assume na trajetória migrante já que este ser social se (re)constrói no movimento dialético da migração. Sayad esclarece que a análise da migração, enquanto processo, é submetida à determinadas “representações coletivas” que “uma vez constituídas tornam-se realidades parcialmente autônomas” (Sayad, 1998:56). Assim, em alguns momentos, o migrante atualiza o seu discurso a partir das suas percepções coletivas.

Em 2005, na época da primeira inserção em campo, a percepção em torno do desenvolvimento aparecia no discurso sempre vinculada a idéia do ser social desbravador e pioneiro:

“Gaúcho é um desbravador, eu acho que a gente veio aí desbravando Santa Catarina, Paraná, viemos para o Mato Grosso do Sul, chegamos em Mato Grosso. Eu acho que ser gaúcho é você dar o sangue pelo seu país, pelo seu estado, por onde você está. Acho que independente do local onde você está você vem para trazer o progresso, para *trazer o desenvolvimento* e acho que isso é bem claro em nossa região. Não só Lucas, mas tem Nova Mutum, Sorriso, Sinop onde se você fizer um levantamento hoje você vai encontrar 90% da população oriunda do sul, ou de Santa Catarina, do Paraná, de São Paulo, enfim, dessas regiões mais desenvolvidas. E nós *viemos como*

desbravadores né. Nós estamos aqui...é...e *você traz o sangue*, o sangue europeu. Nós somos descendentes acho que *você vai trazendo*. Eles vieram da Europa, nós somos descendentes e nós viemos para o Mato Grosso. Eles foram para o Rio Grande do Sul, e de lá nós saímos para Santa Catarina, Paraná, enfim, e estamos aqui e tem gente indo para o Pará e já chegam lá na divisa com outros países né. Acho que é por aí né. Ser gaúcho é isso. É *você cultivar, você trazer aquilo que o teu pai ensinou, você ser lutador, você brigar por aquilo que você quer, você ter sangue sabe...é não ter de levar desaforo...é você ter o espírito de fazer as coisas acontecerem*. Acho que isso é o que o gaúcho, não só o gaúcho, mas o pessoal sulista”(grifos meus).

(Estevão Turela, comerciante, natural de Ronda Alta/RS)

Neste palco de historicidades múltiplas, no encontro de posseiros, parceiros e assentados da cooperativa, uma categoria emerge no discurso como síntese da instalação e consolidação de uma fronteira. Das primeiras picadas abertas pelos soldados que construíram a rodovia ao domínio das adversidades do cerrado para plantio nos primeiros tempos realizados pelos posseiros; do assentamento de famílias que buscavam na terra sua esperança de vida e de reprodução social ao assentamento elitizado de agricultores selecionados; duas categorias se equivalem como condutores do estandarte da prosperidade, da civilização e do desenvolvimento: desbravador e pioneiro. À medida que a frente de expansão da fronteira avança e se consolida, a categoria pioneiro se cristaliza no tempo como se fosse curtida como vinho em uma adega de memórias de um tempo mítico .

O pioneirismo acionado por estes atores sociais tem como substrato identitário a sua origem gaúcha. A construção social da identidade gaúcha foi construída a partir de uma tradição europeia de movimento e de sucessivas migrações. A mobilidade aparece em seu discurso como uma categoria de percepção transmitida por relações consanguíneas que se expressa no espírito “pioneiro” e “desbravador” recorrente no discurso dos migrantes de Lucas permitindo-lhes a construção de uma identidade social que nasce de sua situação de origem, pois, como descendentes, consideram-se como aqueles que viveram a tradição de seus avós, imigrantes italianos e alemães, e desbravaram o cerrado matogrossense da mesma maneira que seus antepassados desbravaram o sul do país, inclusive experimentando dificuldades e situações semelhantes. Trata-se, pois, de um processo de (re)construção de identidade onde as memórias e histórias de vida são subjetivadas e negociadas em contextos específicos. Neste sentido, o passado atualizado confere sentido e significado ao presente e, de alguma maneira, projeta o futuro (Moreira, 2004).

Os dados empíricos levantados em 2005 transmutavam este verniz mítico ao tipo social posseiros e assentados da cooperativa. A auto-imagem positivada expressa em categorias como “coragem”, “espírito empreendedor” e “pioneiro” conferia uma relativa homogeneidade social a este grupo. O tipo social parceiro era acionado sempre a partir de uma imagem negativa, valorizando sua porção anômica de “inaptidão para o trabalho” no campo, por serem “desordeiros”, pela “falta de coragem”, etc. (Rocha, 2006:53). Já em 2008, na ocasião da segunda inserção em campo, com a intensificação de um fluxo migratório de origem distinta daqueles personagens do início da colonização, o parceiro, antes descartado deste processo, passou a ser identificado ou se identificar como pioneiro:

“Eu me sinto pioneiro daqui. Eu tenho até o título de pioneiro. A Câmara [de Vereadores] me deu o título de pioneiro.

E quem é considerado pioneiro?

Eu vou te falar. Quem é que é considerado pioneiro? Os posseiros que vieram antes do que nós. E nós, que chegamos depois. Então tem o pioneiro-parceleiro e tem o pioneiro-posseiro”.

Garibaldi Scarpeline, agricultor empresarial,
natural de Ronda Alta/RS

Esta auto-imagem se referencia em termos do seu diferencial de poder para assim assegurarem sua superioridade em relação a outros grupos interdependentes. A manifestação do poder simbólico de um grupo e relação a outro só é possível por conta desta interdependência entre eles. Na perspectiva de Bourdieu (2003) existe um poder de ordem simbólica que legitima a “integração fictícia da sociedade” através de um arsenal ideológico produzido pelas classes dominantes ou hegemônicas. A dominação está relacionada a uma determinada visão de mundo cuja realidade é socialmente construída por meio de um sistema simbólico que são determinantes na reprodução social de um grupo (Bourdieu, 2003:11-15). Este poder simbólico é um “poder quase mágico” (Bourdieu, 2003:14) que provoca uma relação dialética entre dominante e dominado, entre um grupo hegemônico e outro subalterno, como se fosse “algo invisível” capaz de constituir uma cumplicidade tanto daquele que exerce, quanto daquele que é subjugado a ele (Bourdieu, 2003:7-8). É desta dominação simbólica que resulta a integração ou coesão social capaz de justificar a hegemonia de um grupo sob outro.

Os indivíduos de uma cidade se cruzam todos os dias sem se conhecerem ou saberem das expectativas de vida uns dos outros, mas são ordenados por algo não perceptível a olhos nus, algo que lhe “dita” normas e condutas, uma ordem oculta ou um poder simbólico, nos termos de Bourdieu.

É neste campo analítico e reflexivo que também se inscreve a sociologia processual de Elias (1993 e 1994). Elias critica a visão dicotômica entre sociedade e indivíduo¹⁶⁹ e busca demonstrar o quão inconsistente é esta análise. A premissa do seu estudo é que por trás da antítese entre o indivíduo entendido enquanto um “fim” e da sociedade como um “meio”, ou da inevitável tentativa de estabelecer a “mais” ou “menos” importante das estruturas - o todo ou a parte - a compreensão deste processo só é possível a partir do momento em que se percebe o véu das tensões a que está submetida a relação entre indivíduo e sociedade. “Nenhum dos dois existe sem o outro” postula o autor. As funções desempenhadas por cada indivíduo são interdependentes e formam teias de inter-relações e, apesar das ações dos indivíduos terem peso, leis e

¹⁶⁹ (Re)visitando os clássicos é possível perceber esta oposição entre indivíduo e sociedade. Dando grande ênfase ao lugar da sociedade como determinante do indivíduo, Durkheim (1983) estabelece que este último nada mais é do que uma criação social, ou seja, produto da sociedade na qual está inserido. Para o autor o indivíduo possui uma consciência individual e uma consciência coletiva e “essas duas consciências são ligadas uma à outra (...) e formam uma só, existindo para ambas um único substrato orgânico. São, portanto, solidárias. Daí resulta uma solidariedade sui generis nascida das semelhanças que liga o indivíduo à sociedade” (Durkheim:1984,74-75). Já para Weber o indivíduo é orientado racionalmente pela ação social. A interação entre indivíduos ocorre a partir da captação da ação social, pois, o indivíduo constitui o limite e o único portador de um comportamento provido de sentido. O agir real dos indivíduos pode ser orientado, de maneira objetivamente provida de sentido, e um agir em sociedade conforme o estabelecimento do conteúdo e dos meios da ação social, resulta de um entendimento e de um acordo entre todos os integrantes. Para o autor o indivíduo é determinante da sociedade, e, esta primazia é justificada pela ênfase na ação social do indivíduo e pelo conceito de tipo ideal que, segundo Weber, configura-se na forma de uma ação social direcionada racionalmente a um fim (Weber, 1997, 10-13).

valores próprios e distintos, estes elos que não são visíveis ou tangíveis determinam as estruturas sociais que se delatam na complexidade da sociedade. Sociedade é então uma rede de funções que os indivíduos desempenham de forma interdependente ou outros indivíduos. A rede de interdependência entre os indivíduos é o que os liga, dando sentido aquilo que Elias define como configuração. Dito de outra maneira, o conceito de configuração explicita um sistema social formado por indivíduos cujas dimensões evidenciam-se na rede de interdependência entre eles cujo fundamento chave é existência de uma “sociedade de indivíduos” (Elias, 1994: 20-26).

Dotados de uma espécie de carisma grupal, virtude compartilhada por todos os membros do grupo, os “pioneiros” orquestraram o desenvolvimento da região e são reconhecidos, inclusive pelas instâncias representativas do poder local (como a Câmara de Vereadores), por seus feitos. Para Elias esse “carisma grupal” consiste num ponto focal da imagem que eles tem de si, não como indivíduos isolados, mas como um coletivo¹⁷⁰, interdependente, como membros daquele grupo específico contribuindo para “dar mais sentido a sua vida comum e a seu esforço de preservá-la” (Elias, 2000:132). No sentido aqui atribuído o desenvolvimento aparece como resultado de uma ação civilizadora deste grupo, não importando mais as condições em que se deu a migração.

O conceito de civilização para Elias (1994) abrange todas as esferas da sociedade e repercute nas suas práticas cotidianas, daí a sua relação com o nível tecnológico, às idéias e aos costumes de uma sociedade; podendo se referir também a fatores subjetivos. Os fatores objetivos e subjetivos que definem e dão sentido a uma dada civilização não são os mesmos, pois isto dependerá, dentre outras coisas, da intensidade da interdependência entre os diferentes atores da sociedade. “Processos de civilização¹⁷¹ não seriam possíveis sem um potencial de civilização biológico” diz Elias (2006) ao lançar mão de conceitos da psicologia freudiana (base teórica importante para compreensão de sua reflexão) e lembrar que o conceito de civilização está intimamente relacionado com a autorregulação individual dos impulsos do comportamento humano condicionados por afetos e pulsões.

Assim, o conceito de civilização é originalmente processual e, analogamente, se distinguem em virtude da configuração social de cada modelo de configuração. Estas configurações são expressões do “habitus social comum dos indivíduos que formam em si uma determinada unidade de subsistência” e se conformam a partir de formas específicas de autorregulação absorvidas “mediante o aprendizado de uma linguagem comum e nas quais, então, se encontram: no caráter comum do habitus social, da sensibilidade e do comportamento dos membros” de um determinado grupo social. O

¹⁷⁰ Grosso modo, a individualidade é então relacional e se processa através da relação de interdependência entre os indivíduos. O modo como cada indivíduo reage ou se comporta é determinado por suas relações passadas ou presentes. A individualidade se constitui da natureza das relações entre o indivíduo e as outras pessoas. Essas relações, na proposição de Elias (1994), são determinadas pela estrutura da sociedade na qual fomos criados.

¹⁷¹ Embora o conceito de civilização seja tratado em suas diversas nuances em várias obras de Elias como em *Sociedade dos Indivíduos* (1994), *A sociedade da corte* (2001) e de maneira mais aprofundada em *O Processo Civilizador* (1993), destaco aqui a obra *Escritos e Ensaio 1* (2006) que reúne textos escritos por Norbert Elias entre 1950 e 1990 (época de sua morte). O conjunto de 11 textos que compõe a obra foi organizado num notável esforço professores Federico Neiburg (Museu Nacional/UFRJ) e Leopoldo Waizbort (USP) em possibilitar aos leitores de língua portuguesa o acesso a uma parte importante do pensamento sociológico de Elias. Em seu primeiro capítulo intitulado “conceitos sociológicos fundamentais” são apresentados três conceitos que permeiam toda a obra do autor: civilização, figuração e processos sociais. Os textos são resultado de “três verbetes que Elias escreveu para um léxico de sociologia publicado na Alemanha em 1986” (Neiburg e Waizbort, 2006:7-8) e foram traduzidos por Antônio Carlos dos Santos supervisionados pelos autores. As reflexões que apresento a partir daqui sobre o conceito de civilização estão contidos na referida obra. Ver Neiburg e Waizbort (2006).

curso e a direção específica dos processos de civilização são produto do equilíbrio entre coações exteriores e autocoações¹⁷² (Elias, 2006). É significativo o fato de que, para autor, em “estágios iniciais de desenvolvimento” as instâncias de autocoação são menos autônomas e mais dependentes das interações e fluxos constantes das coações exteriores “muito especialmente, as coações da imaginação coletiva” que assumem a função de dar “assistência e reforço constantes nas instâncias pessoais da autocoação”.

No esforço de fornecer uma síntese do seu pensamento, que aqui será útil, Elias afirma que “dentre os principais critérios para um processo de civilização estão as transformações do habitus social dos seres humanos na direção de um modelo de autocontrole mais bem proporcionado, universal e estável”. Com isto surgem modelos de civilização onde se observa uma “simetria da auto-regulação (sic) na relação entre todos os seres humanos e em quase todas as situações da vida cresce” a capacidade dos indivíduos em se identificarem-se uns com outros, demonstrando uma relativa independência do grupo a que pertencem (Elias, 2006). É neste campo teórico que se inscreve a ação civilizadora dos migrantes, objeto do presente estudo.

O tecido social de Lucas do Rio Verde é resultante de planos e ações isoladas que deram “origem a mudanças e modelos que nenhuma pessoa isolada planejou ou criou. Dessa interdependência de pessoas surge uma ordem *sui generis*, uma ordem mais irresistível e mais forte do que a vontade e a razão das pessoas isoladas que a compõem”. É esta ordem que, nas palavras de Elias, determina o curso e intensidade da mudança histórica, das transformações do habitus e que “subjaz ao processo civilizador” (Elias, 1993:194).

A ação civilizadora de posseiros, assentados da cooperativa e parceiros deu origem à cidade onde a trajetória de cada um destes personagens é marcada e “mantida em movimento pela dinâmica autônoma de uma rede de relacionamentos, por mudanças específicas na maneira como as pessoas se vêem obrigadas a conviver” (Elias, 1993:195) e pela relação de alteridade. É do encontro destas subjetividades (retro)alimentadas pelo discurso da diferença e pelo espírito cooperativo que se apreende, naquele contexto social, o significado do “desenvolvimento”:

No que tu vê a diferença [entre matogrossenses e “gaúchos”]?

Na motivação, no próprio ritmo do trabalho. Você compara, por exemplo, Nobres, parece uma visão meio assim, parece que estou discriminando, ou menosprezando, mas não se trata disso, acho que é assim uma questão de você avaliar mesmo, de você analisar. Nobres é uma terra de matogrossense enquanto que você pega outras regiões, Nova Mutum, Lucas, quer dizer é diferente. Até a maneira de tratar do povo é diferente, o ritmo de vida é outro, as pessoas parecem que estão em constante busca, não se acomodam facilmente. Acho que isso que gera o desenvolvimento sabe.

¹⁷² Elias usa o termo coação social para explicar uma nova concepção de tempo que surgiu com o advento da sociedade industrial e passou a interferir na subjetividade do indivíduo. A modernidade produz, então, uma disciplinarização do tempo em diversas escalas que pode ser representado "(...) pela velocidade de relógios, calendários e horários, ostenta nessa sociedade, as propriedades que fomentam coações que o indivíduo impõe a si mesmo. A pressão dessas coações é relativamente pouco apreendida, medida, equilibrada e pacificada, porém, onipresente e inevitável", (Elias, 1989:32 apud Martins, 2000). Nas palavras do autor “a transformação da coação externa da instituição social do tempo em uma pauta de autocoação que abarca toda a existência do indivíduo, é um exemplo gráfico da maneira em que o processo civilizador contribui para modelar uma atitude social que forma parte integrante da estrutura da personalidade do indivíduo” (Elias, 1989:21 apud Martins, 2000). Significa dizer que no processo civilizador a coação externa transforma-se em autocoação e o tempo passa a impor seu domínio não apenas externamente, mas principalmente internamente.

Tu acha que isso é um fator que justifica um determinado desenvolvimento aqui de Lucas?

Eu acredito que sim. Eu acredito que sim porque tu vê as pessoas não ficam paradas esperando. Não esperam por decisões do governo, elas vão buscar. Lucas do Rio Verde foi muito em cima disso, quer dizer, a história de Lucas do Rio Verde é basicamente uma história de conquista do próprio povo de Lucas do Rio Verde. Se nós aqui estivéssemos esperando por decisões de governo, esperado que o governo viesse implantar a energia elétrica pra nós, que o governo viesse trazer a rede de água pra nós, hoje nós não teríamos nada. Quer dizer, as pessoas aqui se uniram e foram buscar isso, construíram isso. Lucas do Rio Verde foi construída a partir do trabalho das pessoas que moram aqui. (...) Nós tínhamos antes de Lucas ser município quando nós pertencíamos a Diamantino, agora tu imagina 140 km da sede do município, como é que nós íamos cruzar os braços e esperar que o prefeito viesse de Diamantino ver as nossas necessidades? Ou que o governo do Estado viesse? Não. Aí o que é que nós fizemos? Nós constituímos a Associação de Desenvolvimento Comunitário e ela é que fazia todo este papel de integrar, de buscar, de ver o que era necessário, fazer campanha. A rede de energia elétrica foi conseguido o que? (...) Cada um pagou a sua parte pra ter energia elétrica. A água não foi diferente. Telefone enfim, quer dizer, as pessoas tiveram que ir a luta e buscar. O asfalto? Todo mundo paga, não veio de graça, não veio do governo, entendeu? E assim eu acho que é muito isso, eu quero isso, eu quero crescer.

Mariana Balster, comerciante, natural de Caiçara/RS

O “ritmo de vida” e o “ritmo do trabalho” são valores associados às diferenças existentes na configuração estabelecidos-outsiders. A idéia de “ritmo” confere um eterno movimento como se o pulsar da vida na fronteira exigisse uma busca constante, uma reinvenção do lugar e de si mesmo como meio de superação das adversidades. A “constante busca” e “não ficar parada esperando” contém a idéia de movimento típica de áreas de fronteira. Há uma constante renovação do movimento de forma a “alimentar o ciclo das fronteiras”, pois “a fronteira não pode existir senão a partir de uma outra fronteira” (Aubertin & Léna, 1988:14). Estes movimentos se corporificam no território de maneiras e intensidades distintas e resultam em ações civilizadoras as quais, para Mariana, seriam as fontes do desenvolvimento.

O discurso da diferença nasce da interação entre os dois grupos. Elias postula uma tendência universal nesta configuração onde se percebe um padrão de estigmatização onde os grupos estabelecidos “vêm seu poder superior como um sinal de valor humano mais elevado” que neste caso se manifesta pelo teor do trabalho e pela capacidade de ações cooperativas que reforçam o sentimento grupal. Ao passo que os grupos outsiders “quando o diferencial de poder é grande e a submissão inelutável, vivenciam afetivamente sua inferioridade de poder como um sinal de inferioridade humana” (Elias, 2000:28). Assim, “le pouvoir des établis est construit par des pratiques discursives et, plus précisément, par les ragots et le commérage qui renforcent la croyance en la cohésion du groupe. Cette arme essentielle de la domination est laissée entre les mains des établis par les outsiders” (Rea e Tripier, 2008 :62).

O conteúdo concreto do desenvolvimento da cidade se corporifica para os personagens deste drama na construção da escola, na construção da igreja, no acesso a energia elétrica, na instalação das redes de telefonia, enfim, em toda a infra-estrutura que resultou na concretude do espaço vivido na forma-cidade, onde o sentido de

pertencimento se dá pelo fato de cada um ter colocado ali o seu tijolinho e não depender, exclusivamente, da ação do poder público. A valorização desta concretude expressa na forma-cidade dá significado e sentido a percepção de desenvolvimento tanto para o grupo estabelecido, que ajudou a construí-la, quanto para os outsiders que passam a usufruir desta estrutura:

O que é desenvolvimento para você?

Comparando assim com a cidade onde eu morava Lucas é uma cidade pequena mas oferece estrutura de cidade grande, oferece sistema de educação muito melhor que o Recife. A cidade é limpa e é tudo muito organizado.

Ana Joaquina Mota, trabalhadora assalariada,
natural de Recife/PE

Diferentemente do discurso crítico direcionado ao poder público por não ter realizado feitos que garantisse ou melhorasse suas condições de vida, estes personagens assumiram as rédeas da história, se vangloriam disto e vão mais além: atualmente firmam parcerias público-privadas para dar continuidade a sua ação civilizadora. Daí a importância que assume naquele contexto os pioneiros. Estes são vistos como estandartes do desenvolvimento não só pela ação passada, mas, sobretudo, pelo presente e pela visão de futuro. As dificuldades e limitações impostas no início da colonização informam, em alguma medida, suas ações cooperativas:

A que o senhor atribui o desenvolvimento de Lucas ?

Aos bons anos da agricultura. É o que eu te disse, a cidade hoje, o que arrecada de ICMS da agricultura é muito grande. (...) E outra coisa é aquela história que é de agricultura campeira, é uma área que todo mundo que sofreu aqui quer melhorar, porque nós sofremos aqui (...). O pessoal sofreu tanto que ele quer ver o conforto dele em todo lugar, então ele faz questão de tirar a mão do bolso e pôr aqui. Esse asfalto que está aqui, é uma parceria com o produtor. A situação da agricultura era tão boa que eles diziam “*não, eu vou tirar, eu vou dar 3000 sacos de soja pra fazer asfalto*”. Aquele hospital que está lá do outro lado, eu vi aqui, “*ó eu dou 1000 sacos de milho*” o outro “*eu dou 800 sacos de milho*”.

Toríbio Chanuca, agricultor empresarial,
natural de Monte Carmelo – MG

Depreende-se com a assertiva até aqui que para estes personagens da fronteira foi somente da interação entre público e privado como uma estratégia e um modo de vida local que resultou em um dado desenvolvimento.

Outros dois elementos emanam do discurso para dar sentido a representação de desenvolvimento: (1) a origem agrícola do município, com ênfase para o agronegócio da soja e do milho resultando numa riqueza gerada pela arrecadação de tributos e (2) a importância do poder público local na condução de estratégias que conduzam o desenvolvimento do município:

Ao que tu atribui esse desenvolvimento de Lucas?

Não é um só fator, são vários. Primeiro é o clima daqui. Foi muito favorável à agricultura. Com isso os agricultores cresceram, a produção cresceu, os tributos aumentaram e com a grande arrecadação porque eu sei, eu trabalhei na câmara e eu sei o quanto é grande a arrecadação desse município e (...) facilitou para o administrador fazer grandes obras. Outra, que o nosso

município sempre, seja situação ou oposição (...) nós tivemos sorte que sempre foram gente que quis ver isso crescer. Talvez, um administrador mais que o outro, mas todos tinham interesse de ver Lucas crescer. E bons administradores. Não vou dizer que não tinha falhas nessas administrações, eu sei que tinha, mas eles se esforçaram para fazer o melhor. Acho que outra coisa, o povo que veio pra cá, é decidido, os que tem vontade crescer.

(Joana Zettermann, natural de Santo Ângelo/RS, advogada das fazendas da família)

A relação entre crescimento e desenvolvimento econômico é considerada um fértil campo de debates para economistas filiados às mais distintas escolas e posicionamentos teóricos. Não tão óbvia para os economistas, como o é para os sociólogos (de um modo geral), a diferenciação entre os termos realçando que um não leva necessariamente ao outro, faz-se necessária na medida em que, nesta realidade social, os termos são acionados quase como sinônimos¹⁷³. O crescimento aqui não é um dado somente econômico, mas também cultural e territorial, pois a medida que o município “cresce” evidencia-se no discurso dos entrevistados referência à expansão estrutural da cidade com a conseqüente reestruturação do espaço urbano (aspecto territorial); o aquecimento do comércio gerando mais emprego e renda para a população (aspecto econômico); o incremento do fluxo migratório resultando no (des)encontro e conflito cultural entre estabelecidos e outsiders (aspecto cultural), dentre outros. E todos estes fatores são acionados para justificar o desenvolvimento. No entanto, constata-se também algo parecido como uma periodização que justifica o desenvolvimento de ontem, o passado, e o que está ocorrendo hoje, no presente, projetando de alguma maneira o futuro:

O que é que desenvolvimento pro senhor?

Quando eu cheguei aqui eu enxergava o fazendeiro a abrir terra, a produzir, eu notava isto, ou aquele proprietário que chegou que comprou a área do parceleiro, ele veio e começou a abrir e a produzir, então para mim isto era desenvolvimento. A agricultura em si na região começou a desenvolver sabe. Hoje o desenvolvimento de Lucas também tem um crescimento grande que é com as construções de casas, com bairros abertos, de loteamento aberto e o povo tá (sic) construindo, tá (sic) chegando o povo, já veio a Sadia, tá (sic) vindo umas outras microempresas em volta e tal. Está vindo o desenvolvimento, vai crescer. Tu entendeu? Porque eu conheço uns municípios do Rio Grande do Sul, o próprio município onde eu nasci, e outros vizinhos lá, que tem 50, 60 anos que eles estão igual a 20 anos atrás, eles pararam no tempo, eles não estão se desenvolvendo. E aqui não. Hoje é uma maneira, amanhã é outra, daqui a 15 dias você vem e já está diferente. É um grande desenvolvimento. Principalmente nos municípios agrícolas. Se tu ir num município que é só pecuária ele não tem muito desenvolvimento, ele não desenvolve, ele não cresce.

¹⁷³ Como dito na introdução deste trabalho, não é meu intuito fazer uma revisão teórica sobre o conceito de desenvolvimento e seus distintos adjetivos (local, regional, econômico, territorial, etc.), pois acredito que outros trabalhos o fizeram com grande propriedade. O realce desta diferenciação a meu ver é pertinente porque os discursos aqui analisados fazem uso direta ou indiretamente destas duas categorias como se fossem sinônimos. Mais uma vez, vale lembrar que analiso o desenvolvimento como uma categoria nativa.

Mas como a gente analisa, do seu ponto de vista, o que é um município desenvolvido? Quais seriam assim os elementos que o senhor elencaria assim para identificar.

Eu vou te dar dois fatores, três fatores, pode gravar. O município que tem bom desenvolvimento é um município com agricultura com boa tecnologia, uma agricultura de pessoas que entendem e que tenha vontade de trabalhar, um povo do município guerreiro e (ênfase) um prefeito bom. Tem que ter um bom prefeito. Se o município, dona Betty, não tiver um bom prefeito, ele não cresce. Ele empaca ou ele até vai reduzir. Em primeiro lugar tem que ter um bom prefeito, isto é essencial.

Garibaldi Scarpeline, agricultor empresarial,
natural de Ronda Alta/RS

A terra e a agricultura são tratadas em ambos os discursos como fatores dinâmicos da economia de Lucas. Nestes assim como em outros discursos foi evidenciado a importância que a produção de soja assumiu naquele contexto empoderando as famílias migrantes, dotando-as de condições favoráveis para investir na construção e consolidação da cidade. Tomando como ponto de partida seu passado relacionando seu território de origem (o sul) com as condições de chegada no território de adoção (Lucas do Rio Verde) onde não havia estrutura nenhuma da cidade e a exploração produtiva das terras ainda eram incipientes, a situação presente é vista como uma trajetória vitoriosa onde todos contribuíram em maior ou menor grau. Observa-se a recorrência da associação, mesmo que indireta, entre a origem étnica, trabalho, coragem e desenvolvimento. O elemento novo que emerge destes discursos é o poder institucionalizado representado na figura do prefeito como um dado importante na percepção de desenvolvimento.

Não se trata somente de trazer à luz a importância do poder simbólico como citado em outras passagens, o que se processa aqui é valorização do poder que se manifesta nas distintas posições sociais. Nesta perspectiva o poder existe na forma relacional e a meu ver se fundamenta na forma de poder fundada na autoridade. Este poder é exercido de uma forma legitimada pela aceitação e reconhecimento daqueles que a ele se submetem (Castro, 2005:103). Este fundamento teórico foi elaborado por Max Weber (1994).

Weber é considerado por alguns estudiosos como um autor das rupturas em função de pensar a sociedade sob o espectro da política. Traz como reflexão teórica a legitimidade do poder e busca compreender quais os elementos que os legitima estabelecendo os fundamentos teóricos que diferenciam poder e dominação. Poder (macht) para Weber é a possibilidade que um indivíduo numa relação social tem de realizar a sua própria vontade a despeito de qualquer resistência, não importando qual o fundamento desta possibilidade. E, por outro lado, o exercício da dominação (herrehotf) implica disciplina e hábito através do qual uma ordem recebe obediência por parte de certo grupo de pessoas e, por isto, muito vezes, confunde-se com autoridade (Weber, 1994:33). A dominação é a manifestação concreta do poder mediada por sustentação em bases jurídicas que a consolide, ou a legitime¹⁷⁴. O poder e a dominação, segundo o

¹⁷⁴ As bases de legitimação da dominação para Weber estão alicerçadas em três tipos ideais: dominação legal (ou burocrática), dominação tradicional e dominação carismática. Grosso modo, a dominação burocrática está baseada na crença da legitimidade das ordens estatuídas, ou seja, alicerçadas em um estatuto, e do direito de mando daqueles que em virtude dessas ordens, estão nomeados para exercer a dominação legal ou burocrática. São exemplos do tipo de dominação legal todo o aparato do Estado Moderno e das empresas capitalistas que dispõe de um quadro administrativo numeroso e

autor, são estruturas presentes em todas as relações sociais e atuam numa sociedade de forma entrelaçada, ou seja, a partir de sua interação.

O poder representado na figura do prefeito ao contrário da dominação, exercida por contrariar a vontade do outro, se revela pelo poder da autoridade como fonte de um consentimento social baseados na estima e legitimidade. Este tipo de poder é reivindicado no sentido de assegurar interesses daquela coletividade. Dito de outra maneira, para dar continuidade ao projeto de desenvolvimento no qual boa parte da sociedade local se vê envolvida de uma maneira direta ou indireta se faz necessário manter o *status quo* dominante tendo como princípio uma visão de mundo onde os atores envolvidos reconhecem que toda relação social supõe uma relação de poder assimétrica na qual se reproduz as condições para sua transformação.

Cabe observar que uma das preocupações dos habitantes do município expressas em vários momentos nos espaços de sociabilidade ou em ambientes familiares nos quais estive era com a sucessão do poder na prefeitura. Historicamente, a composição do poder político local foi constituído essencialmente pelos migrantes sulistas tanto na prefeitura, quanto na câmara dos vereadores. Com o intenso fluxo migrante de origens diversas, porém com predominância nordestina, como abordado até aqui, existe uma preocupação em garantir condições para que representantes dos “estabelecidos” sejam eleitos. Alguns foram enfáticos em dizer que não importava se fosse oposição ou situação, o importante era garantir um sulista à frente do poder público municipal. A análise desta questão por si só fornece elementos para reflexões de ordem diversas que não fazem parte do escopo teórico desta tese, mas que podem servir como inspiração para outros estudos.

É sugestiva também a noção presente no discurso de Garibaldi em que o desenvolvimento aparece relacionado à idéia de movimento constante já que hoje o município está de uma forma, amanhã de outra, e assim sucessivamente. A referência ao movimento fornece elementos para a compreensão da uma periodização silenciosa. Nos primeiros tempos, no início da colonização passando pela transformação da terra do cerrado em terra produtiva e culminando na construção e consolidação da cidade, o desenvolvimento é resultado da agricultura. Foi a agricultura que possibilitou as estratégias locais de desenvolvimento onde os agricultores “colocavam a mão no bolso” e viabilizavam a construção de infra-estruturas diversas que serviram para o fortalecimento dos elos simbólicos existentes entre os moradores (escolas, igrejas, hospitais, etc.). Foi a agricultura que depois de gerar lucros com ganhos de produtividade e de produção que permitiu que agricultores e suas empresas firmassem parcerias com o poder público na construção de estradas e de um projeto de sustentabilidade local (o Lucas do Rio Verde Legal). Todas estas ações implicam numa seletividade onde a noção de desenvolvimento brota da terra ou, em outras palavras,

hierarquicamente articulado e organizado. Este tipo de dominação baseia-se em três princípios: racionalidade, regras abstratas e competências superiores. A dominação tradicional está fundada na crença e em tradições que são legitimadas através da fidelidade entre o indivíduo nomeado pela tradição e seus súditos. Neste tipo de dominação o poder não é atribuído por critérios de escolhas, mas sim em virtude de um costume. O poder é herdado ou delegado baseado numa relação hierárquica que não é dada pela racionalidade, e sim, pelo poder simbólico exercido pela tradição. E, por fim, a dominação carismática baseia-se na qualidade pessoal, uma atribuição de poderes ou qualidades sobre-humanas, típicas de profetas, heróis de guerra. Seus representantes são soberanos escolhidos através de plebiscito, pelo demagogo ou por dirigente de partido e os súditos obedecem pelo medo da vingança das potências mágicas ou pela esperança de recompensa. Os súditos depositam fé e esperança no líder, a submissão ao carisma do chefe é a maior característica deste tipo de dominação. Baseia-se numa crença cega a um líder, desprezando a autoridade fundamentando-se na emoção e na fé cega e fanática de seus seguidores. A dominação carismática é um tipo de apelo que se opõe às bases de legitimidade da ordem estabelecida e institucionalizada (Weber, 1994: 141-162).

onde a noção de desenvolvimento aparece referenciada aos resultados positivos da agricultura.

Nos tempos atuais, a noção de desenvolvimento aparece vinculada a um novo projeto com a instalação da fábrica. A fábrica trouxe (e ainda trás) no seu rastro inúmeras indústrias e comércios incrementando e fortalecendo a economia local. Com a fábrica também vieram os novos migrantes, os novos outsiders desta fronteira, maranhenses, piauienses e pernambucanos que foram contratados diretamente pela fábrica num processo que revela uma seleção social do migrante, entretanto, o incremento do fluxo migratório não se resume a estes grupos, pois migrantes de diversas origens chegam cotidianamente atraídos pela potencialidade local. Com a fábrica um novo ordenamento territorial foi necessário colocando em relevo a configuração estabelecidos-outsiders já tratada neste capítulo. Assim, o desenvolvimento do presente aparece associado a uma nova dinâmica capitalista na fronteira onde a verticalização e diversificação produtiva surgem como potencializadores do futuro. A noção de desenvolvimento está aqui referenciada aos aspectos positivos da instalação da fábrica.

Há evidências, então, de que esta relação estabelecidos-outsiders, paradoxalmente, tornou viável um projeto de desenvolvimento que foi se metamorfoseando para se ajustar às exigências do mercado mantendo, porém a relação dialética do tempo onde passado, presente e expectativa de futuro informam as redes acionadas na construção deste “território de desenvolvimento” (Carneiro e Rocha, 2007). Diferentemente dos projetos coletivos analisados por Carneiro e Rocha (2007) onde as estratégias de negociação entre os diferentes atores eram motivadas pela possibilidade de acesso a recursos provenientes de políticas públicas, a categoria “território de desenvolvimento” assume neste contexto outra acepção ao se constituir e ganhar significado pelas alianças políticas entre poder público, iniciativa privada e agricultores na consolidação de um projeto coletivo onde se percebe uma congruência entre as percepções acerca do desenvolvimento dos personagens envolvidos no processo. Embora sejam instrumentos importantes, a constituição de “territórios de desenvolvimento” aqui não se limita a alianças locais, mas, também, como vimos, em alianças cujo conteúdo materializa-se na intensidade das relações local-global.

ENSAIANDO UMA CONCLUSÃO

*“Que a arte nos aponte uma resposta
Mesmo que ela não saiba
E que ninguém a tente complicar
Porque é preciso simplicidade pra fazê-la florescer
Porque metade de mim é platéia
E a outra metade é canção”.*
Oswaldo Montenegro

O percurso até aqui buscou demonstrar uma relação inequívoca entre migração e desenvolvimento. Seja do ponto de vista das políticas e programas traçados para a expansão das fronteiras agrícolas (capítulo 1), das trajetórias migrantes (capítulo 2) ou da construção social e simbólica do território (capítulo 3), creio ter sido evidenciado esta relação. A compreensão do conteúdo deste fenômeno exige, a meu ver, mais do que identificar uma (ou várias) teoria que explique ou dê sentido a ele, pois, em cada universo social esta associação irá se manifestar de maneiras distintas. Isto porque as representações em torno da noção de desenvolvimento são (e sempre serão) acionadas a partir da vivência territorial ou, como na assertiva de Santos (2004), da experiência do território vivido.

A literatura sobre migração internacional tem estudado com mais frequência a relação entre migração e desenvolvimento. Naturalmente que a problemática aqui ocorre num nível interno e, portanto, seus condicionantes distinguem daqueles evidenciados nas migrações internacionais. Por sua vez, algumas categorias e conceitos acionados para dar conta da lógica argumentativa permitem uma transposição reflexiva para este estudo de caso.

Wenden esclarece que “la migration et le développement entretiennent entre eux des relations complexes, obscurcies de surcroît par les tentatives des pays développés de faire du codéveloppement une alternative à court terme à la migration” (Wenden, 1999 :87). Transmutando para o universo aqui estudado, observa-se que desde a década de 1970 as políticas públicas de desenvolvimento propostas nos diversos programas analisados elencaram um tipo ideal de migrante para atender um modelo de desenvolvimento calcado numa agricultura modernizada e, assim, inúmeros projetos de colonização no norte matogrossense foram realizados com agricultores oriundos do sul. Partindo da relação migração e desenvolvimento proposta por Wenden é possível considerar que o migrante oriundo de uma região desenvolvida, o sul do país, tenha sido conclamado nas últimas décadas a ser a mola propulsora do desenvolvimento do Mato Grosso estabelecendo, desta forma, uma relação de co-desenvolvimento entre as duas regiões, o sul e o centro-oeste ou, como no prólogo deste trabalho, entre o pampa e o cerrado.

A vertente teórica na qual se inscreve a maior parte dos estudos que refletem sobre estas relações de co-desenvolvimento tomam por pressuposto uma relação direta e dependente entre a intensidade das remessas enviadas pelos imigrantes às suas origens e co-desenvolvimento, dito de outra maneira, as “migrations internationales suscitent et canalisent aussi d’importants transferts financiers” (Bernard, 2002:39) capazes de gerar co-desenvolvimento. Nesta abordagem a relação migração-desenvolvimento é analisada sob o prisma econômico, desconsiderando outras variáveis tão importantes de ordem cultural, social, dentre outras, como é o caso do acesso à educação abordado pela migrante pernambucana Ana Joaquina no segundo capítulo.

Na tentativa de analisar em perspectiva teórica a relação entre desenvolvimento e migração De Hass (2008) fornece importantes subsídios analíticos. Partindo de uma miríade das teorias de migração, o autor conclui que não é possível compreender a relação desenvolvimento-migração em termos teóricos sem que se recorra às suas causas estruturais. Daí a importância de “create a single dynamic perspective approaching the migration-development relation as reciprocally related processes”. A migração é então um processo mais amplo de transformação sintetizado no termo desenvolvimento. Nas palavras de De Hass, a migração como causa de mudanças sociais, culturais, econômicas, territoriais e institucionais no contexto do desenvolvimento (local, regional ou nacional) “is not an independent variable explaining change, but is an endogenous variable, an integral part of change itself in the same degree as it may enable further change”. Neste sentido, é mais correto pensar numa “reciprocal relationship between migration and broader development processes” do que partir para uma análise dos impactos da migração no desenvolvimento.

Ao colocar em relevo os “dramas” dos distintos personagens daquela realidade social e as tramas de interações que resultaram na (re)construção social e simbólica do território creio ter colocado em evidência a relação de reciprocidade e interdependência entre migração e desenvolvimento naquela realidade social. A compreensão do grau de mudança constatado e impresso naquele território nas suas mais diversas ordens (econômica, social, cultural, institucional, etc.) deve levar em consideração a relação irrefutável entre os movimentos migratórios que deram origem a cidade e os processo de desenvolvimento que ali se (re)constróem. Embora de maneiras distintas, a migração possibilitou àquelas famílias uma expansão das suas capacidades, nos termos de Sen (2000).

O enfoque da capacidade compreende a vida humana como um conjunto de “doing and being” ou “fazer e ser”. O “fazer” se refere aos bens cujas características determinam sua funcionalidade ou utilidade; e o “ser” diz respeito aos determinantes do comportamento do ser humano. Das diferentes articulações entre o “fazer” e o “ser” resulta as “functionings” ou “efetivações”. A noção básica nesse enfoque para Sen são as “efetivações, concebidas como elementos constitutivos da vida. Uma efetivação é uma conquista de uma pessoa: é o que ela consegue fazer ou ser e qualquer dessas efetivações reflete, por assim dizer, uma parte do estado dessa pessoa. A capacidade de uma pessoa é uma noção derivada. Ela reflete as várias combinações de efetivações que uma pessoa pode alcançar. (...) A capacidade reflete a liberdade pessoal de escolher entre vários modos de viver” (Sen, 2000, p. 317-318).

Lanço mão da idéia de desenvolvimento elaborada por Sen ao entender que o processo ainda em curso em Lucas do Rio Verde tem possibilitado aos migrantes que ali se instalaram em escalas e intensidades distintas uma expansão das suas capacidades. Tomando por pressuposto a assertiva de Sen, por analogia posso entender que, grosso modo, se desenvolvimento é a expansão das capacidades humanas e para os atores objeto deste estudo esta expansão só foi possível quando decidiram migrar e aceitaram o papel a ser interpretado (os personagens) naquela fronteira, fica evidenciado aqui a relação dinâmica da qual nos fala De Hass (2008) entre migração e desenvolvimento.

Por outro lado, o migrante como “l’acteur du développement”, como sugerem Guilмотo e Sandron (2003), não tem “pour vocation de contribuer à l’amélioration de la balance des paiements, mais celle de survivre ou d’améliorer le quotidien”. Quer dizer, o desenvolvimento não é em si o objetivo da emigração, no entanto, “des initiatives de plus en plus nombreuses se mettent en place pour essayer de mettre à profit collectivement l’argent et les compétences des migrants et favoriser le développement local. Loin des clichés du migrant salvateur et des promesses mirifiques de l’État, les

organisations communautaires représentent au niveau local une troisième voie pour valoriser au mieux l'émigration" (Guilmoto e Sandron, 2003 : 131).

Com efeito, os autores chamam atenção para uma possível naturalização desta relação ao superestimar seus efeitos potenciais. Nas palavras de Guilmoto e Sandron, "ceci ne signifie en aucune manière qu'il ne faut pas réfléchir aux relations entre développement et émigration, mais qu'il faut le faire en considérant la migration comme un élément parmi d'autres et en interaction avec eux" (Guilmoto e Sandron, 2003:135).. Sob esta ótica, parafraseando os autores, o olhar investigativo e analítico deve considerar a migração no processo de desenvolvimento e não mais como um processo de desenvolvimento (Guilmoto e Sandron, 2003: 136).

O ponto em comum na análise dos autores aqui referenciados é que não se pode perder de vista o caráter dinâmico desta relação eminentemente vinculada com as contínuas metamorfoses do capitalismo nas suas mais diversas facetas. Green (2002) sintetiza este processo através de uma reflexão de Castells. De acordo com a autora, Castells "fut l'un des premiers à insister sur l'aspect structurel du phénomène migratoire au sein du capitalisme contemporaine. L'immigration s'explique non pas comme un appel conjoncturel de la production, mais par les intérêts plus généraux du capitalisme. Le fait migratoire ferait partir des activités ordinaires d'un seul système économiques unifié" (Green, 2001:94).

As estratégias locais de desenvolvimento em Lucas do Rio Verde à luz da teoria global-local é um dos exemplos da interferência dos interesses do capitalismo globalizado na instância local capaz de fazer com que os atores locais revejam, reelabore e ressignifique todo o seu aparato produtivo que naquele contexto vai desde o manejo sustentável do uso do solo até adequação segundo normas sanitárias do manejo de defensivos agrícolas. Esta interferência do global no local ganha ainda mais significado quando o migrante que desmatou no passado é o mesmo que atualmente financia projetos para regularização produtiva. Assim, estou de acordo com Green sobre a existência de um paradoxo na história das migrações: "le sujet le plus global qui soit reste largement cantonné dans un regard national" (Green, 2001:123) e porque não dizer local.

O migrante é concebido como um ente que tem sua existência relacional ao meio em que vive e ao grupo o qual se relaciona, e desta relação irá depender a sua moldagem social (Elias, 1994 e 2000). Isso é o que confere aos indivíduos a sua individualidade. Grosso modo, o indivíduo é uma estrutura mutável da sociedade o que justifica o fato de que, hoje, uma criança desenvolva uma estrutura de instintos e de consciência distintos de uma criança do século XX. Elias (1993) credita esta evidência ao processo civilizador, que, do seu ponto de vista, modela a forma individual de cada ser humano a partir de sua evolução histórica e do padrão social das relações humanas.

O lugar do indivíduo na sociedade é determinado pela natureza e extensão da margem de decisão a que é submetido nas suas relações em sociedade. Aquilo que entendemos como "poder" não passa da amplitude dessa margem de decisão individual. A margem individual de ação é distinta e está relacionada com história de vida do indivíduo. O "poder" é associado à margem individual de decisão fazendo com que determinadas posições sociais influenciem a auto-regulação e o destino de outros indivíduos. O poder social entre pessoas e grupos é desigual e colocam indivíduos em situação subalterna em relação a outros indivíduos (Elias, 1994:50). Neste caso, os indivíduos em situação subalterna procuram oportunidade de poder social através da liderança em determinados grupos sociais.

Os personagens protagonistas dos três primeiros movimentos migratórios, posseiros, parceiros e assentados da cooperativa embora tenham origens sociais

distintas, têm como referência identitária o mesmo território de origem, o sul do país. Os conflitos antes presentes na sua interação (Rocha, 2006) esvaecem quando surge um quarto personagem naquela fronteira, os maranhenses ou nordestinos. Ao construir uma cidade, ao enaltecer o fato de que cada migrante colocou o seu “tijolinho” na construção do núcleo urbano, este “herói do desenvolvimento” puxou para si a tarefa de civilizar o espaço fronteiro estabelecendo simbolicamente uma diferenciação social entre os dois grupos.

Protagonista daquela fronteira, o “gaúcho” é um ator em constante movimento. Agora não mais físico, mas no movimento de reinventar-se a cada tempo. No *tempo de migrar* teve que lidar com as incertezas iminentes a todo e qualquer movimento migratório. No *tempo de construir* foi capaz de estabelecer laços de cooperação responsáveis, em grande medida, pela construção e consolidação da cidade. No *tempo de desenvolver* lança mão de estratégias audaciosas e coloca a própria cidade como uma personagem a ser reinventada e remodelada para atender suas necessidades e os preceitos do capitalismo global. E para que este tempo se consolide como os demais tempos vividos foi preciso mobilizar, concomitantemente, um outro tempo, o *tempo da diversidade*. Este é o tempo onde um outro ator é chamado em cena para dar seqüência ao espetáculo. Este ator é o “maranhense” que entra nesta trama como coadjuvante encenando um papel importante na consolidação daquela fronteira, porém desempenhando determinadas funções para assim não ofuscar o protagonismo dos “gaúchos”.

Configura-se assim dois tipos de migrantes. O “gaúcho” que tem como substrato identitário o pioneirismo e sua ação civilizadora e o “maranhense” (ou nordestino) que atua naquela configuração numa relação de subalternidade deixando evidente o poder simbólico exercido pelo “gaúcho” que se cristaliza nas distintas manifestações de estigmatização e hierarquização social analisadas.

A elaboração desta diferenciação só pode ser aceita ao tomar por premissa os discursos de inferiorização do outro que são acionados para legitimar o poder e uma dada hierarquização social, muito embora, ali, naquele contexto, esta hierarquia pareça muitas vezes camuflada na idéia de que são todos membros de “uma família”. A própria divisão espacial a que os recém chegados são submetidos em Lucas do Rio Verde com a vila operária distante do núcleo urbano da cidade torna ainda mais difícil a possibilidade deste grupo romper as barreiras impostas e tentar se inserir numa vida comunitária fora da vila.

Tomo agora como contraponto teórico as conclusões da etnografia de Elias e Scotson (2000) para analisar o resultado deste processo em Lucas do Rio Verde. Tal como no estudo dos autores a “incapacidade dos recém-chegados de se afirmarem em relação aos residentes mais antigos” faz com que, mesmo que a contragosto, este grupo aceite o “status inferior” que lhe é atribuído pelos estabelecidos (Elias e Scotson, 2000:113) contribuindo para uma “naturalisation des différences” (Rea e Tripier, 2008:61). Os migrantes que se fixaram na vila da Sadia são vistos como uma ameaça a ordem e ao ritmo de vida a que os estabelecidos estava acostumados. Assim como em Winston Parva (WP), em Lucas do Rio Verde (Lucas) a “coesão, a solidariedade, a uniformidade de normas e a autodisciplina” contribuíram para a manutenção de um sentimento de coesão social. Daí a possibilidade permanente dos “gaúchos” destacarem o seu status social superior em relação a outras formas interdependentes (Elias e Scotson, 2000:170).

A diferença significativa entre estes dois microcosmos é que em WP a única diferença empírica entre os dois grupos era o tempo de residência, diferenciação que os autores em determinados momentos da narrativa se referem como sendo um “critério de

antiguidade”. No caso de Lucas além da diferença pelo critério de antiguidade (ou seja, pelo tempo de residência na cidade de um grupo em relação a outro), há uma diferenciação vinculada a origem social e cultural dos dois grupos. E são estas diferenças que compõem o caldo do processo de estigmatização a que o grupo outsiders é submetido, sem muitas vezes se dar conta disto.

Do sul do país, nos anos 1970-1980, partiram os primeiros fluxos migratórios de agricultores em direção ao norte matogrossense estrategicamente mobilizados pelos programas desenvolvimentistas do governo militar. A origem camponesa destes agricultores transfigurou-se na figura de agricultores modernizados estandartes do desenvolvimento de uma fronteira em constante movimento para acompanhar o ritmo frenético que as relações capitalistas de produção exigem. Isto nos remete à Braudel e seu entendimento de que a especificidade do capitalismo está em conhecer e reconhecer a possibilidade de mudar de uma estratégia para outra mudando sua forma de atuação de acordo com a conjuntura, porém, mantendo em si suas características fundamentais. O capitalismo assume na ótica do autor a forma de um camaleão que se adapta à situação de acordo com a sua conveniência e interesses (Braudel, 1985:118).

Este grupo migrante representa no imaginário da fronteira os “vencedores”. Assim como os bandeirantes da década de 1940, este grupo social, “os gaúchos” se auto-reconhecem como os civilizadores da fronteira brasileira. Se consideram os portadores de todo e qualquer processo de desenvolvimento que esteja em curso na região fronteira e como estandartes da civilização. Pelas suas habilidades em se adaptar às exigências do capital e às adversidades impostas no momento da colonização representam no imaginário da fronteira os “vencedores”.

A agricultura voltada à exportação da soja foi crucial para geração de divisas colocando em evidência a produção e potencialidades das áreas localizadas no cerrado matogrossense. É possível evidenciar que, embora a ocupação das terras não tenha viabilizado a inserção produtiva de todos os atores sociais, tampouco tenha assegurado a sua reprodução social nas condições idealizadas, os dados empíricos demonstram a ascensão social de um grupo de migrantes que no território de origem eram sem-terras ou camponeses e os indicadores sociais do município fortalecem este argumento.

Ao impor seu ritmo de vida naquele espaço fronteiriço o sulista excluiu do processo outras formas de produção da vida, seja o pequeno agricultor, o ribeirinho, ou ainda naquele contexto, o migrante de origem distinta da sua. Os dados empíricos revelaram que a construção de territórios de desenvolvimento naquele contexto pressupõe relações de poder assimétricas entre os grupos que compõem o tecido social na fronteira mediados, na maior parte das vezes, por processos de estigmatização cujo conteúdo se expressa, como vimos, na internalização da subalternidade como um meio de (sobre)vivência.

Palco de historicidades distintas, hoje Lucas do Rio Verde é um lugar de encontro entre migrantes vindos de vários lugares do país, migrantes que estão construindo não só a sua história de vida mas a história de uma fronteira, uma fronteira em constante movimento. Uma fronteira que se reinventa a partir das relações local-global, para o bem e o para o mal, onde os grupos em estratégias de vida distintas conformam e dão sentido ao que denomino de “território de desenvolvimento”, onde as expectativas em relação ao futuro dão significado e informam as ações e estratégias grupais do presente, cada qual com as suas peculiaridades, cada qual com as suas visões de mundo, mas todos em busca de melhores condições de existência.

Certamente, estas análises não irão esgotar as ponderações que emergem da temática o que possibilita um campo frutífero para outros trabalhos. Assim, a cidade que interpreto me contém, e a narrativa que apresento é interior à minha experiência e

vivência do lugar. A anatomia de uma cidade não é acabada, pelo contrário, está em constante devir e é, portanto, uma construção social onde qualquer que seja a descrição do objeto ela consiste numa transfiguração simbólica. Significa dizer que “não existe reconstrução da objetividade sem subjetividade” (Canevacci, 2004).

É isto que faz daquele território um espaço em/de transformação onde a ambigüidade se faz presente: a fronteira que transforma os indivíduos e os indivíduos que transformam cotidianamente a fronteira.

5. Referências bibliográficas

Livros e Artigos

ABREU, Marcelo de Paiva. **Crise, crescimento e modernização autoritária: 1930-1945**. In Ordem e Progresso: cem anos de política econômica republicana – 1889-1989. Abreu, Marcelo P. et al (orgs.). Rio de Janeiro: Campus, 1992.

ABREU, Silvana de. **Planejamento Governamental: A SUDECO no espaço matogrossense. Contexto, propósitos e contradições**. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2001.

ALMEIDA, Anna Luiza Ozório. DAVID, Maria Beatriz de A. **Tipos de Fronteira e Modelos de Colonização na Amazônia: Revisão da Literatura e Especificação de uma Pesquisa de Campo**. Textos para Discussão. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1981.

ANDERSON, Benedict. **L'imaginaire national: réflexions sur l'origine et l'essor du nationalisme**. Paris : La Découverte, 2002.

ARVOR, Damien et al. **Développement, crises et adaptation des territoires du soja au Mato Grosso : l'exemple de Sorriso**. Confins [on line], n° 6, 2009.

AUBERTIN, Catherine. LÉNA, Philippe. Apresentação. In: AUBERTIN, Catherine (org.). **Fronteiras**. Brasília: EdUnB; Paris: OROM, 1988.

BAER, Mônica. **O rumo perdido: a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

BARROSO, João Carlos. **Mato Grosso: do Sonho à Utopia da Terra**. Cuiabá: EdUfmt, Carlini & Caniato, 2008.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

BECKER, Bertha. Significância contemporânea da fronteira. In: AUBERTIN, Catherine. LÉNA, Philippe. Apresentação. In: AUBERTIN, Catherine (org.). **Fronteiras**. Brasília: EdUnB; Paris: OROM, 1988.

BECKER, Bertha. Fronteira e Urbanização repensadas. In: BECKER, Berta K. MIRANDA, Mariana. MACHADO, Lia O. **Fronteira Amazônica – Questões sobre a gestão do território**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.

BECKER, Bertha. Migração e mudança ocupacional na fronteira amazônica brasileira: estratégias, trajetórias, conflitos e alternativas. In: BECKER, Berta K. MIRANDA, Mariana. MACHADO, Lia O. **Fronteira Amazônica – Questões sobre a gestão do território**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.

BECKER, Gary. **El capital humano**. Madrid: Alianza Editorial, 1983.

BEGNIS, Heron S. M.; ESTIVALETE, Vânia de Fátima B.; SILVA, Tânia Nunes da. Formação e Qualificação de Capital Humano para o Desenvolvimento do Agronegócio no Brasil. In: **Revista de Desenvolvimento Regional e Agronegócio – GEPEC**, vol.

11, n. 1, Toledo, jan./jun., 2007. Disponível em <http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/1095/921>

BELL, Daniel. **The coming of post-industrial society. A venture in social forecasting**. New York: Basic Books Inc. Publishers, 1973.

BENETTI, Maria Domingues. As relações entre Estado e cooperativismo: Análise do período 1933-37. In: Benneti, M.D. (org.). **Desenvolvimento e Crise do Cooperativismo Empresarial do Rio Grande do Sul**. 2ª ed., Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1988.

BERNARD, Philippe. **Immigration : le défi mondial**. Paris : Éditions Gallimard, 2002.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Ideologia e Desenvolvimento: Brasil, 1930-1964**. In Maria Rita Loureiro (org.). 50 anos de Ciência Econômica no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

BORDES-BENAYOUN, Chantal. SCHNAPPER, Dominique. **Diásporas et Nations**. Paris: Odile Jacob, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 6ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. O Capital Social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice. CATANI, Afrânio (orgs.) **Pierre Bourdieu: escritos de educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Stratégies de Reproduction et Modes de Domination**. Actes De La Recherche en Sciences Sociales, 105, p. 3-12, 1994.

BRAUDEL, Fernand. O Tempo do Mundo. In: **A dinâmica do capitalismo**. Editora Teorema. 1985.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Interpretações sobre o Brasil**. In Maria Rita Loureiro (org.). 50 anos de Ciência Econômica no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Método e paixão em Celso Furtado**. In Cadernos do Desenvolvimento (Centro Celso Furtado), n.1, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=2111>, acesso em 17 de maio de 2008.

BRIQUET, Jean-Louis. La Politique Clientélaire. Clientélisme et Processus Politiques. In: BRIQUET, J.L. SAWICKI, F. **Le Clientelisme Politique dans Les Sociétés Contemporaines**. Paris: Presses Universitaires de France, 1998.

CANEVACCI, Massimo. **A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana**. 2 ed., São Paulo: Studio Nobel, 2004.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARDOSO, Ruth. As aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: Cardoso (org). **Aventura Antropológica – Teoria e Pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CARDOSO, Karina Vianna. **Cadeia carne-grãos na BR-163 mato-grossense: os circuitos espaciais da produção do segmento avícola da SADIA**. Dissertação de mestrado. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

- CARNEIRO, Maria José. ROCHA, Betty Nogueira. **As cercas (in)visíveis da patronagem: limites e possibilidades da construção de “territórios de desenvolvimento”**. In: XXXI Encontro Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS, Caxambu, 2007.
- CARNEIRO, Maria José. O ideal rurano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da.; SANTOS, Raimundo; COSTA, Luiz Flávio de Carvalho (Org.). **Mundo Rural e Política**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: Edusp, 1995.
- CARVALHO, Natalya Dayrell de. **As políticas públicas para o campo no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba**. In: V Semana Acadêmica, Anais da V Semana Acadêmica, Uberlândia, 2008.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura**. v. 1, São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTELS, Robert. **Les métamorphoses de la question sociale**. Paris : Éditions Gallimard, 1999.
- CASTRO, Antônio Barros de. **Ajustamento e transformação: a economia brasileira de 1974 a 1984**. In Castro, A.B., Souza, F.E.P. A Economia Brasileira em Marcha Forçada. 2ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- CASTRO, Antônio Barros de. **Renegade development: rise and demise of State-led development in Brazil**. Democracy markets and structural reform in Latin American, 1996.
- CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CASTRO, Sueli Pereira et al. **A Colonização Oficial em Mato Grosso: “a nata e a borra da sociedade”**. Cuiabá: ED. UFMT, 1994.
- CHAMPAGNE, P. A ruptura com as pré-construções espontâneas ou eruditas. In: Champagne, P. et al. **Iniciação à Prática Sociológica**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- CHAUVEAU, Agnès. TETARD, Philippe (Orgs.). **Questões de história do tempo presente**. São Paulo: EDUSC, 1999.
- CHELOTTI, Marcelo Cervo. **Novos territórios da reforma agrária na campanha gaúcha**. Campo-Território. Revista de Geografia Agrária, v.5, n.10, p. 194-225, ago., 2010.
- CLEPS JÚNIOR, João. **Dinâmica e Estratégias do setor agroindustrial no cerrado: O caso do Triângulo Mineiro**. Rio Claro. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de São Paulo, 1998.
- COLEMAN, James S. **Foundations of Social Theory**. Cambridge, MA: The Belknap Press of Harvard University Press, 1990.
- CUNHA, José Marcos Pinto da. **Dinâmica migratória e o processo de ocupação do Centro-Oeste brasileiro: o caso de Mato Grosso**. In: Revista Brasileira de Estudos da População, v. 23, p. 87-103, 2006.

DAGNINO, Evelina (2002). Sociedade Civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, pp. 279-301.

DAVID. M.B.A. **Les transformations de l'agriculture brésilienne. : une modernisation perverse (1960-1995)** Paris: EHESS, 1997.

DE HAAS, Hein. **Migration and development: A theoretical perspective**. Working Paper 9. In: International Migration Institute. University of Oxford, 2008.

DELGADO, Nelson Giordano. **A agricultura nos planos de desenvolvimento do Governo Federal: do Plano Trienal ao III PND**. In Benneti, M.D. (org.). Desenvolvimento e Crise do Cooperativismo Empresarial do Rio Grande do Sul. 2ª ed., Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1988.

DELGADO, Nelson Giordano. Desenvolvimento local e extensão rural e pesqueira: reflexões metodológicas. In: **PRORENDA RURAL-PE. (Org.). Extensão Pesqueira: Desafios Contemporâneos**. 1 ed. Recife: Edições Bagaço, p. 153-167, 2003.

DELGADO, Guilherme. **Questão agrária brasileira no pós-guerra e sua configuração contemporânea**. Versão preliminar (no prelo), 2004.

DELGADO, Guilherme. THEODORO, Mário. **Desenvolvimento e Política Social**. In Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo. Silva, Frederico et al (orgs.). Brasília: IPEA, 2005.

DESCONSI, Cristiano. **Os “pequenos” proprietários rurais no Mato Grosso: migração e inserção produtiva dos migrantes do sul do Brasil o período pós-90**. Anais do VI Encontro Nacional sobre Migrações, Belo Horizonte, agosto, 2009. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/6EncNacSobreMigracoes/ST4/CristianoDesconsi.pdf>. Acesso em março de 2010.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses: Estado e industrialização no Brasil – 1930/1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DURHAM, Eunice. **A caminho da cidade. A vida rural e a migração para São Paulo**. São Paulo: Perspectiva, 1984.

DUTRA, Claudia Pereira. **A Prenda no Imaginário Tradicionalista**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2002.

ELIAS, Denise. **Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas**. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (Org.) Cidades médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ELIAS, Denise (2006). Globalização e Fragmentação do Espaço Agrícola do Brasil. In: **Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales**. Universidade de Barcelona, vol. X, nº 218.

ELIAS, Norbert. Conceitos sociológicos fundamentais. In: NEIBURG, Federico; WAIZBORT, Leopoldo (Orgs.). **Norbert Elias. Escritos e Ensaio 1 - Estado, processo, opinião pública**. 1. ed., vol. 1, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006

ELIAS, Norbert. **A sociedade da corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

ELIAS, Norbert. SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar Editor, 2000.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador.** vol. 1 e 2, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ELIAS, Norbert. **Sobre el tiempo.** México: Fondo de Cultura Econômica, 1989.

FAZITO, Dimitri. **A Análise das Redes Sociais (ARS) e a Migração: mito e realidade.** IN XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Ouro Preto, MG, 2002.

FAZITO, Dimitri. **Reflexões sobre os Sistemas de Migração Internacional: Proposta para uma Análise Estrutural dos Mecanismos Intermediários.** Tese de doutorado em Demografia. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2005.

FERNADES FILHO, José Flores & QUEIROZ, Antônio Marcos. Transformações recentes na agricultura de corte brasileira: o caso do modelo de integração. In: **Anais do III Congresso Internacional de Economia e Gestão de Negócios Agroalimentares,** Ribeirão Preto, v. 1. p. 1-12, 2001.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Enciclopédia Ilustrada de Mato Grosso.** Cuiabá: Buriti, 2004.

FIGUEIREDO, Adriano M.R.; BONJOUR, Sandra C.M.; MARQUES, Ana Karina; MANCILLA, Gabriel D. A caracterização ambiental da pequena propriedade rural de Lucas do Rio Verde. In: **47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural,** Porto Alegre, RS, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir – história da violência nas prisões.** 29 ed., Petrópolis: Vozes, 2004.

FOWERAKER, Joe. **A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

FURNIEL, Ana Cristina da Matta. **Amazônia. A Ocupação De Um Espaço: Internacionalização x Soberania Nacional (1960-1990).** Dissertação de Mestrado. Instituto de Relações Internacionais. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. PUC-RJ, 1993.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

GARCIA Jr., Afrânio. A Sociologia Rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro. In: **Estudos Sociedade e Agricultura,** número 19, p.40-71, outubro 2002.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do Trabalho e Acumulação do Capital.** Lisboa: Estampa, 1977.

GEHLEN, Ivaldo. **A luta pela terra no sul a partir do caso dos colonos de Nonoai.** In: SANTOS, José Vicente Tavares dos (org.) **Revoluções camponesas na América Latina.** São Paulo: Ícone, 1985.

- GERHARDT, Cleyton Henrique. **Agricultores Familiares, Mediadores Sociais e Meio Ambiente: A Construção da “Problemática Ambiental” em Agro-Eco-Sistemas**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002
- GOFFMAN, Ervin. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- GOMES, Sueli de Castro. **Os Carregadores Temporários Piauienses da CEAGESP**. Anais do XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, pp. 1-14, São Paulo, 2009. Disponível em http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Gomes_SC.pdf
- GONÇALVES, Alfredo José. Migrações Internas: evoluções e desafios. In: **Estudos Avançados**. vol.15, nº 43, São Paulo, Set/Dez., 2001. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300014&script=sci_arttext. Acesso em 18 de outubro de 2010.
- GONÇALVES, Rafael Garcia. PALMEIRA, Eduardo Mauch. Suinocultura Brasileira. In: **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, n. 71, 2006. Disponível em <http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/>. Acesso em 28 de outubro de 2010.
- GREEN, Nancy L. **Repenser les migrations**. Paris : Presses Universitaires de France, 2002.
- GUATARRI, Félix. Restauração da cidade subjetiva. In: **Caosmose – um novo paradigma estético**. Trad. de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Editora 34, 1992.
- GUILMOTO, Christophe Z. SANDRON. Frédéric. **Migration et développement**. Paris : La documentation française, 2003.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HAESBAERT, Rogério. A noção de rede regional: reflexões a partir da migração “gaúcha” no Brasil. In **Território/LAGET**. UFRJ. Ano III, n. 4, (jan./jun.). Rio de Janeiro: Garamond, 1998.
- HAESBAERT, Rogério. **“Gaúchos no Nordeste” Modernidade, Desterritorialização e Identidade**. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geografia. USP, 1995.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, p. 29-56, 2004.
- HOEFLE, Scott William. **Novas e velhas formas de patronagem na Amazônia Central**. In: Revista Território. Rio de Janeiro, ano VII, nº 11, 12 e 13, set./out., 2003
- HOLLERMAN, Leo. **Japan's Economic Strategy in Brazil: Challenge for the United States**. Toronto: Lexington, 1988.
- HOLSTON, James. **Legalizando o ilegal: propriedade e usurpação no Brasil**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. nº 21, pp. 68-89, fevereiro de 1993.
- JODELET, Denise. Representações sociais : um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (org.). **As Representações sociais**. p. 17-44, Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

- KAISER, Jaksam. **Ordem e progresso: o Brasil dos Gaúchos**. Florianópolis: Insular, 1999.
- KAWAMURA, Lili Katsuco **Trabalhadores Brasileiros no Japão: Estratégias de Formação Cultural**. Livre-docência. Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas, 1997.
- KON, Anita. Novas territorialidades: transformações nas hierarquias econômicas regionais. In: **Pesquisa & Debate**, vol. 10, n. 1, p. 42-76, 1999.
- KOOLHAAS, Rem. **The Generic City**. SMLXXL. 010 Publishers. Roterdão. (tradução livre). 1995.
- KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna. Novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- LANNA, Marcos P. D. **A dívida divina; troca e patronagem no nordeste brasileiro**. Campinas: UNICAMP, 1995.
- LAZZARINI, S. G.; MACHADO FILHO, C. A. P. Limites da agregação de valor: implicações estratégicas para o agribusiness. In: **Preços Agrícolas**, Ano 11, No. 126, CEPEA/FEALQ, pp. 15-20, 1997.
- LARANJEIRA, Raymundo. **Colonização e Reforma Agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto. O município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- LECHAT, Noelle Maria Paule. **A questão de gênero no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST): estudo de dois assentamentos no Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Antropologia, Universidade de Campinas, 1993.
- LEITE LOPES, José Sérgio. **O Vapor do Diabo. O trabalho dos operários do açúcar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LENHARO, Alcir. **Crise e mudança na frente oeste de colonização**. NDHIR, UFMT, 1982.
- LENHARO, Alcir. **Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste**. Campinas: EdUnicamp, 1985.
- LESSA, Barbosa. CORTÊS, Paixão. **Aspectos da sociabilidade do gaúcho**. Porto Alegre: Represom, 1985.
- LIMA, Maria do Socorro Bezerra de. **Políticas Públicas e Território: uma discussão sobre os determinantes da expansão da soja no sul do Amazonas**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, agosto, 2008.
- LIMA FILHO, Manuel Ferreira. **Pioneiros da Marcha para o Oeste. Memória e Identidade na Fronteira do Médio Araguaia**. (Tese de Doutorado em Antropologia Social) Instituto de Ciências Sociais. Universidade de Brasília. Brasília, DF, 1998.
- LINHARES, Maria Yedda. SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **Terra Prometida – Uma questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

- MACHADO, Igor José de Reno. Interação das fronteiras e o ponto de vista etnográfico: dinâmicas migratórias recentes em Governador Valadares. In: **Horizontes Antropológicos**. vol.15, n.31, Porto Alegre, jan./jun., 2009.
- MACHADO, Lia Osório. **Urbanização e migração na Amazônia legal: sugestão para uma abordagem geopolítica**. In BECKER, Berta K. MIRANDA, Mariana. MACHADO, Lia O. Fronteira Amazônica – Questões sobre a gestão do território. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Editora UFRJ,1990.
- MAGALHÃES, Juraci Perez. **A ocupação desordenada da Amazônia e seus efeitos econômicos, sociais e ecológicos**. Brasília: Editora Completa, 1990.
- MALDONADO, Mauro. **A subversão do ser. Identidade, mundo tempo, espaço: fenomenologia de uma mutação**. Caps. 2, 3 e 4. (p. 87-197).São Paulo: Petrópolis, 2001.
- MARTA, José Manuel Carvalho. **Aspectos culturais e regionalização da propriedade rural em Mato Grosso**. Mimeo. 2007.
- MARTA, José Manuel Carvalho. FIGUEIREDO, Adrino Marcos Rodrigues. Uma interpretação política da introdução da soja no cerrado de Mato Grosso. In: **XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, Fortaleza, 2006.
- MARTINS, José de Souza Martins. **Repensar a História: Encruzilhada Natalino 25 anos depois**, In: Folha do Estado de São Paulo, 29 de novembro de 2006.
- MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997. [2009]
- MARTINS, José de Souza. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. In: **Tempo Social. Revista de Sociologia da USP**, S. Paulo, v.6, p. 1-25, 1994.
- MARTINS, José de Souza. O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: **Não há terra para plantar neste verão**. p. 45-61. Petrópolis, Vozes, 1986.
- MARTINS, José de Souza. **A Militarização da Questão Agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975.
- MARTINS, José de Souza. **A Imigração e a Crise do Brasil Agrário**. São Paulo: Livraria Editora Pioneira, 1973.
- MARTINS, Mônica Mastrantonio. **A questão do tempo para Norbert Elias: reflexões atuais sobre tempo, subjetividade e interdisciplinaridade**. In: PSI - Revista de Psicologia Social e Institucional. vol. 2, n. 1, jun., 2000. Disponível em <http://www2.uel.br/ccb/psicologia/revista/textov2n14.htm>. Acesso em 06 de novembro de 2010.
- MASSEY, Douglas. Economic development and international migration in comparative perspective. In: **Population and Development Review**, v.14, n. 3, p. 383-413, 1988.
- MATURANA, Humberto R. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana**. São Paulo: Palas Athena, 2001.

- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- MÉLIGA, Laerte Dorneles. JANSON, Maria do Carmo. **Encruzilhada Natalino**. Porto Alegre: Vozes, 1982.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. 8 ed., São Paulo: Brasiliense, 1990.
- MELLO, Neli Aparecida. **Políticas Territoriais na Amazônia**. São Paulo: Annablume, 2006.
- MELO, Wanda Isabel Cândido Guimarães. **A observância do regime jurídico da reserva legal e a concessão de crédito rural**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Ambiental. Universidade Católica de Brasília, 2009.
- MIRANDA, Mariana. Os projetos de colonização. In: BECKER, Berta K. MIRANDA, Mariana. MACHADO, Lia O. **Fronteira Amazônica – Questões sobre a gestão do território**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.
- MIRANDA, Mariana. O papel da colonização dirigida na expansão da fronteira na Amazônia. In: BECKER, Berta K. MIRANDA, Mariana. MACHADO, Lia O. **Fronteira Amazônica – Questões sobre a gestão do território**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.
- MOCELLIN, Maria Clara. **Narrando as origens: Um estudo sobre a Memória Mítica entre Descendentes de Imigrantes da Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1993.
- MODIANO, Eduardo. **A Ópera dos Três Cruzados 1985-1989**. In: Abreu, M. (org). A Ordem do Progresso. Cem anos de política econômica republicana 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- MONBEIG, Pierre. Lês mouvements pionniers em Amérique Latine. IN **Colloque en L'Honneur de Pierre Monbeig: Les phénomènes de "frontière" dans les pays tropicaux**. n. 34. Paris: IHEAL, 1981.
- MONDARDO, Marcos Leandro. GOETTERT, Jones Dari. **Frente de Expansão e Frente Pioneira no Brasil: espaços e tempos da migração, do conflito e da alteridade**. In Revista OKARA: Geografia em Debate. v.1, n.2, p.38-61, 2007.
- MOOG, Clodomir Vianna. **Bandeirantes e Pioneiros. Paralelo entre duas culturas**. 12ª. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- MORAIS. Fernando et al. **Transamazônica**. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- MOREIRA, Roberto. **Terra, poder e território**. 1 ed., São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- MOREIRA, Roberto José. **Cultura, sustentabilidade e poderes assimétricos: uma narrativa sobre a renda da natureza na contemporaneidade**. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 194-236, 2004

MOREIRA, Roberto (2006). As relações cidade x campo: uma necessária reflexão teórica. In: **XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária**. UERJ, Rio de Janeiro, RJ, 2006.

MORENO, Gislaene. **Terra e Poder em Mato Grosso: políticas e mecanismos de Burla 1892-1992**. Cuiabá: Entrelinhas, EdUFMT, 2007.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas Fronteiras do Poder. Conflito e direito à terra no Brasil do século XIX**. 2ª ed., Niterói: EdUFF, 2008.

MOTTA, Márcia. Movimentos rurais nos oitocentos. In: Estudos Sociedade e Agricultura, n. 16, abril, 1991.

MÜLLER, Geraldo. CARDOSO, Fernando Henrique. **Amazônia: Expansão do capitalismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

NAVARRO, Zander. **Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no estado do Rio Grande do sul, Brasil, 1978-1990**. In: NAVARRO, Z. (Org.) Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.

NAVARRO, Zander. MORAES, Maria Stela. MENEZES, Raul. Pequena História dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento. In: Medeiros, Leonilde Servolo. Leite, Sérgio. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/CPDA, 1999.

NETO, Vitale Joanoni. **Fronteiras da Craça. Ocupação do Norte de Mato Grosso após 1970**. Cuiabá: EdUfmt, 2007.

NICOLAU, José Antônio. VARGAS, Geraldo Teixeira. BALZON, Dalvo Rodrigues. A indústria brasileira de carnes de frango e suínos: principais mudanças nos anos 90. In: **Indicadores Econômicos FEE**, v. 29, n.2, p.201-218, Porto Alegre, agosto, 2001.

NUNES, Francisvaldo Alves. Agricultura e Colonização: nas terras de florestas da Amazônia Oriental (século XIX). In: Motta, M. M. M., Olinto, B.A.; Oliveira, O. (orgs). **História Agrária: propriedade e conflito**. Guarapuava: Unicentro, p. 137-158, 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Integrar para Não Entregar: Políticas públicas na Amazônia**. 2 ed., Campinas: Papyrus, 1991.

OLIVEIRA, João Mariano. **A Esperança vem na frente: contribuição ao estudo da pequena produção em Mato Grosso, o caso Sinop**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1983.

OLIVEN, Ruben. **Nación y modernidad. La reivención de la identidad gaúcha en el Brasil**. Buenos Aires: Eudeba, 1999.

OLIVEN, Ruben. Em Busca do Tempo Perdido: o Movimento Tradicionalista Gaúcho. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. ano 6, n.15, fevereiro, 1991.

ORTOLAN, Josilene Hernandes. **Responsabilidade sócio-ambiental das empresas: o papel da empresa privada na proteção do meio ambiente**. Dissertação de mestrado. Programa de Mestrado em Direito. Centro Universitário Eurípedes de Marília - UNIVEM. Marília, SP, 2009.

OSÓRIO, Lia. O. Significado e configuração de uma fronteira urbana na Amazônia. In: BECKER, Berta K. MIRANDA, Mariana. MACHADO, Lia O. **Fronteira Amazônica**

– **Questões sobre a gestão do território.** Brasília: Editora Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.

OSÓRIO, Lia. O. Urbanização e migração na Amazônia Legal: sugestão para uma abordagem geopolítica. In: BECKER, Berta K. MIRANDA, Mariana. MACHADO, Lia O. **Fronteira Amazônica – Questões sobre a gestão do território.** Brasília: Editora Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.

OSÓRIO, Ligia. **A Fronteira e outros Mitos.** Tese de Livre-docência. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, 2001.

PÁL PELBART, Peter. **A Vertigem por um fio: Políticas da subjetividade contemporânea.** São Paulo: FAPESP/Iluminuras, 2000.

PASSOS, Messias Modesto dos. **A construção da paisagem no Mato Grosso-Brasil.** Presidente Prudente: Programa de Pós-graduação em Geografia, 2000;

PESSÔA, V. L. S. **Ação do Estado e as transformações agrárias no cerrado das zonas de Paracatu e Alto Paranaíba (MG).** Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de São Paulo, Rio Claro, 1988.

PICHININ, Erica dos Santos. SOUZA, Reginaldo José de. **O avanço da fronteira agrícola no norte de Mato Grosso: algumas reflexões sobre os impactos socioambientais.** In: IV Fórum Ambiental da Alta Paulista, Tupã, 2008.

PICOLI, Fiorelo. **O capital e a devastação da Amazônia.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PIRES, Mauro Oliveira. **Desenvolvimento e Sustentabilidade: um estudo sobre o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER).** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Sociologia. Universidade de Brasília, 1996.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992, p. 200-212.

PONTE, S. The ‘Latte Revolution’? Regulation, Markets and Consumption in the Global Coffee Chain. In : **World Development** . pp. 1099-1122, 2002.

PRIGONINE, Ilya. **O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza.** São Paulo: Ed. Da Universidade Estadual Paulista, 1996.

QUEIROZ, Fábio Albergaria de. Impactos do comércio internacional de soja sobre a biodiversidade do Cerrado. In: **Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade, ANPPAS**, Indaiatuba, 2004.

RAFFESTIN, Claude. **A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira.** In Oliveira, Tito Carlos Machado (org.) Territórios sem limites: estudos sobre fronteiras. Campo Grande: Ed. UFMS, 2005.

REA, Andrea. TRIPIER, Maryse. **Sociologie de l’immigration.** Paris: Éditions La Découverte, 2008.

REARDON, T. ; CODRON, J.M. ; BUSCH, L. ; BINGEN, J. ; HARRIS, C. Global Change in Agrifood Grades and Standards: Agribusiness Strategic Responses in

Developing Countries. In : **International Food and Agribusiness Management**, pp. 421-435, 2001.

RIBEIRO, Catarina et al. Ação discriminatória de terras públicas: procedimentos legais, administrativos e técnicos. In: **III Simpósio Brasileiro de Ciências Geodésicas e Tecnologias da Geoinformação**, Recife, 2010. Disponível em http://www.ufpe.br/cgtg/SIMGEOIII/IIISIMGEO_CD/artigos/Todos_Artigos/A_128.pdf. Acesso em 14 de novembro de 2010.

RIBEIRO, Iselda Corrêa. **Pioneiros Gaúchos: A colonização do norte matogrossense**. Porto Alegre: Tchê, 1987

RIBEIRO, Gustavo Lins. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado. Nova ideologia/utopia do desenvolvimento. Brasília: UnB. Série Antropologia, nº 123, 1992.

ROCHA, Betty Nogueira. Tecendo os pontos da trama: o aspecto multiterritorial das redes sociais na migração. In: **IV Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul, 2008.

ROCHA, Betty Nogueira. LEÃO, Sandro Augusto. Colonização e Questão Agrária na Amazônia. In: **Seminário Comemorativo dos 30 Anos do CPDA**, Rio de Janeiro, RJ, 2007.

ROCHA, Betty Nogueira. **“Em qualquer chão: sempre gaúcho!” – A multiterritorialidade do migrante “gaúcho” no Mato Grosso**. (Dissertação de Mestrado). Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2006.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho de. ECKERT, Cornélia. **O tempo e a cidade**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2005.

ROCHA, Décio. DEUSDARÁ, Bruno. **Análise de Conteúdi e Análise de Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória**. In: Alea, vol. 7, n.2, p.305-322, julho-dezembro, 2005.

ROHENKOHL, Júlio Eduardo. A integração produtiva entre agropecuária e agroindústria: uma discussão introdutória em torno da suinocultura. In: **Revista Economia e Desenvolvimento**, n. 19, 2007.

ROSA, Marcelo Carvalho. Sem-Terra: os sentidos e as transformações de uma categoria de ação coletiva no Brasil. In: **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**. n.76, São Paulo, 2009.

SALIM, Celso Amorim. **As políticas econômica e tecnológica para o desenvolvimento agrário das áreas de cerrados no Brasil: Avaliação e Perspectivas**. In: Caderno de Difusão de Tecnologia, Brasília, v. 3, n. 2, p. 297-342, 1986.

SANTOS, Boaventura de Souza. Os processos da globalização. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **A globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Córtes, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. In: CAPINHA & BIANCO **Identities: Estudos de cultura e poder**. São Paulo: Hucitec, 2000.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4 ed., São Paulo: EdUSP, 2004.

- SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SASAKI, Elisa Massae. **Ser ou não ser japonês? A construção da identidade dos brasileiros descendentes de japoneses no contexto das migrações internacionais do Japão contemporâneo**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas, 2009.
- SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração e os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: EdUSP, 1998.
- SCHNEIDER, Sergio. CONTERATO, Marcelo Antonio. GAZOLLA, Marcio. A Dinâmica Agrícola do Desenvolvimento da Agricultura Familiar no Alto Uruguai/Rs: Suas Metamorfoses e Reações Locais. In : SABOURIN, E. e TONNEAU, J.P. (Org.). **Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais**. 1 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, v. 1, p. 47-60, 2007.
- SCHMITT, Claudia Job. **O tempo do acampamento: a construção da identidade política do colono sem terra**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1992.
- SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos (engenhos e escravos na Sociedade Colonial: 1550-1835)**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia das Letras/CNPq, 1988.
- SECRETO, Maria Verónica. **Fronteiras em movimento: o oeste paulista e o sudeste bonaerense na segunda metade do século XIX**. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, 2001.
- SECRETO, Maria Verónica. **Soldados da Borracha. Trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.
- SEN Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. In **Revista Brasileira de Educação**. n. 20, agosto, 2002. SILVA, Carlos Alberto Franco da. **A Transnacionalização do Grupo André Maggi a partir do Cerrado Mato-Grossense**. In: Revista geo-paisagem (on line), ano 4, n. 7, 2005.
- SEYFERTH, Giralda Seyferth. Problemas de classe e gênero em narrativas de imigrantes. In Seminário Fazendo o Gênero 8 – Corpo, violência e poder, Florianópolis, agosto de 2008. Disponível em http://www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST65/Giralda_Seyferth_65.pdf. Acesso em 31 de outubro de 2010.
- SEYFERTH, Giralda. **Imigração e Cultura no Brasil**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1990.
- SILVA, Idelma Santiago da. **Migração e Regionalização: a (re)fundação de territórios e a etnização de migrantes maranhenses no sudeste do Pará**. Disponível http://www.ufg.br/this2/uploads/files/112/22_IdelmaSilva_MigracaoERegionalizacao.pdf. Acesso em outubro de 2010.
- SILVA, Jovam Vilela da. **A Divisão do Estado de Mato Grosso (uma visão Histórica)**. Cuiabá: EdUFMT, 1996. SILVA, Lígia Osório. **O Acre em dois tempos: a luta pela terra na fronteira ocidental**. In Revista de Estudos Estratégicos. n 2, janeiro/junho, 2007.

- SILVA, Lilian Leandra. O Papel do Estado no Processo de Ocupação das Áreas de Cerrado entre as Décadas de 60 e 80. In: **Caminhos de Geografia** (Revista On Line), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, dez., 2000.
- SILVA, Mara Aparecida de Moraes. **A luta pela terra: experiência e memória**. São Paulo: Unesp, 2004.
- SOUZA, Carla Monteiro. **Gaúchos em Roraima**. Porto Alegre: EdPUCRS, 2001.
- SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. **Modernização agrícola e cooperativismo de leite na mesorregião geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba - Minas Gerais**. In: Revista Geoambiente On-line, v. 12, p. 13-29, 2009.
- SILVA, Jovam Vilela da. **A Divisão do Estado de Mato Grosso (uma visão Histórica)**. Cuiabá: EdUFMT, 1996.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Matuchos: exclusão e lutas**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. A construção da viagem inversa. Ensaio sobre a investigação nas Ciências Sociais. In: **Cadernos de Sociologia. Metodologias de Pesquisa**. Porto Alegre, v.3, n.3, jan./jul., 1991.
- TEDESCO, João Carlos. Nas cercanias da Memória: temporalidade, experiência e narração. Passo Fundo: UPF; Caxias do Sul: EDUCS, 2004.
- TEDESCO, João Carlos. CARINI, Joel João. **Conflitos Agrários no norte gaúcho 1980–2008**. Porto Alegre: Edições Est, 2008.
- TEIXEIRA, Luciana. **A colonização no norte de Mato Grosso: o exemplo da Gleba Celeste**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista, 2006.
- TOLEDO, Carlos de Almeida. Das velhas às novas barreiras no processo crítico da modernização e mobilização do trabalho. SEYFERTH, Giralda et al. In: **Mundos em Movimento: ensaios sobre migrações**. p. 217-239, Santa Maria: Editora UFSM, 2007.
- TURNER, F. Jackson. **The Frontier in American History**. New York: Henry Holt & Company, 1940.
- TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. In: **Tempo Social. Revista de Sociologia da USP**, v. 20, p. 199-218, 2008.
- UDERMAN, Simone. MENEZES, Vladson B. Os Novos Rumos da Indústria na Bahia. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 29, n. especial, p. 715-737, Fortaleza, julho de 1998.
- UEHARA, Alejandro Ratsuo. **Relações Brasil-Japão: Aproximações e Distanciamentos**. Disponível em <http://www.asiayargentina.com/usp-06.htm>. Junho, 1999.
- VAINER, Carlos B. **Deslocamentos compulsórios, restrições à livre circulação: elementos para um reconhecimento teórico da violência como fator migratório**. In: Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, p. 819-835, Caxambu, 1998.
- VAINER, Martin (org.). **Territoires, territorialité, territorialisation. Controverses et perspectives**. Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 2009.

- VARGAS, Getúlio. A instrução profissional e a educação. In: **A nova política do Brasil**. v. II. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.
- VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira. **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo Autoritário e Campesinato**. São Paulo. Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.
- VIANNA, Eliane Chaves. **A migração em um novo contexto sociocultural: o provisório-permanente**. Dissertação de Mestrado. Escola Nacional de Saúde Pública Fundação Oswaldo Cruz, Saúde Pública – Saúde Mental, 1998.
- VIRGULINO, Amarildo Pinheiro. SIENA, Osmar. **Sistemas Agroflorestais com Cacaueiro: Um Estudo do Projeto de Assentamento Dirigido Burareiro – Cacaúlândia (RO)**. In: XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Rio Branco, Acre, 2008.
- WALLENSTEIN, Immanuel. **A reestruturação capitalista e o sistema-mundo**. In GENTILI, Pablo (org). **Globalização Excludente – Desigualdade, Exclusão e Democracia na nova ordem mundial**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- WEBER, Max. **Economia e Sociedade. Fundamentos da Sociologia Compreensiva**. 3ª ed., vol. 1. Brasília: Editora UNB, 1994.
- WEIL, Pierre. TOMPAKOW, Roland. **O corpo fala: a linguagem silenciosa da comunicação não verbal**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- WENDEN, Catherine Wihtol. **Faut-il ouvrir les frontières ?** Paris : Presses de Sciences PO, 1999.
- WESZ JUNIOR, Valdemar João (2008). Agricultura familiar brasileira frente às transformações do sistema agroalimentar contemporâneo: a verticalização da produção. In: **IV Congresso Internacional de la Red SIAL - Sistemas Agroalimentares Localizados, Mar del Plata, Argentina**.
- WHITEHEAD, Alfred North. **O conceito de natureza**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- WILKINSON, John. ROCHA, Rudi. **Uma análise dos setores de carne bovina, suína e frango**. Rio de Janeiro, maio de 2005. Disponível em http://www.redmercosur.org/iepcim/RED_MERCOSUR/biblioteca/ESTUDOS_BRASIL/BRA_80.pdf
- WOLF, Eric. Aspectos das relações de grupos em uma sociedade complexa: México. In Feldman-Bianco, Bela(org). **Antropologia e poder**. Coleção Antropologia, UNB.
- WOORTMANN, Ellen. **Herdeiros, Parentes e Compadres. Colonos do sul e sitiantes do Nordeste**. São Paulo-Brasília: Hucitec e EdUNB, 1995.
- ZALUAR, A. Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. In: Cardoso, R. (org). **A Aventura Antropológica. Teoria e Pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- ZART, Laudemir Luiz. **Desencanto na Nova Terra: Assentamento no município de Lucas do Rio Verde – MT na década de 80**. Dissertação de Mestrado. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. UFSC, 1998.

Jornais, Revistas e Mídia Digital

AI5PIAUI. **Sine tem oferta de empregos para a Sadia. Salário de R\$ 1 mil. 17 de setembro de 2008.** Disponível em <http://www.ai5piaui.com/nacional/642/sine-tem-oferta-de-empregos-para-a-sadia-salario-de-r-1-mil.html>. Acesso em agosto de 2010.

CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA JAPONESA DO BRASIL (CCIJB). **Desenvolvimento do Cerrado Brasileiro é tema de Palestra.** Publicada em 14 de novembro de 2006. Disponível em <http://pt.camaradojapao.org.br/camara/noticias-da-camara/?materia=4037>.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Em busca do novo Eldorado. Pernambucanos migram para Lucas do Rio Verde para trabalhar na fábrica da Sadia, um investimento de R\$ 800 milhões.** 16 de agosto de 2008.

EXPRESSO MT. **Sadia já é alvo de reclamações de trabalhadores em Lucas do Rio Verde.** 20 de novembro de 2008. Disponível em <http://paginadoenock.com.br/home/post/1606>. Acesso julho de 2010.

O GLOBO. **Lucas do Rio Verde busca a mata perdida. Cidade no Mato Grosso quer ser exemplo de como produzir sem desmatar e obedecendo as leis.** 20 de outubro de 2009.

PIMENTA, Ângela. Crescimento chinês e ambientalismo nórdico. In: **Revista Exame**, nº 914 de 20 de março de 2008. Disponível em <http://portalexame.abril.com.br/revista/exame/edicoes/0914/gestaoepessoas/m0154877.html>. Acesso em 20 de abril de 2010.

PIMENTA, Ângela. Verde e pragmática. In: **Revista Exame**, nº 961 de 10 de fevereiro de 2010. Disponível em <http://portalexame.abril.com.br/revista/exame/edicoes/0961/economia/verde-pragmatica-531131.html>. Acesso em 20 de abril de 2010.

PORTAL COISAS DO MATO GROSSO. **Transformar grãos em carne é objetivo de Lucas do Rio Verde para agregar valor à produção.** 27 de novembro de 2007. Disponível em <http://www.coisasdematogrosso.com.br/site/noticias/noticia.asp?cod=247>. Acesso em setembro de 2010.

PORTAL DO AGRONEGÓCIO. **Sadia coloca em operação armazém de cereais e granjas de aves e suínos em Lucas do Rio Verde.** 04 de julho de 2007. Disponível em <http://www.portaldoagronegocio.com.br/conteudo.php?id=18378>. Acesso em outubro de 2010.

REVISTA EXAME. **Crescimento chinês e ambientalismo nórdico.** 20 de março de 2008. Disponível em <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/0914/gestaoepessoas/noticias/crescimento-chines-e-ambientalismo-nordico-m0154877>. Acesso em março de 2010.

REVISTA EXAME. **Verde e Pragmática.** 04 de fevereiro de 2010.

UNIVISION. **Sadia muda realidade econômica de Lucas.** (vídeo) <http://pt.kendincos.net/video-vhrvrpnh-sadia-muda-realidade-economica-de-lucas.html>

VALOR ECONÔMICO. **Lucas do Rio Verde torna-se o único município 100% mapeado.** 20 de junho, 2008.

VALOR ECONÔMICO. **Sadia aplica R\$ 800 milhões no Mato Grosso.** 20 de setembro de 2005.

FRANQUIA EMPRESA. **Quer abrir uma empresa em 2009 e não sabe qual cidade investir. As melhores cidades para investi em 2009 provavelmente serão do Meio Norte.** Disponível em <http://franquiaempresa.com/2008/07/crescimento-acelerado-no-meio-norte-lucas-do-rio-verde.html>. Acesso em junho de 2010.

FONTES PRIMÁRIAS

Legislação

LUCAS DO RIO VERDE. Lei nº 773 de 05 de dezembro de 2000.

LUCAS DO RIO VERDE. Lei nº 824 de 25 de outubro de 2001.

LUCAS DO RIO VERDE. Lei nº 1.300 de 20 de julho de 2006.

LUCAS DO RIO VERDE. Lei Complementar nº 44 de 12 de dezembro de 2006.

LUCAS DO RIO VERDE. Decreto-lei nº 1.669, de 17 de agosto de 2007.

LUCAS DO RIO VERDE. Lei nº 1475 de 28 de novembro de 2007.

LUCAS DO RIO VERDE. Lei Complementar nº 54 de 11 de dezembro de 2007.

LUCAS DO RIO VERDE. Lei Complementar nº 58 de 11 de dezembro de 2007.

LUCAS DO RIO VERDE. Lei nº 1551 de 17 de abril de 2008.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Decreto-lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Decreto-lei nº 1.192, de 8 de Novembro de 1971.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Decreto-lei no 1.243, de 30 de outubro de 1972.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Decreto-lei nº 86.307 de 24 de agosto de 1981.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Decreto-lei nº 86.308 de 24 de agosto de 1981.

Relatórios, Planos, Projetos e Outros

CONGRESSO NACIONAL. **III Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (1979-1985).** Resolução nº 1, 5 de dezembro de 1979.

COOPERLUCAS. **Estudo de Viabilidade Econômica COOPERLUCAS,** mimeo, 1982.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **NR 31 - Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura.** Portaria GM n.º 86, de 03 de março de 2005.

HECTA, **Pré-estudo para implantação de um projeto de colonização,** mimeo, 1980.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
Mural Informativo Incra, agosto, 1982.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA.
Relatório do Projeto de Assentamento Especial Lucas do Rio Verde. (Ordem de Serviço nº 01/86), 08 de abril de 1986.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
Coordenadoria Regional em Mato Grosso – CR-13. **Relatório reservado decorrente de levantamento de ocupações irregulares no PEA Lucas do Rio Verde**. 16 de maio de 1986.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
Projeto Especial de Assentamento Lucas do Rio Verde (ante-projeto – 1ª etapa), Incra, Brasília, DF, agosto, 1981.

LAWISCH, Jessi Paz. **Memórias da Vovó**. publicação particular, 2000.

LUCAS DO RIO VERDE. **Ata de fundação da cidade de Lucas do Rio Verde**, 5 de agosto de 1982.

LUCAS DO RIO VERDE. **Plano Diretor do Município de Lucas do Rio Verde. Reavaliação e Atualização**. Dezembro de 2007.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO. PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA. **Termo de Cooperação Técnica nº 061/2006/SEMA/MT**, 03 de agosto de 2006.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (1972-1974)**. Rio de Janeiro, IBGE, Setembro de 1971.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)**. Setembro de 1971. Rio de Janeiro: IBGE, 10 de setembro de 1974.

THE NATURE CONSERVANCY DO BRASIL. PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE. **Projeto Lucas do Rio Verde Legal**. Janeiro, 2006.

ANEXOS



Família gaúcha vivendo em Lucas

Agricultores de Ronda Alta recebem títulos de terra

O Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, Paulo Yokota, entregou na semana passada, no Mato Grosso, 1.271 títulos de propriedade nos Projetos de Assentamento Lucas do Rio Verde, Canaã e Braço Sul. Segundo Yokota, essas titulação fazem parte da meta do Instituto de entregar este ano, em todo o país, 300 mil títulos aos agricultores sem terras.

A maratona de entrega,

que contou com a participação do Governador do Estado de Mato Grosso, Frederico Campos, começou no Projeto Especial de Assentamento Lucas do Rio Verde, onde Yokota entregou 238 títulos a colonos vindos do Rio Grande do Sul, principalmente a pequenos agricultores sem terras de Ronda Alta. Em seguida, o Presidente do INCRA se deslocou para o Projeto de Assentamento Rápido Canaã, onde foram tituladas 622 famílias alf assentadas.

Sexta-feira, dia 6, no Projeto de Assentamento Braço Sul, Paulo Yokota entregou 411 títulos a agricultores sem terra que foram repatriados do Paraguai o ano passado.

Durante a sua estada no projeto Lucas do Rio Verde, o presidente do INCRA participou também da solenidade de criação da cidade que tem o mesmo nome do projeto, e que surgiu depois que o Instituto deu início ao assentamento naquela área de colonos do Rio Grande do Sul.



Área onde colonos estão vivendo e trabalhando em Lucas

Lucas do Rio Verde prevê colheita de 125 mil sacos

Cerca de 125 mil sacos de arroz serão colhidos pelos parcelheiros do Projeto Especial de Assentamento Lucas do Rio Verde, em Mato Grosso, no início do próximo ano. Para este ano agrícola, que na região do projeto começa em novembro, estão sendo preparados 5.500 hectares de terra para o plantio de arroz, com financiamento do investimento e custeio pelo Banco do Brasil.

Cada um dos 203 parcelheiros do Lucas do Rio Verde vai plantar 25 hectares de arroz. O crédito para investimento e custeio, conseguido pelo INCRA junto ao Banco para cada parcelheiro, é de Cr\$ 2,5 milhões. Como a média de colheita na região é de 25 sacos de 60 quilos por hectare, a estimativa de produção de cada parcelheiro é de aproximadamente 625 sacos de arroz, que serão colhidos entre março e abril do próximo ano.

ORIGEM

Criado em agosto de 1981 para atender agricultores de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, o Projeto Especial de Assentamento Lucas do Rio Verde, situado no Km 350 da BR-163, que liga Cuiabá a Santarém, foi implantado em regime de urgência, para atender aqueles agricultores sem terra que estavam acampados na Encruzilhada Natalino.

As primeiras 160 famílias transferidas de Ronda Alta chegaram ao projeto em novembro de 81. Nesta época os trabalhos de demarcação das parcelas e construção de estradas ainda estavam em fase inicial de execução pelo 99 BEC. Assim, essas famílias permaneceram acampadas por 15 dias na área da sede do projeto, aguardando pelo estabelecimento das condições necessárias para o seu transporte e assentamento nas parcelas que lhes foram imediatamente destinadas.

Em março de 1982, mais 43 famílias foram levadas para Mato Grosso, completando um total de 203 famílias procedentes de Ronda Alta no projeto Lucas do Rio Verde. Por causa das chuvas, os parcelheiros não tiveram condições de começar imediatamente o plantio de sua lavoura e, para sua subsistência, o INCRA forneceu, além do transporte e alimentação durante a viagem para o projeto, o crédito-alimentação, no valor de um salário mínimo regional (Cr\$. . . 14.400,00), até que realizou sua primeira safra.

O PROJETO

Projeto Especial de Assentamento Lucas do Rio Verde já está com 150 quilômetros de estradas

de acesso interno construídas pelo 99 BEC. O INCRA instalou no núcleo urbano do Projeto um ambulatório, com um médico, dois enfermeiros e um laboratorista, prestando a assistência necessária aos parcelheiros. Na sede ainda estão instalados um armazém da Cobal e um galpão para armazenamento de gêneros alimentícios, um armazém da Cibrazem, o prédio da administração do INCRA e quatro casas residenciais ocupadas por funcionários. Estão em construção mais quatro casas residenciais e também cinco escolas, uma na sede do projeto e as outras no interior das parcelas, e já no próximo ano estarão funcionando. Embora ainda precárias, o projeto já tem instalações elétricas e hidráulicas.

A implantação total do projeto Lucas do Rio Verde, que possui uma área de 202.205 hectares, sendo 170.000 arrecadadas e 32.545 desapropriadas, prevê a demarcação de 900 parcelas, todas de 200 hectares cada. Duzentas e três parcelas já estão ocupadas pelos colonos de Ronda Alta. Cerca de 200 parcelas deverão ser ocupadas pelos sócios-fundadores da Cooperativa Agropecuária Lucas do Rio Verde, criada pelo INCRA no projeto e que já tem cinco sócios. Mais 105 parcelas deverão ser ocupadas pelos posseiros da área, já cadastradas pelo INCRA e em fase de regularização fundiária de suas posses. As parcelas restantes deverão ser ocupadas futuramente por migrantes de outras regiões do país.

No núcleo principal do projeto, composto por 3.000 hectares ao lado da sede, já estão demarcados 702 lotes residenciais, 212 lotes comerciais e 46 lotes industriais para serem vendidos a quaisquer pessoas, inclusive parcelheiros e funcionários do projeto. O pagamento do lote rural, pelo parcelheiro, será feito em 18 anos, com dois de carência e juros de 6% ao ano. O pagamento do crédito alimentação, auxílio, viagem e material para construção da casa será feito em oito anos, a partir da entrega do título definitivo de posse da terra aos parcelheiros.

É bom ressaltar que a venda do lote rural ao parcelheiro é feita computando-se ao Valor da Terra Nua (VTN) o valor rateado de toda a infra-estrutura que o INCRA instalou no projeto. No cálculo da dívida do parcelheiro para com o INCRA é ainda levado em conta o modelo de produção agrícola da região, onde é determinada a renda mínima líquida de cada colono. Com base nesses cálculos, se o parcelheiro do projeto Lucas do Rio Verde começasse hoje a pagar sua dívida, ele teria uma dívida de Cr\$ 120 mil por ano.

MURAL INFORMATIVO

Ano II - nº 47 Brasília 9 a 15 ago. de 1982 - Semanário de Divulgação Interna

Minifúndio do sul por lote no Mato Grosso

A troca mútua de uma gleba de 300 hectares no Mato Grosso por sua pequena propriedade no Rio Grande do Sul, parece ser uma solução para o problema dos colonos sem terra acampados há mais de um ano na Encruzilhada Natalino. A oferta de troca foi feita por agricultores minifundiários de Rondônia que têm pouca terra aqui e querem expandir sua produção, mas como as terras são caras no Sul, resolveram então procurar colonos acampados na beira da estrada e propor o negócio. Eles dão suas terras que variam entre 5 e no máximo 30 hectares com casa e infraestrutura para o colono e vão embora para o Mato Grosso.

À primeira vista o negócio parece bom, mas só que o plano ainda não foi homologado, por parte do Governo. Particularmente, o capitão Carvalho, que está na Granja Cemapa, onde o acampamento de espera do Inera já reúne mais de 60 famílias que vão para o Mato Grosso, a proposta é viável: "só falta se saber se o plano vai ser mesmo aprovado", diz ele.

Somente nos últimos quatro dias um número grande de minifundiários proprietários de pequenas extensões de terras procuraram a Cemapa e os colonos do Natalino para propor o negócio, mas só que não receberam resposta. "Isso ainda tem que ser estudado" diz o capitão Carvalho. Os agricultores com suas famílias já numerosas querem "botar a mão" nos 300 hectares de terra no Mato Grosso e iniciar nova vida. "Os filhos estão grandes, uns até casando e a minha terra é pequena", diz um deles, Frederico Pio Neto, de Rondônia acrescentando que "ternos condições de ir para lá porque temos maior facilidade de conseguir máquinas e plantar soja, feijão e arroz porque já temos larga experiência no ramo".

Frederico Neto disse que foi até o Mato Grosso ver a terra e achou bom negócio porque ela é plana e oferece inúmeras vantagens para plantar uma lavoura mecanizada "voteli e resolvi brigar, acrescentando que não foi procurado para fazer o negócio mas procurei trocar 300 hectares por 12 hectares, é um bom negócio acha ele e não importa onde esteja, o importante é que dê para trabalhar e produzir bastante.

Rosalino Davis vai deixar sua terra de Baços Alto, distrito de Rondônia, para ir ao Mato Grosso e está bastante entusiasmado com a troca. "Estamos rezando pra que isso aconteça pois atravessamos o dia aqui na Cemapa esperando uma resposta", diz ele.

Ele acha que no máximo em três meses estará no Mato Grosso em seu lote de 200 hectares mas "quero plantar de tudo" acrescenta. A maioria das pessoas que procuram fazer esta permuta são de idade média entre 40 e 50 anos, mas têm uma vantagem pois vão com os filhos e podem conseguir facilmente um empréstimo lá naquele Estado para plantar bem. Eles vão como uma espécie de cooperativa formada entre eles pois um ajudará o outro numa espécie de mutirão, ou seja, o que tiver maquinário vai prestar seu serviço ao que não tem, pois são todos vizinhos agora e se dão muito bem.

O DESMILAVADOR

As trocas acontecerão sem aplicação ou retorno de dinheiro alertam eles lembrando que há vários anos está se constatando esta colonização de galchões no Norte que vendem suas terras aqui e aplicam em grandes áreas por lá, hoje, são promissores granjeiros e fazendeiros criando gado e plantando na terra que desbravaram no início dos anos 70 quando foram plantar trigo e soja. Com esta mesma idéia Arselindo Asqui, de Baços Alto-Rondônia, vai para o Mato Grosso dizendo, "tenho um trator esteira e no passado desbravei e destoquei toda a Fazenda Sarandi, agora pretendo fazer este mesmo trabalho no Mato Grosso". Ele já trabalhou no Mato Grosso, mais precisamente em Campo Grande, com suas máquinas, e como achou bom negócio pretende voltar.

Os colonos da Encruzilhada Natalino estão desconfiados com esta proposta e acham mesmo que isso não passa de uma picaretagem pra cima deles, embora Arselindo Asqui deixe bem claro que quer ir embora para invernar um gado e destocar as reas derrubando mato "porque no Rio Grande do Sul não tem mais mato" acrescenta ele. Picaretagem ou não, Luiz Koskoski que estava até ontem acampado na Encruzilhada Natalino, procurou o caminhão de mudanças do Governo que está na Cemapa, juntou suas coisas e foi morar num barraco do Governo no acampamento de espera. Seu barraco foi destruído e queimado e ele espera que esta permuta seja feita para que possa se aposar de seis hectares de terra já "engatilhado" com um pequeno proprietário de Ronda Alta e que quer ir embora para o Mato Grosso.

ESVAZIAMENTO

Muitos dos próprios elementos do Governo que trabalham na área de tensão social do Natalino arriscam um palpite dizendo que em dois meses o acampamento da Encruzilhada não existirá mais. No entanto, muitos colonos estão lá, firmes no propósito de continuarem lutando por um pedaço de terra escriturada e affiançada pelo GoVerno. Os colonos não sabem se vão receber escritura da terra permutada no Rio Grande do Sul e só depois de terem a certeza disso e a escritura na mão é que saem do acampamento, pelo menos é o que eles deixam transparecer.

O capitão Carvalho no entanto, acha que não se pode traçar metas de esvaziamento do acampamento com os colonos bem colocados, mas acha que porventura este tipo de negócio — a permuta — desse certo, a situação se resolveria. No entanto, diz o capitão: "nós continuamos ofertando terra no Mato Grosso e oferecendo empregos nas estações experimentais do Estado".

Deverão embarcar provavelmente no final deste mês — talvez dia 28 — 68 famílias de colonos para as glebas ou lotes no Mato Grosso com mais sete famílias não cadastradas somando um total de 75 famílias já retiradas do Acampamento e que vão embora para o Centro do país ou terão o desejo realizado de trocar seus 300 hectares por uma propriedade rural de minifúndio no Rio Grande do Sul.

Colonos estão indo para o Mato Grosso

Cerca de 30 famílias de colonos acampados nas terras do Centro Mecanizado de Apoio ao Pequeno Produtor (Cemapa), a 13 quilômetros de Sarandi, deverão seguir para o projeto Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso, no próximo mês. Já chegando, os colonos terão seus lotes sorteados, e esperam encontrar assistência médica, financiamento para tratores e uma ajuda de Cr\$ 15 mil por mês até a primeira colheita, facilidades que lhes foram garantidas pelo Governo.

As 68 famílias que estão no chamado Acampamento Quero - Quero, alojadas em barracas do Exército, continuam numa situação de espera. Apesar de terem assistência médica e recebem ranchos da Cobal, os colonos querem trabalhar, pois a maioria se encontra há bastante tempo nesta situação. A possibilidade de terem uma área de terra de 200 hectares, sendo que 100 serão exclusivamente para plantações e outros 100 para a criação de animais, é o que mais incentivou estes colonos a aceitarem a sugestão do Governo para saírem do Estado.

O medo de que seus filhos passem pelo mesmo pro-

blema é outro motivo apontado pelos colonos como fundamental na sua decisão de ir para outro Estado. O fato da Igreja ter comprado 108 hectares de terra, a 12 quilômetros de Ronda Alta para ali instalar os colonos de Encruzilhada Natalino, não parece ter modificado a intenção inicial dos colonos de partir. O argumento, utilizado por eles, é de que o espaço de terra destinado a cada um é muito pequeno. "vai dar apenas para fazer uma horta", como observou um colono.

Mas, mesmo assim, existem alguns colonos contrários. São os que se encontravam na Granja Brilhante, de onde foram removidos no último sábado. São cerca de 10 famílias que estão no Acampamento Quero - Quero com a intenção de trocar as terras que teriam no Mato Grosso, com terras de colonos de Ronda Alta que queiram ir para o projeto Lucas do Rio Verde. Leodir Laska, 33 anos é um deles. Ele não quer nem ouvir falar em deixar o Rio Grande do Sul. Tem uma filha pequena doente e acha que as condições de saúde naquele estado são piores do que aqui.

Como ele, Leonildo Bas-

sin, 35 anos, também prefere trocar de lugar com alguém que queira 200 hectares lá, deixando suas terras aqui. "Pobre lá só vai enfrentar dificuldades, aquilo é lugar para rico que tem condições de sobreviver sem enfrentar dificuldades".

De acordo com os dados do major Cairo Camargo, representante da Casa Militar, até o momento foram enviadas para o Mato Grosso 150 famílias em quatro levadas consecutivas. Elas foram enviadas em grupos geralmente de 30 ou 40 pessoas que partiram nos dias 1º, 4 e 13 de novembro, e no dia 9 de dezembro. Do total de 660 pessoas retiradas do acampamento de Encruzilhada Natalino, muitas aceitaram empregos nas estações experimentais que o Governo ofereceu, e outro tanto desistiu das terras, no Estado e fora dele.

Enquanto isso permanecem no acampamento do Cemapa grupos do 3º Regimento de Polícia Montada de Passo Fundo, da Polícia Rodoviária Estadual - encarregada de cuidar a entrada do acampamento - além de um médico e enfermeiro, que se revezam a cada 15 dias.

Mais 155 famílias de colonos deixam o Estado em abril

Na próxima terça-feira, uma equipe do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) chegará ao acampamento "Queiro-Queiro", próximo a Encruzilhada Natalino, para realizar o cadastramento de mais 155 famílias de colonos gaúchos que optaram por terras no Mato Grosso. A primeira leva dos emigrantes deverá seguir para o centro do País na segunda quinzena de abril.

O problema dos colonos sem terra concentrando-se próximo à cidade de São José, na localidade de Encruzilhada Natalino, começou em janeiro de 1981, com três barracos à beira da estrada. Três meses depois, já existiam mais de 300 famílias. Em setembro do mesmo ano, chapeos ao vento cobriam com 409 famílias.

O violento acréscimo em curto espaço de tempo é atribuído a padres católicos e empresários de rádio locais que estimulavam os colonos a acampar na estrada para conseguirem terras, segundo põde apurar o major Fiel, Celso Camargo. Face ao problema já em grandes dimensões, o Governo do Estado ofereceu emprego aos colonos nas áreas agrícolas experimentais. A proposta de emprego, apresentada em maio, foi rejeitada.

Em ato paralelo ao do Governo do Estado, o INCRA, começou o cadastramento do pessoal à beira da estrada. "Enquanto cadastravam, mais colonos chegavam", diz o major Camargo.

Em fins de julho de ano passado, o Governo Federal enviou o "coronel Curú", com o propósito de esclarecer os colonos sobre as vantagens do reassentamento fora do Estado. Nesta época, já havia mais de 518 famílias acampadas na estrada.

Com o coronel chegaram alimentos através de um ônibus da Cotel e estabeleceram-se barreiras para evitar que crescesse o número de colonos na estrada. Havia então várias propostas do Governo: emprego em terras do Estado, e reassentamento no Acre, Bahia, Mato Grosso e Roraima. Dois aviões Helado levaram 58 famílias para a Bahia. Quando regressaram "ninguém topou o

projeto da Bahia", diz o major Camargo. Sargto, então, a ideia do Projeto Lucas do Rio Verde, em Mato Grosso.

QUEIRO-QUEIRO

A manutenção de todos os colonos à beira da estrada mostrou-se inviável, pois correntes haviam sido formadas, como foi detectado pela Coordenadoria de Defesa Civil, para descreditar os reassentamentos fora do Estado.

Separaram-se então os grupos que queriam deixar o Estado daqueles que se decidiram por ficar. A primeira transferência foi de Encruzilhada Natalino para a localidade de Pinheirinhos. A falta de infra-estrutura para um atendimento adequado esperavam o embarque levou a Celso a criar o acampamento "Queiro-Queiro" em terras da Secretaria da Agricultura, na antiga fazenda Camapa.

Até, a Brigada Militar montou 73 barracos, aquililhado 78 das 191 famílias que o coronel Curú havia conseguido convencer a deixar o Estado. Até a data do embarque, o total de famílias optantes por Lucas do Rio Verde no Mato Grosso era 191, mas três desistiram na última hora e apenas 188 saíram do Estado.

Na primeira leva, que saiu a 4 de novembro, embarcaram 33 famílias e 3 chefes de família; na segunda leva (17 de novembro), mais 30 famílias e 1 chefe de família; na terceira leva (26 de novembro), 48 famílias e 13 chefes de família e na última (9 de dezembro) leva, as 34 famílias restantes e 7 chefes de família embarcaram. Além destas, 77 famílias aceitaram emprego em terras do Governo do Estado.

COAÇÃO

Para atender os acampados, o Governo do Estado enviou auxílio médico-sanitário, barracos, luz, água, assistência, assessoria do Instituto Nacional de Emprego (INE) e transportes através do DARE. A Brigada Militar coordenou toda a operação, sob o comando do capitão Fiel Cláudio Carvalho, acompanhado pelo 1º tenente Valdir João Reis Curvill e o suboficial Ramo Rodrigues.

Na equipe da Brigada, foi decisiva a participação dos sargentos Abnerclino Lima, Afonso Rodrigues da Silva e Minair Escobar que, juntamente com o cabo Cleto Pereira e os soldados Luiz Filipe, João Cascardo e Pedro Silva, asseguraram a assistência dos colonos, entregando-lhes desde o primeiro dia até a última cartada. Revolucionou-se ainda a Polícia Rodoviária, o Corpo de Bombeiros e a Casa Militar.

O trabalho destes homens não foi das tarefas mais fáceis, segundo depoimento do colono Natalino da Silva, os companheiros que ficaram faziam constantes ameaças e não queriam nem conversar. "Eu mesmo", confessou, "que decidi ir para o Mato Grosso, fui recebido com uma chadeira de água quente numa barraca". O oficial da Brigada, em especial o tenente Curvill (que hoje está internado com esta) foi ameaçado à face. A coação era uma constante. Mesmo assim, a equipe da Brigada Militar por determinação do Governador e como garantia o comandante do grupo capitão Curvill "nunca usou de violência".

O objetivo do grupo do acampamento Queiro-queiro foi conquistar a confiança dos colonos. E trabalharam para isto, pois quando saiu a última leva em dezembro do ano passado, ficaram em Natalino cerca de 300 famílias irreversíveis quanto a sair do Estado. A 8 de janeiro, 9 famílias mudavam de ideia e ingressaram no acampamento de espera.

Em fins de janeiro, 31 famílias haviam deixado a estrada, 10 no acampamento (operando Mato Grosso), 10 em casa de espera, 9 aceitaram emprego, três desistiram de tudo. Resultado, a Brigada conseguiu fechar fevereiro com 31 famílias no acampamento, 30 em casa de espera, 31 para o Mato Grosso, 16 com emprego no Estado e nove abandonando tudo e decidindo sua própria sorte.

O saldo final da atividade, além de policiais militares exaustos, são 195 famílias que querem o Mato Grosso, e o fim ao menos por agora, da tensão social em Natalino.



COLONOS GAUCHOS ELOGIAM ASSENTAMENTO NO MATO GROSSO

BRASILIA (EBN — JC) — "Valeu. Valeu muito e não troco, hoje, o que tenho, por cinquenta hectares de terra no Rio Grande do Sul. Quero assim, é trazer o restante de minha família que está residindo no Sul". A frase de Saul Marchiori, um gaúcho de 23 anos e ex-líder dos colonos rebeldes da Encruzilhada do Natalino, externa a realidade atual do Projeto Especial de Assentamento Lucas do Rio Verde, localizado no Município de Diamantino, distante 250 quilômetros de Curitiba, em Mato Grosso. Hoje, cinco meses após a chegada das primeiras famílias de colonos — todas originárias do Rio Grande do Sul — a área do projeto — 204 mil hectares — está totalmente diferente. No lugar de barracas, casas de madeira e, em vez de mata, a plantação de arroz é que predomina, inclusive com a primeira colheita prevista para o mês de abril.

A verdade é que todos os colonos que aceitaram trocar Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, por Diamantino, em Mato Grosso, estão satisfeitos. E, ninguém, exceto os que não querem trabalhar, conforme explicou o colono Guilherme "Gaúcho" está satisfeito e certo de que no futuro "os que não quiseram terras em Lucas do Rio Verde irão se arrependêr amargamente". A satisfação com as terras do projeto é geral, mas todos estão à espera da liberalização, por parte do INCRA, dos títulos da terra, o que acontecerá, segundo o órgão, nos primeiros dias de abril. A expectativa — explica Marchiori — é porque precisamos conseguir créditos junto ao Banco do Brasil a fim de adquirir máquinas para preparar o terreno e aumentar a nossa produção.

— A terra é boa, garantiu Marchiori, mas precisamos das máquinas para conseguir atingir os cem hectares — cada família recebeu duzentos mais com direito a plantar apenas a metade — que temos direito. O cerrado é fértil, mas plantar na mão é muito difícil, e concluiu: "com tudo plantado não tenho dúvidas de que poderei colher muito arroz e dar a tranquilidade financeira que sempre sonhei".

Atualmente, o Projeto Lucas do Rio Verde está com 162 famílias, todas com as casas construídas, terrenos cedidos e

com dois hectares plantados. O planejamento total é para reassentar, no mínimo 713 famílias. No entanto, algumas famílias que vieram de Ronda Alta estão retornando, o que vem gerando protestos nos colonos que ainda persistem em ficar acampados na Encruzilhada Natalino. O fato é explicado por Saul Marchiori:

— O problema é simples de ser explicado, disse Marchiori. Muitos colonos, quando deixaram o Sul, ainda possuíam plantações, principalmente de feijão, e agora como está na época da colheita, eles precisam ir ao Rio Grande do Sul para não deixar que o produto se estrague ou, então, seja colhido por outros colonos. Ninguém saiu do projeto, até agora, porque a terra seja ruim ou não tenha tido apoio de infra-estrutura do INCRA, garantiu Marchiori.

Em relação a colheita, o executor do projeto, José Ferreira Soares, informou que os colonos deverão conseguir, no máximo, de mil a mil e quinhentas sacas, tendo em vista que a época em que eles chegaram ao projeto não era a mais propícia para a plantação. No entanto, para o próximo ano — com o uso das máquinas — a produção será imensa porque todos terão tempo de plantar, e, principalmente, na época certa, acentuou. A previsão dos colonos, para a colheita do próximo ano, será em cinco mil sacas, o que permitirá que as 162 famílias possam ter, somente em Lucas do Rio Verde, aproximadamente, cem mil sacas, "o que não conseguiríamos nem em cem anos, continuando a viver no Rio Grande do Sul, desabafou um dos colonos. Dentro de cinco anos, todos estaremos com dinheiro suficiente para dar tranquilidade e boa alimentação aos familiares, isto é, passaremos da classe pobre para a classe média.

Para quem acompanha o problema de Ronda Alta fica difícil saber a razão porque os colonos rebeldes ainda continuam a tentar terras naquela região, e os seus companheiros foram para Lucas do Rio Verde e se dizem satisfeitos com a troca. O fato é explicado com detalhes pelo ex-líder desses próprios colonos rebeldes e hoje um dos mais animados colonos de Lucas do Rio Verde, Saul Marchiori:

— Eu lutei no Natalino para ganhar terra dentro do Rio Grande do Sul. Mas, como vi que não ia conseguir, porque não existe, resolvi aceitar terras em Mato Grosso e confesso, de público, que estou achando aqui muito melhor do que em Ronda Alta. Os que não aceitaram vir para Lucas do Rio Verde não querem nada na vida ou, ainda, estão iludidos com os políticos da região, que tentam enganar os colonos. Tem muita gente envolvida, mas prefiro não citar nomes porque o importante é que todos os meus familiares estão satisfeitos e gozando de saúde em Mato Grosso.

— Inclusive, prosseguiu Marchiori, um dos nossos companheiros tentou ir ao Sul para mostrar que o projeto é bom e vale a pena fazer a troca, e por pouco, não foi morto pelos próprios colonos da Encruzilhada Natalino. Estes estão iludidos que disseram que estávamos recebendo uma grana firme para elogiar o projeto, frisão.

Elaborado pelo INCRA para proteger os colonos sem terra de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, o Projeto Lucas do Rio Verde — localizado na BR-163, que liga Curitiba a Santarém — tem hoje posto da Cobal — que vende, aproximadamente, Cr\$ 1.700.000,00 por mês, um posto médico da Fundação SESP, um armazém com capacidade para 60 mil sacas, da Cibrazem, e 119 quilômetros de estradas vicinais construídos pelos 9º Batalhão de Engenharia e Construção.

Além disso, os colonos continuam a receber do Incra um crédito de alimentação — atualmente é de Cr\$ 11.500,00 — a fim de que possam se manter sem problemas no Projeto. O crédito, que vem sendo fornecido desde meados do ano passado, será concedido somente até abril próximo. Os parceiros — colonos que receberam terras — têm quinze anos para pagar a terra, com dois anos de carência, sem correção monetária e com juros de 6 por cento ao ano.

Na área de lazer o colono ainda não tem muitas opções porque a cidade mais próxima — Sorriso — fica distante 70 quilômetros. No entanto, há um campo de futebol, um projeto para implantação de um cinema, local para tomar chimarrão e um estádio.

TERRAS PARA AGRICULTURA

COLONIZADORA ELDORADO oferece ótima oportunidade de aquisição de lotes de terras de cerrado a partir de 100 ha, com possibilidades de arrendamento de áreas contíguas de até três vezes mais na Gleba BOA ESPERANÇA, sita no Município de Diamantino – MT, próximo a BR-163 Cuiabá – Santarém. São terras férteis, planas, próprias para plantio de arroz, soja, milho e outras culturas. **ÁREA DE ATUAÇÃO DA COOPERVALE.** Informe-se com:

Ernesto Martins da Cruz – CRECI 5806 – RS.
 Gaspar Silveira da Cruz – CRECI 903 – MT.
 Av. Pátria, 487 – Fone (054) 331-2480 – Carazinho – RS.

Anúncio publicado no Jornal O Interior em 17 de agosto de 1981. (Acervo Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa - Porto Alegre/RS)



Charge publicada no Jornal O Interior em 12 de julho de 1982. (Acervo Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa - Porto Alegre/RS)



Capa do Jornal O Interior em 02 de agosto de 1982. (Acervo Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa - Porto Alegre/RS)